

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE ARQUITETURA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

POLYANA PEREIRA COELHO

**O GERME DA INSURREIÇÃO PARA ALÉM DA METRÓPOLE:
NARRATIVAS DA PARTICIPAÇÃO E DA LUTA POPULAR EM ANTÔNIO
PEREIRA, OURO PRETO - MG**

BELO HORIZONTE

2017

POLYANA PEREIRA COELHO

**O GERME DA INSURREIÇÃO PARA ALÉM DA METRÓPOLE:
NARRATIVAS DA PARTICIPAÇÃO E DA LUTA POPULAR EM ANTÔNIO
PEREIRA, OURO PRETO - MG**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial a obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Teoria, Produção e Experiência do Espaço.

Linha de pesquisa: Planejamento e dinâmicas sócio territoriais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Raquel Garcia Gonçalves

BELO HORIZONTE

2017

FICHA CATALOGRÁFICA

C672g

Coelho, Polyana Pereira.

O germe da insurreição para além da metrópole [manuscrito] : narrativas da participação e da luta popular em Antônio Pereira, Ouro Preto - MG / Polyana Pereira Coelho. - 2017.

216f. : il.

Orientador: Raquel Garcia Gonçalves.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Participação popular - Teses. 2. Classes sociais - Teses. 3. População – Organização - Teses. 4. Mobilização - Teses. 5. Espaço urbano - Teses. 6. Antônio Pereira (Ouro Preto, MG) - Teses. I. Gonçalves, Raquel Garcia. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 383.484

Ficha catalográfica: Biblioteca Raffaello Berti, Escola de Arquitetura/UFMG

Dissertação defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo - NPGAU – da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, e aprovada em 27 de novembro de 2017 pela Comissão Examinadora:

Profa. Dra. Raquel Garcia Gonçalves (Orientadora-EA-UFMG) Raquel Garcia Gonçalves

Profa. Dra. Jupira Gomes de Mendonça (EA-UFMG) _____

Profa. Dra. Wânia Maria Araújo (Centro Universitário UNA e UEMG) Wânia Maria de Araújo

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Raquel Garcia, que preenche de sensibilidade e cuidado essa arte de ensinar e orientar tão fundamental nessa nossa trajetória de aprendizes! Minha mais completa admiração por tudo o que você representa! Seguramente, sem seus ensinamentos, apoio e confiança eu não teria conseguido permanecer na caminhada.

À minha família que me alimenta de amor e carinho todos os dias, que me dá colo, me dá abrigo, que me dá ouvidos e que me dá sustentação para perseguir os sonhos e sempre seguir em frente e que eu, erroneamente, poucas vezes agradeço. Amo vocês!

Ao Fillipe, meu companheiro e amigo, que me possibilitou ultrapassar barreiras, sempre disponível a ouvir minhas queixas e lamentações, sempre compreensivo, amável e parceiro. Sua simples presença me engrandece. Obrigada pelo apoio incondicional!

Aos professores do NPGAU com os quais eu muito aprendi e nos quais eu sempre irei me inspirar!

Aos colaboradores e participantes da pesquisa sempre muito atenciosos e gentis!

Aos amigos que, mesmo diante das ausências constantes, sempre estiveram preocupados em saber se tudo corria bem e se eu precisava de ajuda. Agradeço em especial ao Homero e à Patrícia que me acolheram durante a pesquisa de campo com todo carinho. Aos amigos militantes que me fazem crer num mundo melhor. E a todos os amigos que fiz ou que reencontrei nessa caminhada sem os quais a vida seria bem menos interessante e prazerosa!

Minha eterna gratidão a todos!

[...] A revolução teórica continua e a revolução urbana (o lado revolucionário da reforma urbana, da estratégia urbana) passa para o primeiro plano. A revolução teórica e a transformação política andam de mãos dadas.

(LEFEBVRE, 2001, p136)

RESUMO

O encerramento do século XX no Brasil foi acompanhado por uma intensa expectativa na ampliação da cidadania por meio da inclusão dos atores sociais nos espaços de participação e numa transformação social via Estado. Contudo, longe de se tornar solução para o conflito de interesses anunciando a vontade coletiva perante as pressões do capital, a democracia representativa e o modelo institucionalizado de participação acabaram por legitimar o “modus operandi” do Estado capitalista, seus instrumentos de dominação e controle. Em relação ao planejamento urbano e à gestão das cidades os diversos marcos regulatórios da política urbana e instrumentos participativos inaugurados com a “Constituição Cidadã” e o Estatuto da Cidade não serviram para refrear o processo de periferização e diminuir a segregação socioespacial. Entretanto, com a chegada do século XXI as tensões sociais aumentaram consideravelmente despertando uma onda global de manifestações populares, pautadas pela ação direta e pela desobediência civil. Em junho de 2013 abriu-se no Brasil um ciclo de lutas e as mobilizações de vanguarda contra o aumento da passagem tornaram-se imensas mobilizações por direitos sociais. A ocupação não só das ruas como também dos espaços institucionais se tornou uma constante. A partir desses elementos buscou-se analisar em que medida as lutas institucionais e as experiências contemporâneas de ação coletiva contribuem para o surgimento de projetos contra hegemônicos e iniciativas de auto-organização popular. Apresenta-se o caso de Antônio Pereira, distrito de Ouro Preto, MG. Vizinho de Bento Rodrigues – subdistrito de Mariana destruído pelo rompimento da barragem de Fundão – o distrito é altamente dependente da exploração mineral e chama a atenção pela carência generalizada em termos de infraestrutura, equipamentos urbanos, comunitários e serviços públicos. Contudo, acompanhando o quadro nacional de mobilizações que se abriu em 2013, o distrito tem sido palco de lutas populares por melhores condições de vida demonstrando um rico despertar de subjetividades, capaz de apresentar elementos importantes no que diz respeito aos desafios da auto-organização popular. Utilizando o método da história oral, foram reconstruídos os cenários das mobilizações, as motivações e os primeiros desdobramentos a partir da voz ativa daqueles e daquelas que vivenciam a realidade local. As elaborações sobre a ação direta e a luta institucional pautaram-se pela necessária interconexão entre essas duas esferas de pressão e resistência colocando na ordem do dia a necessidade da auto-organização da classe trabalhadora para a superação da ordem hegemônica contemporânea e para a construção do direito à cidade na perspectiva lefebvriana da emancipação.

Palavras-chave: participação popular, luta institucional, ação direta, Antônio Pereira.

ABSTRACT

The closing of the twentieth century in Brazil was accompanied by an intense expectation in the expansion of citizenship rights through the participation of social actors in the social transformation of the State. However, far from becoming a solution to the existing conflict of interests, when voicing collective demands in spaces before expressing the pressures of capital, representative democracy and the institutionalized model of participation have legitimated the modus operandi of the capitalist state, its instruments of domination and control. In relation to urban planning and city management, the various regulatory frameworks of urban policy and participatory instruments inaugurated with the "Citizen Constitution" (1988) and the City Statute (2001) did not serve to curb the process of peripheralization and to reduce socio-spatial segregation. Instead, in the 21st century, social tensions have increased considerably, sparking a global wave of popular demonstrations based on direct action and civil disobedience. In June of 2013, a cycle of demonstrations for social rights started in Brazil, and the mobilizations of vanguard social movements against the rise in transportation prices became countless. The occupation not only of streets, but also of institutional spaces became a constant. From these elements, we sought to analyze to what extent institutional shortcomings and contemporary experiences of collective action contribute to the emergence of counter-hegemonic projects and initiatives of community self-organization. In this context, we present the case of Antônio Pereira, district of Ouro Preto, MG. Located besides Bento Rodrigues, - sub-district of Mariana destroyed by the rupture of the dam of Fundão - the district is highly dependent on the mineral exploration and draws attention for the lack in infrastructure, urban equipment, and public services. However, following the national mobilization framework that opened in 2013, the district has been the stage of popular movements for better living conditions, demonstrating a rich awakening of subjectivities, capable of presenting important elements regarding the challenges of self-organization of popular movements. Using the method of collecting oral history, we narrate the scenarios of mobilizations, analyzing the motivations and the first unfolding events from the perspective of those who experience the local reality. The elaborations on direct action and institutional movements were guided by the necessary interconnection between these two spheres of both pressure and resistance, emphasizing the need for the self-organization of the working class to overcome the contemporary hegemonic order and for the construction of the right to the city in the Lefebvrian perspective of emancipation.

Key words: participation, institutional movements, direct action, Antônio Pereira.

LISTA DE FIGURAS

Figura 2 – Município de Ouro Preto e Municípios Vizinhos	84
Figura 3 – Igreja Nossa Senhora das Mercês	95
Figura 4 – Igreja Queimada, antiga Matriz Nossa Senhora da Conceição	96
Figura 5 – Adensamento em Antônio Pereira entre 1700 e 2000 - destaque para as barragens de rejeito da mineração.....	99
Figura 6 – Área Central da Vila Residencial Antônio Pereira, antiga Vila Samarco.....	100
Figura 7 – Rua Grande, centro do distrito de Antônio Pereira	100
Figura 8 – Adensamento urbano em Antônio Pereira e principais equipamentos comunitários	102
Figura 9 – Escola Estadual Professora Daura de Carvalho Neto após a inauguração.....	105
Figura 10 – Residencial Dom Luciano e área conhecida como Loteamento Novo	106
Figura 11 – Escola Estadual Profª Daura de Carvalho à esquerda e Residencial Dom Luciano à direita com destaque para a condição das ruas de acesso	107
Figura 12 – Acesso à Escola Estadual Profª Daura de Carvalho.....	107
Figura 13 – Distritos do Município de Ouro Preto.....	114
Figura 14 – Município de Ouro Preto e Distritos	121
Figura 15 – Perímetros Urbanos de Ouro Preto, Antônio Pereira e Mariana.....	121
Figura 16 – Distrito de Antônio Pereira e Entorno – Áreas de mineração e Barragens.....	122
Figura 17 – Barragem de Doutor e o núcleo urbano de Antônio Pereira	124
Figura 18 – Barragem de Doutor ao fundo (destaque para a cortina d’água utilizada para diminuir o impacto da poeira sobre o distrito)	124
Figura 19 – Manifestação do dia 21 de junho de 2013.....	134
Figura 20 – Manifestação do dia 16 de junho de 2014.....	134
Figura 21 – Manifestação na Praça Tiradentes, dia 30 de abril de 2015	135
Figura 22 – Edificação da Escola Municipal de Educação Infantil.....	136
Figura 23 – Manifestação na porta da Escola Infantil no dia 16 de setembro de 2016.....	136
Figura 24 – Manifestação das mulheres ocorrida em 03 de novembro de 2016	137
Figura 25 – Cronologia das manifestações em Antônio Pereira	138
Figura 26 – Diagrama dos participantes da pesquisa	147
Figura 27 – Comunidade clama pela volta das atividades da Samarco.....	185
Figura 28 - Comunidade clama pela volta das atividades da Samarco	186

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População de Antônio Pereira por Sexo	109
Tabela 2 - População de Antônio Pereira por Faixa Etária	110
Tabela 3 – Número de Domicílios atendidos pelos Serviços Públicos Básicos.....	111
Tabela 4 – Receita Bruta do Município de Ouro Preto – Participação de Antônio Pereira entre 2013 e 2016	125
Tabela 5 – Arrecadação de ISSQN do Município de Ouro Preto – Participação de Antônio Pereira entre 2013 e 2016	126
Tabela 6 – Arrecadação de ICMS do Município de Ouro Preto – Participação de Antônio Pereira entre 2013 e 2016	127
Tabela 7 – Arrecadação de CFEM do Município de Ouro Preto – Participação de Antônio Pereira entre 2013 e 2016	129
Tabela 8 – Interposição de projetos de lei pelo legislativo de Ouro Preto entre 2010 e 2016	142

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Proporção da população de Antônio Pereira por faixa etária.....	110
Gráfico 2 - Proporção da população de Antônio Pereira por Cor ou Raça	111
Gráfico 3 – Responsáveis pelos Domicílios por Sexo e Alfabetização.....	112
Gráfico 4 – Número de Responsáveis pelos Domicílios Segundo a Faixa de Renda	113
Gráfico 5 – Número Total de Habitantes dos Distritos de Ouro Preto.....	115
Gráfico 6 – Número Total de Domicílios (particulares e coletivos) dos Distritos de Ouro Preto.....	115
Gráfico 7 – Proporção da População Autodeclarada de Raça ou Cor Preta.....	116
Gráfico 8 – Domicílios atendidos pela rede geral de esgoto ou rede pluvial	117
Gráfico 9 – Domicílios com energia elétrica.....	117
Gráfico 10 – Domicílios em Logradouro sem Identificação	118
Gráfico 11 – Domicílios em Logradouros sem Iluminação Pública	118
Gráfico 12 – Domicílios em Logradouro sem Pavimentação.....	118
Gráfico 13 – Domicílios em Logradouro sem Bueiro/ Boca-de-lobo	119
Gráfico 14 – Domicílios em Logradouro sem Arborização	119
Gráfico 15 – Domicílios em Logradouro com Esgoto a Céu Aberto	120
Gráfico 16 – Participação de Antônio Pereira na Receita Bruta de Ouro Preto.....	125
Gráfico 17 – Participação de Antônio Pereira na Arrecadação de ISSQN.....	127
Gráfico 18 – Participação de Antônio Pereira na Arrecadação de ICMS	128
Gráfico 19 – Participação de Antônio Pereira na Arrecadação da CFEM	129

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. OS IMPACTOS DA COLONIZAÇÃO SOBRE A AUTONOMIA E A LUTA DA CLASSE TRABALHADORA NO BRASIL	16
1.1 A colonização, o coronelismo e o patrimonialismo: de onde viemos?	18
1.2 A redemocratização e o novo marco regulatório da política urbana: o que mudou?	31
2. ESTADO, PLANEJAMENTO E PARTICIPAÇÃO NA ERA DAS “GOVERNANÇAS”	41
2.1 O Estado capitalista e suas dimensões de controle	42
2.2 Para além do “projeto democrático popular”: participar ainda é preciso!	54
3. O DIREITO À CIDADE NO MUNDO CONTEMPORÂNEO: A CENTRALIDADE DA LUTA URBANA	71
3.1 A atualidade do direito à cidade “lefebvriano”	71
3.2 Antecedentes das jornadas de junho de 2013: os limites da mediação na democracia brasileira e outros elementos	75
3.3 Os corpos no espaço: perspectivas da “ação coletiva” e dos “ciclos de confronto”	77
4. ANTÔNIO PEREIRA EM DEBATE: TRÊS SÉCULOS DE HISTÓRIA NA POEIRA DO MINÉRIO	83
4.1 O município de Ouro Preto: breve apresentação.....	83
4.2 Antônio Pereira: do berço colonial à frente da luta popular	91
4.3 Indicadores sociais e mineração no distrito: panorama geral.....	108
5. AS MOBILIZAÇÕES EM ANTÔNIO PEREIRA: O GERME DA INSURREIÇÃO PARA ALÉM DA METRÓPOLE	131
5.1 Breve análise do ciclo de lutas em Antônio Pereira – desdobramentos pós 2013	132
5.2 A pesquisa de campo: projeto, processo e prática	143
5.3 As vozes do lugar: contadores de sua própria história.....	148
5.4 Reflexões para uma prática local participativa e reivindicativa.....	178
5.4.1 <i>Perspectivas da ação direta no contexto local</i>	178
5.4.2 <i>Os desafios da luta institucional no município de Ouro Preto</i>	187
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	193
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	198
DOCUMENTOS SONOROS	205
APÊNDICE A – CONSIDERAÇÕES SOBRE AS MINERADORAS E O DISTRITO ANTÔNIO PEREIRA	207
APÊNDICE B – CESSÃO DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL	209

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO.....	210
APÊNDICE D – ROTEIRO GERAL DAS ENTREVISTAS	211
APÊNDICE E – SOLICITAÇÃO OFICIAL DE INFORMAÇÕES PARA PESQUISA DE MESTRADO – PREFEITURA	213
APÊNDICE F – SOLICITAÇÃO OFICIAL DE INFORMAÇÕES PARA PESQUISA DE MESTRADO	214

INTRODUÇÃO

O encerramento do século XX no Brasil foi acompanhado por uma intensa expectativa na ampliação da cidadania, por meio da inclusão dos atores sociais nos espaços formais de participação e representação. A aposta de amplos setores da classe trabalhadora e de diversos movimentos sociais numa transformação social via Estado teve como elementos decisivos o reestabelecimento do regime democrático, em 1988, e a eleição do Partido dos Trabalhadores (PT) para o governo federal, em 2002.

Contudo, longe de se tornar solução para o conflito de interesses, anunciando a vontade coletiva perante as pressões do capital, o modelo institucionalizado de participação acabou por legitimar o *modus operandi* do Estado capitalista e seus instrumentos de dominação e controle. Ao contrário da prometida ampliação da autonomia do sujeito político brasileiro com a sua incorporação na tomada de decisões, o modo de governar democrático-participativo abafou a soberania dos sujeitos que lograram elegê-lo.

No que tange ao planejamento urbano e à gestão das cidades, as transformações advindas da Constituição Federal (1988), do Estatuto da Cidade (2001), do Ministério das Cidades (2003) e de outros tantos marcos regulatórios e instrumentos participativos implantados no país nesse início de século, não serviram para refrear o processo de periferização e diminuir o abismo existente entre a “cidade legal” e a “cidade ilegal”. São incontáveis os obstáculos que impedem a aplicação dos instrumentos diretamente ligados à função social da propriedade e da cidade, enquanto a aplicação dos instrumentos que permitem a livre associação do capital público ao privado, principalmente para a valorização desse último, é frequentemente facilitada.

O aprofundamento da segregação socioespacial atinge desde as macroesferas das metrópoles até as microescalas, tal como ocorre no distrito Antônio Pereira, pertencente ao município de Ouro Preto, MG, que será abordado nesta pesquisa. A cada dia torna-se mais evidente o formalismo dos direitos sociais afirmados pela Constituição Federal tais como “a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer e a segurança” (BRASIL, 1988). Vivemos uma irreversível situação de crise urbana.

A chegada do século XXI, portanto, não apontava para mudanças significativas nas condições de vida dos trabalhadores, explorados e oprimidos: mantinha-se em curso a ampliação da desigualdade social, o aprofundamento da segregação socioespacial, a periferização, o fortalecimento da propriedade privada e o cerceamento do espaço público.

Entretanto, esse modelo de irrestrita aplicação de contrarreformas sem resistência popular começou a dar sinais de esgotamento.

Diante da permanente superposição dos interesses individuais sobre os interesses coletivos, o espaço urbano renasceu enquanto palco de confrontos políticos e fez ressurgir na cena urbana a luta pelo direito à cidade. Buscando associar as diversas demandas sociais numa pauta única (moradia, transporte, lazer, cultura etc.), os movimentos sociais urbanos vêm reativando a expressão “direito à cidade”, no sentido de articular forças e aumentar o seu poder de enfrentamento e barganha frente ao Estado e ao capital (principalmente em suas formas imobiliária e financeira, que se valorizam por meio da espoliação urbana). Trata-se, portanto, de uma luta pela democratização da cidade, pelo acesso amplo e irrestrito aos serviços, equipamentos, ao espaço e à vida urbana. Contudo, o direito à cidade pode e deve ir além. Retomando o fundamento original delineado por Henri Lefèbvre, o direito à cidade, ainda que contemple as conquistas imediatas, deve abarcar o direito a reinventar e recriar a cidade num sentido revolucionário configurando-se como parte de uma luta anticapitalista.

Em meio ao ressurgimento, ainda que embrionário, dos movimentos sociais urbanos e da luta pelo direito à cidade, e diante das poucas possibilidades de modificação das condições de vida por meios representativos, o ressurgimento da manifestação popular, pautada pela ação direta e pela desobediência civil (historicamente utilizadas como instrumento de reivindicação e luta), voltou à cena pública irrompendo com a paralisia social e a passividade da classe trabalhadora (entendida em suas múltiplas variações). Em junho de 2013, abriu-se no Brasil um ciclo de lutas inspirado na forte onda de mobilizações que, desde 2011, inundavam o cenário do capitalismo globalizado de novas experiências de enfrentamento e resistência popular contra governos e regimes que se impunham às classes subalternas.

Aumentaram-se as tensões sociais e as mobilizações de vanguarda contra o aumento da passagem tornaram-se imensas mobilizações por direitos sociais. A ocupação não só das ruas, como também dos espaços institucionais, se tornou uma constante. As novas oportunidades políticas abertas inspiraram novos atores a se envolverem na ação coletiva, alimentando um “ciclo de confrontos”. As mobilizações e ocupações preencheram o cenário político nacional entre 2013 e 2016. Embora a passividade tenha retornado em 2017, não se pode dizer que o ciclo de lutas se fechou; a classe dominante apertou o cerco político-ideológico para garantir sua hegemonia e alterou a correlação de forças, mas as tensões sociais permanecem latentes.

Há, portanto, uma mudança político-social em curso. A participação e a interação da população nos espaços de decisão e controle social têm sido questionadas por uma parte da

classe trabalhadora, ainda que de forma difusa e ainda pouco consistente. A piora das condições de vida e de trabalho cada vez mais constantes, somadas aos limites de mediação da democracia moderna cada vez mais visíveis, escancarou o mito da cidadania plena. O acirramento das tensões sociais pode suscitar uma “ordem social nova”, mas também abre espaço para o aprofundamento da repressão e do retorno de valores conservadores e retrógrados.

A partir desses elementos, a título de objetivo geral, buscou-se analisar em que medida as lutas institucionais e as experiências contemporâneas de ação coletiva contribuem para o surgimento de projetos contra-hegemônicos e iniciativas de auto-organização popular. Para tanto, utilizou-se a experiência de luta popular ocorrida entre 2013 e 2016 em Antônio Pereira, Ouro Preto, MG, que correlacionou ação direta, ocupação do espaço, luta urbana e desobediência civil suscitando um movimento do sujeito político subalternizado no sentido da reapropriação de sua autonomia.

Quanto aos objetivos específicos da pesquisa, destacam-se: elaborar apontamentos sobre a cidadania retomando os principais aspectos das lutas sociais pela consolidação dos direitos no Brasil; analisar o papel do Estado, da democracia e do planejamento urbano no capitalismo assim como os limites e as possibilidades do espaço institucionalizado de participação popular; apresentar um panorama geral das condições de vida em Antônio Pereira, Ouro Preto/MG, associando os elementos objetivos às interferências socioterritoriais; destacar e ressaltar os elementos subjetivos que predominam entre a população local; analisar a necessidade da auto-organização popular para a superação da ordem hegemônica contemporânea e para a construção do direito à cidade na perspectiva lefebvriana da emancipação.

O desenvolvimento da pesquisa contou, inicialmente, com uma revisão bibliográfica sobre o tema da reforma urbana no Brasil, com destaque para o arcabouço legal e jurídico conquistado pelos movimentos sociais da década de 1980, buscando concatenar a luta urbana com a trajetória da cidadania, a partir da realidade do sujeito político brasileiro subalternizado por uma ordem colonial, patrimonialista e coronelista (Capítulo 1). Em seguida, avançou-se para a caracterização do espaço institucional, limites e possibilidade, tomando como elemento central o Estado na sua forma capitalista e seus mecanismos de dominação e controle (Capítulo 2). Dentro da perspectiva das possibilidades, seguem-se as abordagens sobre o direito à cidade e as mobilizações no Brasil, trazendo os elementos das jornadas de junho de 2013 e algumas das categorias de análise da Teoria do Confronto Político, ressaltando, ainda,

a centralidade da luta urbana no contexto contemporâneo das lutas anticapitalistas (Capítulo 3).

A segunda parte da pesquisa (Capítulos 4 e 5) foi dedicada ao estudo de Antônio Pereira, distrito de Ouro Preto, MG, tratado neste trabalho como um exemplo de periferização em outras escalas. O distrito, que tem aproximadamente cinco mil habitantes, tem sido alvo, juntamente com o município de Mariana (e seus distritos), das intensivas atividades de exploração de minério de ferro da Samarco e da Vale por meio dos grandiosos complexos Timbopeba e Alegria. Vizinho de Bento Rodrigues – subdistrito de Mariana destruído pelo rompimento da barragem de Fundão – o perímetro urbano de Antônio Pereira guarda intensa relação de proximidade territorial com as barragens de rejeitos da mineração. Altamente dependente da exploração mineral, tanto em termos econômicos quanto sociais, o distrito, que gera um alto contingente de impostos para Ouro Preto, chama a atenção pela carência generalizada em termos de infraestrutura, equipamentos urbanos e comunitários e serviços públicos.

Contudo, ao contrário do quadro histórico de paralisia e passividade social, o distrito tem sido recorrentemente palco de lutas populares por melhores condições de vida acompanhando o quadro nacional de mobilizações que se abriu em 2013. Entretanto, o olhar deslocado da metrópole nos distancia da efervescência política e da diversidade organizativa e nos coloca diante de uma realidade impregnada de amarras na qual as leis do coronelismo e do patrimonialismo vigoram sem sutilezas e disfarces. Nesse sentido, a insurreição de Antônio Pereira se apresentou como um rico despertar de subjetividades, capaz de apresentar elementos importantes no que diz respeito aos desafios da auto-organização popular. Por esse motivo, buscou-se analisar como o ciclo de lutas aberto no Brasil em junho de 2013 estimulou a ação dos sujeitos políticos de Antônio Pereira, que vivenciam essa realidade de exclusão socioespacial e de subordinação à exploração mineral desde o século XVIII.

A estrutura metodológica da pesquisa de campo buscou assimilar tanto os elementos objetivos quanto os elementos subjetivos dessa realidade local. Quanto aos elementos objetivos, primeiramente foi traçado um panorama geral do município de Ouro Preto, incluindo aspectos históricos, marcos regulatórios, política urbana, participação popular e movimentos sociais e comunitários. Em seguida, partiu-se para a apresentação do distrito por meio de uma síntese dos materiais acessados, quais sejam: dados, documentos, história oficial, leis, decretos, indicadores sociais, mapa da mineração na região, impacto econômico da atividade mineral, entre outros (Capítulo 4).

Os aspectos subjetivos – embora apareçam num segundo momento no corpo do texto – foram o primeiro contato da pesquisa com o campo, precedendo, inclusive, o acesso aos materiais e dados objetivos apontados anteriormente. Os elementos subjetivos cumpriram um papel fundamental na construção da investigação, uma vez que se tentou materializar a discussão sobre autonomia e saber popular que perpassou os capítulos anteriores, buscando garantir que os elementos da narrativa popular, da memória individual e coletiva pudessem ser partes constitutivas da história local balizando o enredo da pesquisa. Para tanto, foram realizadas vinte e uma entrevistas semiestruturadas que seguiram o método da história oral a fim de reconstruir os momentos das mobilizações, os cenários, as motivações e os primeiros desdobramentos das experiências vividas. Os participantes foram devidamente informados sobre a relevância das narrativas na composição da pesquisa e autorizaram a utilização dos depoimentos por meio da assinatura de um Termo de Cessão de Direitos sobre Depoimento Oral cujo modelo encontra-se no APÊNDICE C.

Para aproximar leitores e entrevistados, as narrativas são apresentadas de forma linear e a presença do pesquisador se restringe à seleção dos trechos e seu devido direcionamento temático; uma tentativa de proporcionar voz ativa àqueles e àquelas que participaram diretamente do processo de investigação, preservando ao máximo os elementos narrados em seu conteúdo, originalidade e livre expressão (Capítulo 5). Por fim, em relação ao espaço institucionalizado de participação popular, em complementariedade às discussões anteriores, foram feitas considerações sobre os limites e possibilidades da luta institucional em Ouro Preto a partir de uma observação realizada no Curso de Conselheiros Municipais, ocorrido em abril de 2017 (Capítulo 5).

A investigação realizada apontou elementos que ajudam a compreender a necessária articulação entre a ação direta e a luta institucional. A ação direta enquanto gatilho para despertar a auto-organização da classe trabalhadora e a ocupação dos espaços institucionalizados de participação popular como reafirmação do poder coletivo direto ou indireto, político ou simbólico, de enfrentamento e/ou resistência frente ao Estado e suas instituições. O caminho para a construção de uma nova ordem social deve estar pautado pelas experiências de organização popular que associem a resistência da luta institucional à ação coletiva nas ruas, consolidando espaços de voz e vez da classe trabalhadora, preparando o terreno para aspirações mais ambiciosas, que pautem a transformação social e a superação da exploração e da opressão.

1. OS IMPACTOS DA COLONIZAÇÃO SOBRE A AUTONOMIA E A LUTA DA CLASSE TRABALHADORA NO BRASIL

[...] Progrediremos todos juntos, muito em paz
 Sempre esperando a vez na fila dos normais
 Passar no caixa, voltar sempre, comprar mais
 Que bom ser parte da maquinaria!
 Teremos muros, grades, vidros e portões
 Mais exigências nas especificações
 Mais vigilância, muito menos exceções
 Que lindo acordo de cidadania! [...] (SIBA, 2014)¹

Ao iniciar a análise histórica da conformação da cidadania no Brasil, José Murilo de Carvalho (2008) aponta o quanto de ingenuidade havia no entusiasmo gerado pela redemocratização das instituições brasileiras após o fim da ditadura militar em 1985, que logrou a população confiar à liberdade e à participação a solução dos problemas sociais brasileiros. O exponencial crescimento das cidades e a crise urbana, que se reflete principalmente nas metrópoles, ao contrário do esperado não diminuiu, mas se agudizou profundamente a partir da intensificação da violência urbana, do desemprego, do analfabetismo, da falta de condições de saneamento e de serviços de saúde e da ampliação das desigualdades sociais e econômicas. Assim, ressalta o autor que “o fenômeno da cidadania é complexo e historicamente definido” (CARVALHO, 2008, p.8) e acrescenta que “[...] a liberdade e a participação não levam automaticamente, ou rapidamente, à resolução de problemas sociais. Isso quer dizer que a cidadania inclui várias dimensões e que algumas podem estar presentes sem as outras” (CARVALHO, 2008, p.9).

Uma das definições de cidadania remete a três categorias de direitos: direitos civis, políticos e sociais². Os direitos civis garantem as liberdades individuais e as relações civilizadas entre as pessoas; os direitos políticos referem-se à participação do cidadão nas instâncias de governo e na organização política da sociedade; os direitos sociais garantem a justa distribuição das riquezas produzidas sendo, portanto, porta-voz da ideia da justiça social. A cidadania plena seria alcançada por meio da coexistência e efetividade desses três direitos,

¹ A letra de “Marcha Macia” foi composta pelo músico Sérgio Roberto Veloso de Oliveira, conhecido como Siba. As rimas de tom político caracterizam o disco “De Baile Solto” gravado ao final do ano de 2014. Segundo o músico, conforme entrevista dada em maio de 2015, a letra aborda “[...] situações de questionamento sobre a força desleal, o poder da grana e da cultura do medo, da gentrificação e do classismo como algo capaz de separar as pessoas. São assuntos que me afetaram igualmente e falam dessa impossibilidade de construirmos um mundo menos segregado, menos ruim de viver [...]”. Disponível em: <https://noisey.vice.com/pt_br/article/64we7n/guitarra-maracatu-e-politica-entrevista-siba>. Acesso em 21 ago. 2016.

² Essa definição de cidadania a partir da associação de três categorias de direitos foi desenvolvida pelo sociólogo britânico T. H. Marshall na publicação “Cidadania, classe social e status”. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

ou seja, liberdade, participação e igualdade para todos. Contudo, como ressalta Carvalho (2008), essa combinação é um ideal talvez inatingível.

Carlos Nelson Coutinho (2005) afirma que ocorre uma profunda articulação entre cidadania e democracia, sendo a democracia um sinônimo de soberania popular e a cidadania a capacidade dos indivíduos “[...] de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado” (COUTINHO, 1999, p.42). Aqui, nos interessa retomar a ideia defendida por Coutinho e anteriormente por Carvalho, de que os direitos são fenômenos sociais resultantes do desenvolvimento histórico. Embora necessitem ser assumidos pelas instituições e pelo Estado nas Constituições e nos códigos para que sejam positivados, “os direitos têm sempre sua primeira expressão na forma de expectativas de direito, ou seja, de demandas que são formuladas, em dado momento histórico determinado, por classes ou grupos sociais” (COUTINHO, 1999, p.44).

Essa constante e necessária pressão pela efetivação dos direitos e pelo atendimento às demandas da população nos retorna ao fato de que a cidadania não é conquistada uma única vez e não é estabelecida pelo Estado. Quando parcialmente conquistada, é resultado de um longo processo histórico de luta permanente de trabalhadores e trabalhadoras, oprimidos e explorados pelo sistema social. A autora Evelina Dagnino (1994) acrescenta ainda que “não há essência única imanente ao conceito de cidadania, que o seu conteúdo e significado não são universais, não estão definidos e delimitados previamente, mas respondem à dinâmica dos conflitos reais, tais como vividos pela sociedade num determinado momento histórico”³.

Assim, Coutinho defende que os direitos políticos e sociais, principalmente, são indiscutivelmente conquistas das lutas da classe trabalhadora e, por isso, não podem ser mecanicamente taxados de instrumentos da burguesia para legitimar a sua dominação, embora afirme que “[...] em determinadas conjunturas, a depender da correlação de forças, a burguesia use as políticas sociais para desmobilizar a classe trabalhadora, para tentar cooptá-la [...]” (COUTINHO, 1999, p.51).

O Capítulo em questão busca, dessa forma, aprofundar no entendimento sobre o desenvolvimento dos direitos civis, políticos e sociais no Brasil a fim de identificar em quais contextos a correlação de forças levou à vitória da classe trabalhadora, dos explorados e

³ DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: Anos 90: política e sociedade no Brasil, 1994, pp.103-115. Disponível em: <[http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/files.do?evento=download&urlArqPlc=os movimentos sociais e a emergencia de uma nova nocao de ci.pdf](http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/files.do?evento=download&urlArqPlc=os%20movimentos%20sociais%20e%20a%20emergencia%20de%20uma%20nova%20nocao%20de%20ci.pdf)>. Acesso em: 15 jul. 2016.

oprimidos, e em quais contextos o Estado cooptou, desmobilizou e refreou lutas e processos históricos de transformação. Entender a cidadania nos moldes do capitalismo significa desde já entender que tanto os ganhos quanto as perdas são temporários, mas que tendem a seguir o rumo da ordem hegemônica de manutenção de uma sociedade de classes com a qual a universalização dos direitos é incompatível.

Assim, concorda-se com Carvalho e com Coutinho quanto à avaliação de que a ampliação da cidadania se contrapõe à lógica do capital e que é um ideal inatingível sob o capitalismo. Contudo, buscaremos investigar se os apontamentos de Coutinho quanto à tendência predominante de “ampliação progressiva das vitórias da economia política do trabalho sobre a economia política do capital” (COUTINHO, 1999, p.53) se faz, de fato, presente, principalmente em relação à liberdade, participação e igualdade de todos no espaço urbano e em relação ao direito à cidade.

1.1 A colonização, o coronelismo e o patrimonialismo: de onde viemos?

Seria fácil dizer que a herança escravista foi sempre o grande obstáculo para a igualdade, com o que se estará dizendo uma meia-verdade: o Sul dos Estados Unidos foi tão ou mais escravista que o Nordeste brasileiro – lá chegou-se até a fazenda de criação de escravos [...] Mas o Sul norte-americano, sob a pressão hegemônica no Norte industrializado, finalmente venceu a barreira escravista, cujo epílogo foi a brava campanha de direitos civis da segunda metade do século XX. Nossa cordialidade, que resolveu a abolição sem sangue – de novo, os escravos sabiam o que queria dizer isso – não foi capaz de impor ao Norte – nos adverte Evaldo Cabral de Melo que Nordeste é uma invenção do século XX – escravista a ética do Sudeste industrializado⁴ (OLIVEIRA, 2013, p.71).

A conformação das oligarquias políticas e das oligarquias regionais dos grandes proprietários de terra, responsáveis pela política de favorecimento da classe dominante que se faz presente até hoje, tem origem secular e remonta da colonização do Brasil.

No século XVI, a primeira atividade lucrativa a ser implantada no Brasil Colônia, a produção de açúcar, foi caracterizada pela necessidade de grandes capitais, fornecido pelos senhores de engenho, e pela necessidade de grande quantidade de mão de obra, obtida por meio da escravização de africanos. Sob a exploração dos escravos, o grande latifúndio monocultor e exportador se consolidou e ampliou suas bases de dominação absoluta por pelo menos dois séculos, até que a exploração do ouro tornou-se relevante (CARVALHO, 2008, p.18).

⁴ Trecho extraído do texto “O Estado e a exceção ou o Estado de exceção” de Francisco de Oliveira, que foi apresentado em 2003, na conferência de abertura do X Encontro Nacional da ANPUR – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, e reproduzido em 2013, em BARROS, J.; DA SILVA E. B.; DUARTE L. (Org.). Cidades e conflito: o urbano na produção do Brasil Contemporâneo - Francisco de Oliveira e Cibele Saliba Rizek. 1ed. Rio de Janeiro: FASE – Solidariedade e Educação, 2013, v. 1.

Os dados sobre a importação de escravos e sobre a dizimação dos indígenas são importantes para entendermos o quadro da desigualdade social na era da colonização do território brasileiro. Segundo Carvalho (2008), entre a segunda metade do século XVI e o ano da Independência (1822), foram importados aproximadamente três milhões de escravos. Dos quatro milhões de índios existentes à época da colonização, aponta-se que em 1823 restavam menos de um milhão. Havia, portanto, um abismo social entre os habitantes brasileiros, cada vez mais divididos entre senhores e escravos já que a população legalmente livre também dependia dos grandes proprietários para viver, seja quanto à oferta de moradia, trabalho, segurança e proteção. Tal relação de subalternidade e dependência da classe menos favorecida se estende até os dias atuais, perpetuando o sistema de poder conhecido como “coronelismo”, sistema no qual prevalece o paternalismo, o filhotismo, o mandonismo, o falseamento do voto e a desorganização dos serviços públicos locais, conforme aponta Victor Nunes Leal (LEAL, 2012, p.44).

A justiça e as eleições serviam apenas aos poderosos, nas palavras de Carvalho (2008), aos “potentados”, e serviam de instrumento de poder pessoal. Assim, permaneceriam até o século XX, com a aristocracia e as oligarquias ocupando os cargos políticos e as funções judiciárias. O poder do governo, contudo, não adentrava ao grande latifúndio, que tinha suas próprias leis. Ao contrário do conflito que poderia haver entre tais poderes, o que predominava era a dependência mútua e o conluio entre a aristocracia e a oligarquia fundiária (CARVALHO, 2008, p.22).

As perspectivas de mudança eram pequenas se considerarmos que, conforme Carvalho,

Nos países em que a cidadania se desenvolveu com mais rapidez, inclusive na Inglaterra, por uma razão ou outra a educação popular foi introduzida. Foi ela que permitiu às pessoas tomarem conhecimento de seus direitos e se organizarem para lutar por eles. A ausência de uma população educada tem sido sempre um dos principais obstáculos à construção da cidadania civil e política. (CARVALHO, 2008, p.11)

A precariedade e o descaso pela educação primária associados à proibição das universidades na colônia – que durou até 1808 – revelam uma situação discrepante em relação ao desenvolvimento das colônias espanholas nas quais já haviam sido implantadas pelo menos 23 universidades, onde tinham se formado cerca de 150 mil pessoas. Os brasileiros formados em Coimbra, entre 1772 e 1872, não ultrapassaram o número de 1.242 estudantes e apenas 16% da população brasileira era alfabetizada (CARVALHO, 2008, p.23). Tal situação adversa não está tão distante dos dias atuais se lembrarmos que somente em 1985 os analfabetos

recuperaram o direito de votar⁵, em caráter facultativo, por meio da Emenda Constitucional nº 25, consolidada na Constituição de 1988, por meio do Capítulo V “Dos Direitos Políticos”, art.14,

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

I - plebiscito;

II - referendo;

III - iniciativa popular.

§ 1º O alistamento eleitoral e o voto são:

I - obrigatórios para os maiores de dezoito anos;

II - facultativos para:

a) os analfabetos;

b) os maiores de setenta anos;

c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos (BRASIL, 1988).

Vale ressaltar, também, que a Constituição de 1988 não alterou a inelegibilidade dos analfabetos conforme o mesmo artigo, § 4º, “São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos” (BRASIL, 1988), mantendo, portanto, um direito político mutilado para 8,3% da população brasileira conforme os dados do IBGE para o analfabetismo em 2014⁶.

Assim, os aproximados 300 anos de colonização que se estenderam até a Independência não proporcionaram o surgimento de uma sociedade política no Brasil, retardando as lutas sociais e os processos de organização coletiva da classe subalternizada e explorada. Dessa maneira, o cidadão brasileiro teve limitado o seu desenvolvimento enquanto um sujeito político autônomo, livre da dependência econômica e cultural da aristocracia dominante, envolvido na participação ativa e no controle da vida social. Conforme Carvalho,

Os direitos civis beneficiavam a poucos, os direitos políticos a pouquíssimos, dos direitos sociais ainda não se falava, pois a assistência social estava a cargo da Igreja e de particulares. Foram raras, em consequência, as manifestações cívicas durante a Colônia. Excetuadas as revoltas escravas, das quais a mais importante foi a de Palmares, esmagada por particulares a soldo do governo, quase todas as outras

⁵ O Direito ao voto no período colonial e no Império, submetido aos mandos das oligarquias fundiárias e das aristocracias governantes dependia dos votos dos analfabetos visto que estes configuravam a grande maioria da população. Conforme aponta José Murilo de Carvalho, até 1872 apenas 16% da população era alfabetizada. Contudo, ao final do período do Império, a “Lei Saraiva” (Decreto nº 3.029, de 9 de janeiro de 1881) além da criação do título de eleitor e da adoção de eleições diretas para os cargos eletivos do Império, estabeleceu o “censo literário” proibindo os analfabetos de votar. Tal proibição permaneceu por todo o período da primeira república, se manteve na “Era Vargas” e só veio a ser questionado em 1964, pelo Presidente João Goulart, que enviou mensagem ao Congresso Nacional para que fosse reconhecido o direito do analfabeto de votar e de ser votado. Embora o presidente Castelo Branco tenha proposto ao Congresso o voto facultativo dos analfabetos nas eleições municipais, tal condição não foi alterada até a redemocratização em 1985. (Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2013/Abril/serie-inclusao-a-luta-dos-analfabetos-para-garantir-seu-direito-ao-voto-na-republica>>. Acesso em 27 jul. 2016).

⁶ Dado referente às pessoas de 15 anos ou mais. (Disponível em: <<http://brasilemsintese.ibge.gov.br/educacao/taxa-de-analfabetismo-das-pessoas-de-15-anos-ou-mais.html>> Acesso em: 27 jul. 2016).

foram conflitos entre setores dominantes ou reações de brasileiros contra o domínio colonial⁷ (CARVALHO, 2008, p.24).

Nesse contexto de escassa inserção política da população, a Independência do Brasil se deu nos marcos de um acordo entre a elite nacional, a coroa portuguesa e a Inglaterra, com a manutenção da monarquia enquanto forma de governo. O constitucionalismo, enquanto ordenamento jurídico baseado na presença de um governo representativo sustentado pelo voto foi implantado para afastar qualquer possibilidade de revolta ou rebelião popular. Houve a separação dos poderes políticos e a formalização da Constituição enquanto conjunto de normas fundamentais do Estado.

A Constituição de 1824 não ousou modificar a base de sustentação da sociedade colonial e a escravidão não foi sequer mencionada. No entanto, a ampliação do voto à população masculina livre, inclusive para os analfabetos, modificou a situação anterior, e o direito político formal foi ampliado. A ampliação formal do direito ao voto se deu sem que o cidadão brasileiro pudesse votar com autonomia. Segundo Carvalho,

Os brasileiros tornados cidadãos pela Constituição eram as mesmas pessoas que tinham vivido os três séculos de colonização nas condições que já foram descritas. Mais de 85% eram analfabetos, incapazes de ler um jornal, um decreto do governo, um alvará da justiça, uma postura municipal. Entre os analfabetos incluíam-se muitos dos grandes proprietários rurais. Mais de 90% da população vivia em áreas rurais, sob o controle ou a influência dos grandes proprietários. Nas cidades, muitos votantes eram funcionários públicos controlados pelo governo. Nas áreas rurais e urbanas, havia ainda o poder dos comandantes da Guarda Nacional [...]. Nela combinavam-se as influências do governo e dos grandes proprietários e comerciantes. Era grande o poder de pressão de seus comandantes sobre os votantes que eram seus inferiores hierárquicos (CARVALHO, 2008, p.32).

Assim, Carvalho aponta que votar, muitos votavam, mas não para exercer o direito de cidadão e escolher representantes, mas para consolidar no poder a aristocracia e as oligarquias dominantes que se conciliavam em um sistema autoritário, violento e associado às instâncias institucionalizadas recém-inauguradas.

As eleições eram violentas, pois não se podia perder o domínio político local. “Tratava-se, então de mobilizar o maior número possível de dependentes para vencer as eleições” (CARVALHO, 2008, p.33). Mas o voto, sinônimo de obediência e fidelidade, foi tomando novas proporções à medida que o eleitorado percebia a importância desse ato político formal. A confiança, a lealdade e a imposição logo deram lugar à cobrança de recompensas pelo voto, que se tornava mais caro à medida que a autonomia desse sujeito político brasileiro avançava. A transformação do voto em mercadoria pode ser entendida, no

⁷ Destaca-se já ao final do século XVIII e início do século XIX a Inconfidência Mineira (1789), a Revolta dos Alfaiates (1798) e a Revolta em Pernambuco (1817) (CARVALHO, 2008, p.24).

contexto aqui proposto, como um despertar do sujeito colonizado para sua autonomia, uma vez que esse sujeito estava até então submetido as mais variadas formas de dependência e dominação.

Esse impulso de autonomia sobre a participação política, mesmo que para barganhar melhores recompensas pelo voto, logo levantou questões em torno à “necessária” restrição ao direito de participação que já era relativamente restrita. “Tratava-se, sobretudo, de reduzir o eleitorado à sua parte mais educada, mais rica e, portanto, mais independente. Junto com a eliminação dos dois turnos, propunham-se o aumento da exigência de renda e a proibição do voto do analfabeto” (CARVALHO, 2008, p.33). E assim foi feito em 1881. A exclusão dos analfabetos do direito de votar afetou 80% da população votante. Enquanto em 1872 votaram 13% da população brasileira, em 1886 votaram apenas 0,8% da população (CARVALHO, 2008, p.39).

A discussão sobre a abolição da escravidão, que se iniciou em 1884, levou quatro anos para se consolidar (1888). Ao contrário da configuração social à época da Independência, quando os escravos totalizavam 30% da população, em 1887, o número de escravos já estava reduzido a 5% da população (CARVALHO, 2008, p.47). Mesmo com a abolição e com os debates suscitados pelos movimentos abolicionistas, a liberdade individual – estandarte do liberalismo e máxima expressão dos direitos civis – ainda não se expressava no Brasil. Aos escravos libertos, não foram dadas condições de liberdade real: nem escolas, nem terras, nem trabalho, tampouco participação civil e política. Conforme Carvalho,

As consequências da escravidão não atingiram apenas os negros. Do ponto de vista que aqui nos interessa – a formação do cidadão –, a escravidão afetou tanto o escravo como o senhor. Se o escravo não desenvolvia a consciência de seus direitos civis, o senhor tampouco o fazia. O senhor não admitia os direitos dos escravos e exigia privilégios para si próprio. Se um estava abaixo da Lei, o outro se considerava acima. A libertação dos escravos não trouxe consigo igualdade efetiva. Essa igualdade era afirmada na lei, mas negada na prática. Ainda hoje, apesar das leis, aos privilégios e arrogâncias de poucos correspondem o desfavorecimento e a humilhação de muitos. (CARVALHO, 2008, p.53)

A chegada da República (1889) em nada modificou os direitos civis, a participação política e as condições do eleitorado brasileiro, que não abarcava os analfabetos, as mulheres, os mendigos, os soldados e os membros da ordem religiosa. “Na última eleição presidencial da Primeira República, em 1930, quando o voto feminino⁸ já fora adotado pela maioria dos países europeus, votaram no Brasil apenas 5,6% da população” (CARVALHO, 2008, p.40).

⁸ O voto feminino foi introduzido no Brasil em 1932, pelo Código Eleitoral, e configurava-se em ato facultativo. Tal direito político foi constitucionalizado em 1934 e foi tornado obrigatório para mulheres que estivessem no exercício de funções públicas remuneradas, permanecendo ato facultativo para as demais. Em 1937, o voto tornou-se obrigatório para as mulheres que desenvolviam atividades lucrativas e só em 1946 passou a ser

Houve um retrocesso na participação. A República emplacou o modelo federativo que se baseava na descentralização da administração em poderes estaduais:

A descentralização facilitou a formação de sólidas oligarquias estaduais, apoiadas em partidos únicos, também estaduais. Nos casos de maior êxito, essas oligarquias conseguiram envolver todos os mandões locais, bloqueando qualquer tentativa de oposição política. As alianças das oligarquias dos grandes estados, sobretudo de São Paulo e Minas Gerais, permitiu que mantivessem o controle da política nacional até 1930. (CARVALHO, 2008, p.41)

A transferência da dominação do escravo para a dominação da terra já havia sido realizada antes mesmo da proclamação da República. O autor Miguel Lanzellotti Baldez (1998) em seu texto “A luta pela terra urbana” aborda a trajetória da política urbana no Brasil e ressalta a importância do momento da regulamentação das terras, da formação da grande propriedade e das oligarquias fundiárias. A realidade mercantil e escravocrata que prevalecia nas ex-colônias apresentava sinais de mudança.

Na Europa, o capitalismo industrial efervescente já despertava a mobilização e a organização dos trabalhadores assalariados por direitos e condições de trabalho. O capitalismo mercantilista, que caracterizou as relações econômicas dos países colonizados até meados do século XIX, baseados no trabalho escravo enquanto meio de produção, começou a se transformar para dar espaço ao monopólio da terra e à constituição do latifúndio, o que garantiria a formação da base do trabalho assalariado.

A partir de então, a “escravização” da terra, apoiada no legalismo institucional e na produção jurídica que buscava demarcar o acesso restrito à propriedade, fortaleceu as bases do incipiente capitalismo industrial antes que a abolição da escravidão estivesse contemplada, impedindo que os pobres e que os escravos tivessem acesso à terra, transformando-os numa massa de subalternizados e excluídos, reféns do trabalho assalariado enquanto único meio de subsistência. A Lei de Terras, de 1850, que transformou a terra em uma mercadoria disponível apenas aos detentores do capital, consolidou uma negociação que teve como principal objetivo manter as elites no poder, trocando a escravização dos negros pela escravização da terra.

Observa-se, assim, o quanto as leis e o cerco jurídico foram fundamentais na concretização desse novo modelo de exploração da terra que se configuraria como novo marco da acumulação capitalista na era da industrialização,

Duas leis, rigorosamente articuladas entre si, são os fundamentos dessa transformação: a Lei Euzébio de Queiróz, de extinção do tráfico antigo negreiro, e a Lei nº 601, de 18 de setembro, ambas de 1850, regulada, a das terras, pelo Decreto nº 1.318, de 30.01.1854. Vale uma ligeira leitura do teor da ementa da Lei nº 601: “Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de estrangeiros, autorizado o governo a promover a colonização estrangeira na forma que declara” (BALDEZ, 1998, p.73).

A grande propriedade foi o símbolo do poder econômico na Primeira República. Em 1920, 70% da população trabalhava nas atividades agrícolas que eram predominantemente voltadas para a exportação. Os grandes proprietários exerciam o controle sobre os trabalhadores tratados como súditos, dependentes, e não como cidadãos brasileiros. As oligarquias mais sólidas se encontravam no Nordeste, onde se concentrava a produção de açúcar. Na Bahia, não havia espaço para a intromissão do governo do estado nas relações entre os coronéis.

Em Minas Gerais e em São Paulo, foram engendradas pelos imigrantes europeus, que trabalhavam na produção de café, as primeiras greves rurais, possibilitando um novo e importante momento de ativação da autonomia do trabalhador brasileiro enquanto sujeito político em formação. Em contraposição ao movimento insurgente, os coronéis se articularam com o poder do Estado para garantir os seus interesses consolidando um perfeito sistema político de controle: o coronelismo (CARVALHO, 2008, p.55).

A concentração da propriedade rural cumpre um papel fundamental na sustentação do sistema de controle e poder e permanece já no início do século XX, enquanto base de sustentação econômica e de exploração do trabalho da classe expropriada, conforme aponta LEAL (2012), a partir da análise dos dados obtidos no censo agrícola de 1940,

Nem todo proprietário rural possui uma propriedade só. Admitindo-se, porém, com desvantagem, que assim seja, verifica-se que os pequenos e ínfimos proprietários (até 50 ha), representando cerca de três quartos dos donos de terras (74,83%), possuem apenas 11% da área total dos estabelecimentos agrícolas do país. Da área restante (89%), apenas uma parte pequena (15,90%) pertence aos proprietários médios, tocando nada menos de 73,10% da área total aos grandes proprietários (de 200 ha e mais), que representam somente 7,80% do número total dos proprietários. Reunidos, os médios e os grandes proprietários representam pouco mais de um quarto dos donos de terras e suas propriedades cobrem quase nove décimos da área total dos estabelecimentos agrícolas (LEAL, 2012, p.29).

A representação política na Primeira República ficou, portanto, marcada pelo coronelismo – aliança entre os chefes políticos locais, os presidentes dos estados e o presidente da República – e pelas práticas eleitorais fraudulentas que mantinham o “paraíso das oligarquias” (CARVALHO, 2008, p.41). As alianças entre as oligarquias políticas e os

grandes proprietários de terras para a manutenção de seus privilégios e do seu poderio levaram à consolidação de um Estado essencialmente patrimonialista.

Basílio de Magalhães (1946), sobre o vocábulo “coronelismo”, assim disserta:

O vocábulo “coronelismo”, introduzido desde muito em nossa língua com acepção particular, de que resultou ser registrado como “brasileirismo” nos léxicos aparecidos do lado de cá do Atlântico, deve incontestavelmente a remota origem do seu sentido translato aos autênticos ou falsos “coronéis” da extinta Guarda Nacional. Com efeito, além dos que realmente nela ocupavam tal posto, o tratamento de “coronel” começou desde logo a ser dado pelos sertanejos a todo e qualquer chefe político, a todo e qualquer potentado. Até a hora presente, no interior do nosso país, quem não fora diplomado por alguma escola superior (donde o “doutor”, que legalmente não cabe sequer aos médicos apenas licenciados) gozará fatalmente, na boca do povo, das honras de “coronel” (MAGALHÃES, 1946 apud LEAL, V. N., 7ª ed., 2012, p.19).

Segundo Leal (2012), havia uma reciprocidade entre o sistema público (governo) e o sistema privado (proprietários rurais), uma vez que o partido do governo estadual dependia do intermédio dos donos de terras para se garantir no poder, uma vez que não tinham acesso aos proletários rurais que até a metade do século XX consolidavam a maior parte do eleitorado brasileiro (LEAL, 2012, p. 42).

Assim, os acordos giravam em torno do apoio político que dava aos “coronéis”, aos governadores em troca da indicação de cargos de autoridades como o delegado de polícia, o juiz, o coletor de impostos, garantindo uma justiça e uma polícia aliadas ao poder privado. Carvalho aponta que “A justiça privada ou controlada por agentes privados é a negação da justiça”, e ainda:

A lei, que deveria ser a garantia de igualdade de todos, acima do arbítrio do governo e do poder privado, algo a ser valorizado, respeitado mesmo venerado, tornava-se apenas instrumento de castigo, arma contra os inimigos, algo a ser usado em benefício próprio. Não havia justiça, não havia poder verdadeiramente público, não havia cidadãos civis. Nessas circunstâncias, não poderia haver cidadãos políticos (CARVALHO, 2008, p.57).

Se o coronelismo se valeu da predominância da atividade agroexportadora para controlar e explorar os trabalhadores rurais nos redutos das fazendas, a perspectiva de ampliação do capitalismo industrial modificou a condição de centralidade em que se mantinha a grande propriedade rural modificando, também, as possibilidades de luta contra o assujeitamento de parte da população. A recém-criada classe operária industrial urbana, composta de trabalhadores brasileiros, ex-escravos, imigrantes europeus – italianos, espanhóis, portugueses – embora com pouco tempo de trajetória, apresentava diversidade política e organizativa.

O reconhecimento dos sindicatos rurais e urbanos se deu logo no início do século XX, respectivamente em 1903 e 1907, e na década seguinte, em 1917, houve uma grande greve geral por influência de posições radicais e do anarquismo. A ligação do movimento operário com outros movimentos internacionais possibilitou um avanço inédito na autonomia desses sujeitos políticos, o que proporcionou um avanço inegável no desenvolvimento da cidadania e principalmente dos direitos civis. O direito à organização, à manifestação, à greve, ao descanso semanal e às férias, além de inúmeras outras reivindicações do período (embora com conquistas pouco expressivas)⁹, permitiram ampliar o espectro da luta por direitos de uma massa assolada pela exploração e pela dependência (CARVALHO, 2008, p.63).

Contudo, a manutenção do patrimonialismo se fazia fundamental para as elites dominantes. Assim, o desenvolvimento capitalista do início do século XX no Brasil não erradicou as relações sociais herdadas do período anterior, assimilando-as convenientemente. Na economia e na política, a burguesia impedia o acesso dos setores populares ao espaço político; as greves operárias da década de 1910 foram reprimidas pela polícia que atendia aos interesses dos patrões (DURIGUETTO, 2007, p.133).

Embora o povo tenha sido privado da inserção e participação política nos mecanismos formais ao longo dos períodos da Colônia, do Império e da Primeira República, não se pode, desconsiderar que a população encontrou os seus próprios meios de manifestação contra o assujeitamento, contra a dependência e contra a dominação mesmo antes da chegada do século XX.

Carvalho aponta que em 1822, no ano da Independência, oito mil pessoas dentre os 150 mil habitantes do Rio de Janeiro “assinaram o manifesto contra o regresso de D. Pedro a Portugal”. Em 1831, “um levante em que se confundiram militares, povo e deputados reuniu 4 mil pessoas no Campo de Sant’Ana, forçou D. Pedro I a renunciar e aclamou seu filho, uma criança de cinco anos, como sucessor” (CARVALHO, 2008, p.68). A partir de então, ocorreram, frequentemente, revoltas de caráter popular tanto nas incipientes áreas urbanas como nas áreas rurais. A Balaiada (1838), a Cabanagem (1835) e a Revolta dos Escravos Malês (1835) são importantes marcos das revoltas populares dessa época. Após 1848, com a consolidação do Estado Imperial, “as revoltas populares ganharam, então, a característica de

⁹ Em 1919, o Brasil ingressou na Organização Internacional do Trabalho (OIT). Nesse mesmo ano, foi sancionada uma lei de responsabilização dos patrões pelos acidentes de trabalho, sendo que os pedidos de indenização seriam julgados pela justiça comum. Em 1923, foi criado um Conselho Nacional do Trabalho que permaneceu inativo. Em 1926, o direito de férias foi apenas formalmente regulamentado. Em 1923, foi criada a Caixa de Aposentadoria e Pensão para os ferroviários, único sistema que se efetivou e se expandiu para outras empresas totalizando, em 1930, cerca de 7 mil pensionistas (CARVALHO, 2008, p.64).

reação às reformas introduzidas pelo governo” (CARVALHO, 2008, p.70). Houve manifestação contra a lei do registro civil de nascimentos e óbitos em 1851 e 1852, contra a lei do recrutamento militar em 1874 e contra o novo sistema de pesos e medidas também em 1874. Quanto à manifestação contra o aumento do preço do transporte ocorrida no Rio de Janeiro em 1880, vale retomar Carvalho:

Em 1880, por causa do aumento de um vintém (20 réis) no preço das passagens do transporte urbano, 5 mil pessoas se reuniram em praça pública para protestar. Houve choque com a polícia, e o conflito generalizou-se. A multidão quebrou coches, arrancou trilhos, espancou cocheiros, esfaqueou mulas, levantou barricadas. Os distúrbios duraram três dias. Daí em diante, tornaram-se frequentes as revoltas contra a má qualidade dos serviços públicos mais fundamentais, como o transporte, a iluminação, o abastecimento de água (CARVALHO, 2008, p.72)

O século XX começou com a revolta urbana mais importante do período: a Revolta da Vacina. Ocorrida em 1904, a oposição à vacinação obrigatória contra a varíola, agregou aproximadamente 15 mil assinaturas nas listas que pediam pela suspensão da vacinação. A aplicação rigorosa da Lei levou à explosão e à generalização da revolta que por oito dias tomou a área central da cidade do Rio de Janeiro: “A ira da população dirigiu-se principalmente contra os serviços públicos, a polícia, as autoridades sanitárias, o ministro da Justiça” (CARVALHO, 2008, p.74). Havia uma insatisfação generalizada com o governo.

A reforma urbana¹⁰, a destruição de casas, a expulsão da população, as medidas sanitárias (que incluíam a proibição de mendigos e cães nas ruas, a proibição de cuspir na rua e nos veículos) e, finalmente a obrigatoriedade da vacina levaram a população a levantar-se para dizer um basta. O levante teve incentivadores nos políticos de oposição e no Centro das Classes Operárias. Mas nenhum líder exerceu qualquer controle sobre a ação popular. Ela teve espontaneidade e dinâmicas próprias. (CARVALHO, 2008, p.75).

Assim, a autonomia do sujeito político brasileiro avançava à revelia dos espaços formais de participação. Havia uma visceralidade e uma subversão crescente contra a dominação e o controle, alavancada, principalmente, pela precariedade da vida das classes populares nos núcleos urbanos em desenvolvimento. Havia também apego aos valores culturais conservadores e predominantemente católicos que acompanharam o desenvolvimento desses sujeitos. Embora de forma violenta e pouco propositiva, a manifestação popular na Primeira República avançou em grande medida comparado ao vazio

¹⁰ Representada pelo Plano Pereira Passos cujas reformas tinham caráter higienista e que tinham como modelo “o Plano que o prefeito Haussmann tinha executado para a cidade de Paris na década de 1850, destruindo a malha urbana e viária medieval da área central, rasgando largas avenidas e implantando sistemas modernos de infra-estrutura, parques, edifícios públicos, além de uma padronização estética para as novas construções.” SIMÕES, J. G. O ideário dos engenheiros e os planos realizados para as capitais brasileiras ao longo da Primeira República. *Vitruvius*, 2007. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.090/190>>. Acesso em: 25 jul. 2016.

do período colonial. Não se pode, portanto, reduzir a ativação do sujeito político ao espaço formal de participação, ao nível de educação e esclarecimento como vem se fazendo até hoje. É preciso ir além da ordem ideal de constituição dos direitos para se entender o germe do aprendizado e da luta política.

As manifestações populares e a reorganização política se ampliaram nas primeiras décadas do século XX e em 1930 teve fim a Primeira República: “O movimento que levou ao fim da Primeira República era heterogêneo do ponto de vista social e ideológico” (CARVALHO, 2008, p.98). O movimento político se dava em torno do enfrentamento dos grupos que reivindicavam pequenas modificações na situação anterior e os que queriam reformas mais profundas que feriam os interesses das oligarquias.

Em 1933, foi convocada uma assembleia constituinte para eleger o novo presidente. Foi criada a Justiça Eleitoral, determinado o voto secreto e permitido o voto das mulheres. Embora os avanços sejam evidentes em relação ao processo da Primeira República, a legalidade constitucional tinha um caráter conservador, pois limitava a influência e o poder dos coronéis no parlamento para garanti-lo ao governo federal na aplicação do controle e da ordem.

“Após a constitucionalização do país, a luta política recrudesciu” (CARVALHO, 2008, p.102). Com Getúlio Vargas na presidência, outras tentativas de revolta popular foram derrotadas e a luta contra o comunismo serviu de pretexto para o golpe de 1937. O Estado Novo foi estabelecido por Vargas sem muita oposição. Para o sujeito político desenvolvido em bases conservadoras e católicas, a proteção do Estado contra o comunismo era vista como realmente necessária.

Além disso, as políticas nacionalistas e desenvolvimentistas do governo se encarregaram do convencimento do conjunto da população quanto às “boas intenções” do governo e a ditadura foi pouco questionada. Foi um período de intensa industrialização e expansão da classe operária. Ao Estado interessava manter as relações trabalhistas e as relações sindicais fora da área de conflito: “O Estado Novo não queria saber de povo nas ruas. Era um regime mais próximo do salazarismo português, que misturava repressão com paternalismo (...) um regime autoritário, não totalitário” (CARVALHO, 2008, p.109). Tudo era supervisionado pelo Estado. No âmbito dos direitos sociais houve a criação da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho – do salário mínimo e da Justiça do Trabalho.

Duriguetto (2007) reafirma o potencial do corporativismo no Estado Novo, que foi alicerçado no sindicalismo institucional para a restrição da participação democrática dos trabalhadores,

Esse formato institucional corporativo consagrou uma modalidade de interpenetração entre o público e o privado que acabaria por restringir as possibilidades de instauração e aprofundamento de uma ordem democrática no país, uma vez que implicou a integração das organizações patronais e sindicais a uma estrutura vertical hierárquica e centralizada, tendo no ápice organizações de cúpula diretamente ligadas ao Estado (DURIGUETTO, 2007, p.134).

O Estado, estrategicamente, tratou as reivindicações urbanas no âmbito jurídico, utilizando leis e políticas públicas para inibir possíveis revoltas e, assim, conservar os privilégios da classe dominante e fortalecer os redutos eleitorais. Essa estratégia reafirmou um ideal legalista de resolução de conflitos urbanos desde os primórdios da urbanização brasileira, pois enquanto “no campo podia confiar-se o controle aos cuidados de coronéis e jagunços, a cidade exigia tarefa mais árdua, controle jurídico mais específico e dureza policial” (BALDEZ, 1998, p.75).

A desvinculação dos trabalhadores do campo e da cidade também serviu à estratégia do Estado de enfraquecer uma possível associação dos movimentos de trabalhadores, que poderia se fazer forte e insurgente. A legislação social não chegava aos trabalhadores rurais. A estratégia de utilização do legalismo como contenção social fica clara na seguinte passagem:

A extensão da legislação social ao campo teve que esperar os governos militares para ser implementada. Esse grande vazio na legislação indica com clareza o peso que ainda possuíam os proprietários rurais. O governo não ousava interferir em seus domínios levando até eles a legislação protetora dos direitos dos trabalhadores. O receio de atingir a classe média urbana pode também ter influenciado o esquecimento dos trabalhadores domésticos. Quanto aos autônomos, talvez não apresentassem problemas políticos nem econômicos que justificassem preocupação do governo em cooptá-los e controlá-los (CARVALHO, 2008, p.123).

Embora o rígido controle político e civil desfigurasse a essência dos direitos, o governo fazia propaganda das conquistas sociais e se colocava enquanto promotor da cidadania e da inclusão social. O populismo do governo Vargas colocou os direitos sociais adquiridos na mesma ala dos favores concedidos típicos do coronelismo da Primeira República. A população devotava ao Presidente gratidão e lealdade pelos benefícios adquiridos, “A cidadania que daí resultava era passiva e receptora antes que ativa e reivindicadora” (CARVALHO, 2008, p.126). O Estado brasileiro garantia o seu poderio e a sua centralidade nas áreas urbanas.

O período seguinte à ditadura do Estado Novo (1937 – 1945) foi marcado pela reinserção dos direitos civis e políticos como liberdade de imprensa e de organização política. O retorno das eleições pela abertura do processo democrático não impediu que Vargas se elegeisse pelo voto popular em 1950, dando prosseguimento à política de Estado voltada para

o populismo e para o nacionalismo que, mais tarde, sob o governo de Juscelino Kubitschek (1955), se expressariam no nacional desenvolvimentismo¹¹.

Seguindo a tradição de preservar as oligarquias rurais, a legislação social e sindical não chegou aos trabalhadores do campo, que cada vez mais estavam apartados dos operários industriais. A política de conciliação de interesses como estratégia de governo para a conservação do poder se aprofundava dentro da estrutura democrática,

Politicamente, Kubitschek apoiou-se na aliança dos dois grandes partidos, PSD e PTB, que lhe deram sustentação até o final. Era aliança que bem revelava sua política de conciliação de interesses. O PSD tinha sua base entre os proprietários rurais, nas velhas oligarquias do interior; O PTB era um partido urbano, com forte apoio na classe operária e no sistema sindical. Enquanto a questão agrária não fosse tocada, o acordo era possível e funcionou satisfatoriamente (CARVALHO, 2008, p.134).

Após o governo de Kubitschek, os políticos e militares que disputavam o Estado desde o governo Vargas exaltaram os ânimos. A oposição entre esquerda e direita se acentuou e as entidades de ambos os lados disputavam espaço político. A partir das Ligas Camponesas, os trabalhadores rurais, posseiros e os pequenos proprietários ganharam voz e, em 1963, sob o governo de João Goulart, o Estatuto do Trabalhador Rural estendeu a legislação social e sindical aos trabalhadores do campo. Havia uma intensa aproximação do sindicalismo rural ao movimento de esquerda.

As reformas estruturais e a reforma agrária reivindicada pelo movimento camponês assustaram os proprietários de terra. Os movimentos urbanos se organizavam para conquistar as “reformas de base”, como foram chamadas as “reformas da estrutura agrária, fiscal, bancária e educacional” (CARVALHO, 2008, p.140). O movimento de trabalhadores urbanos e rurais, que emergiu enquanto campo democrático e popular, contestava o capitalismo sem reformas e a exclusão das massas dos níveis de decisão. (DURIGUETTO, 2007, p.136). Esse novo campo político se colocava na contramão dos governos da oligarquia e da burguesia capitalista e apontava para a democratização da sociedade e do Estado.

Diante a tal pressão popular, o governo de João Goulart cedeu às forças de esquerda e deu início aos comícios populares que pressionariam o Congresso para aprovar as “reformas de base”. Os opositores do governo obtiveram grande sucesso ao caracterizá-lo como revolucionário tendo em vista que, como indica Carvalho, as pesquisas realizadas em 1964 quanto à orientação ideológica do eleitorado das capitais apontaram que esse “mostrava

¹¹ No governo de Kubitschek, “O Estado investiu pesadamente em obras de infraestrutura, sobretudo estradas e energia elétrica. Ao mesmo tempo, tentou atrair o capital privado, nacional e estrangeiro, para promover a industrialização do país” (CARVALHO, 2008, p.132).

tendência claramente centrista”, sendo que “45% dos pesquisados preferiam o centro, contra 23% que preferiam a direita e 19% a esquerda” (CARVALHO, 2008, p.150).

O Estado, enquanto estrutura de poder, continuava a pertencer aos esclarecidos, enquanto mais da metade da população permanecia analfabeta. Os partidos políticos continuavam nas mãos da aristocracia e da elite, enquanto as estruturas sindicais eram absorvidas pela burocracia e pela organização de cúpula sujeitas ao controle e à cooptação. O legalismo, que se reafirmou enquanto meio de solução dos conflitos durante os anos do populismo e do nacionalismo varguista, retirou da população a convicção nas manifestações e na ação direta. Assim, o golpe militar se deu em 1964 trazendo a ala dos liberais conservadores ao poder, armados contra o comunismo e em defesa da sociedade capitalista. Novamente, os direitos civis e políticos foram retirados. A autonomia do sujeito político brasileiro foi atacada duramente por longos 20 anos.

Somente na década de 1980, em meio à recessão econômica internacional iniciada na década de 1970, a situação política brasileira voltaria a se modificar. A crise do regime ditatorial, alavancada pela crise econômica e alimentada pela resistência democrática dos movimentos populares, forçou a abertura do regime. Em meio à real necessidade da transição democrática, os governantes se apoiaram na institucionalização da ordem como forma de manutenção do controle.

1.2 A redemocratização e o novo marco regulatório da política urbana: o que mudou?

Tal como nas referências a Benjamin, estaríamos em um limiar dilatado – um limiar que se transformou progressivamente, silenciosamente em zona de detenção. Por um lado, somos condenados a escolher permanentemente entre o pior e o menos pior. Ou então, para anunciar de outro modo, estamos cercados e circunscritos a um momento em que em nome da curva ascendente – da suposta democracia formal, da melhora nos padrões de vida, dos programas sociais de todos os tipos, de canais de participação, de conselhos e órgãos bi ou tri partites –, devemos abrir mão de uma reflexão crítica, silenciar os pessimistas, fazer avançar um ideário que substitui reivindicações por reconhecimento participativo. Um exame a partir de um olhar mais de dentro e de perto, talvez possa ajudar a decifrar algo desse enigma sobre a fluidez entre a regra e exceção, algo de nosso ornitorrinco¹² (RIZEK, 2013, p.43).

¹² A autora Cibele Rizek se refere à reconhecida obra do sociólogo Francisco de Oliveira e sua metáfora do ornitorrinco. Segundo Francisco de Oliveira (texto original de 2013), “O que estou descrevendo é o Ornitorrinco, com maiúscula, porque tornou-se o novo ‘modo de produção’ da periferia capitalista. Capital financeiro na cabeça, informatização em todos os meios de produção e de consumo, dívida externa que representa um adiantamento de não menos que 40% sobre o PIB e porcentagem mais alta para a dívida interna, setor financeiro com 9% do PIB, proporção que nem USA e UK, principais centros do capitalismo globalizado alcançam, altíssima informalidade que beira os 60% da PEA, pobreza na qual vegetam 70 milhões – 41% da população – abaixo da linha dos US\$ 2/per capita/ dia (em 1998, segundo o PNUD) e que é concomitante e provocada pela digitalização-molecularização do capital. Isto é, mamífero com bico e patas de pato, semiaquático, cujas mamas são pelos, e... que se reproduz oviparadamente, modo barroco de dizer: bota ovo” (OLIVEIRA, 2013, p.73).

Na análise sobre o Estado, o Direito e a questão urbana, Boaventura de Souza Santos, ao se debruçar sobre a lógica do capital e sobre a forma capitalista do Estado, afirma ser o Direito uma mediação simultaneamente exterior e superior às relações política e econômica que constituem o Estado capitalista e que representam, respectivamente, os interesses comuns e os interesses particulares (SANTOS, 1984, p.10). O autor afirma, ainda, ser o Direito a forma preferencial de acionamento dos mecanismos de dispersão das contradições que caracterizam o processo de acumulação capitalista, que é atravessado pela luta de classes (SANTOS, 1984, p.17).

Assim, a luta urbana no Brasil, que ganha formas a partir do século XX, sob a influência do direcionamento institucional, fica absorvida pela ideologia jurídica dominante, voltada sempre para a arena do legalismo e para a conquista de novos direitos os quais, de fato, não vieram e não vêm modificando qualitativamente a situação dos explorados e oprimidos (BALDEZ, 1998, p.80).

Dos desdobramentos dessa discussão, de como o Estado pode orquestrar ações e refrear processos sociais, nos cabe aprofundar nos riscos da institucionalização de direitos. Para tanto, se faz necessário entender melhor o Estado capitalista e suas inter-relações. Conforme Santos (1984):

O Estado é capitalista pelo seu papel constitutivo no processo de acumulação. Este processo é, como vimos, contraditório e permanentemente instável porque se concretiza historicamente em lutas de classes. Esta contradição e instabilidade e estas lutas não só atravessam o Estado em suas múltiplas ações e omissões como se inscrevem na sua forma política básica, precisamente na medida em que o Estado deve assegurar a criação e a reprodução das condições de acumulação e no mesmo processo permanecer exterior e superior a elas. Deste modo, a dominação política estatal, longe de ser monolítica, é fragmentada, segmentada e assimétrica consoante as lutas e também as alianças de classes e frações de classes, e nem sequer se pode excluir a possibilidade de nessa dominação se incorporarem setores das classes trabalhadoras (SANTOS, 1984, p.12).

A fragmentação e assimetria do Estado é o que nos leva a avançar nas possibilidades, riscos e limites da institucionalização de direitos e, principalmente, da participação popular. Santos (1984) afirma que a forma como se articulam a participação manipulada das classes populares e o recurso às categorias e instituições jurídicas clássicas delinea os meios pelos quais uma dada formação estatal no modo de produção capitalista exerce sua dominação e legitimação (SANTOS, 1984, p.19).

Conforme foi apresentado anteriormente, o Estado capitalista se consolidou no Brasil atrelado às relações coronelistas e patrimonialistas que caracterizaram o período da Primeira República e que se estendem de forma mais ou menos intensa ou sutil até os dias atuais.

Comprometido em assegurar as condições da reprodução do processo de acumulação, o Estado reforçou a arena jurídico-política de “igualdade” e “liberdade” por meio da qual são garantidas as relações de produção, ou seja, a exploração da força de trabalho (SANTOS, 1984, p.10).

A conversão da forma jurídica em condição global de dominação e de legitimação capitalista é um produto histórico. É nesse contexto que se faz necessário apreender o potencial de dominação e legitimação do Estado e seus aparelhos, buscando compreender a institucionalidade e o papel do Direito e dos marcos regulatórios na formação econômica e político-social contemporânea.

Para entendermos a influência desse legalismo institucional – utilizado como instrumento de controle e dominação sob o capitalismo – na efetividade dos marcos regulatórios da política urbana, que se estabeleceram a partir da redemocratização, faz-se necessário voltarmos ao surgimento da luta pela reforma urbana no Brasil. O conteúdo de uma reforma urbana progressista, que assimila as pautas dos trabalhadores, dos explorados e oprimidos, tal como conhecemos hoje, foi engendrado a partir da década de 1960 com a mobilização dos diversos setores que pretendiam fortalecer a luta pelas “reformas de base” que estavam em disputa no governo João Goulart, conforme foi citado anteriormente.

O Seminário de Habitação e Reforma Urbana, realizado pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), em Petrópolis, em 1963, sistematizou o conceito de reforma urbana como “um conjunto de medidas estatais, visando à justa utilização do solo urbano, à ordenação e ao equipamento das aglomerações urbanas e ao fornecimento de habitação condigna a todas as famílias” (PAIVA; FROTA; OLIVEIRA, 2015, p. 14).

O golpe militar de 1964, contudo, rompeu com as alternativas de desenvolvimento econômico, social e político que vinham sendo desenvolvidas por esses setores populares em ascensão, que colocavam na ordem do dia a redemocratização enquanto um processo de expansão dos direitos da população, principalmente os direitos sociais e políticos. O abismo existente entre as classes sociais foi ampliado no período da ditadura, que se pautou, entre diversos outros elementos, no atrelamento da economia brasileira à ordem capitalista internacional (dependência ao mercado externo) e na a concentração e no monopólio de capital, de forma que a concentração da propriedade e da renda cresceu de forma assustadora (DURIGUETTO, 2007, p.137). Em contraposição ao enriquecimento das elites, a pauperização da população atingia índices alarmantes refletindo no agravamento do quadro da desigualdade social no Brasil.

Na luta contra a ditadura militar, surgiram, na década de 1980, as primeiras experiências de prefeituras municipais “democráticas”. As capitais tiveram seus prefeitos nomeados pela ditadura até 1985. A intenção do regime quanto à transição democrática se vinculava a um projeto liberal-conservador que defendia um “Estado de Direito” representado por uma democracia sem conflitos, assegurada pelo Estado enquanto o órgão político responsável pela coesão da sociedade e pela manutenção da ordem política. A transição democrática tinha, sobretudo, a tarefa de manter o controle nas mãos das elites e da burguesia (DURIGUETTO, 2007, p.140).

Em meio à crise econômica da década de 1980, crise essa engendrada pela política desenvolvimentista dos governos militares, que foi pautada no endividamento externo e interno brasileiro, caberia à transição democrática suscitar as saídas para a estabilização e a reestruturação econômica. Para o pagamento dos recursos recebidos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e de bancos privados norte-americanos em 1982, utilizar-se-iam as políticas de ajuste, como a redução do gasto público, corte de salários, gastos e investimentos. Mas a transição democrática, agora fundamental à expansão do capitalismo e dos mercados, também aumentou a resistência social às políticas de ajuste (DURIGUETTO, 2007, p.147).

Os movimentos sociais que vinham ressurgindo desde o final da década de 1970, redescobriram a sociedade civil e a luta pela cidadania, conforme afirma DURIGUETTO (2007):

Uma pluralidade de movimentos sociais de diversos matizes multiplicaram-se por todo o país, constituindo uma vasta teia de organizações que passaram a dinamizar processos de mobilização de defesa, conquista e ampliação de direitos civis, políticos e sociais – estes referindo-se ao trabalho, à moradia, saúde, educação, etc. – e também trouxeram para o debate público um leque de temas e questões relativas à discriminação de gênero, raça e etnia, ecologia e meio ambiente, violência e direitos humanos (DURIGUETTO, 2007, p.149).

A intensificação da luta popular por políticas públicas de reparo social só aumentava, tendo em vista que “a segunda metade da década será especialmente marcada pelo fracasso dos sucessivos planos de estabilização e o aprofundamento da crise econômica, desemprego, inflação e desgaste dos salários” (DURIGUETTO, 2007, p.147).

Com 75% da população residindo em áreas urbanas, principalmente em cidades desestruturadas, segregadas e excludentes, em janeiro de 1985 foi criado o Movimento Nacional pela Reforma Urbana. Despontado das lutas locais por moradia, o Movimento se ampliou e passou a “incorporar a ideia de cidade, a cidade de todos, a casa além da casa, a casa com asfalto, com serviços públicos, com escola, com transporte, com direito a uma vida social” (SAULE JÚNIOR, 2010, p.260).

A partir da união entre as diversas entidades¹³ que compuseram o Movimento Nacional pela Reforma Urbana, o conceito de reforma urbana sistematizado em 1963, em Petrópolis, foi requalificado incorporando a crítica à cidade mercadoria que mantém os privilégios dos ricos e que exclui os pobres, que é marcada pela desigualdade e pela segregação socioespacial. Conforme Saule Júnior:

Assume-se, portanto, a crítica e a denúncia do quadro de desigualdade social, considerando a dualidade vivida em uma mesma cidade: a cidade dos ricos e a cidade dos pobres; a cidade legal e a cidade ilegal. Condena a exclusão da maior parte dos habitantes da cidade determinada pela lógica da segregação espacial; pela cidade mercadoria; pela mercantilização do solo urbano e da valorização imobiliária; pela apropriação privada dos investimentos públicos em moradia, em transportes públicos, em equipamentos urbanos e em serviços públicos em geral (SAULE JÚNIOR, 2010, p.260).

Foi nesse momento que o movimento social urbano se fortaleceu e começou a se expressar com uma autonomia até então pouco vista na trajetória do desenvolvimento democrático brasileiro. Abordagens, ainda que fragmentadas do direito à cidade e da justiça social, tiveram, então, seu primeiro momento de aparição e sustentação pelos sujeitos políticos em busca da sua autonomia na gestão da vida social e da produção do espaço. Essa ascensão do movimento social urbano e sua disputa por participação política foi notoriamente observada quando, na abertura da constituinte ao recebimento de emendas populares, as assinaturas encaminhadas para tais emendas ultrapassaram a marca de 12 milhões (SAULE JÚNIOR, 2010, p.261).

Embora o desenrolar da aprovação das emendas populares tenha sofrido grande pressão das forças conservadoras, a autonomia dos sujeitos quanto à manifestação de descontentamento com a situação social foi uma conquista histórica. A Emenda Popular de Reforma Urbana, com suas 200 mil assinaturas, pressionou a Constituinte e galgou um novo momento para a Política Urbana.

A Constituição Democrática de 1988, embora estabelecesse um novo marco na conquista por direitos, entendidos não só como direitos individuais, mas também como direitos sociais coletivos, se consolidou em meio ao neoliberalismo e à política capitalista da globalização, e se tornou um entrave às aspirações do Congresso que tentou adaptar a Constituição ao projeto neoliberal. Sem sucesso na revogação e na adaptação da Constituição,

¹³ “Reuniu-se uma série de organizações da sociedade civil, movimentos, entidades de profissionais, organizações não-governamentais, sindicatos. Entre eles a Federação Nacional dos Arquitetos, Federação Nacional dos Engenheiros, Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), Articulação Nacional do Solo Urbano (ANSUR), Movimento dos Favelados, Associação dos Mutuários, Instituto dos Arquitetos, Federação das Associações dos Moradores do Rio de Janeiro (FAMERJ), Pastorais, movimentos sociais de luta pela moradia, entre outros” (SAULE JÚNIOR, 2010, p.260).

o governo deu seguimento ao desmonte dos fundamentos econômicos, o que impossibilitou tornar os direitos fundamentais efetivos a partir de uma ação do Estado contra as carências individuais e sociais (BALDEZ, 1998, p.84).

A Constituição Cidadã não tocou na discussão da terra, e a questão da terra é “fundante de qualquer racionalização do curso do homem e da mulher no processo histórico” (BALDEZ, 1988, p.88).

Não se quer dizer que se devem abandonar lutas complementares, deixando de lado o cumprimento dos dispositivos legais contidos e expressos nos molambos restantes da Constituição Federal, de leis federais e estaduais e nas leis orgânicas e legislação complementar dos municípios, mas que se tenha consciência da essencialidade da terra e de que os embates e as lutas, embora possam parecer, não são jurídicos, mas políticos. Mesmo passando eventualmente por formatação jurídica seus fundamentos são políticos, contra o capital, pois se de um lado a grande empresa já está no campo, no urbano a produção da cidade está desde muito tempo submissa aos interesses capitalistas. A luta pela terra é uma luta contra o capital, tanto no campo como nas cidades, nessas com o solo urbano apropriado como insumo da produção capitalista (BALDEZ, 1998, p. 89).

A consolidação da Constituição de 1988 foi marcada por uma forte correlação de forças, e as classes dominantes conseguiram transformar a política urbana parcialmente em discurso, congelando as questões que contrariavam a propriedade privada do solo. Os artigos 182 e 183, importantes marcos legais, não eram autoaplicáveis e não fizeram ecoar a voz do Movimento pela Reforma Urbana, conforme afirmou Ermínia Maricato em entrevista ao Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico (IBDU): “O entendimento geral remeteu a uma regulamentação que foi o Estatuto da Cidade. O Estatuto remeteu aos planos diretores, que remeteram a leis complementares. É óbvio que nesse processo nós fomos derrotados” (MARICATO¹⁴, apud PAIVA; FROTA; OLIVEIRA, 2015, p.25).

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, os movimentos sociais urbanos continuaram na luta pela regulamentação da Política Urbana. Nesse contexto, foi criado o Fórum Nacional da Reforma Urbana (FNRU) com o objetivo de pressionar o Congresso. Conforme afirma Saule Júnior (2010),

No início dos anos 1990, com o processo de elaboração das Constituições Municipais – que tratam da organização política e administrativa dos municípios e das políticas públicas locais (Leis Orgânicas dos Municípios) –, as articulações locais de entidades e movimentos ligados ao FNRU tiveram uma atuação importante nas principais cidades brasileiras. Foram decisivos para a incorporação da plataforma da reforma urbana e da cultura do Direito à Cidade no campo das políticas urbanas e habitacionais locais (SAULE JÚNIOR, 2010, p.263).

¹⁴ Trecho da entrevista concedida pela Arquiteta e Urbanista Ermínia Maricato ao Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico – IBDU no volume comemorativo de 10 anos do Instituto (Ver PAIVA; FROTA; OLIVEIRA, 2015, p.25).

Os movimentos sociais se mantinham permanentemente em luta por participação e justiça social, e em 1989, o projeto de lei do Estatuto da Cidade, nº 181, chegou ao Senado e tramitou por 12 anos até a sua aprovação. Após tanto tempo de negociação, alteração e revisão, o projeto de lei foi aprovado pelo Senado em 2001, por unanimidade, defendido por políticos de todas as matrizes partidárias, o que demonstra uma satisfação do estado e dos setores privados com a redação final do projeto de lei (PAIVA; FROTA; OLIVEIRA, 2015, p.41).

A disputa que se inicia após a aprovação do Estatuto da Cidade (Lei 10.257), para que fosse aplicado em favor dos trabalhadores e pobres do campo e da cidade, ganha uma força propulsora com a eleição do Partido dos Trabalhadores (PT) para o Governo Federal. Esperava-se replicar as experiências redistributivistas e de ampliação da cidadania que algumas administrações municipais do PT conseguiram emplacar na década de 1980 a partir do modelo de gestão que foi denominado democrático-popular. Técnicos e gestores pertencentes às prefeituras governadas pelo PT buscaram implementar aspectos da reforma urbana tais como o reconhecimento do direito dos posseiros, a luta contra a especulação imobiliária e a democratização do processo decisório sobre as políticas urbanas (ROLNIK, 2012, p.90). A possibilidade de consolidar direitos coletivos a partir de uma gestão estatal pró-trabalhadores aguçou a expectativa das bases populares, dos movimentos e dos intelectuais.

A criação do Ministério das Cidades, em 2003, alimentou esperanças ao ter como primeiro ministro Olívio Dutra (PT), prefeito de Porto Alegre à época do orçamento participativo¹⁵. Mas, rapidamente, em 2005, o Ministério das Cidades passou para as mãos do Partido Progressista, contrariando as expectativas de mudança e gestão democrática. Em entrevista para o IBDU sobre o tema, Raquel Rolnik aponta: “É a primeira sinalização de uma mudança forte de postura e direção. A pá de cal é quando se lança o PMCMV, que não tem nada a ver com a pauta da reforma urbana nem nasce desses movimentos”¹⁶ (ROLNIK, apud PAIVA; FROTA; OLIVEIRA, 2015, p.88). Atualmente, no livro “Para entender a crise

¹⁵ “O Orçamento participativo (realizado há mais de 10 anos em Porto Alegre) não tem apenas a virtude de ampliar a cidadania por meio de um processo pedagógico, abrir caixas pretas, mudar o caráter do poder municipal, distribuir rendas, melhorias e oportunidades. Ao quebrar os monopólios na definição dos investimentos em infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos, ele atinge frontalmente a lógica de funcionamento da valorização imobiliária. Talvez ele seja mais eficiente do que a legislação urbanística em relação ao objetivo de diminuir a segregação territorial. Especialmente se considerarmos como as leis são aplicadas entre nós, ou como se exerce o chamado poder de polícia municipal” (ARANTES, 2002, p. 182).

¹⁶ Trecho da entrevista concedida pela Arquiteta e Urbanista Raquel Rolnik ao Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico – IBDU no volume comemorativo de 10 anos do Instituto (ROLNIK, apud PAIVA; FROTA; OLIVEIRA, 2015, p.88).

urbana”, Maricato analisa os avanços e as conquistas institucionais do movimento da Reforma Urbana, alcançados principalmente durante o governo petista:

Com o passar do tempo, durante as décadas de 1980 e 1990, pesquisadores, professores universitários e profissionais de diversas áreas, socialmente engajados, criaram o que podemos chamar de Nova Escola de Urbanismo. Se antes esses agentes eram críticos do Estado e das políticas públicas, a partir da conquista das novas prefeituras e com o crescimento dos partidos de esquerda, notadamente do PT, eles foram se apropriando de parcelas do aparelho de Estado nos Executivos, nos parlamentos e, com menos importância, até mesmo no Judiciário [...]. Esse movimento pela Reforma Urbana avançou conquistando importantes marcos institucionais. Dentre eles destacam-se a) um conjunto de leis que, a partir da Constituição Federal de 1988, aporta instrumentos jurídicos voltados para a justiça urbana, sendo o Estatuto da Cidade a mais importante delas; b) um conjunto de entidades, como o Ministério das Cidades (2003) e as secretarias nacionais de habitação, mobilidade urbana e saneamento ambiental, que retomavam a política urbana agora de forma democrática; e c) consolidação de espaços dirigidos à participação direta das lideranças sindicais, profissionais, acadêmicas e populares como as Conferências Nacionais das Cidades (2003, 2005, 2007) e Conselho Nacional das Cidades (2004) (MARICATO, 2015, p.34).

A gestão petista deu impulso a uma enorme onda de institucionalização dos espaços de participação. Foi criado o Conselho Nacional das Cidades, as Conferências Nacionais das Cidades e foram desenvolvidos planos diretores, conselhos e conferências em números nunca vistos no Brasil. Contudo, após 14 anos de gestão federal petista, a agenda da reforma urbana nem sequer começou a ser aplicada. Pelo contrário, a cada dia a coalizão de classes coloca em cheque o caráter progressista do governo e as potencialidades de se modificar o *status quo* a partir da estrutura estatal.

Ermínia Maricato (2015) aposta que a luta urbana é essencialmente local e aponta que a reforma urbana deve passar por uma luta anticapitalista

Fizemos uma reforma no financiamento imobiliário e não fizemos a reforma fundiária. Nós conseguimos segurar o atraso, o patrimonialismo da renda da terra imobiliária e conseguimos jogar a questão financeira pra frente. Modernizou-se do ponto de vista financeiro e manteve-se o atraso do ponto de vista fundiário. Essa é a causa da derrota” (MARICATO¹⁷, apud, PAIVA; FROTA; OLIVEIRA, 2015, p. 88).

O investimento na discussão do planejamento participativo, nos espaços institucionalizados de participação popular tais como os conselhos e as conferências teria tirado o foco real da questão urbana, segundo Raquel Rolnik em entrevista para o IBDU:

Mas o processo decisório sobre a política urbana não passa nem pelo plano diretor, nem por conferências, nem por conselhos. Muito pelo contrário. Ele passa por onde sempre passou: pela relação direta entre os interesses econômicos, que conduzem a

¹⁷ Trecho da entrevista concedida pela Arquiteta e Urbanista Ermínia Maricato ao Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico – IBDU no volume comemorativo de 10 anos do Instituto (Ver PAIVA; FROTA; OLIVEIRA, 2015, p.25).

cidade, e os interesses políticos, e a relação entre eles, que é muito importante [...] Por outro lado, isso não quer dizer que o trabalho de acompanhar e incidir sobre as políticas públicas urbanas não deva prosseguir e continuar. Por isso a importância de trabalhos de resistência de se impedir que se desmonte direitos, de garantir avanços. [...] A regulação é um campo de força, de conflito. Você também está atuando ali e fora dali. Mas não é através dela que você vai promover a transformação [...] Só ele (marco jurídico) não transforma, não muda nada. A luta precisa de protagonistas, lutadores, processos de articulação e mobilização (ROLNIK, apud PAIVA; FROTA; OLIVEIRA, 2015, p. 72).

Esses espaços institucionalizados de participação popular, amplamente impulsionados após o Estatuto da Cidade e tidos como os espaços de reivindicação e garantia dos direitos sociais, são, atualmente, pouco efetivos e esvaziados. Alguns movimentos sociais seguem disputando com o Estado e com o capital privado alguma conquista. Muitos movimentos já não participam desses espaços institucionalizados de participação sob a alegação de que tais espaços reafirmam as propostas já negociadas pelas “governanças” urbanas. Porém, não há como negar que exista alguma resistência nos espaços institucionalizados, e também não há como negar que, na maioria das vezes, esses espaços reafirmam a ordem estabelecida com o aval de uma inexpressiva e simbólica “participação popular”. Sendo assim, a investigação de como se estabeleceu o modelo de participação política no Brasil e em quais contextos a participação ascendeu ou declinou se faz fundamental para entendermos quais os limites da disputa institucional e se ela ainda possui canais abertos às conquistas ou não.

Os movimentos contemporâneos de resistência e luta urbana têm demonstrado que a possibilidade de resistir à drástica redução dos direitos sociais está pautada na ação direta e no enfrentamento à ordem dominante. A violenta repressão aos movimentos de luta urbana aponta a intenção do Estado capitalista em negar os direitos sociais e o direito à cidade ao conjunto da população. Haveria, então, alguma possibilidade de garantir tais direitos pela via pacífica e institucionalizada? É preciso avaliar, portanto, qual o grau de comprometimento do Estado com a garantia dos direitos sociais para avaliar se os espaços institucionalizados de participação são apenas caricaturas distorcidas de um modelo que se pretendia inclusivo. Como afirma Rolnik, sobre os limites do Estatuto da Cidade enquanto marco regulatório da política urbana, “essa salvaguarda tem servido mais para evitar, ou, bloquear violações de direitos do que para promover ações afirmativas e resolver os conflitos urbanos” (ROLNIK, 2012, p.102).

Retomando o autor Miguel Lanzellotti Baldez (1998), o legalismo institucional foi se fortalecendo e se constituindo como um instrumento de permanência das elites e oligarquias nos espaços institucionais de decisão afetando diretamente a luta urbana no Brasil. Sendo assim, tratar da garantia dos direitos sociais, ou de não perdê-los, como é o caso da agenda

atual de lutas urbanas, pressupõe retomar o histórico da constituição dos direitos políticos no Brasil e sua interação real ou dissimulada com a esfera da tomada de decisões.

Alimentar o espaço de participação popular, tal como ele está colocado sem um devido balanço crítico, significa ignorar que é necessário romper com este contexto histórico marcado pelo assujeitamento, pela subalternização, pelo controle e pela dependência que garantem desde o Brasil Colônia que as elites e as oligarquias permaneçam no poder defendendo seus próprios interesses.

Precisamos, dessa forma, questionar se o modelo institucionalizado de participação popular instituído pelo Estado tem, de fato, um elo com as intenções populares de participação nos espaços de decisão ou se tal modelo foi concebido para frear, como ocorreu ao longo do desenvolvimento histórico, a inserção da decisão direta da população sobre os rumos da organização social seja do cotidiano, da riqueza socialmente produzida ou do território.

2. ESTADO, PLANEJAMENTO E PARTICIPAÇÃO NA ERA DAS “GOVERNANÇAS”

Neste segundo capítulo, buscaremos fazer um breve apontamento sobre as bases teóricas que fundamentam o desenvolvimento desse trabalho. O texto a seguir inicia-se pela análise do papel exercido pelo Estado no modo de produção capitalista – fundamental para entendermos o comportamento das esferas de dominação política e ideológica – avançando para uma leitura do planejamento urbano e dos espaços institucionalizados de participação popular como áreas subordinadas à lógica desse Estado.

Tem destaque nesse momento de análise, o contexto das décadas de 1980 e 1990, pós-redemocratização, período em que ocorre o aprofundamento do neoliberalismo no Brasil e, em contraposição, o fortalecimento do projeto democrático popular enquanto pretensa representação dos anseios da esquerda e dos movimentos sociais. Trataremos, inclusive, da ampla e irrestrita utilização do conceito de “governança”¹⁸, termo que ganhou grande ênfase na transição dos séculos XX e XXI e que, embora carregado de controvérsias e padecendo de uma simetria direta com a expansão neoliberal, foi acolhido, inclusive, pelo projeto democrático popular, como se verá no texto a seguir.

Vale destacar que é também nessa transição (anos 1990/2000) que a aposta na ampliação da cidadania pela inclusão de atores sociais nos espaços formais de participação (via Estado) ganha uma proporção nunca antes vista no cenário institucional brasileiro. Por fim, abordaremos as questões mais relevantes e um resumido balanço das experiências de construção e de aplicação do projeto democrático popular no sentido de avançarmos para a construção de novas estratégias de resistência e luta que tenham como perspectiva a superação da ordem hegemônica contemporânea.

¹⁸ Derivado da expressão “governance”, utilizada pelo Banco Mundial, em 1992, no documento “Governance and Development”, o conceito de governança pressupõe a articulação de amplos setores da sociedade para a concretização de um Estado eficiente, construído na base do consenso e do diálogo. A governança sugere que haja uma abertura da estrutura institucional para que “atores interessados” possam participar na formulação de políticas (públicas, urbanas etc.) que sejam condizentes com o contexto flexível do mundo globalizado e com as necessidades da sociedade como um todo. O caráter contraditório da “governança” se assenta na retórica de uma “ampla articulação social” (poder público, iniciativa privada, setores da sociedade civil organizada, ONGs etc.) pautada na diplomacia, na conciliação e na resolução pacífica de conflitos. Essa proposta abstrai que os conflitos de interesse e de classe são inconciliáveis, conforme será apontado *a posteriori*. Considerações gerais sobre o conceito de governança podem ser encontradas em: GONÇALVES, Alcindo F. O Conceito de Governança. In: **XIV Congresso Nacional CONPEDI**, 2005, Fortaleza. XIV Conpedi, 2005. Disponível em: <https://social.stoa.usp.br/articles/0016/1432/GovernanA_a100913.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2017.

2.1 O Estado capitalista e suas dimensões de controle

A reprodução do capital passa por processos de urbanização de inúmeras maneiras. Contudo, a urbanização do capital pressupõe a capacidade de o poder de classe capitalista dominar o processo urbano. Isso implica a dominação da classe capitalista não apenas sobre o aparelho de Estado (em particular, as instâncias do poder estatal que administram e governam as condições sociais e infraestruturais nas estruturas territoriais), como também sobre populações inteiras – seus estilos de vida, sua capacidade de trabalho, seus valores culturais e políticos, suas visões de mundo. Não se chega facilmente a esse nível de controle, se é que se chega. A cidade e o processo urbano que a produz são, portanto, importantes esferas de luta política social e de classe (HARVEY, 2014, p.133).

O planejamento urbano enquanto uma área do conhecimento em desenvolvimento, que elabora sobre as necessidades, perspectivas e limites do ordenamento territorial, vem avançando e produzindo frentes de trabalho e de produção teórica no sentido de se aproximar de um projeto mais amplo de transformação político-social. Conforme aponta Souza (2006, p.168), “É preciso, antes de qualquer coisa, ter clareza para distinguir entre, de uma parte, o planejamento e a gestão como práticas, no momento da tomada de decisão, e, de outra, o planejamento e a gestão como conhecimento [...]”.

No primeiro caso, o autor se refere ao planejamento enquanto uma prática ligada ao político (relativo ao poder instituído) e à política (como assunto público) sobre a qual caberia aos cidadãos decidirem, conjuntamente com gestores e técnicos, de forma verdadeiramente democrática, os rumos dos negócios de interesse coletivo (SOUZA, 2006, p168-169).

No segundo caso, o planejamento como conhecimento aparece como um objeto de estudo e reflexão sistemáticos, que permitem ao pesquisador afrontar o senso comum e duvidar de certezas estabelecidas. É igualmente fundamental que o planejamento (conhecimento e prática) incorpore o saber popular no sentido de aproximar saberes assimétricos e distintos evitando que “as diferenças de natureza entre o ‘saber local’ dos cidadãos leigos e o saber técnico-científico venham a nutrir hierarquias e um discurso hierárquico” (SOUZA, 2006,p.171).

Contudo, embora o planejamento enquanto área do conhecimento tenha avançado rumo ao que se espera de uma produção teórica crítica (ressaltando que a troca com o saber popular ainda é reduzidíssima), o planejamento urbano enquanto prática, e aqui entraremos em alguns apontamentos dissonantes em relação ao pensamento de Souza (2006)¹⁹, continua

¹⁹ Em vários momentos o autor Marcelo Lopes de Souza será citado ao longo deste trabalho e suas reflexões serão trazidas para contribuir com a elaboração sobre o planejamento urbano e a participação popular. Contudo, é necessário apontar que o autor se coloca num campo não-marxista, reivindicando o debate autonomista que estabelece outra relação com o aparelho de Estado, refutando em muitos trabalhos e textos parte do que vai ser apresentado nessa pesquisa (que reivindica o método marxista). Nesse sentido, qualquer associação entre o debate do autor e o texto que aqui se apresenta é de nossa inteira responsabilidade.

ainda muito distante de uma possível aproximação com o debate público, uma vez que a atividade de produção e reprodução do espaço está (e historicamente esteve) diretamente vinculada e subordinada ao Estado e a seus aparelhos, submissa à sua lógica e às suas limitações, voltada à consolidação dos interesses dos grupos pertencentes à classe dominante. Nesse sentido, na tentativa de entender melhor o planejamento enquanto prática, buscaremos aprofundar na análise do Estado capitalista, sua forma política e seus instrumentos de controle.

Inicialmente, para entender a formação do Estado no modo de produção capitalista, é preciso abandonar uma visão passiva de Estado, que o vê como mero reflexo ou consequência das relações econômicas estabelecidas. Defende-se aqui, portanto, que há uma interdependência e uma simultaneidade entre o desenvolvimento da base econômica do modo de produção – estrutura – e o desenvolvimento do Estado enquanto relação de dominação e poder – superestrutura. Ou seja, o Estado sustenta e é sustentado pela estrutura econômica num caminho de mão dupla. Os conceitos de estrutura e superestrutura são propalados por Karl Marx (1859) e são encontrados no “Prefácio à Crítica da Economia Política” que, conforme tradução dada por José Barata Moura, em 1982, assim se desenvolve:

[...] na produção social da sua vida os homens entram em determinadas relações, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada etapa de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem determinadas formas da consciência social. O modo de produção da vida material é que condiciona o processo da vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, inversamente, o seu ser social que determina a sua consciência (MARX, 1859).

A estrutura como uma base material e econômica, conforme aponta Marx, longe de ser um determinante mecânico da superestrutura, que apenas a impulsiona, é (estrutura) com ela (superestrutura) um todo indissociável. A superestrutura refere-se às formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas e filosóficas, ou seja, as formas ideológicas a partir das quais se desenvolvem determinadas formas sociais de consciência. Fundamentais à dominação e à hegemonia da classe dominante, a esfera da superestrutura é um importante campo de disputa e luta de classes. Antônio Gramsci (apud LIGUORI e VOZA, 2017), utilizando de uma metáfora para fins didáticos, aponta que “entre estrutura e superestruturas há um vínculo necessário e vital, assim como no corpo humano entre pele e esqueleto”, e mais detalhadamente,

[...] no bloco histórico [...] as forças materiais são o conteúdo e as ideologias a forma; [distinção] puramente didática, já que as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais [...]; o raciocínio se baseia sobre a necessária reciprocidade

entre estrutura e superestrutura (reciprocidade que é precisamente o próprio processo dialético real) (GRAMSCI apud LIGUORI e VOZA, 2017, p.271).

O exercício do poder por meio dos aparelhos do Estado foi, ao longo do processo histórico, fundamental na cristalização de novos modos de produção. Retomando Harvey (2005):

O Estado burguês não nasce como reflexo automático do crescimento das relações sociais capitalistas. As instituições estatais têm de ser arduamente construídas e, em cada etapa do percurso, o poder pode ser (e era) exercido através dessas instituições, ajudando a criar as relações reais que, no fim, as instituições estatais refletem (HARVEY, 2005, p.89).

Exemplos do papel ativo do Estado na promoção das condições ideais de exploração do trabalho para a acumulação da classe dominante podem ser encontrados em diversos momentos históricos. Vale destacar, conforme foi apontado no primeiro capítulo, o uso da violência legal pelo Estado no Brasil, ainda no período Imperial, que consolidou o processo de privatização das terras, em 1850. Esse fato suscitou as bases para a implantação do capitalismo industrial, dentro de uma forma de Estado transicional que Harvey (2005, p.91) vai chamar de “curiosa forma híbrida de capitalismo feudal pela colonização portuguesa e espanhola” referente à forma de Estado na América Latina colonizada.

O processo que apartou o trabalhador dos meios de produção e da terra se perpetuou ao longo da história sob as rédeas do poder estatal que se manifestou no legalismo, na forma de leis trabalhistas e em outras diversas formas de repressão institucional, sustentando a criação de uma mão-de-obra destituída dos meios de sobrevivência, relegadas ao assalariamento no mercado de trabalho (HARVEY, 2005, p.89). Contudo, o Estado enquanto núcleo do poder político, segundo o pensamento de Engels (2010, p.213) “não é, pois, de modo algum, um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro [...]”. Ele é produto da divisão social do trabalho que gestou as diferentes classes sociais, parte do processo histórico de consolidação dos modos de produção, e também é representação dos interesses da classe economicamente dominante.

Engels (2010), ao tratar de um momento em que imperava a produção coletiva para o consumo sob um regime de distribuição direta dos produtos, demonstra como a inserção gradual da divisão do trabalho deu lugar a apropriação individual e ao sistema de troca entre os indivíduos como base da produção mercantil e da alienação do produtor para com seu produto:

Vimos como, numa fase bastante primitiva do desenvolvimento da produção, a força de trabalho do homem se tornou apta para produzir consideravelmente mais do que

era preciso para a manutenção do produtor, e como essa fase de desenvolvimento é, no essencial, a mesma em que nasceram a divisão do trabalho e a troca entre indivíduos. Não se demorou muito a descobrir a grande ‘verdade’ de que também o homem podia servir de mercadoria, de que a força de trabalho do homem podia chegar a ser objeto de troca e consumo, desde que o homem se transformasse em escravo. Mal os homens tinham descoberto a troca e começaram logo a ser trocados, eles próprios. O ativo se transformava em passivo, independente da vontade humana (ENGELS, 2010, p.220).

Lembrando que a divisão da sociedade em classes antagônicas é anterior ao modo de produção capitalista²⁰, Engels (2010) aponta que o Estado surge da necessidade de mediar o conflito entre as classes sem, contudo, extingui-lo. Nesse sentido, o Estado é, por regra, “o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida” (ENGELS, 2010, p.216). Nesse sentido, afirma Engels (2010), “[...] o moderno Estado representativo é o instrumento de que se serve o capital para explorar o trabalho assalariado” (ENGELS, 2010, p.216).

Interessa-nos, aqui, dar ênfase nas considerações sobre esse moderno Estado representativo de Engels (2010), ou melhor, no papel do Estado no capitalismo, que assume a forma de um Estado burguês tratando da sua relação com a acumulação e a reprodução do capital e sua participação no conflito entre os interesses particulares e os interesses comuns.

Tomando as classes sociais no capitalismo pela visão marxista, temos centralmente três grandes classes²¹ que se diferenciam pelo papel que os indivíduos desempenham no processo produtivo e pela relação que estabelecem com a propriedade privada: os proprietários da força de trabalho, que constituem a classe trabalhadora; os proprietários dos meios de produção (capital), que constituem a burguesia; e os grandes proprietários de terra, que são os latifundiários. Os primeiros são responsáveis pela produção da riqueza e os dois últimos, responsáveis pela apropriação da riqueza produzida (usurpação). Essas três grandes classes resumem-se, ao final, em duas classes fundamentais e antagônicas, ou seja, os capitalistas e os trabalhadores:

²⁰ Em relação à divisão da sociedade em classes antagônicas, Engels assim disserta: “Com a escravidão, que atingiu o seu mais alto grau de desenvolvimento sob a civilização, veio a primeira grande cisão da sociedade em uma classe que explorava e outra que era explorada. Esta não se manteve através de todo o período civilizado. A escravidão é a primeira forma de exploração, a forma típica da antiguidade; sucedem-na a servidão na Idade Média e o trabalho assalariado nos tempos modernos: são três formas de avassalamento que caracterizaram as três grandes épocas da civilização. A civilização faz-se sempre acompanhar da escravidão – de princípio franca, depois mais ou menos disfarçada” (ENGELS, 2010, p.220).

²¹ Vale ressaltar que para além das três grandes classes descritas, há ainda uma multiplicidade de outras classes sociais (a exemplo da pequena burguesia, dos camponeses, do lumpem proletariado etc.) que vêm passando por intensas transformações na contemporaneidade. Contudo, todas tendem a se aglutinar em torno das duas principais, quais sejam, capitalistas e trabalhadores.

Conforme a terra transforma-se em meio de produção, apropriada pelo capitalista, essas duas classes (proprietários de terra e de capital) tendem a fundir-se numa só. O mesmo vale para pensar hoje, além dos proprietários de terras e de meios de produção, o conjunto dos donos de meios de consumo e intermediação financeira; todas essas propriedades constituem-se em capital no MPC [modo de produção capitalista], conformando uma heterogênea classe capitalista: capital fundiário, capital produtivo ou industrial, capital comercial e capital financeiro, ligados diretamente (capital fundiário e produtivo) ou indiretamente (capital comercial e financeiro) ao processo de produção, distribuição e acumulação de riqueza (MONTAÑO, DURIGUETTO, 2010, p.87).

Vê-se, portanto, que ao contrário de ser uma categoria estanque, a classe social no pensamento marxista é uma categoria dinâmica que se origina do modo de produção e o caracteriza. Do modo de produção emergem não só as condições para a sustentação das classes, como também as principais contradições que suscitam o enfrentamento entre elas (como é o caso da relação de exploração entre capital e trabalho, fundamental e imutável sob o capitalismo). A categoria “classes sociais” também é tida como uma categoria em movimento, pois “assume determinações diversas em variados contextos históricos – no centro e na periferia do capital, em contexto de expansão ou recessão, de correlação de forças diversas etc.” (MONTAÑO, DURIGUETTO, 2010, p.85).

Andreia Galvão (2011), no artigo intitulado “Marxismo e movimentos sociais”, aponta para a necessidade de tomar a classe trabalhadora no plural, enquanto “classes trabalhadoras”, no sentido de conferir espaço às modificações contemporâneas no mundo do trabalho que se refletem na heterogeneidade das classes sociais que se diferem quanto ao tipo de trabalho realizado, quanto às condições de venda da força de trabalho e quanto à relação que estabelecem com a pequena propriedade (GALVÃO, 2011, p.110).

Nesse sentido, a autora destaca que “no lugar de uma bipolarização que colocaria em campos opostos burguesia e proletariado, bipolarização essa provocada por uma tendência à proletarianização que não deixaria praticamente lugar para classes intermediárias, verifica-se uma multipolarização” (GALVÃO, 2011, p.111). Sem descartar essa importante discussão em relação à categoria “classe trabalhadora” na contemporaneidade, sobre a qual se debruçam os mais renomados marxistas, nesta pesquisa utilizaremos a versão clássica, da existência de duas principais classes antagônicas: capitalistas e trabalhadores.

Os interesses necessariamente conflitantes dessas duas principais classes sociais sustentam o capitalismo e fazem da vida cotidiana um cenário de luta constante não só entre as diferentes classes como também no interior de uma mesma classe. Retomando o Estado enquanto discussão central deste capítulo, diante desse contexto de luta de classes permanente, “faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade,

chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da ‘ordem’” (ENGELS, 2010, p.213). Poder este que vai além dos limites de um governo,

[...] tendo de incluir todas as possibilidades pelas quais o poder pode ser exercido. Nisso, a estrutura específica das instituições é importante (embora não fundamental). Além disso, é útil haver algum modo de categorizar essas “instituições estatais”, ao menos para chamar a atenção para os diversos canais através dos quais o poder é capaz de ser exercido: o judiciário, o braço executivo do governo, a administração e a burocracia, o legislativo, o exército e a polícia, e assim por diante, formam diversos componentes dentro desse sistema (HARVEY, 2005, p.88).

Ocorre então que o Estado necessita de estratégias para, frente aos trabalhadores, manter sua “aparente independência de classe”, ao mesmo tempo em que exerce seu poder em favor dos capitalistas. O Estado se utiliza, portanto, alternadamente ou simultaneamente, de instrumentos de coerção/repressão²², assim como de instrumentos de dominação ideológica que determinam a opinião pública, alimentando a intocabilidade da propriedade e da liberdade – pelo sistema legal, principalmente – como imprescindíveis à construção do bem comum.

Para dispersar as contradições e para manter as lutas sociais em níveis tensionais funcionalmente compatíveis com os limites estruturais do processo de acumulação, o Estado capitalista se utiliza dos mecanismos de dispersão que, conforme Santos (1984), podem ser de socialização/integração, de trivialização/neutralização ou de repressão/exclusão (SANTOS, 1984, p.16). A seleção e o acionamento dos diferentes mecanismos de dispersão podem ser as mais variadas, escolhidas a partir das condições históricas concretas, do ritmo, da intensidade e da forma da luta de classes, de forma a garantir a repolitização controlada dos conflitos e das lutas sociais ao invés de recorrer às formas jurídicas clássicas, individualizantes e atomizadoras. A repolitização controlada e a coletivização manipulada implicam na despolitização e na desorganização das classes populares, ainda que, em algum momento, a repolitização controlada, a partir da luta da classe trabalhadora, possa sair do controle do Estado, suscitando “os germens de novas estratégias autônomas de organização e de polarização social” (SANTOS, 1984, p.19).

No capítulo anterior, demonstrou-se como, ao longo da história do Brasil, o direito, as normas e as leis – alguns dos instrumentos de dominação do Estado – forjaram as condições a partir das quais se conservou o poder nas mãos de uma elite aristocrática e oligárquica,

²² Os instrumentos de coerção e repressão do Estado são, por exemplo, o aparato policial e militar, o sistema judiciário e administrativo que se utilizam da imposição e da disciplina para dominar e subordinar um determinado grupo ou classe social. Carregam uma falsa ideia de superioridade, neutralidade, segurança e justiça que se forjam no ideário da população por meio da dominação ideológica.

composta de latifundiários e capitalistas industriais em essência. Retomando o Estado enquanto uma representação de classe, Montaño e Duriguetto (2010) afirmam que:

O Estado para Marx e Engels emerge das relações de produção e expressa os interesses da estrutura de classe inerente às relações sociais de produção. Assim, a burguesia, ao ter o controle dos meios de produção e ao ter o controle sobre o trabalho no processo de produção, passa a constituir a classe dominante, estendendo seu poder ao Estado, que passa a expressar os seus interesses, em normas e leis (MONTAÑO, DURIGUETTO, 2010, P.41).

Essa esfera estatal, que se expressa pelo governo e pelas burocracias que sustentam os mecanismos de coerção, que impõe regras e obrigações, é apenas uma das dimensões de dominação do Estado, denominada pelo pensador italiano Antônio Gramsci²³ (apud COUTINHO, 2011) de “sociedade política”, “Estado em sentido estrito” ou “Estado-coerção”. Conforme o Dicionário Gramsciano (2017)²⁴, “sociedade política [...], na linguagem comum, é a forma de vida estatal a que se dá o nome de Estado e que vulgarmente é entendida como todo o Estado” (GRAMSCI, apud LIGUIORI e VOZA, p. 735). Voltando a Coutinho (2011),

Por meio da sociedade política [...] exerce-se sempre uma ditadura, ou seja, uma dominação mediante a coerção (e por coerção não se deve entender apenas a violência pura e simples, mas todos os atos governamentais que sou obrigado a cumprir, ainda que não concorde com eles, como, por exemplo, pagar impostos, prestar serviço militar etc.) (COUTINHO, 2011, p.26).

Em sua importante contribuição para a análise do Estado, entendendo que o desenvolvimento da luta de classes levou a uma complexificação das relações de poder e a uma socialização da política, Gramsci (apud COUTINHO, 2011) tratou do Estado para além do Estado-coerção, ao que chamou de Estado Integral ou Ampliado. A abordagem gramsciana acrescenta à superestrutura uma dimensão de dominação e hegemonia para além da sociedade política: a sociedade civil.

Conforme aponta Carlos Nelson Coutinho (2011) em sua antologia da obra de Gramsci, a “sociedade civil”, composta por uma rede de organizações (a exemplo das associações, sindicatos, partidos, movimentos sociais, meios de comunicação, sistema

²³ Grande parte da obra de Antônio Gramsci foi produzida no período de seu encarceramento, entre 1926 e 1937, durante o regime fascista italiano. As contribuições do autor que ficaram conhecidas como “Cadernos do Cárcere” foram redigidas entre 1929 e 1935 e se constituem de “2.500 páginas de notas e reflexões [...] agrupadas em 29 cadernos escolares. Foi somente dez anos após sua morte, já depois da derrubada do fascismo, que seus escritos pré-carcerários e as cartas e apontamentos que redigiu na prisão começaram a ser publicados em livros” (COUTINHO, 2011, p.33).

²⁴ LIGUIORI, Guido; VOZA, Pasquale (Orgs). **Dicionário Gramsciano** (1926-1937). 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

educacional, parlamentos e igrejas), não está em “zona neutra situada ‘para além do Estado e do mercado’” (COUTINHO, 2011, p.25),

Ao contrário, ele [Gramsci] a considera como parte do Estado, como uma decisiva arena da luta de classes, na qual os diferentes grupos sociais lutam para conservar ou conquistar hegemonia [...]; A real originalidade de Gramsci – as novas determinações que ele aduz ao conceito marxista de Estado – manifesta-se em sua definição de ‘sociedade civil’, que, como vimos, indica a nova esfera do ser social que surge com os processos de socialização da política (COUTINHO, 2011, p.25).

É na esfera da sociedade civil, portanto, que os valores, as culturas e as ideologias são disseminados e disputados no sentido de conferir hegemonia a uma determinada classe, “e hegemonia para Gramsci não equivale à pura dominação, mas à direção social baseada num certo consenso e aceitação dos setores subalternos” (MONTAÑO, DURIGUETTO, 2010, p.45). Esse consenso, contudo, não exclui o conflito e o antagonismo entre as classes e os grupos sociais. Tais conflitos são engendrados na estrutura econômica e reverberam para a construção ideológica. Sendo assim,

A formação e a difusão de um consenso que incorpora e reflete interesses de classes necessitam de uma base socioinstitucional que possua estrutura e legalidade própria. É essa certa autonomia e independência material e funcional dos organismos sociais “privados” em relação aos do “Estado-coerção” (ou sociedade política) que marca o fundamento da sociedade civil e sua função mediadora entre a estrutura econômica e o Estado em sentido estrito (MONTAÑO, DURIGUETTO, 2010, p.46).

A investigação de como a dominação ideológica se dá por meio dos organismos sociais privados nos remete ao tema central desta pesquisa, qual seja a participação da população e a democratização da tomada de decisão a partir da esfera estatal formal (tal como os Conselhos, Conferências etc.) e a partir do que chamamos vulgarmente de Sociedade Civil Organizada (Associações, Organizações Não Governamentais - ONGs - etc.). Tal abordagem será retomada pelo estudo de caso apresentado nos capítulos 4 e 5, nos quais será retomada a sociedade civil enquanto arena de disputa ideopolítica e será investigado o papel das organizações (associações, partidos, sindicatos, escolas etc.) na consolidação tanto dos discursos hegemônicos, quanto dos contra-hegemônicos.

Retomando Coutinho (2011):

No âmbito da sociedade civil, a cujos organismos se adere voluntariamente (não sou obrigado a fazer parte de um partido, de um sindicato, de uma igreja etc.), as classes buscam exercer a sua *hegemonia*, isto é, buscam ganhar aliados para suas posições através da *direção político-intelectual* e do *consenso* (COUTINHO, 2011, p.26, grifos do autor).

Nesse sentido, faz-se necessário entender o embate que se dá na esfera da superestrutura, apreendendo o conceito de hegemonia e identificando as formas pelas quais a

classe dominante alcança a supremacia²⁵ para, assim, delinear os caminhos possíveis quanto à construção de ações políticas de caráter contra hegemônico que provoquem o surgimento de uma consciência crítica. Aqui nos interessa especialmente entender a consciência e sua relação com a realidade social, e ainda mais enfaticamente, sua relação com a vida cotidiana.

Retomando Antunes (2009), “a vida cotidiana não se mostra, então, como o espaço *por excelência* da vida alienada, mas, ao contrário, como um campo de disputa entre a alienação e a desalienação” (ANTUNES, 2009, p.159, grifo do autor). A ruptura com a alienação²⁶, ou seja, a busca por uma “vida mais autêntica e livre” encontra na vida cotidiana a sua “zona de mediação”, uma vez que é na vida cotidiana que interagem “o mundo da materialidade e a vida humana” (ANTUNES, 2009, p.167), em que a liberdade criativa se depara com a dureza silenciosa da exploração e da opressão.

Sendo a consciência determinada pela realidade do ser social, a vida cotidiana é tida como a primeira forma de consciência social. É na vida cotidiana que o indivíduo desenvolve “um nível de consciência individual imediata, no qual seu entorno, seus interesses particulares e seus atos são vivenciados e interpretados. Aqui as pessoas desenvolvem representações do seu entorno imediato” (MONTAÑO, DURIGUETTO, 2010, p.101). A alienação se consolida quando, submetido à lógica do capital, o indivíduo toma o conjunto da realidade pelo seu vínculo imediato, sem tomar a realidade como sendo passível de transformação e sem se colocar no lugar de sujeito transformador:

É que, sob a ordem do capital, a cotidianidade aparece como espaço de alienação: alienação que, primeiramente, desapropria o produtor de seus produtos (exploração), em segundo lugar, afasta o trabalhador do controle do conhecimento do processo de trabalho (subsunção real), assim como torna incompreensível aos indivíduos o conhecimento crítico de sua própria vida (reificação) (MONTAÑO, DURIGUETTO, 2010, p.100).

Interessa-nos aqui entender como essa alienação da consciência pode ser parcialmente ou totalmente superada no sentido de conectar as questões mais imediatas aos fundamentos da dominação e exploração dos meios de produção e do trabalho. Montañó e Duriguetto (2010) identificam, a partir do pensamento de Gramsci, três diferentes momentos da consciência

²⁵ “A supremacia de um grupo social se manifesta de duas maneiras: como ‘domínio’ e como ‘direção intelectual e moral’. Um grupo social é dominante dos grupos adversários que tende a ‘liquidar’ ou a submeter também mediante a força armada; e é dirigente dos grupos afins ou aliados” (GRAMSCI, apud COUINHO, 2011, p.27).

²⁶ “O termo se refere a ser alheio, estranho, ou seja, alienação é o processo mediante o qual sujeito e objeto se separam, se tornam alheios, estranhos. No MPC [Modo de Produção Capitalista], a alienação remete à *separação entre o produtor e seu produto*, assim como a alienação *da atividade mesma da produção*. Para desfazer qualquer leitura reducionista, lembremos que o produto do ser social não é apenas a mercadoria, mas também a cultura, a forma de vida, a linguagem, o conhecimento científico, a sociedade, enfim, a história” (MONTAÑO, DURIGUETTO, 2010, p.102, grifos do autor).

ideopolítica, sendo eles o econômico-corporativo, o sindicalista e o momento da consciência de classe. No primeiro, os indivíduos que estabelecem relações mais imediatas se reconhecem a partir de demandas e reivindicações comuns e se unificam para alcançá-las. Contudo, nesse momento econômico-corporativo, não há o reconhecimento da necessidade de unificar com grupos mais amplos, assim exemplifica Gramsci (apud Coutinho, 2011):

[...] um comerciante sente que deve ser solidário com outro comerciante, um fabricante com outro fabricante etc., mas o comerciante não se sente ainda solidário com o fabricante; isto é, sente-se a unidade homogênea do grupo profissional e o dever de organizá-la, mas não ainda a unidade do grupo social mais amplo (GRAMSCI, apud COUTINHO, 2011, p.252).

No segundo momento, constrói-se uma unidade com os demais membros do mesmo grupo social, mas as reivindicações ainda se mantêm no âmbito das conquistas econômicas (imediatas). Estabelece-se, então, um inicial confronto ao Estado, mas apenas para a “obtenção de uma igualdade político-jurídica com os grupos dominantes, já que se reivindica o direito de participar da legislação e da administração e mesmo de modificá-las, de reformá-las, mas nos quadros fundamentais existentes” (GRAMSCI, apud COUTINHO, 2011, p.252).

Por último, o terceiro momento, que é a consciência de classe, no qual as reivindicações ultrapassam a esfera corporativa e ganham sustentação política à medida que elevam as lutas para um patamar universal de questionamento não só da estrutura, mas também da superestrutura. Isso significa que passam a conectar as reivindicações imediatas com a necessidade de uma ruptura com a ordem social dada, promovendo lutas por transformação e superação do modo de produção (MONTAÑO, DURIGUETTO, 2010, p.105).

E o que toda essa discussão sobre a consciência tem a ver com os limites dos espaços institucionalizados e o planejamento urbano em essência? O entendimento da relação da consciência dos indivíduos com a sua organização e articulação em torno de um projeto de transformação social deve compreender a forma como se dá, historicamente, a dominação pela superestrutura e a alienação dela resultante. Sem esse entendimento, não é possível entender os limites colocados ao projeto democrático popular e as consequências de uma estratégia de disputa por dentro dos aparelhos do Estado com vistas à inclusão da classe trabalhadora nas decisões e na gestão não só do território como na gestão da vida.

Segundo Montañó e Duriguetto (2010),

Para se perpetuar como classe hegemônica, a burguesia, dominante nas esferas do mercado, da produção e na política institucional, precisa ampliar seu domínio à vida cotidiana das pessoas, criando consenso e legitimando a ordem vigente, ao fazer com que sua visão de mundo, seus valores, seus interesses e seu modo de vida sejam

aceitos por todos, sendo de todos; o que é particular (a uma classe) passa a ser aceito como universal (de todos) (MONTAÑO, DURIGUETTO, 2010, p.106).

Uma das armas de sustentação da ideologia dominante se baseia na difusão fragmentada e racionalizada do conhecimento e no monopólio da “opinião pública”. Entendendo a importância da difusão do conhecimento científico e crítico para a superação da alienação da consciência, fica mais evidente o quanto a destruição sistemática do modelo educacional no Brasil se vincula aos dilemas da cidadania, à formalidade dos direitos e à centralização do poder. Nesse sentido, a disseminação de um conhecimento crítico e totalizante para a classe trabalhadora, conhecimento de caráter contra hegemônico, se faz uma tarefa cada vez mais urgente e desafiadora. Conforme aponta Gramsci (apud COUTINHO, 2011) sobre a opinião pública,

O que se chama de “opinião pública” está estreitamente ligado à hegemonia política, ou seja, é o ponto de contato entre a “sociedade civil” e a “sociedade política”, entre o consenso e a força. O Estado, quando quer iniciar uma ação pouco popular, cria preventivamente a opinião pública adequada, ou seja, organiza e centraliza certos elementos da sociedade civil [...] A opinião pública é o conteúdo político da vontade política pública, que poderia ser discordante: por isto, existe luta pelo monopólio dos órgãos da opinião pública – jornais, partidos, Parlamento –, de modo que uma só força modele a opinião e, portanto, a vontade política nacional, desagregando os que discordam numa nuvem de poeira individual e inorgânica (GRAMSCI, apud COUTINHO, 2011, p.283).

A hegemonia da classe dominante, contudo, não se dá sem resistência da classe subalterna, como diz Harvey na passagem que abre esse capítulo: “Não se chega facilmente a esse nível de controle, se é que se chega” (HARVEY, 2014, p.133). Mesmo diante de tamanho poder de dominação, a capacidade de mobilização da classe trabalhadora por melhores condições de vida e trabalho se manifesta permanentemente pressionando a classe hegemônica e arrancando do Estado conquistas parciais como a ampliação dos direitos políticos e sociais. Nesse sentido, “o Estado ora é pressionado a incorporar certas demandas como forma de pôr fim a uma luta que possa desestabilizar o sistema, ora se antecipa estrategicamente para evitar o eventual início de um confronto social” (MONTAÑO, DURIGUETTO, 2010, p.145).

A pressão imposta pela organização da classe trabalhadora ao Estado determina o ampliamiento da participação das pessoas na gestão e nas esferas de decisão. Mas efetivar essa participação não se faz possível sob o capitalismo. Conforme afirmam Montañó e Duriguetto (2010), “Isso exige ao sistema capitalista, e à (fração de) classe hegemônica, controlar e limitar o desenvolvimento da democracia e do protagonismo popular nas decisões sistêmicas” (MONTAÑO, DURIGUETTO, 2010, p.149). Assim, a participação ocorre de

forma figurativa e pouco expressiva, apenas no sentido de alimentar uma falsa ideia de democracia e de cidadania, mascarando a parcialidade do poder estatal.

Marcelo Lopes de Souza (2012), em seu texto “Ação direta e luta institucional: complementaridade ou antítese?” faz uma demarcação de dois conceitos. Tais conceitos balizam a luta por direitos, a ação direta que “designa o conjunto de práticas de luta que são, basicamente, conduzidas apesar do Estado ou contra o Estado, isto é, sem vínculo institucional ou econômico imediato com canais e instâncias estatais”,²⁷ e a luta institucional, que pressupõe “o uso de canais, instâncias e recursos estatais, tais como conselhos gestores, orçamentos participativos ou fundos públicos”.

Souza (2012) aponta que apesar do Estado representar os interesses da classe dominante ou do poder hegemônico

[...] existindo em uma sociedade marcada por conflitos e contradições, na qual os oprimidos também elaboram saberes, exercem (contra)poderes e desenvolvem (contra)projetos, o Estado está sujeito, ele mesmo, a apresentar, conjunturalmente, oscilações, mudanças maiores ou menores de orientação (SOUZA, 2012).

Essa afirmação retoma a discussão do Estado enquanto estrutura assimétrica e fragmentada realizada por Santos (1984) e nos leva a refletir sobre o poder enquanto relação em constante transformação. Embora a associação do Estado ao capital privado revele que há uma incontestável pressão desse poder na contramão dos interesses da classe trabalhadora, dos subalternizados e dos oprimidos, há na institucionalidade fortes contradições e pontos vulneráveis sob os quais os movimentos devem incidir de forma cautelosa e desconfiada (SOUZA, 2012). Contudo, é importante salientar que a participação que apenas se configura pelo discurso, que é inconsistente e falsa, pode iludir e desmobilizar tanto quanto uma participação consistente, que pode sugerir “pelos próprios resultados que pode gerar, que a ‘democracia’ representativa é menos problemática do que de fato é” (SOUZA, 2012).

Em suma: o ruim, é ruim mesmo; mas o “bom”, curiosamente, também pode, não raro, ser ruim, por consistir em uma situação ardilosa. E o remédio não é denunciá-lo de maneira rudimentar, mas sim aprender a lidar melhor com situações desconcertantes e desafiadoras. Só subir ao ringue ou pisar no tatame para enfrentar adversários notoriamente fracos não é algo que deponha a favor de nossa força (SOUZA, 2012).

Acredita-se que a pacificação global das tensões sociais é intangível no capitalismo conforme se defendeu anteriormente ser também inatingível a cidadania plena. Mas a desigualdade no nível de latência das contradições sociais obriga o Estado a constantes

²⁷ SOUZA, 2012. Disponível em: <<http://www.passapalavra.info/2012/05/56903>>. Acesso em: 30 mai. 2016.

ajustamentos e mudanças no processo de dominação política sem resolver (superar) as contradições principais em que essa dominação se assenta (SANTOS, 1984, p.16). É nesse contexto que se insere a democracia moderna enquanto sistema assimétrico de poder, que não se traduz em governo de todos, e que esconde sob a rotatividade de mandatos a invariabilidade representativa ainda que convença ser o contrário.

A democracia (chamada de moderna ou liberal) cumpre, portanto, o papel de um instrumento de controle à medida que é “aceita e promovida (formal e limitadamente) desde que permita a reprodução das classes sociais, a acumulação ampliada de capital, a manutenção da hegemonia e da propriedade privada” (MONTAÑO, DURIGUETTO, 2010, p.149). É a partir dessa visão de Estado e de democracia que se discutirá, a seguir, como os projetos políticos que disputaram o poder na transição dos séculos XX e XXI abordaram o planejamento urbano e a política urbana.

2.2 Para além do “projeto democrático popular”: participar ainda é preciso!

Primeiramente, é preciso retomar que o planejamento urbano (enquanto prática) é tomado neste trabalho como uma atividade de orientação do desenvolvimento e da produção do espaço, atividade essa subordinada ao Estado e que, portanto, obedece à sua lógica e aos seus interesses. Como vimos anteriormente, tais interesses são diretamente vinculados à reprodução do modo de produção capitalista.

Conforme aponta Oliveira (2013), “O Planejamento Urbano [...] busca se compatibilizar com as piores tendências de concentração da renda e da sociabilidade indesejável quase obrigatória das classes que voltaram a ser chamadas de ‘perigosas’, como são conhecidas as que foram uma vez ‘laboriosas’” (OLIVEIRA, 2013, p.74). Nesse sentido, entender o planejamento como uma prática que sustenta ou legitima o sistema não é necessariamente um exagero, mas uma constatação necessária para o desenvolvimento de uma teoria urbana crítica que nos possibilite explorar as contradições do planejamento sem enxergá-lo como espaço de superação da ordem ou de eliminação dos conflitos de classe, mas também sem abandoná-lo irrestritamente às exigências e ao domínio do capital. O desenvolvimento de uma teoria urbana crítica deve se utilizar das contradições do projeto hegemônico dando sustentação às práticas contra-hegemônicas que tenham como objetivo transformar a ordem socioespacial.

Antes de chegarmos aos projetos em disputa na transição das décadas de 1990 e 2000, vale uma sucinta observação sobre a visão hegemônica do planejamento que prevaleceu em grande parte até a década de 1980. O planejamento urbano moderno, que se desenvolveu

principalmente na segunda metade do século XX (no pós-guerra), incumbido da tarefa de orientar a intervenção estatal quanto à organização espacial, tratou de controlar e modificar a cidade a partir de um racionalismo e de uma supremacia técnica que não alcançavam a complexidade da realidade socioespacial.

Havia uma expectativa de que o planejamento seria capaz de atuar na neutralização dos conflitos entre as classes, conflito esse que se reflete diretamente na estruturação e na distribuição socioespacial. Essa perspectiva, contudo, mostrou-se incompatível com a dinâmica de classe do Estado, apresentada de forma resumida no subtítulo anterior, e o planejamento se alinhou com o modo dominante de acumulação o que resultou num “espaço extremamente homogeneizado, opressor e desumanizado [...]” (MELO, 2014, p.15).

Por volta das décadas de 1970 e 1980, a reformulação da estratégia de reprodução do capital – que decorre do esgotamento econômico do ciclo anterior da acumulação fordista²⁸ –, começa a se consolidar a partir de novas diretrizes, voltadas para uma redução das políticas sociais e para o fortalecimento do capital financeiro, inaugurando uma nova fase da expansão capitalista comumente chamada de acumulação flexível. A era da acumulação flexível é engendrada pela crise do padrão de acumulação fordista-taylorista da década de 1970, desencadeada, principalmente, pelo descontentamento da segunda geração de operários sugados pelo sistema fordista e pelo esgotamento econômico que demarcava mais uma crise estrutural do capital.

A partir desse quadro houve uma elevação das lutas operárias pela defesa social da produção e do poder operário. Contudo, a luta da classe trabalhadora se esbarrou nos limites de direção e organização e

apesar de sua radicalidade, a ação dos trabalhadores enfraqueceu-se e refluíu, não sendo capaz de se contrapor hegemonicamente à sociabilidade do capital. Sua capacidade de auto-organização, entretanto, ‘perturbou seriamente o funcionamento do capitalismo’, constituindo-se num dos elementos causais da eclosão da crise dos anos 70 (ANTUNES, 2009, p.46).

Diante dessa “perturbação social” e da crise econômica, o capital iniciou um processo de reestruturação do processo produtivo e readequação do projeto hegemônico de controle

²⁸ O processo de produção da era fordista (também chamado de fordista-keynesiano) se baseou na massificação de uma realidade proletária que, voltada para atividades industriais segmentadas, repetitivas e desqualificadas, destituiu o operário de sua participação na organização do processo de trabalho e o expropriou de sua autonomia individual num processo de relativa homogeneização dos trabalhadores. Contudo, o processo intensivo de trabalho, que se justificava pela ampliação do poder de consumo desses trabalhadores, não tardou a ser questionado, e a segunda geração de operários surgida nos marcos do sistema fordista “não se encontrava disposta a perder sua vida para ‘ganha-la’: a trocar o trabalho e uma existência desprovida de sentido pelo simples crescimento de seu ‘poder de compra’, privando-se de ser por um excedente de ter” (ANTUNES, 2009, p.44).

social. No processo produtivo, foram inseridas, por exemplo, a automatização, a informatização avançada, a produção modular, a terceirização, a subcontratação como formas de intensificar a exploração da força de trabalho, combinando as formas relativa e absoluta de extração da mais-valia. O rearranjo do setor produtivo é, também, acompanhado por um “projeto de recuperação da hegemonia nas mais diversas esferas da sociabilidade” (ANTUNES, 2009, p.50), que configura parte do projeto de reestruturação geral do capital entendido como neoliberalismo. Nesse sentido, vale retomar Montaño e Duriguetto (2010) em relação ao projeto neoliberal:

[...] o “projeto/ processo neoliberal” constitui a atual estratégia hegemônica de reestruturação geral do capital – em face da crise, do avanço tecnocientífico e das lutas de classes que se desenvolvem no pós-1970, e que se desdobra basicamente em três frentes: a ofensiva contra o trabalho (atingindo as leis e direitos trabalhistas e as lutas sindicais e da esquerda) e as chamadas “reestruturação produtiva” e “(contra)reforma do Estado” (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2010, p.193)²⁹.

Os impactos dessa transição – da fase que sucede a segunda grande guerra (fordista) para a fase contemporânea da acumulação flexível – são diretamente absorvidos pelas teorias do planejamento urbano e suas práticas. Nesse novo momento da acumulação capitalista, mais do que racionalizar e organizar o espaço como fez o planejamento modernista, interessa tornar as relações espaço-tempo mais rápidas e flexíveis, a fim de estimular a competição entre os lugares a partir da mercantilização do espaço. É o que Harvey (2005) vai chamar de “empreendedorismo urbano”, estratégia de gestão urbana que se baseia, entre outros elementos, na articulação entre os poderes governamentais com o capital financeiro (especulativo), por meio das “parcerias público-privadas”, no sentido de tornar o lugar atrativo aos investimentos (do capital internacional) e propício ao desenvolvimento econômico (e não necessariamente social).

O termo governança, que intitula este capítulo, difunde-se como um expoente dessa nova era flexível. Governança tem um caráter mais amplo do que governo e governabilidade, sendo que o primeiro (governo) está diretamente associado ao exercício do poder e do comando, e o segundo (governabilidade) diz respeito ao conjunto institucional no qual se apoia necessariamente o exercício do poder, incluindo todas as relações de intermediação de interesses.

Expandindo a governança para a esfera do planejamento urbano, teremos a governança urbana – governança entendida como uma coalizão de forças “em que o governo e a

²⁹ Para mais informações sobre a ofensiva contra o trabalho, a reestruturação produtiva e a (contra)reforma do Estado ver ANTUNES, 2009, p.49-100.

administração urbana desempenham apenas o papel facilitador e coordenador” (HARVEY, 2005, p.169). A essa nova realidade “empreendedora” das cidades³⁰ soma-se a intensificação da concorrência interurbana, uma vez que a eliminação das barreiras espaciais pelo avanço da globalização favorece a migração do capital para os locais que ofertem melhores condições de produção e, nesse sentido,

As pequenas diferenças na oferta de mão-de-obra (quantidades e qualidades), nas infraestruturas e nos recursos, na regulamentação e tributação governamental, assumem muito maior importância do que quando os custos elevados de transporte criavam monopólios “naturais” para a produção local em mercados locais (HARVEY, 2005, p.177).

Como resultado desse processo, afirma Harvey (2005), “[...] o setor público assumiu o risco, e o setor privado ficou com os benefícios, ainda que haja exemplos onde isso não ocorreu [...]” (HARVEY, 2005, p.171). Para conquistar investimentos, a governança urbana, em sua dinâmica empreendedora, aposta nas estratégias de promoção da imagem urbana, por meio de projetos espetacularizados e de grande impacto, que aprofundam a segregação e os problemas sociais e econômicos, o que “[...] em muitas cidades, está assumindo um caráter geográfico, na forma de uma cidade dupla, com a regeneração de um centro de cidade decadente e um mar circundante de pobreza crescente” (HARVEY, 2005, p.186).

Tais “projetos espetaculares” atendem, em grande medida, ao modelo de planejamento denominado “Planejamento Estratégico” que, ao colocar em pé de igualdade cidades e empresas, equiparou os desafios da realidade socioespacial das cidades aos desafios da expansão econômica empresarial gerando um modo de planejar baseado na concorrência e na competitividade entre territórios. Como aponta Vainer (2000) sobre as três analogias que constituem a base do discurso do planejamento estratégico, “a cidade é uma *mercadoria*, a cidade é uma *empresa*, a cidade é uma *pátria*” (VAINER, 2000, p.77, grifos do autor). Assim, continua o autor, “este projeto de cidade implica a direta e imediata apropriação da cidade por interesses empresariais globalizados e depende, em grande medida, do banimento da política e da eliminação do conflito e das condições de exercício da cidadania” (VAINER, 2000, p.78).

Vale ressaltar aqui a menção que o autor faz aos visitantes e usuários solventes, que são o alvo desse seletivo “projeto de cidade” que baliza o planejamento estratégico e que assume o “direito à cidade”³¹ enquanto direito exclusivo a uma estrita parcela da população:

³⁰ Aqui, as cidades são tomadas metaforicamente como sujeitos no sentido de aproximar o leitor da nova realidade urbana que se apresenta: cidades concorrendo entre si como se fossem comerciantes disputando clientes para seus produtos.

³¹ O tema e a expressão “direito à cidade” serão mais amplamente abordados no próximo capítulo.

O fechamento das fronteiras urbanas a visitantes e usuários insolventes certamente se funda no mesmo tipo de visão da cidade e do mundo: o direito à cidade, neste caso, passa a ser diretamente proporcional ao índice de solvência dos estrangeiros e visitantes. Aquilo que, de certa maneira, já é uma realidade, transforma-se agora em projeto, em estratégia de promoção da cidade (VAINER, 2000, p.80, ver nota 4).

Esse contexto do plano estratégico coloca aos planejadores a necessidade de tomar o mercado como regra e modelo para o planejamento urbano que terá como protagonistas os atores do mercado que, invariavelmente, terão assegurados seus interesses no processo de planejamento e decisão por meio da cooperação ou parceria público-privada. Trata-se, portanto, da “participação direta, sem mediações, dos capitalistas e empresários nos processos de decisão referentes ao planejamento e execução de políticas [públicas]... Até que ponto não seria abusivo continuar, a esta altura, a qualificá-las de públicas?” (VAINER, 2000, p.88).

É importante observar que esse projeto de cidade, que surge do plano estratégico, se ancora num importante elemento subjetivo – imprescindível à execução vitoriosa de suas ações – que é o convencimento e o consenso da população em torno às estratégias desenvolvidas. O consenso³², que para Antônio Gramsci, conforme apontam Liguori e Voza (2017), é um termo “com um amplo espectro de significados, frequentemente entre aspas, apontando sua ambivalência e problematidade. Ele é primeiro associado ao conceito de hegemonia, do qual às vezes é sinônimo” (LIGUORI e VOZA, 2017, p.141).

Voltamos aqui, dessa forma, à necessária compreensão do que é o Estado e quais são seus mecanismos de controle, em especial, a sociedade civil formadora de subjetividades e fundamental à consolidação da hegemonia de uma determinada classe (no caso em questão, a classe capitalista). Duriguetto (2009) afirma que o Estado, a partir da implementação do neoliberalismo, busca reconfigurar o conceito de sociedade civil alijando-a da participação no controle político-social das instâncias e políticas públicas, mas incutindo-a do “papel de agente do bem-estar social [...] cabendo a ela uma atuação na área social, sob o invólucro da solidariedade, da filantropia e do voluntariado” (DURIGUETTO, 2009, p.16). A autora aponta que tal ressignificação configura-se num “esforço ideológico de despolitização da

³² Vale retomar o Dicionário Gramsciano de Liguori e Voza (2017), trazendo outros apontamentos sobre o significante “consenso” em Gramsci: “O consenso é ativo quando os governados participam da vida do organismo estatal em cuja condução há governantes aceitos por aqueles. O consenso é passivo quando os governados subscrevem com atos formalmente democráticos (o sufrágio) a aceitação daqueles que os guiam e que, por isso, numa perspectiva de democracia formal, tendencialmente os dominam. Existe depois uma terceira forma de consenso, aquele espontâneo [...]. A gestão do consenso espontâneo é considerada por G. [Gramsci] uma função subalterna de hegemonia social e de governo político confiada aos intelectuais como ‘prepostos’ do grupo dominante. É seu dever também cuidar do funcionamento ‘do aparelho de coerção estatal que assegura ‘legalmente’ a disciplina daqueles grupos que não ‘consentem’ nem ativa, nem passivamente, mas é constituído para toda a sociedade na provisão dos momentos de crise de comando e de direção nos quais o consenso espontâneo desaparece” (GRAMSCI, apud LIGUORI e VOZA, 2017, p.143).

sociedade civil, concebendo-a como reino da ‘a-política’ e do ‘a-classismo’” (DURIGUETTO, 2009, p.16).

Voltando às condições necessárias para a formulação de um consenso em torno ao planejamento estratégico, Vainer (2000), nos aproximando da questão elementar, assim questiona: “Como construir política e intelectualmente as condições de legitimação de um projeto de encolhimento tão radical do espaço público, de subordinação do poder público às exigências do capital internacional e local?” (VAINER, 2000, p.91). Primeiramente, a possibilidade de unificar a população em torno a um projeto de cidade como o faz o plano estratégico se torna possível pela massificação de uma propaganda positiva do projeto em questão. Retomando e acrescentando ao que foi discutido anteriormente em relação à estrutura ideológica (que sustenta a hegemonia da classe dominante) e à opinião pública,

A imprensa é a parte mais dinâmica dessa estrutura ideológica, mas não a única: tudo o que influi ou pode influir sobre a opinião pública, direta ou indiretamente, faz parte dessa estrutura. Dela fazem parte: as bibliotecas, as escolas, os círculos e os clubes de variado tipo, até a arquitetura, a disposição e o nome das ruas (GRAMSCI, apud COUTINHO, 2011, p.342).

Assim, alimenta-se a expectativa de que a atração de investidores externos e visitantes solventes se concretizará com a oferta de infraestrutura, serviços, segurança etc., que serão garantidos pela cooperação público-privada. Para isso, os cidadãos locais deveriam estar “pactuados” com tal perspectiva de investimentos sob a garantia de serem integralmente beneficiados. Ainda nesse sentido, para o fortalecimento da unidade cívica, afirmam Castells e Borja (1996), defensores de tal modelo de planejamento,

[...] cabe ainda ao governo local a promoção interna à cidade para dotar seus habitantes de “patriotismo cívico”, de sentido de pertencimento, de vontade coletiva de participação e de confiança e crença no futuro da urbe. Esta promoção interna deve apoiar-se em obras e serviços visíveis, tanto os que têm um caráter monumental ou simbólico como os dirigidos a melhorar a qualidade dos espaços públicos e o bem-estar da população (CASTELLS e BORJA, 1996, p.160).

Esse patriotismo de cidade é também sustentado por uma insatisfação e um sentimento generalizado de crise, que garantem um consenso coletivo quanto à necessária união de todos em prol de táticas e estratégias que garantam o crescimento e a prevalência local numa perspectiva da concorrência interurbana. Fica claro, portanto, que há um alinhamento político de toda a teoria que sustenta o modelo do planejamento estratégico com as táticas da ofensiva neoliberal, conforme expressam Castells e Borja ao ressaltarem as benesses alcançadas pelas cidades latino-americanas a partir da década de 1990, tendo em vista a revitalização econômica (CASTELLS e BORJA, 1996, p. 154).

Por fim, a defesa “teórica” do plano estratégico, realizada por Castells e Borja (1996) no texto “As cidades como atores políticos”, ainda certifica ao leitor que “a inovação democrática é, provavelmente, o aspecto mais excitante do papel assumido, progressivamente, pelos governos locais” e que todas as ações visam garantir “a participação dos cidadãos, a cooperação social e a integração das políticas urbanas” (CASTELLS e BORJA, 1996, p.160). Trata-se, portanto, de um discurso envolvente (e ilusório) que, se utilizando da janela democrática do final do século XX, se volta à construção de um “consenso” e de um convencimento social quanto à “importância” da financeirização do espaço e da cidade para o bem da população como um todo:

Num momento histórico caracterizado pela globalização da economia e pelas políticas de abertura dos mercados, pela descentralização política, revalorização dos âmbitos e identidades locais ou regionais e pela multiplicação de demandas sociais heterogêneas que não se sentem satisfeitas pelas respostas estatais, o Projeto de Cidade (ou de região), baseado num Plano Estratégico de amplo consenso social, representa uma grande oportunidade democrática. Por um lado, oferece uma resposta integrada do lugar onde os problemas da sociedade são delineados e de onde os agentes públicos e privados podem atuar conjuntamente. Por outro, podem permitir-nos reconstruir o sentido da cidade, do território, numa época em que a perda de consciência dos limites e a dissolução das ideologias que dão suporte aos projetos coletivos nos desafiam a refazer nossos sistemas de convivência (CASTELLS e BORJA, 1996, p. 166).

Há que se destacar que diversos autores³³ vêm desenvolvendo análises e categorizações sobre as diversas correntes do planejamento urbano na contemporaneidade não sendo o planejamento estratégico uma forma única e uníssona de elaboração e gestão socioespacial. Contudo, pretende-se na análise em questão destacar como se localizou o planejamento urbano, no Brasil, nessa nova fase da acumulação, identificando as barreiras que limitam a efetivação de iniciativas de inclusão social nos espaços institucionais de participação, mas sem negligenciar o importante papel de um planejamento urbano crítico ainda que limitado.

Conforme aponta Souza (2006), “[...] a cidade ainda é, e pode ser cada vez mais, uma ‘escola de democracia’” (SOUZA, 2006, p.26). Dessa forma, é deveras importante dissociá-la (a cidade) da imagem de um agente econômico tal como imputada pelo planejamento estratégico e entendê-la pelo âmbito social a partir das relações humanas, das demandas e das lutas que suscita cotidianamente.

³³ Bibliografias que analisam as diversas tipologias de planejamento: 1- CAMPBELL, S. & FAINSTEIN, S.S. (Ed.). *Readings in Planning Theory*. 2. ed. Malden/USA, Oxford, UK, Carlton/Australia: Blackwell Publishing Ltd., 2003. 2- ALMANDOZ, Arturo. *Urban planning and historiography in Latin America*. *Progress in Planning* 65, 2006. 3- COSTA, G.M.; COSTA, H.S.M.; MONTEMÓR, R.L.M. (Org.). *Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana*. Belo Horizonte: C/ Arte, 2015.

Voltando aos projetos em disputa, sobretudo no cenário brasileiro das décadas de 1990/2000, uma vez abordado o planejamento estratégico, cabe agora apontar em que medida o planejamento participativo, subsidiário do projeto democrático popular – que ganha a sua máxima expressão no ano de 2003, quando o Partido dos Trabalhadores chega ao Governo Federal – se aproxima ou se afasta dessa tônica da cidade mercadoria, da cidade empresa, da cidade pátria. Em primeiro lugar, vale ressaltar que não se trata aqui de fazer uma análise profunda ou uma avaliação das gestões petistas nas suas diversas escalas, uma vez que os olhares desse trabalho voltam-se, especialmente, para a janela de possibilidades aberta pelas lutas de 2013 no Brasil. Em segundo lugar, foram feitas diversas observações no capítulo anterior em relação ao espaço institucionalizado de participação popular, anseios, desafios e resultados, principalmente no tocante ao planejamento urbano e aos novos marcos regulatórios da política urbana pós-redemocratização, observações essas que apontam para um primeiro balanço.

Importa-nos aqui, portanto, entender um pouco mais das ideias em disputa no contexto da construção do projeto democrático popular e do alinhamento político que foi se estabelecendo majoritariamente no Partido dos Trabalhadores (PT), a fim de correlacionar tal desenvolvimento político com o que foi discutido sobre o Estado e sobre a expansão e o aprofundamento do projeto neoliberal no Brasil.

Em outubro de 1989, ante ao retorno da população às urnas – 29 anos após a última eleição direta para presidente da República no Brasil – um artigo de Vladimir Palmeira e Carlos Vainer, intitulado “PT – ameaçador ou ameaçado?”, foi publicado na Revista Teoria e Debate, edição número 08, iniciando com a seguinte questão:

Por onde caminhar para encontrar a chave da ruptura com a ordem burguesa? Nesta análise polêmica e corajosa, os riscos que o próximo período reserva ao PT: a acomodação, o reformismo e o abandono da estratégia revolucionária. De fator de ameaça ao capitalismo, o PT poderia estar ameaçado de se tornar cúmplice dos capitalistas? (PALMEIRA e VAINER, 1989, p.1/11, grifos do autor)³⁴.

A questão apontada acima, se a ordem burguesa modifica o partido ou se o partido modifica a ordem burguesa, demonstra como a discussão do Estado (enquanto perspectivas) se fazia presente no horizonte das disputas políticas do contexto das décadas de 1980 e

³⁴ A indicação da página corresponde à disposição do texto conforme disponibilizado na internet, ou seja, 1 de 11. Para outras informações e texto completo, conferir a edição número 08 da Revista Teoria e Debate, disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/index.php?q=materias/politica/pt-ameacador-ou-ameacado>> Acesso em: 6 ago. 2017.

1990³⁵. Havia grande expectativa de que a abertura democrática possibilitaria aos trabalhadores alcançarem, via representantes e via Estado, as reformas estruturais tão necessárias à efetivação dos seus direitos há tanto tempo negados. Contudo, uma das questões principais a dividir a esquerda à época girava em torno das determinações do Estado que foram trabalhadas no início desse capítulo: seria o Estado um instrumento da burguesia ou estaria o Estado em disputa?

Vejamos que essa polêmica não é simplória, uma vez que permeia a esquerda até os dias atuais. Embora fosse notável que as limitações da esfera institucional pudessem colocar barreiras à ação da esquerda (no caso, o PT) impedindo, ou melhor, dificultando a efetivação das demandas sociais, o caráter e a forma da intervenção institucional ainda estavam em debate:

Apesar de inserido no jogo institucional, o PT permanece uma ameaça porque, tanto dentro quanto fora da institucionalidade, expressa as reivindicações, os interesses, as necessidades da imensa maioria de excluídos da política burguesa. Entretanto, o PT não passa incólume pela prática institucional. Ela ameaça o PT, que pode ser domesticado pelo sistema institucional, envolvido pela institucionalidade e pelos compromissos que ela cobra de seus participantes. Não é segredo para ninguém que nosso partido é hoje muito mais institucional que na sua origem; à medida que participamos da institucionalidade, aceitamos e passamos a praticar certas regras de um jogo cuja regra principal é a aceitação das regras (PALMEIRA e VAINER, 1989, p.3/11).

Vale ressaltar que as questões debatidas naquele momento iam além de uma simples observação das limitações do Estado burguês de forma teórica, uma vez que já se fazia um balanço inicial da atuação dos governos municipais petistas que apresentavam dificuldades e distorções em termos de programa, princípios e ações efetivas. Apontavam-se, antecipadamente, as distorções que poderiam ser geradas no modo democrático e participativo de governar caso as questões em debate não fossem, de fato, levadas a uma ação consequente:

[...] Nossa experiência em prefeituras tem mostrado que somos melhores e mais radicais no discurso que na prática. Tem mostrado que a luta institucional vai roendo o partido e sua moral [...] Em nenhum lugar as limitações de nosso partido estão mais claras que nas administrações municipais. Durante as campanhas enchíamos a boca com "participação popular", com conselhos mirabolantes, com as massas engajadas na política e na administração. Mas até agora as prefeituras do PT, com poucas exceções, não democratizaram quase nada, não abriram nem as portas do fundo do poder para o povo. E quando algum obstinado implementa um conselho popular, de modo geral não organiza senão militantes e bases petistas. Por incrível

³⁵ Vale ressaltar que o momento das eleições de 1989 está fortemente marcado pela disputa “socialismo versus capitalismo”. O mundo ainda vivia o contexto da guerra fria, um confronto político-ideológico entre as duas potências mundiais, Estados Unidos e União Soviética, que representavam respectivamente os projetos capitalista e socialista. A queda do Leste Europeu socialista tem seu ápice na passagem da década de 1980 para 1990. Em novembro de 1989 tem-se a queda do muro de Berlim, que dividia a Alemanha em Ocidental (capitalista) e Oriental (comunista), e em dezembro de 1991 tem-se a dissolução da União soviética.

que pareça, temos tido medo de convocar eleições para os conselhos e administrações regionais, sob o pretexto de que as forças reacionárias podem sair vitoriosas e conquistar posições que lhes permitirão boicotar a administração popular. Bela maneira de engajar as massas na luta política! (PALMEIRA e VAINER, 1989, p.09/11).

Mesmo diante das barreiras que desde cedo se colocavam às iniciativas inclusivas das gestões municipais petistas, a perspectiva da emancipação via democratização do Estado continuava a ser amplamente defendida, mas estava cada vez mais deslocada e desarticulada da luta de classes como elemento estruturante e central na sustentação da forma Estado. Conforme aponta Melo (2014), a esperança e a expectativa no “aperfeiçoamento do aparato democrático – melhores formas de representação, elementos de controle direto, formulação de melhores leis” ainda estão demasiadamente arraigadas entre nós “ [...] como se o problema da emancipação fosse de natureza técnica, de uma melhoria quantitativa e, quando qualitativa, sempre subordinada à forma-política já dada pela ordem burguesa” (MELO, 2014, p. 102-103).

Contrariando as expectativas da esquerda, as eleições de 1989 levaram Fernando Collor à presidência da República, retardando a experiência de governos “populares” e projetos participativos em nível federal, sendo que tais governos continuaram a ser desenvolvidos em âmbito local. Na esfera dos debates e das posições em relação ao Estado, a visão deste como um instrumento da burguesia perdia espaço, enquanto as articulações institucionais voltadas para a participação popular entendida como parte de um processo de transformação social – via conselhos e conferências, por exemplo – passavam a compor um quadro em expansão. Conforme aponta Ana Cláudia Teixeira (2013),

[...] há várias concepções de participação no interior das esquerdas. Não há uma unanimidade, tanto que surgem importantes polêmicas, que não foram totalmente resolvidas, tais como o debate sobre a autonomia dos movimentos sociais, a relação entre movimentos sociais e partidos de esquerda, os limites e vantagens da aproximação com o Estado e com as institucionalidades democráticas, as diferentes concepções sobre a vida institucional (TEIXEIRA, 2013, p.51).

Ao final do século XX, com a derrota nas eleições para presidente, as divergências internas no PT se ampliaram, principalmente em relação à questão das alianças. Seria necessário mudar as estratégias para ganhar o jogo (a eleição). Enquanto isso, as experiências participativas foram se multiplicando no âmbito municipal e o signo da participação foi se alterando, se distanciando cada vez mais dos modelos dos conselhos populares (autônomos) e da lógica da inversão de prioridades e foi se “acomodando” a um modelo mecânico e pouco desenvolvido da participação popular pura e simples (consultiva), com recortes claros e

definidos (limitada), como sinônimo de democratização do Estado, e em alguns momentos até como espaço de disputa eleitoral.

O Orçamento Participativo, para muitos autores atentos ao tema da participação, se configurou como o modelo de participação mais bem sucedido desse período. Souza (2006) constatou que em Porto Alegre³⁶ e Belo Horizonte “os pobres, que são a maioria da população nas cidades brasileiras [...] pelo menos em se tratando de orçamento participativo participam proporcionalmente mais que a classe média” (SOUZA, 2006, p.189). Contudo, vale ressaltar que, conforme já apontado por diversos autores, o êxito do Orçamento Participativo já teria se esgotado há tempos. Conforme Sérgio Baierle (2013),

Nos anos 1990 houve um importante ensaio de participação em Porto Alegre. Através dele parecia ser possível construir uma outra cidade, de baixo para cima, através da participação direta da população. Mas a mágica que sustentava esta esfera pública plebeia logo revelou seus limites no mundo das relações reais de poder [...] Uma das ilusões do OP reside na ideia de que basta abrir espaço para os cidadãos participarem e uma democracia radical vai emergir. A situação atual do OP mostra exatamente o contrário. Os mesmos vícios da democracia parlamentar se reproduzem ao nível micro. O OP nunca conseguiu ir de fato além da interação Estado-Sociedade, ou seja, nunca conseguiu alterar por suas próprias forças a gestão burocrática do Estado (BAIERLE, 2013³⁷).

Assim, para além da positiva experiência do orçamento participativo na década de 1990, o projeto político do PT tornava-se cada vez mais definido e afeto às necessidades eleitorais. O chamado “Programa Democrático Participativo” foi lançado no congresso do PT em 1999 sustentando a ideia da governança participativa para a ampliação da cidadania e para o aprofundamento da democracia:

O PT tem sido um pioneiro neste experimentalismo político que permite combinar democracia representativa com democracia direta. Os Orçamentos Participativos, difundidos no nível local, e agora também no estadual, deve ser parte de um projeto nacional futuro. A participação dos trabalhadores, usuários e representantes da sociedade civil irá permitir a democratização das políticas públicas, das empresas públicas e das atividades privadas essenciais à população [...] Um Estado democrático – controlado pela sociedade – será chamado a desempenhar um papel decisivo na nova economia política (PT apud TEIXEIRA, 2013, p.79).

³⁶ Nesse ano de 2017, passados aproximadamente 27 anos da criação do Orçamento Participativo em Porto Alegre, a experiência que se tornou objeto de interesse mundial “foi suspensa”. O prefeito Nelson Marchezan Júnior (PSDB) e a prefeitura de Porto Alegre alegam que faltam recursos para manter as assembleias e para concretizar as demandas. A proposta é que as comunidades definam as prioridades dentre as demandas não atendidas. (Disponível em: <<http://jcrs.uol.com.br/conteudo/2017/03/politica/553697-prefeitura-de-porto-alegre-cancela-op-neste-ano.html>>. Acesso em: 14 ago. 2017).

³⁷ Entrevista de Sérgio Baierle para o Jornal Nossa Hora, produzido pelo Comitê Popular da Copa Porto Alegre – Janeiro de 2013 – nº 1 – Ano 1, p.3. Disponível em: <https://baierle.files.wordpress.com/2013/02/jornal_ccopa_jan_2013.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2017.

Eis que nas eleições de 2002 as “adequações” necessárias ao projeto político (modificação no perfil da militância, inclusive, com uma homogeneização que isolou a ala mais radical das decisões do partido), de fato, levaram o PT ao governo federal. Conforme destaca Ana Cláudia Teixeira (2013), “a campanha de filiação de 2003 fez com que o partido tenha saído de 420 mil filiados para 800 mil”. Em relação à política de alianças, fundamental para que o PT chegasse ao governo federal, a autora acrescenta que “Outras mudanças para além do perfil são relevantes para entender os impactos da política de alianças: a evolução das doações de empresas entre 2000 e 2004, que mais que quadruplicaram em relação ao período anterior” (TEIXEIRA, 2013, p.103).

Segundo Melo (2014, p.54), ao tratar do perfil dos partidos de massa como expoentes da democracia contemporânea, estes não se conformaram como uma “antítese ao modo de produção capitalista”, mas, “pelo contrário, representam uma face mais complexa da dominação política deste”. Para ilustrar melhor as transformações internas ao PT, vale retomar uma nota do autor:

Cabe ressaltar ainda que a formação de partidos de massa tendeu a atenuar as diferenças políticas entre a esquerda e direita, ao optarem por uma abordagem mais consensual. Nesse sentido, houve uma seleção dos programas políticos típicos da esquerda de modo a atrair suas vertentes menos revolucionárias e isolar politicamente estas últimas. Essa integração, que acabou resultando em certa domesticação das demandas sociais às atividades do governo, por outro lado levou a um aumento da própria máquina estatal e, conseqüentemente, da burocracia (MELO, 2014, p.55, ver nota 51).

No novo período, os canais participativos são exponencialmente ampliados³⁸ e a governança participativa parece ter sido de fato efetivada. Contudo, nesse momento “[...] houve uma mudança mais generalizada sobre o significado dos termos da participação. Desapareceram por parte do governo referências a palavras como ‘partilha do poder’, ‘cogestão’, e ‘poder popular’ [...]” (TEIXEIRA, 2013, p.116) e ganhou relevância o papel do Estado na atenuação de conflitos, na sustentação da ideia do diálogo (principalmente para dissuadir possíveis resistências às propostas do governo), e na afirmação de soluções que atendam a “todos” os interesses.

³⁸ Ana Cláudia Teixeira aponta que “[...] Ao olharmos para os períodos de criação destes espaços temos que 41% dos conselhos e 70% das conferências foram criados no decorrer do governo Lula, dado que aponta como o governo foi mais aberto à participação, ao menos no que tange à criação de novos canais (TEIXEIRA, 2013, p.107). Para mais informações sobre os canais de participação ver “Arquitetura da participação no Brasil”, 2011 (Disponível em: <<http://www.inesc.org.br/noticias/biblioteca/noticias/biblioteca/textos/relatorio-arquitetura-da-participacao-social-no-brasil>> Acesso em: 01 ago. 2017) e MUNIC 2014, Perfil dos Estados e dos Municípios Brasileiros, 2014 (Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=294541>> Acesso em: 1 ago. 2017).

Assim, em 2010, em um balanço do governo sobre a participação social, ganham destaque as palavras “diálogo” e “corresponsabilidade”. Conforme Teixeira (2013), “em nenhum momento do documento são utilizadas expressões comuns aos governos petistas dos anos 1990, tais como ‘partilha do poder’, ‘co-gestão’, ‘inversão de prioridades’, ou ‘deliberação’. A ocorrência destes termos no documento é nula” (TEIXEIRA, 2013, p.117).

Os efeitos dessa mudança nos rumos da “participação” afetaram diretamente o planejamento urbano e a “implementação” de uma reforma urbana, nos moldes do que reivindicou o Movimento pela Reforma Urbana em conjunto com a população na década de 1980. Conforme já foi inicialmente apontado no capítulo 1, os espaços institucionalizados de participação tornaram-se, majoritariamente, espaços formais, simbólicos e pouco efetivos no que diz respeito à decisão ou cogestão do povo nas políticas do Estado. Em grande medida, a política seguiu tranquilamente o rumo da acumulação capitalista voltando suas ações para o crescimento das empreiteiras, dos bancos, dos especuladores de terra, das indústrias, ou seja, da classe capitalista. Assim, como aponta Teixeira (2013),

Se olharmos para o caso do Ministério das Cidades, da mesma forma será possível perceber como decisões importantes não passaram absolutamente por estes espaços [...]. O slogan “BRASIL UM PAÍS DE TODOS” perdurou durante os oito anos de governo Lula. Com ele, queria-se incluir os excluídos, mas o efeito talvez não tenha sido apenas esse. O mercado de fato ganhou, com o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e, posteriormente com o Programa Minha Casa, Minha Vida, que não passaram pelo crivo ou ao menos pelo debate dentro dos espaços participativos (TEIXEIRA, 2013, p.131).

O balanço da experiência “democrático participativa” da esquerda, levada a cabo principalmente pelo PT, não raras vezes aponta para um saldo negativo. A ampliação dos espaços consultivos ao invés de deliberativos, a utilização massiva do termo “diálogo” e uma remissão permanente ao consenso mesmo que de forma indireta.

Convém retomar nessa forma indireta de construção do consenso, as inúmeras práticas compensatórias que foram desenvolvidas no governo Lula como forma de abafar resistências e promover programas impopulares. Exemplos dessa prática são encontrados em Teixeira (2013), a exemplo do embate nas conferências sobre as polêmicas parcerias público-privadas para o setor de saneamento: “Setores do Ministério da Fazenda eram favoráveis a esta forma de contratação, mas na Conferência das Cidades houve o posicionamento contrário à aprovação”. Como resultado desse imbróglio o governo “aumentou recursos para a política urbana, como uma espécie de ‘compensação” (TEIXEIRA, 2013, p.133-134). A aprovação de recursos para os programas habitacionais de atendimento à faixa entre 0 a 3 salários

mínimos e o Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades também ocorreram como resultado dessa política de compensações.

Essas foram, portanto, as marcas da “governança” participativa que perdurou por 13 anos em nível federal. Em relação ao planejamento, o que tivemos além dos projetos de incentivo às empreiteiras e à indústria da construção civil como âncoras do crescimento econômico foi uma seletiva utilização dos instrumentos jurídicos que compõe o capítulo da política urbana na Constituição Federal e o Estatuto da Cidade. Tal seleção serviu a um crescimento desenfreado do capital financeiro e imobiliário em detrimento das iniciativas de incentivo à regularização fundiária, regularização e urbanização de assentamentos precários, das ações voltadas para a garantia da posse e do cumprimento da função social da propriedade.

Conquanto haja inúmeras ressalvas, e considerando tudo o que foi apontado em termos de limites e barreiras nos parágrafos anteriores, afirmamos que participar ainda é preciso! Trata-se, primeiramente, de redimensionar a aposta na participação reavaliando o peso dos canais participativos na estratégia de transformação da ordem socioespacial capitalista. É necessário utilizar esses canais com cautela e com controle e utilizar as brechas legais de eventuais dispositivos progressistas, no sentido de conquistar um espaço complementar às ações de enfrentamento pela ação direta, fortalecendo a luta dos movimentos sociais, dos sindicatos e das organizações da classe trabalhadora que se pautem contra a lógica privatizante e segregacionista da institucionalidade.

O espaço de participação deve ser ocupado a título de resistência contra a irrestrita dominação do capital, ainda que não se obtenha resultados consideráveis. A participação no espaço institucional deve ser vinculada à participação nos movimentos de base local e movimentos sociais no sentido de evitar que a ação participativa se restrinja aos limites estabelecidos pelo capital e se dilua na representação. A emancipação política, embora limitada, deve estar dentre os objetivos mais imediatos.

Isso significa entender a participação e as reformas como meio e não como fim; significa também buscar no âmbito do planejamento e da gestão urbanos uma alternativa que,

[...] no plano *tático*, procure aproveitar da melhor maneira possível os meios gerais atualmente disponíveis (planos diretores, processo orçamentário, legislação urbanística e tributária, políticas públicas em geral), tentando subverter-lhes a ‘lógica’ original e habitual por meio de novas interpretações e novos instrumentos, na base de uma correlação de forças favorável; e que no plano *estratégico*, aponte para uma organização espacial e para um tipo de planejamento e gestão completamente diferentes daquilo que hoje é conhecido e praticado (SOUZA, 2006, p.157).

Para substituir a atual participação destrutiva e simbólica por uma perspectiva construtiva e efetiva (embora sabidamente não revolucionária³⁹), faz-se necessário romper com o que Souza (2006, p.222) chama de “tecnocratismo de esquerda”, que pode ser sintetizado como a pretensão do saber técnico (representado não só pelos técnicos como também por pesquisadores, intelectuais etc.) a se colocar como superior, embasado, competente, esclarecido, o que, na maioria das vezes, acaba por soterrar o saber popular e a articulação de base dos ativismos locais. Tomamos um trecho de Kapp et al. (2012) como referência ao que queremos dizer:

Particularmente no campo da arquitetura e do urbanismo, há um vício de origem na maneira mesma de conhecer e interpretar a cidade informal. No trabalho profissional, a heteronomia se instala já nos levantamentos iniciais: sejam pautados em padrões técnicos, ideais humanitários ou juízos estéticos, eles obedecem às categorias e hierarquias de quem os executa, e essa estrutura heterônoma dificilmente é revertida pela participação popular em fases subsequentes do trabalho (KAPP et al., 2012, p.6).

Nesse sentido, faz-se necessário buscar a participação para além da escuta. Trata-se, inclusive, de buscar a participação para além da própria concepção de participação, ampliando o poder político-espacial das comunidades, sustentando a ideia de uma “autonomia coletiva” a partir da qual emergem “processos orquestrados pelos moradores, nos quais os profissionais e o Estado seriam os (eventuais) convidados” (KAPP, et al., 2012, p.3).

Para finalizar, voltemos à discussão inicial deste capítulo: as interseções entre Estado, planejamento, participação e democracia. Para isso, retomemos Melo (2014) que elege duas questões principais em torno à democracia e ao planejamento na contemporaneidade: “(a) a democracia que o planejamento procura efetivar é, em grande medida, a democracia em sua forma moderna” e “(b) a ênfase na democratização do planejamento se apoia ainda na crença de um Estado reformado que enfim seria o representante do interesse público” (MELO, 2014, p.35).

A democracia moderna a qual Melo (2014) se refere é a democracia liberal, que se forma pela associação do ideal democrático à ordem burguesa do século XIX e que se torna hegemônica ao longo do século XX, de forma a conquistar um status de ciência neutra “enquanto outras concepções continuam sendo acusadas de ideológicas” (MELO, 2014, p.

³⁹ Utilizar a participação como tática pressupõe ter sempre em mente que, até mesmo uma participação tida como efetiva e inclusiva tende a ser, nos marcos do capitalismo, uma participação heterônoma. Conforme Baierle (2013), “A democracia participativa hoje está encurralada nesses esquemas de gestão da pobreza. Para sair disso temos que começar a sair do próprio capitalismo. A verdadeira dimensão cívica da democracia, para além do pluralismo e do plebeísmo, implica questionar o Estado e o mundo do trabalho no qual opera. Chega de truques de mágica e governos esforçados!”. Disponível em: <<https://baierle.me/2013/02/22/entrevista-op-agoniza-em-porto-alegre/>> Acesso em: 14 ago.2017.

45). Uma análise mais aprofundada da história da democracia (enquanto filosofia e prática social) ao longo do desenvolvimento dos modos de produção nos permite afirmar que o conceito de democracia não é único e imutável, mas é produzido e ajustado às necessidades de determinada formação social. Nesse sentido, a forma da democracia moderna é forjada pelo modo de produção capitalista tendo como escopo contornar as contradições do sistema sem superá-las.

A democracia, assim como o planejamento urbano, é tomada aqui enquanto estrutura institucional subordinada à forma-Estado, forma social esta que, conforme já apontamos no início deste capítulo, é (forma-Estado) indissociável à reprodução do modo de produção capitalista. Sendo assim, concorda-se com Melo (2014) que ao invés de possibilidade o que temos é “a impossibilidade da democracia no planejamento urbano ou, quando muito, para a reprodução de uma forma limitada e parcial de democracia, especialmente se considerarmos sua dimensão emancipatória” (MELO, 2014, p.132).

Esses antecedentes que foram apresentados ao longo desse subtítulo, inclusive com os apontamentos sobre o planejamento estratégico e a perspectiva democrático-participativa no Brasil, nos possibilita entender o papel do planejamento urbano enquanto forma social subordinada ao Estado, que cumpre um importante papel no modo de produção capitalista, qual seja a dominação da produção do espaço. O planejamento camufla a interferência da esfera econômica na produção do espaço e dissimula os conflitos sociais derivados da luta de classe tratando-os como problemas dos lugares e dos espaços como parte de um contexto inanimado e desumanizado. Assim, conforme Melo (2014),

No planejamento urbano os indivíduos se transformam em diversas qualidades de cidadãos: os usuários de transporte coletivo, os demandantes de moradias, os visitantes de praças e espaços públicos. Todas essas existências, no entanto, são abstraídas das determinações de classe que regem o cotidiano do indivíduo. Como o planejamento trata o espaço de maneira funcional, a cada função corresponde um indivíduo ideal e abstrato que, na verdade, é o objeto do planejamento. Completa-se assim o sentido da alienação e da reificação: os lugares determinam os sujeitos cujo comportamento e experiência é objeto de controle e planejamento. Nesse sentido o planejamento pretende determinar não somente nossa posição no espaço, mas também nosso comportamento diante dele (MELO, 2014, p.152).

As conclusões obtidas até aqui apontam para o fato de que “a luta da democracia para além do Estado é a luta contra o Estado” e que “toda luta é uma luta ‘dentro e contra o Estado’” (MELO, 2014, p.107 e p.167). Tal conclusão não serve para consolidar apenas uma visão fatalista da democracia e do planejamento urbano enquanto formas sociais fadadas à reprodução do capital, mas serve para avançar na construção de uma insurgência que possa

ser, de fato, contra-hegemônica e, nesse sentido, anticapitalista. Conquanto, não estamos afirmando que o planejamento promovido pelo Estado é a única forma de planejar a cidade.

Concordamos com Souza (2006) que estão sendo gestadas experiências de um contraplanejamento (principalmente a partir dos movimentos sociais de luta pela moradia das metrópoles) das quais podemos (e devemos) não só extrair lições e ensinamentos como devemos nos engajar, contribuir, participar etc. No entanto, discordamos do autor em relação ao fato de que tomar o Estado (e a forma Estado Ampliado, com seus aparelhos de hegemonia) como elemento central para discutirmos as formas subordinadas “democracia” e “planejamento” seja uma forma de negar “a importância real e potencial dos movimentos sociais como agentes de resistência e autores de contraprojetos” (SOUZA, 2006, p.175).

Acreditamos que somente tomando o Estado e seus mecanismos de controle como balizadores do horizonte do possível, tanto para os movimentos sociais quanto para os ativismos locais (vide a perspectiva da propriedade privada consolidada socialmente inclusive nas ocupações urbanas), será possível avançar na construção de contraprojetos de vida longa. A relação do Estado com os movimentos e com as lutas sociais será aprofundada nos capítulos seguintes.

Até aqui tratamos apenas das perspectivas teóricas, de balanços e críticas. O que não é menos importante na medida em que “a crítica é a arma da emancipação” (MELO, 2014, p.2017). Daqui em diante, seguiremos na tentativa de ultrapassar o horizonte do possível, relacionando teoria e prática, condições objetivas e subjetivas, no sentido de identificar algumas possibilidades de ação insurgente nos mais variados campos de atuação e luta.

3. O DIREITO À CIDADE NO MUNDO CONTEMPORÂNEO: A CENTRALIDADE DA LUTA URBANA

Neste subtítulo, buscaremos apresentar como a manifestação popular, canalizada para a ação direta e para a desobediência civil, tem se destacado no ciclo de lutas aberto no século XXI a partir da crise do capital e do consequente acirramento das tensões na luta de classes.

Iniciaremos com uma contextualização do direito à cidade, que ressurgiu nos anos 2000 como um ancoradouro de diversos direitos sociais reivindicando a centralidade do espaço urbano enquanto palco dos confrontos políticos. Seguiremos com a apresentação da teoria da “democracia blindada”, do autor Felipe Demier (2017), no sentido de identificar alguns dos elementos responsáveis pela abertura do ciclo de lutas no Brasil e no mundo. Por fim, no sentido de acrescentar elementos à discussão dos limites da democracia liberal e alimentar as reflexões sobre as mobilizações que vêm ocorrendo, mundialmente, desde 2011, trataremos da Teoria do Confronto Político e das categorias “ação coletiva” e “ciclo de confronto”, que muito nos ajudarão a entender as narrativas da luta popular no distrito “Antônio Pereira”, que será abordado nos capítulos 4 e 5.

Buscamos, portanto, compreender de que forma a ação direta, a ocupação do espaço, a luta urbana e a desobediência civil podem suscitar um movimento do sujeito político brasileiro subalternizado no sentido da reapropriação de sua autonomia.

3.1 A atualidade do direito à cidade “lefebvriano”

Desde a chegada do século XXI, uma mudança no quadro da mobilização popular tem marcado o desenvolvimento da luta de classes mundial. Embora difusas e aparentemente desconectadas, ocorreram diversas mobilizações, em tempos e lugares diferentes, que romperam minimamente com o declínio das lutas sociais vivenciado entre as décadas de 1970 e 1990.

No contexto das lutas globais, diante do acirramento da crise do capital no plano internacional (a partir de 2008, principalmente), observou-se ao final de 2010 e início de 2011, o despontar de inúmeras mobilizações que se iniciaram com os movimentos populares antirregime no norte da África (deposição das ditaduras Tunísia, no Egito, na Líbia e no Iêmen), avançando para movimentos de forte oposição aos planos de austeridade dos governos neoliberais na Espanha (M15M, Movimento dos Indignados), em Portugal (M12M, Geração à Rasca) e na Grécia (praça Syntagma), alcançou os subúrbios de Londres, chegando até mesmo aos Estados Unidos (Occupy Wall Street), América Latina (Chile) e Rússia

(HARVEY et. al., 2012, p.7). Esse despontar de mobilizações inundou o cenário do capitalismo globalizado de novas experiências de luta e resistência popular.

No Brasil, os reflexos da crise econômica mundial começam a se tornar visíveis a partir da década de 2010. Enquanto isso, a aplicação do receituário neoliberal, diluído em políticas sociais compensatórias, ocultou a ampliação da desigualdade social, da concentração de renda e ampliação do poder de dominação da elite, (HARVEY, 2014, p.47) consolidando uma “democracia blindada” (DEMIER, 2017) a qual trataremos no próximo subtítulo.

A ampliação dos níveis de desigualdade reverberou no aprofundamento da segregação socioespacial e na hegemonia da propriedade privada e dos interesses individuais sobre os interesses coletivos:

Como em todas as fases anteriores, essa expansão muito recente e radical do processo urbano trouxe consigo incríveis transformações no estilo de vida. A qualidade da vida urbana tornou-se uma mercadoria para os que têm dinheiro, como aconteceu com a própria cidade em um mundo no qual o consumismo, o turismo, as atividades culturais e baseadas no conhecimento, assim como o eterno recurso à economia do espetáculo, tornaram-se aspectos fundamentais da economia política urbana, inclusive na Índia e na China (HARVEY, 2014, p.46)

A qualidade de vida urbana e a liberdade de usufruto do espaço foram reduzidas à possibilidade de consumo para aqueles que têm dinheiro, alimentando o individualismo e gerando cidades cada vez mais segregadas, excludentes e propensas ao conflito (HARVEY, 2014, p.47). A cidade murada e fragmentada traduz o cenário urbano contemporâneo, e como afirma Harvey,

Nessas condições, os ideais de identidade urbana, cidadania e pertença, de uma política urbana coerente, já ameaçados pelo mal-estar da ética neoliberal individualista, tornam-se muito mais difíceis de manter. Até mesmo a ideia de que a cidade poderia funcionar como um corpo político coletivo, um lugar no qual e a partir do qual poderiam surgir movimentos sociais progressivos, parece – pelo menos superficialmente – cada vez mais implausível (HARVEY, 2014, p.49).

Por meio das Parcerias Público-Privadas, arranjos que promovem uma verdadeira “democracia direta do capital ou da burguesia”, para retomar uma expressão utilizada por Vainer (2000)⁴⁰, as reestruturações urbanas absorvem os excedentes da produção, ao mesmo tempo que promovem uma “destruição criativa” que atinge diretamente a classe trabalhadora,

⁴⁰ Expressão utilizada pelo autor Carlos Vainer para denominar os processos em que as negociações sobre o planejamento estratégico de determinada cidade/região são conduzidos “de maneira absolutamente autoritária e fechada à participação de *segmentos de escassa relevância estratégica* [...]” (VAINER, 2000, p.90) a exemplo da experiência com o Plano Estratégico do Rio de Janeiro. Ver VAINER, Carlos B. “Os liberais também fazem planejamento urbano? Glosas ao ‘Plano Estratégico’ da Cidade do Rio de Janeiro”.

que se acomoda nas áreas mais precarizadas ou decadentes dos centros, nas favelas, nas periferias e nas franjas urbanas.

Diante desse contexto de aprofundamento da crise urbana, a chegada do novo milênio recolocou na ordem do dia a luta pelo direito à cidade. A ideia do direito à cidade, tal como se apresenta no século XXI, conforme aponta Harvey (2014, p.15), distante de uma retomada dos pensamentos de Henri Lefebvre⁴¹ e do contexto das lutas da década de 1960, ressurgiu como uma nova consigna e se consolida em razão do aprofundamento da precariedade de vida nas cidades.

O direito à cidade no mundo contemporâneo é resultado do somatório das diversas pautas específicas que preenchem o espaço da luta urbana: lutas específicas por moradia, por infraestrutura, por mobilidade, transporte público, contra as remoções, contra a segregação, além de outras tantas. Nesse sentido, ocorre uma intercessão entre os diversos movimentos sociais urbanos no sentido de agregar forças e aumentar o poder de barganha frente ao Estado, ao capital imobiliário e ao capital financeiro. Contudo, “[...] o direito à cidade é um significante vazio. Tudo depende de quem lhe vai conferir significado [...] A própria definição de ‘direito’ é objeto de uma luta, e essa luta deve ser concomitante com a luta por materializá-lo” (HARVEY, 2014, p.20). Nesse sentido, continua Harvey:

Nossa tarefa política, sugere Lefebvre, consiste em imaginar e reconstituir um tipo totalmente novo de cidade a partir do repulsivo caos de um desenfreado capital globalizante e urbanizador. Contudo, isso não pode ocorrer sem a criação de um vigoroso movimento anticapitalista cujo objetivo central seja a transformação da vida urbana do nosso cotidiano (HARVEY, 2014, p.20).

Embora o ressurgimento da expressão “direito à cidade” não tenha se dado pela reativação da obra de Lefebvre, a retomada dos pressupostos do autor se faz necessária para avançarmos no preenchimento desse significante. É necessário ir além da leitura contemporânea que reivindica o acesso individual e/ou coletivo aos recursos da cidade, à infraestrutura urbana e seus equipamentos.

Para Lefebvre, o direito à cidade inclui o direito a reinventar e recriar a cidade, decidir coletivamente pelos rumos e processos de urbanização. É, sobretudo, “o direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade)”

⁴¹ Em 1967, o filósofo francês Henri Lefebvre escreveu o ensaio “*Le droit à la ville*” [O direito à cidade] para as comemorações do centenário do volume I d’*O Capital* de Karl Marx. Às vésperas da insurgência conhecida como maio de 1968, Lefebvre escreveu sobre a necessidade de “criar uma vida urbana alternativa que fosse menos alienada, mais significativa e divertida” e não menos “conflitante e dialética, aberta ao futuro, aos embates (tanto temíveis como prazerosos), e à eterna busca de uma novidade incognoscível” (HARVEY, 2014, p.11).

(LEFEBVRE, 2001, p.134). O autor, então, nos apresenta uma nova abordagem em relação às “necessidades sociais inerentes à sociedade urbana” ao diferenciar a sociedade urbana da atual sociedade de consumo. A partir da sociedade urbana surgiria novas perspectivas de interação social nas quais as atividades criadoras (de obra) são elementos centrais e se articulam com o jogo, a sexualidade, os atos (expressões) corporais, a arte e o conhecimento como forma de superação da “divisão parcelar dos trabalhos” (LEFEBVRE, 2001, p.105). Para o autor,

As necessidades sociais têm um fundamento antropológico; opostas e complementares, compreendem a necessidade de segurança e a de abertura, a necessidade de certeza e a necessidade de aventura, a da organização do trabalho e a do jogo, as necessidades de previsibilidade e do imprevisto, de unidade e de diferença, de isolamento e de encontro, de trocas e de investimentos, de independência (e mesmo de solidão) e de comunicação, de imediatividade e de perspectiva a longo prazo. [...] Trata-se da necessidade de uma atividade criadora, de obra (e não apenas de produtos e de bens materiais consumíveis), necessidades de informação, de simbolismo, de imaginário e de atividades lúdicas (LEFEBVRE, 2001, p.105).

Nesse sentido, faz-se necessário construir uma nova práxis e um novo homem, “o homem da sociedade urbana”, afastando os obstáculos que limitam essa caminhada como, por exemplo, as ideologias, os mitos e as falsas estratégias. “A vida urbana ainda não começou” (LEFEBVRE, 2001, p.108), afirma Lefebvre, e complementa que “apenas grupos, classes ou frações de classes sociais capazes de iniciativas revolucionárias podem se encarregar das [...] soluções para os problemas urbanos; com essas forças sociais e políticas, a cidade renovada se tornará a obra” (LEFEBVRE, 2001, p.113).

Qual seria, no entanto, a possibilidade real de promoção de uma iniciativa revolucionária de construção da sociedade urbana? Lefebvre aponta que em meio à estrutura dominante existem brechas, “abismos”. Contudo, “esses vazios não provêm do acaso. São também os lugares do possível, elementos flutuantes ou dispersos, mas não a força capaz de os reunir” (LEFEBVRE, 2001, p.115). Nesse sentido seria necessária a realização de uma metamorfose radical.

Conforme aponta Harvey (2014),

A totalidade do sistema capitalista de acumulação infinita, assim como suas estruturas relacionadas de poder de exploração de classe e do Estado, deve ser derrubada e substituída. Reivindicar o direito à cidade é uma estação intermediária na estrada que conduz a esse objetivo. Isso nunca poderá ser um objetivo em si mesmo, ainda que cada vez mais pareça ser um dos caminhos mais propícios a se seguir (HARVEY, 2014, p.24).

É dentro dessa perspectiva, portanto, que devemos retomar o sentido lefebvriano, que pressupõe tomar a luta pelo direito à cidade no seu aspecto mais revolucionário, para além das

conquistas imediatas (ainda que essas estejam contidas), como parte de uma luta anticapitalista.

3.2 Antecedentes das jornadas de junho de 2013: os limites da mediação na democracia brasileira e outros elementos

Diante das transformações econômicas, políticas e sociais ocorridas nas décadas de 1980 e 1990, com destaque para a expansão do neoliberalismo e suas contrarreformas frente a crise do capital, as democracias liberais passaram a apresentar uma nova forma a qual Felipe Demier (2017) chama de “democracia liberal de novo tipo” ou “democracia blindada”. O autor aponta que, diferentemente do modelo democrático do pós-segunda guerra (*welfare state* ou bem-estar social) marcado pela forte organização popular que galgou um pacto de concessões materiais à classe trabalhadora, esse novo formato vigente, a democracia blindada, “têm seus núcleos políticos decisórios (ministérios, secretarias, parlamentos, etc.) praticamente impermeáveis às demandas populares” (DEMIER, 2017, p.38).

Na democracia blindada, argumenta Demier (2017, p.41), parte dos organismos do Estado e do poder Judiciário são comandados pelos representantes políticos (alheios à classe trabalhadora e a seus interesses) e “prepostos comerciais da classe dominante”, que seguem implementando (de forma mais ou menos explícita) a plataforma neoliberal. O autor aponta que diante desse quadro a disputa política acaba reduzida a um único projeto, tendo em vista que os partidos da esquerda (socialdemocratas e/ou eurocomunistas) passaram a aplicar um “programa essencialmente contrarreformista (mesclado a políticas públicas focalizadas, os chamados programas sociais compensatórios)” (DEMIER, 2017, p.44).

Ainda em relação aos partidos de “esquerda”, o autor salienta que, chegando ao poder, esses partidos exercem um importante papel de direção, amparados pelo seu passado vinculado aos trabalhadores e a suas organizações, contribuindo para o “apassivamento dos setores subalternos da sociedade” e restringindo “as liberdades de manifestação popular” (DEMIER, 2017, p.45). Acrescenta-se aqui a mídia, que aparecerá nos capítulos posteriores com importante destaque, principalmente em relação à validação dos discursos hegemônicos para a construção de consensos, e que Felipe Demier apresenta como um alicerce central da “democracia blindada”:

Por meio de seu discurso ideológico, que se pronuncia normativamente sobre vários âmbitos da vida social, as corporações midiáticas ajudam a executar cotidianamente a blindagem das atuais democracias. Em um contexto de contrarreformas e ataques aos direitos em geral, a grande imprensa torna-se responsável pelo fornecimento de uma parte cada vez maior dos ingredientes consensuais do regime democrático contemporâneo. Diferentemente de formatações anteriores da democracia liberal, a

grande imprensa parece, nas democracias blindadas, executar uma função interna, basilar ao regime, e não mais apenas uma função complementar, “externa”, limitada a apoiar/referendar os mecanismos de dominação vigentes. Agora, ela é um dos sujeitos que engendra estes próprios mecanismos (DEMIER, 2017, p.46).

Esse formato de democracia restrita, que surge e se fortalece nos países do norte, também foi utilizado no receituário das transições democráticas na América Latina. No Brasil, a ativação da “blindagem” dessa democracia ocorre na passagem do século XX para o século XXI, uma vez que no momento da transição democrática ocorria um processo de reativação da sociedade civil, com forte organização da classe trabalhadora (“novo sindicalismo”, movimentos sociais) o que levou à consolidação de uma democracia liberal, sustentada por uma Constituição híbrida de valores progressistas e conservadores, conforme foi apontado no capítulo 1 deste trabalho.

Assim, Demier (2017, p.62) aponta que o momento principal da efetivação da “democracia restrita” no Brasil ocorre com a chegada do Partido dos Trabalhadores ao governo federal, que mantém a aplicação de contrarreformas contrabalanceando os impactos sobre a classe trabalhadora com “políticas sociais focalizadas”:

Os quatro mandatos petistas no governo federal (ou melhor, três mandatos e meio) combinaram a manutenção dos eixos centrais da política econômica levada a cabo por F. H. Cardoso (superávit primário, pagamento das dívidas interna e externa, juros altos, apoio ao agronegócio, etc.) com uma significativa redução do desemprego, um sensível aumento do salário mínimo, a ampliação do mercado consumidor e uma expressiva expansão das [políticas] sociais compensatórias. Substituindo um projeto de pacto social por um de *concertação social*, o PT, no poder, contribuiu, portanto, para a *blindagem* do regime democrático-liberal brasileiro, cada vez mais imunizado contra as pressões populares (DEMIER, 2017, p.62, 63).

É no âmbito dessa “democracia restrita” que entram em cena, novamente, os movimentos e as manifestações populares de grandes proporções, que em junho de 2013 irromperam no cenário brasileiro até então marcado por uma passividade e uma paralisia social. Ao longo dos anos de 2000 a 2013 os movimentos sociais urbanos e as vanguardas político-sindicais da classe trabalhadora, que não se viram representados pelo Partido dos Trabalhadores e suas alianças, realizaram suas lutas e disputas por políticas públicas, infraestrutura, equipamentos urbanos, moradia, educação, dentre outras pautas de igual relevância, mas se esbarraram na indiferença do conjunto da população para com as lutas sociais e esbarraram-se, principalmente, na adaptação institucional de uma parcela significativa das organizações da classe trabalhadora e movimentos sociais.

Foi nesse contexto que surgiram as mobilizações de junho de 2013 no Brasil. Começaram como mobilizações de vanguarda contra o aumento da passagem, “se tornaram

multitudinárias e, depois de décadas de contrarreformas, exigiam dentre outras demandas, Saúde, Educação e Transporte públicos baratos e de qualidade” (DEMIER, 2017, p.69). O movimento se espalhou e se ampliou das capitais do Brasil para as cidades grandes e médias, chegando até mesmo nas microlocalidades como veremos no capítulo 4.

Outro aspecto relevante e significativo em relação ao ciclo de lutas no Brasil diz respeito ao contexto internacional de mobilizações e resistência e sua relação com as categorias “ação coletiva” e “ciclos de confronto”, aprofundadas pelo sociólogo Sidney Tarrow (2009), no título “O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político”. Vejamos as contribuições da “Teoria do Confronto Político” para a análise dos cenários de luta no próximo subtítulo.

3.3 Os corpos no espaço: perspectivas da “ação coletiva” e dos “ciclos de confronto”

Os apontamentos da autora Ermínia Maricato sobre o diferencial das manifestações de 2013 direcionam o nosso olhar para a centralidade da ação direta e da luta urbana nas mobilizações brasileiras que ficaram conhecidas como “jornadas de junho”. Ao analisar a tática do Movimento Passe Livre (MPL)⁴² nas manifestações de junho de 2013, a autora aponta que:

Mas dessa vez seria diferente. O MPL decidira enfrentar a polícia e não deixar as ruas. Talvez o fato de ser constituído por jovens de classe média, estudantes ou profissionais intelectualizados, explica, em parte, essa decisão temerária. Há um movimento cultural febril nas periferias urbanas, mas cada proletário sabe o quanto lhe custa, não raras vezes com a vida, enfrentar uma polícia tradicionalmente violenta que discrimina cor e classe. Não é necessário decidir-se pela confrontação, ela se dá todos os dias (MARICATO, 2014, p.16).

A opção por tomar as ruas e não deixá-las diante ao confronto com a polícia repressora demonstra a relevância da luta urbana e da ação direta enquanto táticas de livre manifestação e exercício da autonomia política. Os exemplos das lutas dos últimos anos têm demonstrado que a continuidade e a permanência dos sujeitos políticos nas ruas, nas ocupações e nas

⁴² Segundo as informações colhidas na rede social do Movimento Passe Livre, “o Movimento Passe Livre (MPL) é um movimento social autônomo, apartidário, horizontal e independente, que luta por um transporte público de verdade, gratuito para o conjunto da população e fora da iniciativa privada. o MPL foi batizado na Plenária Nacional pelo Passe Livre, em janeiro de 2005, em Porto Alegre, mas antes disso, há seis anos, já existia a Campanha pelo Passe Livre em Florianópolis. Fatos históricos importantes na origem e na atuação do MPL são a Revolta do Buzu (Salvador, 2003) e as Revoltas da Catraca (Florianópolis, 2004 e 2005). Em 2006, o MPL realizou seu 3º Encontro Nacional, com a participação de mais de 10 cidades brasileiras, na Escola Nacional Florestan Fernandes, do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra)”. Disponível em: <https://www.facebook.com/passelivresp/about/?entry_point=page_nav_about_item&tab=page_info> Acesso em: 31 ago. 2016.

manifestações são possíveis saídas para se avançar na estratégia de luta por uma mudança social que vise à ampliação da cidadania, ainda que de forma parcial e limitada.

Os “rolezinhos” que surgiram com impacto a partir de agosto de 2013 nas principais capitais do Brasil confirmam, segundo a autora Ermínia Maricato, que os jovens periféricos não aceitam mais o lugar do exílio e da invisibilidade:

O que teria assustado os proprietários dos shopping centers, a ponto de mobilizar sua associação nacional? A aparência desses jovens? O cabelo? A cor da pele? As roupas? Sem querer aprofundar a polêmica, que ainda está no ar, o importante a destacar é que, aparentemente, os jovens periféricos não aceitam mais o lugar do exílio e da invisibilidade. Os conflitos expõem o que se quer ocultar por meio de construções materiais e ideológicas: a radical desigualdade social na oitava economia do mundo (MARICATO, 2014, p.18).

Tais insurgências e resistências demonstram claramente que há um esvaziamento do espaço institucional de participação, da legitimidade do voto e da democracia representativa. Portanto, como aponta Boaventura de Souza Santos, é preciso reinventar a participação e recriar esferas de pressão,

As diferentes formas de participação podem, assim, aparecer em versões que tendem a reforçar os modos hegemônicos de conhecimento e de exercício do poder político – organizadas “de cima para baixo” [...]. Mas elas podem surgir também sob formas contra hegemônicas, organizadas “de baixo para cima”, com critérios mais amplos de inclusão, admissão de uma diversidade de modos de expressão, de conhecimentos e de competências, de experiências, afirmação do caráter agonístico dos exercícios de participação, inclusão de temas considerados irrelevantes ou “fora de limites” pelos atores hegemônicos, pressão sob a decisão, articulação com outras formas de mobilização e de ação coletiva (SANTOS, 2005, p.70).

A ocupação das ruas e dos espaços institucionais (escolas, assembleias legislativas etc.), espaços em que as atividades sociais e políticas se realizam, chamou a atenção da opinião pública (ainda que inicialmente em âmbito local, tendo em vista o severo boicote da mídia nacional), dificultando (mas não impedindo) que o Estado aprovasse projetos à revelia do debate e da aceitação pública. O descrédito na representação política associado à carestia de vida e à retirada de direitos dos trabalhadores geraram uma situação de insurgência setorial, que tendeu a se generalizar com o agravamento e acirramento das tensões sociais nacionais e internacionais. Mas, o que de fato leva ao transbordamento dessas tensões sociais a ponto dos indivíduos partirem para a ação direta?

O sociólogo norte-americano Sidney Tarrow, em seu livro “O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político”, traduzido para o português em 2009, desenvolve o tema das oportunidades e restrições políticas no sentido de investigar quais são as condições políticas que permitem que os trabalhadores, “explorados e com poucos recursos, se

mobilizem pelos seus interesses” (TARROW, 2009, p.31). O autor aponta que essa seria uma lacuna do pensamento de Marx, Lenin e Gramsci:

Marx se concentrou nas divisões da sociedade capitalista que criaram um potencial de mobilização [...]; Lenin criou as organizações de movimento, necessárias para estruturá-lo e impedir sua dispersão em estreitas reivindicações corporativas [...]; e Gramsci centrou sua teoria na necessidade de construir um consenso em torno dos objetivos do partido (o que passou a ser chamado de “enquadramento interpretativo” [framing] e formação de “identidade coletiva”). (TARROW, 2009, p.31).

Preocupado em explicar como se desencadeia a ação coletiva e em que elementos ela se sustenta, o autor debruçou-se sobre a Teoria do Confronto Político⁴³ desenvolvida por estudiosos norte-americanos na década de 1960. Os modelos de análise norte-americanos “eram mais permeáveis à dinâmica do processo político” (TARROW, 2009, p.37).

A partir das reflexões realizadas, Tarrow (2009) concluiu que a decisão das pessoas de se engajarem num determinado confronto político ocorre devido às alterações das oportunidades e das restrições políticas. As oportunidades são as dimensões que estimulam o confronto, tal como a abertura potencial de alianças e a revelação da vulnerabilidade do oponente. As restrições são aquelas dimensões que desencorajam, tal como acontece, geralmente, com a repressão e a interposição de obstáculos por parte das autoridades.

Ao se estabelecer, o confronto inspira novos atores sociais até então não envolvidos, abrindo novos ciclos de ação coletiva (TARROW, 2009, p.38, 39). A essa disseminação da ação coletiva entre diferentes grupos sociais o autor vai chamar de “Ciclo de Confronto”, tal como vimos ocorrer com as mobilizações no Brasil em 2013. Em relação à consolidação desses confrontos em movimentos sociais, o autor afirma que “se o confronto resulta ou não em movimentos sociais depende de como as pessoas agem coletivamente, de como o consenso é mobilizado em torno de reivindicações comuns e da força e posição das estruturas de mobilização” (TARROW, 2009, p.39).

No âmbito do confronto, os atores sociais mobilizam o que Tarrow chama de repertório de ação coletiva, ou seja, “elas [as pessoas] pedem, se reúnem, fazem greves e passeatas, ocupam recintos, interrompem o trânsito, põe fogo e atacam os outros com intenção de ferir”. As pessoas agem, portanto, em conformidade com as “convenções aprendidas do

⁴³ A Teoria do Confronto Político (um desdobramento da Teoria do Processo Político – uma das três clássicas teorias sobre os movimentos sociais desde a década de 1970) teve como um de seus principais expoentes o cientista político norte-americano Charles Tilly, que buscou explicar as mobilizações coletivas, seu surgimento e desenvolvimento. Uma elaboração mais ampliada e uma síntese teórica e empírica sobre o tema dos confrontos políticos se consolidou posteriormente a partir da associação de Charles Tilly com outros dois cientistas sociais norte-americanos: Sidney Tarrow, que aqui retomamos, e Doug McAdam.

confronto que fazem parte de uma cultura pública da sociedade” (TARROW, 2009, p.39) de forma a atrair e conquistar o apoio do maior número de pessoas.

No entanto, é importante ressaltar que, para além de uma positiva contaminação a partir dos protestos de outrem, há outros elementos que inspiram ações coletivas e ciclos de confronto. Conforme afirma Tarrow (2009),

O processo de difusão nos ciclos de confronto não é meramente por “contágio”, embora isso ocorra bastante. Ele também resulta de decisões racionais para tirar vantagem de oportunidades que foram demonstradas pelas ações de outros grupos: ocorre quando os grupos têm ganhos, e isso convida outros grupos a buscar resultados similares; quando os interesses de alguém são feridos por reivindicações de grupos insurgentes e quando a predominância de uma organização ou instituição é ameaçada e há uma reação através da ação coletiva (TARROW, 2009, p.44).

Esses elementos preencheram o quadro de protestos no Brasil nesse último período (2013 – 2017). As “mulheres contra Cunha”, manifestações das mulheres contra o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB), e o projeto de lei de alteração das regras para o atendimento a vítimas de abuso sexual – PL 5069 – (2015), as ocupações escolares e ocupações de assembleias legislativas (2015, 2016), o “Ocupa MinC”, ocupações contra a extinção do Ministério da Cultura (2016), além de inúmeras outras experiências de resistência e luta demonstram como o ciclo de confrontos pode ocorrer para além do contágio.

Dentro desse contexto de expansão do ciclo de confrontos, segundo Tarrow (2009, p.44), “os movimentos criam oportunidades também para as elites e grupos de oposição”, como ocorreu no Brasil a partir de março de 2015, com as massivas manifestações da direita. O autor continua,

Formam-se alianças entre participantes e desafiantes; as elites de oposição exigem mudanças que antes pareceriam temerárias; as forças governamentais reagem através de reformas, repressão ou uma combinação das duas. A ampliação da lógica da ação coletiva conduz a resultados na esfera da política institucional, onde os desafiantes que começaram o ciclo têm cada vez menos controle sobre seus resultados. (TARROW, 2009, p.44).

Embora ainda esteja em curso um processo político-social que reflete a força da “onda conservadora” que se abriu em 2015, é preciso avaliar o quão relevante foram as jornadas de junho, no sentido de romper com a paralisia social do período anterior e, assim, escancarar os limites ainda mais enrijecidos da “democracia blindada”.

Nesse sentido, entendemos que as ações coletivas e a ação direta podem ser consideradas experimentações de espaços de representação que seguem mostrando seu potencial de transformação. A ocupação dos espaços de decisão, as ocupações por moradia, a retomada dos espaços públicos para manifestações política e cultural e outros exemplos

dessas iniciativas de ação direta devem ecoar no espaço institucional e desestabilizar as bases do Estado capitalista, suscitando o surgimento de uma nova ordem social calcada na justiça social e na garantia dos direitos coletivos. Conforme aponta Demier (2017),

Evidentemente, a simples ida às ruas, e o conseqüente enfrentamento com as forças policiais, promoveram um avanço na subjetividade popular, e elementos antirregime (derivados da percepção de que o Estado e democracia existentes são um Estado e uma democracia de classe) se desenvolveram em uma parcela minoritária dos manifestantes (DEMIER, 2017, p.65).

O avanço da subjetividade precisa chegar a uma parcela majoritária da classe trabalhadora. A ocupação (radical e literal) dos espaços institucionais demonstra que a falta de diálogo entre a população e seus representantes requer medidas de desobediência civil e insurgência, em maior ou menor grau, sem temer a violência do Estado. Acreditamos que a esse seja o caminho.

Como afirma Santos (1984), a transformação social passa por uma concepção dialética em que a ordem social nova necessita de uma lógica também nova para se reproduzir, sendo, assim, necessária uma ruptura com a lógica da ordem social velha. Essa ruptura “tem lugar quando a crise da ordem social velha se revela de modo cumulativo nos mais diferentes setores da vida coletiva e tanto como crise de legitimação quanto como crise de hegemonia [...]” (SANTOS, 1984, p.14).

O espaço institucional deve ser permanentemente ocupado pelos movimentos e pela população para além da representação. Os movimentos recentes no Brasil urbano demonstraram que é necessário avançar no exercício de resistência e ocupação radical do espaço institucional, expandindo sempre que possível para uma luta mais ampla, em que se possa “ocupar a cidade/ Escolas ruas palácios/ Jardins praças espaços”⁴⁴ expandindo para uma luta pelo direito à cidade.

A luta por participação e garantia de direitos não está descolada da afirmação do direito à diferença, à liberdade, à subjetividade, ao direito à voz e à decisão. É preciso criar uma rede insurgente, a partir dessas experiências políticas especializadas, que desperte a classe trabalhadora subalternizada da hipnose e do assujeitamento imposto pela dominação ideológica do capital. Tal “despertar” deve ser capaz de engendrar não só grandes lutas corporativas e reformistas, mas, também, engendrar as lutas anticapitalistas necessárias à superação desta nossa velha ordem social.

⁴⁴ Trecho da música “Mel da Mocidade” do cantor e compositor Chico César em homenagem aos estudantes secundaristas em luta. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=XV_cKCvf4sc.> Acesso em: 7 jul. 2016.

Nos capítulos 4 e 5 analisaremos como o “ciclo de confronto” inspirou experiências de ação coletiva no contexto microlocal e quais foram os desdobramentos dessas iniciativas de luta popular.

4. ANTÔNIO PEREIRA EM DEBATE: TRÊS SÉCULOS DE HISTÓRIA NA POEIRA DO MINÉRIO

O capítulo em questão introduz o objeto de investigação dessa pesquisa: Antônio Pereira, distrito do município de Ouro Preto, Minas Gerais. No sentido de construir uma ponte com as demais referências utilizadas ao longo dos capítulos anteriores, faremos uma apresentação dessa realidade socioespacial da qual vamos tratar.

Iniciamos com uma contextualização do município de Ouro Preto, buscando associar aspectos históricos e contemporâneos, traçando alguns paralelos com o quadro nacional em relação à luta e à participação popular. Seguiremos com a apresentação do distrito, percorrendo cronologicamente os principais acontecimentos, de 1700 até o ano de 2013, com o objetivo de identificar as bases que fundamentam social, cultural e economicamente a realidade atual.

Posteriormente, apresentamos uma sistematização dos principais indicadores sociais obtidos a partir do último Censo Demográfico, realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, na intenção de construir um panorama geral das condições de vida no distrito. No fechamento do capítulo nos debruçamos na constituição de um mapa da mineração em Antônio Pereira, buscando identificar as empresas atuantes e sua interligação, o impacto econômico da atividade mineral para o distrito e para o município, além de apontar os aspectos relativos à interferência territorial e urbana da mineração no cotidiano dos moradores.

4.1 O município de Ouro Preto: breve apresentação

Localizado na Região Central de Minas Gerais (ou Macrorregião Metalúrgica), o município de Ouro Preto possui uma área aproximada de 1.245 km² e sua população totaliza aproximadamente 70.281 habitantes⁴⁵. Posicionado na porção centro-sul do Estado, Ouro Preto tem como principais confrontantes os municípios de Mariana, Itabirito, Ouro Branco, Congonhas e Santa Bárbara. Além do distrito-sede, o território é dividido em mais 12 distritos.

⁴⁵ IBGE, 2014. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=314610&search=||infor%El%ficos:informa%E7%F5es-completas>>. Acesso em: 6 jun. 2015.

Figura 1 – Localização do Município de Ouro Preto em Minas Gerais



Fonte: Mapa do Município, Prefeitura Municipal de Ouro Preto – PMOP. Adaptado pela autora.

Figura 2 – Município de Ouro Preto e Municípios Vizinhos



Fonte: Mapa do Município, Prefeitura Municipal de Ouro Preto – PMOP. Adaptado pela autora.

O município guarda uma intensa relação com a atividade de exploração mineral. As primeiras ocupações do território datam do final do século XVII – aproximadamente em 1698 – quando foi desencadeada a exploração aurífera na região. À primeira configuração urbana, consolidada em 1711, deu-se o nome de Vila Rica de Albuquerque. Ao longo do século XVIII, foram efetivadas as intervenções urbanas mais significativas e foram construídas as principais referências arquitetônicas de Ouro Preto. As principais pontes, os chafarizes, o Centro Administrativo (atual Praça Tiradentes), o Palácio dos Governadores, a Casa de Câmara e Cadeia assim como as inúmeras capelas e igrejas de estilo barroco das diversas ordens e irmandades religiosas consolidaram o cenário setecentista que configura o atual centro histórico da cidade. O final do século XVIII foi marcado pelo declínio da exploração

das minas de ouro, o que desencadeou um esvaziamento populacional da Vila pela crise de abastecimento e decadência econômica (MAXWELL, 1989).

Foi também no século XVIII que a região de Ouro Preto sediou dois importantes movimentos de resistência, ainda que promovidos por membros da elite, magnatas e intelectuais, movimentos esses que são referências históricas da luta contra a coroa portuguesa e seu controle fiscal e político. O primeiro deles, ocorrido em 1720, ficou conhecido como Sedição de Felipe dos Santos e teve como gatilho a criação das Casas de Fundição, em 1719.

Esse fato que viria a tornar mais rígido o controle fiscal dos impostos⁴⁶ estabelecidos pela coroa, cujo pagamento era condição para a exploração mineral nas terras brasileiras. Na Sedição, que envolveu colonos e potentados, as manifestações espalharam-se por toda Vila Rica sob a liderança do português Pascoal da Silva Guimarães e de Felipe dos Santos (BARCELOS, 2014). A revolta acabou reprimida, Felipe dos Santos foi assassinado e os demais envolvidos foram presos e levados a Lisboa.

O segundo episódio insurgente amplamente conhecido, a Inconfidência Mineira, ocorreu em 1789 e se contrapunha às medidas de D. Maria I, dentre as quais se destaca o estreitamento da cobrança fiscal dos impostos não pagos por meio da derrama que consistia no confisco de bens e propriedades que fossem de interesse da Coroa Portuguesa. Os inconfidentes tinham diversas intenções⁴⁷ dentre as quais se destacou a criação de uma república na região da Capitania de Minas Gerais e a fundação de uma Universidade em Vila Rica. Contudo, conforme Maxwell (1989),

A conjuração mineira fracassou; a derrama não foi imposta; a conspiração desarticulou-se; houve denúncias. Mas a história do fracasso é outra história, história de devassas, interrogações, denúncias, torturas, assassinios, suicídios e do enforcamento de Tiradentes (MAXWELL, 1989, p.23).

⁴⁶ “Visando garantir participação nos lucros em possíveis descobertas de metais na colônia, em 15 de agosto de 1603, o rei escreve uma Carta Régia determinando como deveria ser feita a arrecadação do ouro. Além de instituir normas para a extração, o monarca estabeleceu o quinto como forma de tributação sobre os metais. De todo ouro extraído, a quinta parte pertencia a Coroa. O recebimento desse tributo era realizado por funcionários régios nas alfândegas que emitiam uma guia de registro, certificando a legalidade de uma determinada quantia” (BARCELOS, 2014, p77). Além do “quinto” havia outros impostos que incorporavam a renda da Coroa e incidiam sobre a entrada de mercadorias, sobre a passagem de pessoas e animais pelos rios e ainda havia o dízimo, imposto de caráter religioso voltado para a manutenção das paróquias.

⁴⁷ “Entre as propostas dos inconfidentes, destacam-se: a liberdade de comércio, a livre extração de diamantes, o desenvolvimento das manufaturas, a cobrança dos dízimos pelos párocos, a transferência da capital da capitania para São João Del Rei que era, naquele momento, a região mais farta de alimentos e rica, a criação de uma universidade em Vila Rica. Os Inconfidentes planejavam também instalar uma república na região da capitania de Minas” (ALMEIDA, s.d. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/pae/apoio/ainconfidenciamineirade1789.pdf>>. Acesso em 17 set. 2017).

O século XIX, contudo, trouxe as mudanças advindas da era do Império e, em 1823, Vila Rica de Albuquerque foi elevada à cidade sob o título de Imperial Cidade de Ouro Preto. A partir daí, a cidade passou por diversas modernizações a fim de se consolidar enquanto capital da província de Minas Gerais. A criação da Escola de Farmácia, do Liceu de Artes e Ofícios, da Escola de Minas, a construção da Estação Ferroviária e a implantação da Companhia Industrial Ouro-Preтана são exemplos importantes da expansão e do desenvolvimento da cidade durante o século XIX.

Ao final desse século, já sob a égide do período republicano, a cidade de Ouro Preto perde o status de capital da província, que em 1897 passou para Belo Horizonte. Tal fato ocasionou, pela segunda vez, um processo de esvaziamento e decadência econômica na cidade. Assim, distante dos ideais de modernização e desenvolvimento que inspiravam a nova capital, Ouro Preto viveu momentos de esquecimento e abandono. A ausência de políticas de renovação foi o que, de certa forma, garantiu a preservação das edificações e da morfologia urbana da antiga Vila Rica. Somente no século XX começa-se a produzir uma nova consciência em relação à necessidade de se preservar os registros do passado.

Foi no século XX que a cidade de Ouro Preto tornou-se símbolo de uma era guardando os maiores exemplares nacionais da arquitetura e arte colonial e barroca. Em 1933, por meio do Decreto Nacional nº 22.928, Ouro Preto foi erigida a Monumento Nacional. Em 1938, o conjunto histórico da cidade foi tombado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que havia sido criado no ano anterior. Os anos seguintes foram marcados por inúmeras obras de restauração e tombamentos individuais.

A sistematização de normas aplicáveis às novas construções foi realizada pelo SPHAN (que em 1970 passou a ser chamado IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) para regular o crescimento da cidade e o intenso surgimento de novas moradias que caracterizaram as décadas de 1950 e 1960. Tal crescimento se deu principalmente pela chegada de indústrias metalúrgicas para a exploração da bauxita e produção de alumínio primário.

Um primeiro plano urbano foi elaborado pelo arquiteto português Viana de Lima, entre os anos 1968 e 1970, com o objetivo de “preservar” o núcleo histórico da cidade e consolidar o “estilo patrimônio” (colonial barroco) por meio da eliminação dos ecletismos, da demolição de obras desprovidas de qualidade estética e do preenchimento dos vazios urbanos. Nos anos seguintes, a discussão sobre a salvaguarda do patrimônio se intensificou e deu

origem a diversos outros planos⁴⁸ e programas de preservação que obtiveram pouco sucesso na aplicação prática. Paralelo a isso, chegava até Ouro Preto o movimento de resistência à ditadura militar, instaurada no Brasil em 1964. Os jovens Hécio Pereira Fortes e Antônio Carlos Bicalho Lana (conhecido como Cauzinho) chegaram a se organizar na Aliança Libertadora Nacional (ALN), mas foram assassinados pelos órgãos de repressão da ditadura (ANDRADE, 2013⁴⁹). Havia, no entanto, outras iniciativas de resistência e luta se desenvolvendo em Ouro Preto, segundo Andrade (2013):

[...] havia toda uma efervescência que passava pela JEC-Juventude Estudantil Católica e chegava ao GLTA-Grêmio Literário Tristão de Ataíde, sob a forte liderança do padre Mendes [Cônego José Pedro Mendes Barros]. Havia, inclusive, uma articulação do movimento estudantil com o Sindicato dos Metalúrgicos de São Julião, que congregava os operários da empresa Alumínio do Brasil, atual Novelis (ANDRADE, 2013, p.22).

Diversas organizações populares foram forjadas na década de 1970 em Ouro Preto, tais como os sindicatos, associações de moradores e grupos comunitários, movimentos apoiados em grande parte pelas pastorais e paróquias locais, seguindo o contexto nacional. Andrade (2013) destaca uma iniciativa implantada em 1979, a partir de um convênio entre a Prefeitura Municipal de Ouro Preto, a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e o IPHAN, para promover um grupo para trabalhos comunitários no município:

O trabalho era amplo e plural. Restauradores foram incentivados a se unirem na AROP-Associação dos Restauradores de Ouro Preto. Associações de moradores como a da Piedade ofereciam cursos a senhoras do bairro, apoiada pelo convênio. Alunos do recém-criado curso de Nutrição da UFOP percorriam os morros combatendo a desnutrição infantil, através do Programa Ouro Preto de Saúde Comunitária. Famílias desabrigadas pelas chuvas de 1979 contavam com o apoio do convênio através do Escritório Piloto dos Estudantes da UFOP, onde alunos da Engenharia Civil ajudavam no projeto e na construção de casas em solo-cimento. Ações nas escolas municipais buscavam resgatar a história de cada localidade e incentivar a prática da Cidadania por pais, professores e alunos (ANDRADE, 2013, p.24).

Ressalta-se, contudo, que o convênio foi interrompido por questões políticas. Conforme destaca Andrade (2013), a partir da organização dos movimentos populares, a comunidade intensificou a pressão sobre o legislativo e o executivo municipal. Incomodados,

⁴⁸ “Em Minas Gerais, a Fundação João Pinheiro (FJP) realizou um extenso diagnóstico e elaborou planos diretores para diversas cidades coloniais mineiras, bem como o Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana, em 1975. Esse Plano trata sobre a preservação e valorização do patrimônio vinculado com as necessidades de desenvolvimento econômico e social do município. Por isso abordou desde questões históricas e culturais até a análise de aspectos físico-territoriais tais como sítio natural, estudo das estruturas urbanas, paisagismo e legislação urbana.” (SILVA OLIVEIRA, 2005, p. 180)

⁴⁹ Para mais detalhes sobre os processos participativos e a luta popular em Ouro Preto, consultar ANDRADE, F. **A Participação Popular na Gestão Municipal em Ouro Preto/MG** - Melhorou, mas ainda tem muito caminho pela frente. UFOP: Ouro Preto, 2013.

os políticos reclamaram à reitoria da UFOP, que extinguiu o convênio, dissolveu a equipe e interrompeu os projetos.

Na década seguinte, em 21 de setembro de 1980, Ouro Preto recebeu da UNESCO o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, e passou a ter visibilidade internacional. Em relação aos movimentos populares, também na década de 1980, ocorria o fortalecimento das Associações de Moradores que, em 1984, passaram a se organizar na Federação das Associações Comunitárias de Ouro Preto (FACOP), atual Federação das Associações de Moradores de Ouro Preto (FAMOP) (ANDRADE, 2013, p.26).

Ao final da década de 1990, a falta de resultados concretos em relação às pressões que as associações realizavam sobre o governo municipal e seus representantes levou ao esmorecimento da luta comunitária. Nesse momento, fez-se necessário buscar novas estratégias de pressão e luta conforme apontou Andrade (2013, p.32): “Após anos e anos de abaixo-assinados infrutíferos, ofícios sem resposta, centenas de pedidos e reuniões sem resultado, a entidade colocou a luta pelo OP [orçamento participativo] como sua prioridade”.

Enquanto isso, no âmbito institucional, foi publicada a Lei Orgânica Municipal, em 28 de março de 1990, incorporando no Art. 37 a criação de 16 conselhos municipais de caráter consultivo, dentre os quais se destacavam o de Obras Públicas, Habitação, Plano Diretor e Preservação do Patrimônio Cultural e Natural. Também em 1990, foi publicada a Lei 57/1990, que tratava das diretrizes para do Plano Diretor do Município, sob as delineações inauguradas pela Constituição Federal. Tais diretrizes eram bastante simplificadas e restritas aos zoneamentos. Em 1996, uma nova versão do plano foi elaborada.

A cobrança pela implantação do orçamento participativo no município não obteve resultados satisfatórios nos primeiros anos da década de 2000. Em 2001, a candidata à prefeitura, então eleita, Marisa Xavier, havia se comprometido com a implementação da política orçamentária durante a campanha eleitoral, mas não cumpriu a promessa. O movimento comunitário manteve a pressão por meio de “ofícios, reuniões e manifestações diversas, sem, no entanto, qualquer resultado prático” (ANDRADE, 2013). A FAMOP chegou a realizar uma manifestação na Praça Tiradentes em 2001, um seminário em 2002 e em 2004 voltou a cobrar dos candidatos à prefeitura que se comprometessem com o orçamento participativo, que só veio a ser implementado, de fato, no ano de 2006.

Em relação aos conselhos municipais, a prefeita Marisa Xavier questionou o Artigo 37 da Lei Orgânica, refutando a competência do legislativo para a criação de órgãos da administração municipal, e solicitou judicialmente a impugnação do artigo que tratou dos conselhos municipais, que foi declarado inconstitucional pelo Tribunal de Justiça de Minas

Gerais e assim retirado da Lei (ANDRADE, 2013). No entanto, alguns dos conselhos continuaram a funcionar. Conforme Andrade (2013, p.61): “Em 2003, o Município contava com quinze conselhos criados. Este quadro evoluiu para dezenove em 2004, vinte e dois em 2008 e para vinte e cinco em 2012”.

No aspecto econômico, mantendo-se na dianteira da exploração mineral nacional, Ouro Preto foi responsável, juntamente com os municípios de Itabirito, Congonhas e Mariana, entre 2001 e 2005, por uma produção mineral que chegou a mais de 100 milhões de reais por ano. Em 2014, Minas Gerais ocupou o 1º lugar em arrecadação de *royalties* da mineração, por meio da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) e Ouro Preto foi o 8º município do estado que mais arrecadou nesse mesmo ano, totalizando uma cifra de R\$ 48.320.964,70 (quarenta e oito milhões de reais)⁵⁰.

Em termos de legislação urbana, ao final de 2006, ocorreu a promulgação da última versão do Plano Diretor do município como parte da campanha do Ministério das Cidades promovida, à época, pelo desenvolvimento dos Planos Diretores Participativos. A Lei Complementar nº 29, que instituiu o Plano, agregou as conquistas do Estatuto da Cidade aos preceitos da preservação do patrimônio e acrescentou as diretrizes para a proteção ambiental.

Os temas função social da cidade e da propriedade, estruturação territorial, desenvolvimento econômico, proteção ambiental, proteção ao patrimônio cultural, política de desenvolvimento social, produção da cidade e mobilidade urbana intitulam alguns dos capítulos dessa Lei. Os instrumentos da política urbana para o cumprimento da função social da propriedade aparecem no texto logo em sequência. A Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do solo, conforme previsão do Art. 81 do Plano Diretor, foi promulgada no mesmo dia, 28 de dezembro de 2006.

O orçamento participativo, que vigorou em 2006, 2007 e 2008, representou uma conquista para o movimento comunitário, que conseguiu participar ativamente do processo, rompendo com o modo tutelado de acesso às políticas públicas, mantido pelo legislativo municipal, que nos períodos anteriores combateu fortemente o movimento comunitário e seu movimento de autonomia e auto-organização. Mas o orçamento participativo durou pouco, esbarrando-se em diversos problemas de cunho técnico, burocrático e financeiro, o que levou à população a desacreditar do instrumento. Andrade (2013, p.50) ressalta ainda que “Algumas obras aprovadas em 2006, 2007 e 2008 só foram ser concretizadas no calor da campanha eleitoral de 2012, com o intuito claro de ganhar votos para o candidato oficial”.

⁵⁰ Dados do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM). Disponível em: <<http://www.ibram.org.br/sites/1300/1382/00005483.pdf>> Acesso em: 25 jul. 2016.

Quanto aos conselhos, estes atuaram firmemente em algumas situações de descumprimento por parte do executivo de suas obrigações e descumprimento dos encaminhamentos repassados pelos conselhos deliberativos como, por exemplo, no conselho da saúde. Mas as dificuldades ainda sobressaem às conquistas. Dentre os problemas enfrentados, Andrade (2013) destaca que: prevalece, na maioria das vezes, a opinião individual do delegado e não a da base que ele representa por conta do desencontro entre as reuniões da entidade e as reuniões do conselho; o Executivo desconsidera os encaminhamentos do Conselho, o que gera um descrédito em relação ao instrumento de participação; os conselhos não são conhecidos pela maioria da população e seguem esvaziados. Acrescenta-se, ainda, que a dinâmica do conselho (dia, horário e local) é muitas vezes incompatível com a realidade dos conselheiros que estão em horário de trabalho.

Quanto à organização comunitária, Andrade (2013, p.76) destaca que há um grande potencial auto-organizativo em Ouro Preto, tendo em vista que são “mais de setenta associações de moradores, além de dezenas de entidades classistas, ambientais, esportivas, ambientalistas e outras participam ativamente da vida política, social e comunitária local”. Entretanto, os desafios também são enormes:

Quanto às associações de moradores [...] boa parte destas entidades não conseguiu o registro no cartório, ou venceu o mandato da Diretoria e não se consegue ninguém para montar chapas, ou há dívidas com a Receita Federal que chegam à casa dos milhares de reais, ou chamam a comunidade para uma reunião e nem a Diretoria toda comparece (ANDRADE, 2013, p.76).

Até mesmo no âmbito estritamente institucional, em relação às legislações e regulamentações, as barreiras são enormes. Voltando à discussão do primeiro capítulo, que aponta o direito e as legislações como instrumentos de controle do Estado e, portanto, submissos à ordem econômica e ao mercado, verificamos que no tocante ao planejamento e à regulação urbana, foco desta pesquisa, há uma intencional negligência dos gestores públicos para com a atualização necessária e obrigatória das leis e instrumentos quando se trata de avançar nas estratégias de promoção da função social da cidade e da propriedade. Combater a utilização da terra e dos imóveis para fins especulativos e combater os excessos de adensamento e de verticalização da cidade não são ações que se colocam na linha de prioridades das gestões municipais.

Esse é o quadro em Ouro Preto. O Plano Diretor, aprovado em 2006, indica, já no Capítulo 1, artigo 1º, §3º, o prazo máximo para a revisão estabelecido em cinco anos a partir da sua publicação, ou seja, 2011. Ao final de 2010, por meio da Lei Complementar nº 91, o Plano Diretor passou por alterações meramente pontuais. Não houve a abertura do processo

de revisão do plano diretor conforme prevê a determinação legal. Não ocorreram estudos para a elaboração de um novo diagnóstico que pudesse subsidiar as propostas de revisão e alteração do Plano Diretor vigente. As alterações realizadas também não foram submetidas à apreciação da sociedade e não foram legitimadas por participação popular sendo, portanto, apenas controversamente consideradas uma revisão legislativa. Em 2011, apenas a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo foi revisada dando origem aos parâmetros utilizados nos dias atuais.

O seguimento da “cartilha da política urbana” significa um pequeno passo frente ao gigantesco desafio enunciado no Art. 2, inciso II do Estatuto da Cidade quanto à “garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações” (Lei 10.257, 2001).

Sendo assim, percebe-se que a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, que vigora como principal instrumento de controle urbanístico até os dias de hoje, segue defasada e ineficiente, pois utilizou como referência a estratégia de desenvolvimento definida no Plano Diretor de 2006, desconsiderando os impactos e as mudanças territoriais, sociais e culturais ocorridas desde então. Em geral, os gestores municipais tratam apenas de alterações pontuais que garantem mais permissividade e flexibilidade nas diretrizes urbanísticas para contemplar grandes empresas e grandes empreendimentos. Essas alterações pontuais apenas mascaram o quadro de estagnação e desatualização das leis urbanísticas e aprofundam a ineficiência das garantias sociais e coletivas. Tal conduta conforma um enorme obstáculo na concretização das diretrizes do Estatuto da Cidade e na garantia da participação popular na política urbana.

4.2 Antônio Pereira: do berço colonial à frente da luta popular

Para uma melhor compreensão do estudo de caso, faz necessário recorrermos ao passado desse distrito – Antônio Pereira – que já soma aproximados 324 anos desde o início da exploração de suas terras. Conhecer um pouco da história do lugar, juntamente com as relações político-religiosas constituídas ao longo dos séculos, nos possibilitará avançar no entendimento da realidade atual a partir de suas conexões com a história da colonização brasileira brevemente apresentada no primeiro capítulo desta pesquisa.

Vale lembrar que muitos dos principais eventos que serão aqui abordados remetem a termos e configurações administrativas há muito tempo em desuso e, em grande parte, desconhecidos por grande parte da população por terem existido num passado relativamente distante (principalmente se tomarmos como referência a totalidade da história oficial

brasileira e seus 500 anos de existência). Nesse sentido, vale ressaltar que não trataremos de apontar com detalhes o significado e a utilização desses termos e dessas configurações, o que numa abordagem mais aprofundada e dentro de uma construção historiográfica seria de suma importância e total relevância. Aqui, tentaremos apenas apontar o significado imediato dos termos e das referências permitindo um melhor entendimento desse desenvolvimento histórico.

Embora não tenha sido abordado no primeiro capítulo, quando analisamos os desdobramentos sociais, políticos e administrativos da colonização brasileira, além do Estado e do poder privado (grandes proprietários de escravos e terras, aristocracia e nobreza), o poder religioso também assumiu um papel decisivo na consolidação da ordem e foi determinante no que diz respeito às organizações sociais. Nesse sentido, a história de Antônio Pereira se pauta, em grande medida, pelo desenvolvimento dos símbolos da então dominante Igreja Católica dos séculos XVIII e XIX como veremos adiante. Apresentamos a seguir uma descrição cronológica que destaca alguns dos principais momentos e marcas históricas do distrito ao longo desses aproximados 300 anos de ocupação humana.

Os primeiros registros da exploração da área de Antônio Pereira e arredores datam de aproximadamente 1693, quando o português Antônio Pereira Machado teria, junto com outros exploradores, descoberto ouro em grande quantidade nas terras denominadas de Vale do Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo, área próxima ao Ribeirão do Gualaxo do Norte. Atribui-se a Antônio Pereira Machado o pioneirismo da extração de ouro em terra firme diferenciando-se do modo predominante de garimpo, que era realizado nos leitos dos rios (BRAZ, 2013, p.82).

Segundo a bibliografia consultada⁵¹, Bonfim do Mato Dentro teria sido o primeiro nome das terras que constituem o distrito. O descobrimento dos metais preciosos por Antônio Pereira Machado teria atraído novos habitantes que se ocuparam da exploração do ouro consolidando, assim, o novo povoamento. O marco inicial do surgimento do povoado teria sido uma capela construída no ano de 1703, dedicada a Nossa Senhora da Conceição, mas que inicialmente teria sido construída em homenagem ao Nosso Senhor do Bonfim (tendo em vista o primeiro nome dado ao povoado)⁵². Andrade (2007) acrescenta que Antônio Pereira Machado teria deixado, ainda em 1703, as terras recém-descobertas de Bonfim do Mato Dentro por medo de animais ferozes e teria então se mudado para o Arraial do Carmo

⁵¹ BRAZ, 2013 e ANDRADE, 2007.

⁵² BARBOSA, 1971 – 1995 apud BRAZ, 2013, p.83.

(atualmente Mariana). Continuando, Andrade (2007) aponta que o arraial teria sido fundado pelo padre João Inhaia, Antônio Pompeu Taques, Pedro Frazão e Mateus Leme. Há, portanto, algumas questões em aberto em torno ao início do povoamento que mereceriam uma investigação mais aprofundada.

Voltando ao desenvolvimento do povoado, em 1716 o templo de Nossa Senhora da Conceição foi elevado à categoria de capela. Em 1720 a capela foi elevada à Matriz e o povoado foi reconhecido como paróquia, categoria de caráter religioso que se igualava, em grande medida, a uma categoria administrativa, uma vez que refletia a dinâmica econômica, política e social local⁵³.

O título de paróquia dizia respeito ao reconhecimento por parte da Igreja de que havia um desenvolvimento econômico local, crescimento populacional e existência de infraestrutura mínima. Mas até 1752, a paróquia de Antônio Pereira se manteria como “paróquia encomendada ou curato”, termo utilizado para denominar aquelas paróquias nas quais os vigários nomeados pelo bispo, em condição de temporários, dependeriam da remuneração obtida por meio da cobrança de taxas à população. Somente a partir de janeiro desse mesmo ano, a paróquia de Antônio Pereira passaria à “freguesia colada” ou “colativa”, ou seja, a paróquia contaria com padres perpétuos que, nomeados pelo rei, seriam beneficiários da côngrua, benefício eclesiástico (BRAZ, 2013, p.84)⁵⁴.

A exploração de metais preciosos, principalmente de ouro, foi a atividade econômica principal do distrito ao longo dos séculos XVIII e XIX, tendo momentos de auge e decadência⁵⁵. O desenvolvimento do núcleo urbano, segundo aponta Mariana Diniz Braz (2013, p.88), teria acompanhado o desenvolvimento da extração mineral e, em 1750, a população teria somado aproximadamente mil pessoas, 157 residências, além do comércio e dos edifícios de interesse e uso público. Nesse mesmo momento, em 1750, a freguesia já contaria com mais três capelas além da Matriz, sendo elas em devoção a Santo Antônio,

⁵³ “Em documento produzido na década de 1770, José Joaquim da Rocha informava que o Termo de Mariana era integrado por treze paróquias fornecendo ainda sua posição [...]: São Sebastião, São Caetano, Furquim e São José da Barra Longa, Nossa Senhora da Conceição de Cuieté, todas as quatro situadas ao oriente; Nossa Senhora do Rosário do Sumidouro ao les-sueste; Nossa Senhora da Conceição de Piranga ao su-sueste; São Manoel dos Índios Coroados do Rio Pomba a quarta de leste; ao norte situavam-se Nossa Senhora da Conceição de Camargo, Nossa senhora de Nazaré do Inficcionado, Nossa Senhora da Conceição de Catas Altas; e, por fim, ao noroeste, Nossa Senhora da Conceição de Antônio Pereira” (BRAZ, 2013, p.74).

⁵⁴ FONSECA, 2011, p.99 apud BRAZ, 2013, p.84.

⁵⁵ “Durante todo o período colonial e imperial, o regime de exploração em vigor foi o de concessão, ou seja, o Reino português e depois o Império Brasileiro detinham o domínio sobre as riquezas do subsolo, estando assegurada a separação entre a propriedade territorial e a propriedade mineral, ficando esta última dependente de concessão estatal” (CPDOC. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/companhia-vale-do-rio-doce-cvrd>>. Acesso em: 11 set.2017).

Nossa Senhora da Natividade e Senhora de Santana, e contaria, também, com quatro irmandades. As ordens religiosas e suas irmandades foram uma marcante forma de organização social no século XVIII na região. Conforme Braz (2013),

Concomitantemente a esse processo de construção de capelas e à sua promoção à categoria de Igrejas Matrizes, muitas irmandades se constituíram nos arraiais mineradores. Essas agremiações religiosas reuniam fiéis com devoções específicas, sendo muito comuns as devoções ao Santíssimo Sacramento, as Almas do Purgatório, à Virgem e a santos diversos. Sobre a importância de tais entidades na vida dos arraiais, é possível afirmar que, por meio de suas celebrações e das atividades assistenciais, elas extrapolavam o caráter meramente devocional e constituíam sofisticadas formas de organização social (BRAZ, 2013, p.89).

No início do século XIX, tem-se a construção de uma capela dedicada a Nossa Senhora da Lapa. Autorizada a sua construção por Dom João, em 1809 a Capela foi construída no interior da Gruta da Lapa⁵⁶. O culto a Nossa Senhora da Lapa se difundiu ao final do século XVIII e permanece como um dos eventos mais tradicionais do distrito até os dias atuais, reunindo peregrinos e religiosos de diversas regiões do país. Diante de um declínio na produção mineral (dos aluviões e dos córregos de rio) no início do século XIX, fez-se necessário buscar novas tecnologias para a exploração do solo. Em 1811, o geólogo alemão Wilhelm Ludwig Von Eschwege chegou à Capitania das Minas para realizar estudos sobre a mineração. Os resultados demonstraram se tratar de terra rica em ouro e também em ferro. Um trecho dos estudos de Wilhelm, que trata de Antônio Pereira, é apresentado por Braz (2013),

Três léguas a oeste de Vila Rica, na abrupta vertente oriental da alta Serra de Ouro Preto, encontra-se o arraial de Antônio Pereira, possuidor de lavras auríferas extraordinariamente ricas. Situado em um profundo vale, que se abre para o lado do rio Gualaxo, Antônio Pereira é limitado ao sul e ao leste por importantes montanhas de formação itacolumítica, de micaxistos e tapanhoancanga, com jazidas de ouro subordinadas e, ao norte, acompanhando o vale em toda sua extensão, por um contraforte calcário mais baixo (ESCHWEGE, apud Braz, 2013, p.94).

Outros apontamentos sobre o distrito também são encontrados nos escritos de Auguste de Saint-Hilaire, botânico francês que esteve em expedição pelo Brasil entre 1816 e 1822, para obter e repassar ao governo da França informações sobre os trópicos e seus recursos naturais. Em seus escritos, o botânico fez a seguinte menção ao distrito:

Os morros que a rodeiam são cobertos de uma relva pardacenta, e exibem a imagem da esterilidade; em todos os lugares em que o trabalho dos mineradores despojou a terra da vegetação, ela apresenta uma coloração vermelha escura; e as águas pouco abundantes do regato de Gualacha, que corre pelo vale, deixam ver seu leito de cor

⁵⁶ Em 1993, a área do entorno da Gruta da Lapa foi regulamentada pela Lei Municipal nº 75, que instituiu o Parque Municipal de Nossa Senhora da Lapa (OURO PRETO, 1993).

denegrada. É aí que está situada a povoação de Antonio Pereira, sede de uma paróquia muito extensa cuja população se eleva a cerca de 5.000 almas. Essa povoação, afastada duas léguas da cidade de Mariana, se compõe de umas cinquenta casas que foram bem construídas, mas que, na maioria, estão atualmente no pior estado. Cada casa é acompanhada de um pequeno jardim pouco cuidado, onde se veem plantados alguns pés de café, couves e bananeiras. Além disso não se percebe no campo o menor sinal de cultura; não se enxerga um único rebanho em meio às vastas pastagens que cobrem os morros, e é necessário que os tropeiros tragam de Mariana aos habitantes de Antonio Pereira o necessário à sua subsistência. A maior parte destes últimos é gente de cor; vivem apenas da lavagem do ouro, e, quase todos muito pobres para poderem dispor de escravos, são obrigados a trabalhar pelas próprias mãos [...] (SAINT-HILAIRE, 1938, p.143, 144⁵⁷).

Em 1830, já no período do Império, um acontecimento trágico marcou a história do lugar. Um incêndio de causas não identificadas acometeu severamente a Matriz de Nossa Senhora da Conceição que atualmente é conhecida como Igreja Queimada. Com a mineração em crise, não havia recursos para a reconstrução da Igreja e, em 1836, sem a Matriz, a paróquia local foi suprimida e a localidade foi incorporada a Camargos. Fato notório em toda a história do distrito ocorre em 1840 quando, provavelmente por interesses econômicos, por meio da Lei nº 184, de 3 de abril de 1840, Antônio Pereira foi incorporado à Vila Rica, que já figurava como capital de Minas Gerais (BRAZ, 2013, p.102).

A construção da Igreja de Nossa Senhora das Mercês, que viria a se constituir como nova Igreja Matriz, não teve sua data confirmada. Fato conhecido é que em 1844 a nova Matriz já se estava consolidada servindo, inclusive, às atividades das Juntas Eleitorais, assim como outras práticas políticas.

Figura 3 – Igreja Nossa Senhora das Mercês

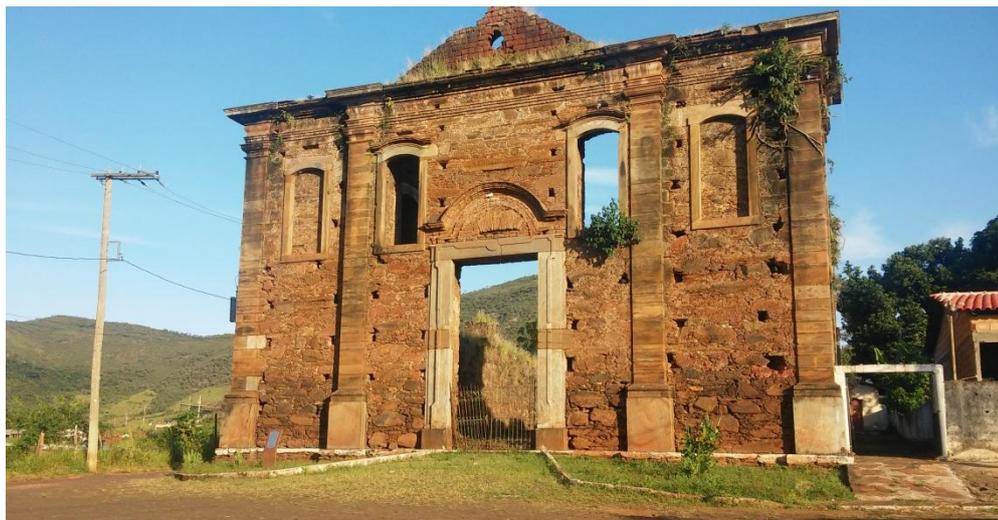


⁵⁷ SAINT-HILAIRE, Auguste. Viagem pelas províncias de Rio de Janeiro e Minas Gerais. Tomo I. P. 143-144. Disponível em: <<http://www.brasiliana.com.br/obras/viagem-pelas-provincias-do-rio-de-janeiro-e-minas-gerais-t-1/pagina/144/texto>>. Acesso em: 8 de set. 2017.

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2017.

Em relação à Igreja incendiada – Nossa Senhora da Conceição –, não havendo recursos para a sua recuperação, esta permaneceu em ruínas. Mesmo após a proibição da Igreja, deu-se continuidade à utilização do local para sepultamentos, como já ocorria, segundo os escritos de Dom Frei José da Santíssima Trindade, desde o ano de 1821 (BRAZ, 2013, p.114).

Figura 4 – Igreja Queimada, antiga Matriz Nossa Senhora da Conceição



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2017.

Merece destaque ao final do século XIX, em 1890, a publicação de um almanaque comercial que abordou diversos aspectos da vida do lugar tais como: templos religiosos, lista dos profissionais e estabelecimentos comerciais atuantes, autoridades, “fazendeiros, negociantes, fabricante de ferro e de cigarros, hoteleiro, tropeiro, pedreiro, marceneiro, dentre outros, dando um panorama das atividades comerciais empreendidas nessa freguesia que era uma das menores do município” (BRAZ, 2013, p.106). A transferência da capital de Minas, de Ouro Preto para Belo Horizonte, em 1897, impactou diretamente na economia do distrito, que teve os recursos ainda mais reduzidos.

A passagem para o século XX trouxe consigo a república⁵⁸ e ao distrito trouxe um novo ciclo da mineração – em menor escala – com a exploração de bauxita, ferro e topázio.

⁵⁸ “A instauração da República provocou uma modificação radical no regime de exploração dos recursos minerais, passando a vigorar o regime de acessão pelo qual a propriedade mineral era vinculada à propriedade territorial. A mudança no regime de propriedade do subsolo suscitou grande reação por parte de técnicos, parlamentares e estudiosos que afirmavam que, contrariamente ao pretendido com a referida modificação, a exploração mineral sofreria um retrocesso, uma vez que ficaria totalmente subordinada aos interesses particulares dos proprietários das terras. Este prognóstico se confirmou ao longo de toda a Primeira República. Pequena foi a produção mineral, voltada eminentemente para o mercado interno, e incipientes as exportações, representando um percentual que variou entre 1% e 2,5% do total das exportações brasileiras no período de 1901 a 1930” (CPDOC. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/companhia-vale-do-rio-doce-cvrd>>. Acesso em: 11 set.2017).

Em 1911, conforme lei estadual, Antônio Pereira foi mantido como distrito de Ouro Preto juntamente com outros 17 distritos, de limites e designação bastante diferentes da divisão administrativa atual.

Em relação ao desenvolvimento da organização social no distrito, basicamente associada às ordens e irmandades religiosas à época, conforme aponta Braz (2013), o Livro das Associações de Antônio Pereira, possivelmente escrito em 1918, identificou as diversas associações existentes. Foram apontadas aproximadamente dez associações:

Confraria de São Vicente; Associação de Damas do Sagrado Coração de Jesus; Grupo da Adoração Noturna; Grupo da Adoração Diurna; Comunhão Reparadora Mensal; União Infantil do Menino Jesus de Santo Antônio; Guarda de Honra Nossa Senhora Maria Santíssima; Agregados à Doutrina Cristã; Irmãos da Ordem Terceira de São Francisco de Assis; Mensageiros da fé; Mezaros e zeladoras da Igreja (BRAZ, 2013, p.107).

Na primeira metade do século XX, a exploração mineral caminhava a ritmos lentos e com baixa produtividade. Tem destaque nesse período a menção à pesquisa de minérios de manganês no imóvel Timbopeba (que atualmente é uma mina da Vale, inserida no Complexo de Mariana) autorizada pelo Decreto Nº 6.808⁵⁹ ao cidadão Agenor de Alvarenga Mafra, em 1941. Os direitos de pesquisa na fazenda Timbopeba foram mais tarde, em 1944 (Decreto nº14.573⁶⁰), cedidos à Américo René Giannetti, um dos empreendedores responsáveis pela fundação, ainda em 1934, da Elquisa - Eletro Química Brasileira S.A.. A Elquisa, principal empresa de produção de alumínio à época, assume posteriormente a lavra de manganês na Fazenda Timbopeba (conforme pode ser conferido no Decreto Nº 26.830 de 1949⁶¹) e nos terrenos de propriedade da Igreja de Antônio Pereira (Decreto Nº 27.378 de 1949⁶²). Em 1950, a Elquisa foi comprada pela ALCAN Alumínio do Brasil (que posteriormente foi agregada ao grupo Novelis do Brasil e, em 2007, foi vendida ao grupo indiano Hindalco Industries).

Nesse mesmo período, por volta de 1950, a economia do distrito enfrentou novo período de declínio e a recuperação só veio 20 anos a frente, na década de 1970, com a exploração de minério de ferro e topázio. Com relação ao minério de ferro, ressalta-se que “as reservas brasileiras de minério de ferro tornaram-se de conhecimento público,

⁵⁹ BRASIL, 1941.

⁶⁰ BRASIL, 1944.

⁶¹ BRASIL, 1949a.

⁶² BRASIL, 1949b.

internacionalmente, durante o Congresso de Estocolmo, em 1910”⁶³ e as principais jazidas de Minas Gerais foram adquiridas nesse mesmo ano pelos ingleses.

Mas foi a partir da metade do século XX que entraram em cena novas tecnologias e novos incentivos estatais que possibilitaram a exploração de novas jazidas de ouro, ferro e outros minerais. Não foi possível precisar a data de instalação das empresas SAMITRI (S.A. Mineração Trindade) e Vale (antiga Companhia Vale do Rio Doce – CVRD)⁶⁴ para a exploração mineral no distrito e região. O que se pode precisar é que a SAMITRI esteve presente no distrito desde a década de 1950, conforme se verifica no Decreto nº 41.177, de 19 de março que 1957, que traz o seguinte texto:

Fica autorizada a S.A. Mineração da Trindade a pesquisar minério de manganês, ferro e associados, em terrenos de propriedade da Companhia Siderúrgica Belgo Mineira no lugar denominado Conta História, distrito de Antônio Pereira, município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais [...]. (BRASIL, 1957).

A partir do final da década de 1950, outros decretos versaram sobre a exploração mineral na região regulamentando e autorizando novas pesquisas e novas minas de minério de ferro e minério de ferro-manganês. E em 1984 foi inaugurado pela Vale (CVRD) o Projeto Timbopeba, complexo minerometalúrgico de exploração das minas de Timbopeba.

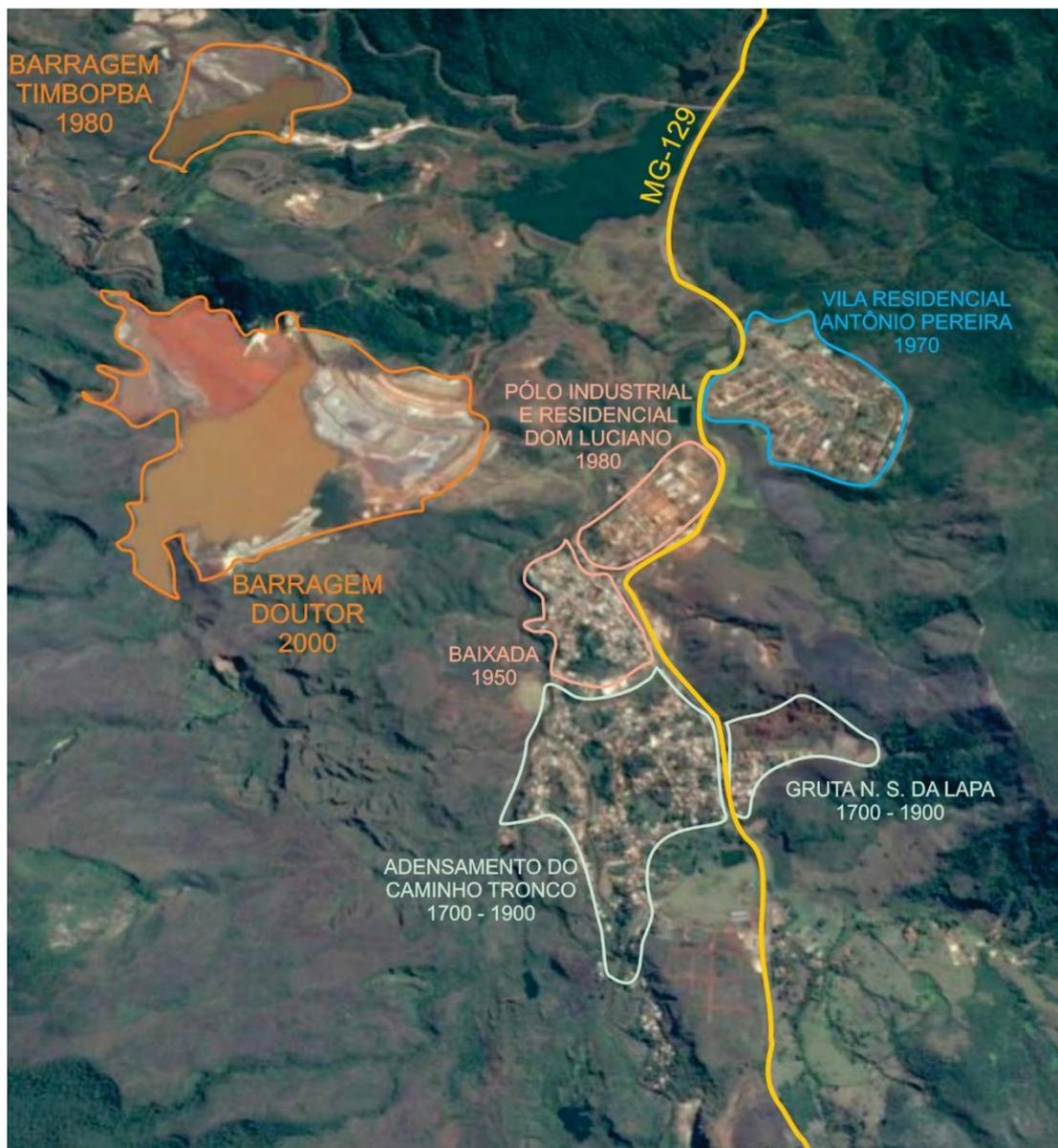
No intervalo das décadas de 1970 e 1990, ocorreu a instalação das grandes mineradoras na região. O crescimento populacional acentuou-se profundamente e houve uma expansão urbana significativa, consolidando a mancha urbana que se apresenta atualmente conforme podemos verificar na Figura 5.

Nesse intervalo temporal destacou-se a construção da Vila Residencial da Samarco Mineradora (Vila Samarco), em 1977, fato de grande relevância para a história do distrito, uma vez que esse novo núcleo urbano, equivalente a um condomínio, se diferenciava fortemente das demais áreas adensadas por possuir infraestrutura adequada e urbanização, além de acomodar pessoas com média e alta renda se comparado com a população das demais áreas do distrito. Também merece destaque a fundação da Associação de Moradores de Antônio Pereira, em 17 de agosto de 1984, momento que coincide com a irrupção dos movimentos sociais e comunitários no Brasil, tendo em vista o quadro político nacional que passava por grande instabilidade em razão da crise econômica e da crise do regime ditatorial.

⁶³ CPDOC. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/companhia-vale-do-rio-doce-cvrd>>. Acesso em: 11 set.2017).

⁶⁴ Sobre as empresas mineradoras, aspectos históricos, jurídicos e sua relação com a região de Antônio Pereira, ver o APÊNDICE A – A MINERAÇÃO EM ANTÔNIO PEREIRA.

Figura 5 – Adensamento em Antônio Pereira entre 1700 e 2000 - destaque para as barragens de rejeito da mineração.



Fonte: Imagens do Google Earth. Figura elaborada pela autora.

Em 1994, o poder público municipal passou a ser responsável pela “Vila Samarco” que passou a se chamar Vila Residencial Antônio Pereira. Contudo, essa relação de desigualdade (social e espacial) entre o núcleo principal do distrito e a Vila (embora algumas mudanças significativas tenham ocorrido) permanece até os dias atuais como um fator de segregação entre a população de Antônio Pereira que não tem recebido investimentos significativos em infraestrutura e urbanização e que também não conta com uma política associada a recursos para a preservação do casario antigo, do patrimônio histórico e cultural assim como para a manutenção dos equipamentos públicos e comunitários.

Soma-se a essas demandas outro problema social que decorre da população flutuante que passa pelo distrito, que em grande parte são trabalhadores temporários em busca das

novas oportunidades de trabalho abertas pelas grandes mineradoras que chegaram à região. Esse crescimento abrupto do número de trabalhadores e moradores resultou num aumento exponencial da demanda por serviços e equipamentos públicos e comunitários – tal como posto de saúde. Além disso, esse aumento da população flutuante geralmente é tomado como a causa dos “problemas relacionados ao uso de drogas, a gravidez de adolescentes e a disseminação de doenças sexualmente transmissíveis, dentre outros” (BRAZ, 2013, p.122).

Figura 6 – Área Central da Vila Residencial Antônio Pereira, antiga Vila Samarco



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2017.

Figura 7 – Rua Grande, centro do distrito de Antônio Pereira



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2017.

A passagem para o século XXI não significou mudanças expressivas nas condições de vida do distrito. Braz (2013) destaca as condições sociais e econômicas do lugar nos anos 2000:

Segundo dados referentes ao ano 2000 fornecidos pelo IBGE, Antônio Pereira Contava com 3.905 habitantes com residência fixa, presentes majoritariamente na área urbana. [...] Cerca de 75% população era alfabetizada e 20% era semi-alfabetizada. O índice de ingresso à universidade era muito baixo. A renda per capita também era baixa, mesmo quando havia aumento do número de empregos pela expansão da atividade mineradora (BRAZ, 2013, p.122).

Finalizado em 2013, o “Processo de Tombamento do Conjunto Arqueológico e Arquitetônico das Ruínas da Antiga Matriz De Nossa Senhora da Conceição” (BRAZ, 2013) apontou poucos episódios e poucas informações de destaque em relação ao século XXI; mesmo caso ocorreu com o “Inventário do Distrito de Antônio Pereira” que foi produzido em 2007 (ANDRADE, 2007). Nesse sentido, são poucas as abordagens que tentam sistematizar cronologicamente o desenvolvimento do distrito e seus principais episódios, eventos e marcos a partir do século XXI.

Embora se trate de um passado recente, conhecer os desdobramentos desse período, de 2000 a 2013, é fundamental para avançarmos na leitura da realidade do distrito e para entendermos o preâmbulo da articulação e mobilização dos moradores. A partir de uma investigação de leis, atos institucionais, atas de reuniões, diário oficial do município de Ouro Preto, anuários de balanço das empresas instaladas no distrito etc. (de acordo com a disponibilidade em meios digitais), realizamos uma breve apreciação desses eventos e momentos de destaque para o local. Para uma melhor territorialização das demandas e dos eventos apresentados, vejamos a Figura 8 que nos aproxima da realidade urbana do distrito e dos principais equipamentos comunitários.

Figura 8 – Adensamento urbano em Antônio Pereira e principais equipamentos comunitários



Fonte: Imagens do Google Earth. Figura elaborada pela autora.

Identificamos inicialmente que, nos idos dos anos 2000, já havia uma cobrança institucional por parte dos moradores para que a Prefeitura Municipal de Ouro Preto direcionasse o olhar para as demandas locais conforme se pode confirmar no texto das

Portarias nº 46 (6 de novembro de 2001), nº 33 (10 de dezembro de 2002), nº 82 (23 de dezembro de 2003) e nº 07 (9 de março de 2004)⁶⁵, que tratam das respostas da Câmara de Vereadores às reivindicações da população do distrito. A título de exemplo segue um trecho da Portaria nº 82/2003:

O Vereador Jarbas Eustáquio Avellar [...] resolve: Nomear uma comissão Especial composta dos Vereadores Sinval Augusto dos Santos, Ariosvaldo Figueiredo Santos Filho, Lúcio dos Passos Silva, Geraldo Alves Godinho e Wanderley Rossi Júnior, com a finalidade de ver o que pode ser feito a algumas famílias de Antônio Pereira que estão vivendo em total estado de miséria, conforme vídeo apresentado na 43ª Reunião Ordinária desta Casa, realizada no dia 22 de dezembro do corrente ano [...] (OURO PRETO, 2003).

Percebeu-se que, com o desenrolar da primeira década, algumas melhorias foram lentamente chegando à região. As desapropriações de imóveis para a construção de equipamentos urbanos e comunitários permearam os anos entre 2006 e 2012, a exemplo da desapropriação de terrenos e imóveis para a construção do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) que ocorreu em 2006 (Decreto Nº 161/06), para a construção de equipamento público para atendimento do Sistema de abastecimento público de água da área urbana, em 2007 (Decreto Nº 738/07), e para a construção da Escola Pública Municipal, em 2008 (Lei Nº 396/08). A execução das obras de calçamento da Rua Grande, rua principal do distrito, também teria ocorrido provavelmente em 2008, e o calçamento da Rua das Mercês – em frente à Igreja Matriz – teria sido realizado algum tempo depois (BRAZ, 2013, p.122).

Ainda em 2006, no dia 22 de outubro, ocorreu a formalização da Associação das Artesãs “Arte, Mãos e Flores de Antônio Pereira”⁶⁶ (inscrita no CNPJ em 10/8/2007), associação de mulheres dedicada à produção de artesanatos, bordados e trabalhos em tecido. Os trabalhos da associação foram amparados ao longo dos anos subsequentes por cursos diversos e segue no rol de projetos sociais da Samarco S.A desde 2007, quando foi contemplado pela “Política de Investimento Social”⁶⁷ da empresa que selecionou 19 projetos em Minas Gerais a serem apoiados em 2008.

O projeto apresentado pela Associação das Artesãs recebeu o nome de “Artesanato Sustentável em Antônio Pereira”. Em 2009 ganharia forma jurídica a Associação de

⁶⁵ Para mais detalhes do conteúdo das portarias e decretos municipais consultar: <http://www.cmop.mg.gov.br/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=51>.

⁶⁶ Disponível em: <<http://artemaoseflores2009.blogspot.com.br/>> Acesso em: 12 set. 2017.

⁶⁷ “A Política de Investimento Social da Samarco estabelece o princípio, as diretrizes e as linhas de atuação prioritárias – Educação e Geração de Renda e Empreendedorismo–, bem como destina o percentual de 0,35% do lucro líquido a ser investido anualmente” (Disponível em: <<http://www.samarco.com/wp-content/uploads/2016/08/2007-Relatorio-Anual-de-Sustentabilidade.pdf>> Acesso em: 12 set. 2017).

Costureiras Vale da Benção – Acovabe (CNPJ cadastrado em 28/10/2009), que também aparece no Relatório Anual de 2007 da Samarco como um projeto social selecionado pela empresa tendo como proponente a Associação Musical Nossa Senhora da Conceição da Lapa. Aparecem ainda no anuário de 2007⁶⁸ da Samarco os projetos “Casa Escola”, apontando como proponente a Associação de Moradores da Vila Samarco, “Unindo Forças em Busca da Transformação da Comunidade”, proposto pelo Centro Educacional de Antônio Pereira (CEAP) e, já no anuário de 2008⁶⁹, no rol de patrocínios para o 1º semestre, aparece o “Programa Esporte Comunitário”, proposto pela Associação de Moradores do Distrito de Antônio Pereira.

Voltando às ações municipais, entre 2010 e 2012, ocorreram novas desapropriações para fins de construção de equipamentos urbanos e comunitários: terreno para construção de uma Estação de Tratamento de Esgoto – ETE (Lei 2.465/10 alterada pelo Decreto nº 2.589/11), para construção de Estação Elevatória de Esgoto (Decreto 2.466/10 alterado pelo Decreto 2.590/11), para a implantação de sistema de captação de água (Decreto 2.593/11) e para a construção de um centro de convivência (Decreto 3.058/12). Destaca-se, contudo, que no ano de 2010 aparece pela primeira vez (nas publicações digitais via internet) as demandas do chamado Loteamento Novo⁷⁰, que posteriormente veio a ser denominado Loteamento Dom Luciano. A questão da precária infraestrutura local já estava no rol de reivindicações dos moradores, que levaram suas demandas à reunião do legislativo municipal, utilizando o espaço da Tribuna Livre, no dia 29 de setembro de 2010. Segundo matéria publicada pela Assessoria de Comunicação e Eventos da Câmara de Vereadores,

O Loteamento Novo no distrito de Antônio Pereira foi o tema da Tribuna Livre da Câmara Municipal de Ouro Preto, dessa terça-feira (28). De acordo com o morador Rogério Guilherme, o bairro já possui iluminação e abastecimento de água; todavia, ainda necessita de saneamento básico e calçamento. “Nós não temos rede de esgoto. Ele é depositado a céu aberto, o que tem provocado doenças para a comunidade que vive no local. Além disso, quando chove sofremos com o barro, e quando faz sol o problema é a poeira. Precisamos de uma resposta concreta do poder público”, explicou Rogério Guilherme [...] (CMOP, 2010a)⁷¹.

⁶⁸ Disponível em: <<http://www.samarco.com/wp-content/uploads/2016/08/2007-Relatorio-Anual-de-Sustentabilidade.pdf>> Acesso em: 12 set. 2017.

⁶⁹ Disponível em: <<http://www.samarco.com/wp-content/uploads/2016/08/2008-Relatorio-Anual-de-Sustentabilidade.pdf>> Acesso em: 12 set. 2017.

⁷⁰ Não foi possível precisar o ano da abertura do Loteamento Novo em Antônio Pereira e também não foi possível analisar a fundo a história da implantação desse projeto habitacional que foi o centro das mobilizações no distrito e que até hoje apresenta infraestrutura precária concentrando o maior número de demandas e reivindicações dos moradores.

⁷¹ CMOP, Câmara de Vereadores de Ouro Preto. Assessoria de Comunicação e Eventos, 29 de setembro de 2010. Disponível em: <http://www.cmop.mg.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1335:>

Nessa mesma matéria é mencionada a cessão de um terreno por parte da prefeitura para a construção da Escola Estadual Daura de Carvalho Neto. Segundo matéria de 9 de dezembro de 2011, do jornal local “O liberal”, de subtítulo “Obras da Escola Estadual Prof. Daura de Carvalho Neto estão adiantadas e contam com contrapartida da Prefeitura de cerca de R\$300 mil”⁷², a construção da escola estadual “está localizada na área de expansão entre o bairro Dom Luciano e o distrito empresarial – próximo ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e à Vila Samarco”. Segundo a matéria, a obra foi resultado de uma “importante parceria entre a Prefeitura de Ouro Preto e o Governo do Estado”. Contudo, a inauguração da Escola só viria a ocorrer em fevereiro de 2017.

Figura 9 – Escola Estadual Professora Daura de Carvalho Neto após a inauguração



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2017.

Ainda em 2010, os vereadores teriam realizado uma visita ao Loteamento Novo, em Antônio Pereira, no dia 06 de outubro de 2010⁷³, a partir da qual concluíram a urgência da instalação da rede de esgoto e outras benfeitorias. No ano seguinte, em abril de 2011, a passagem pelo distrito da Câmara Itinerante – programa do legislativo de Ouro Preto que realiza uma reunião dos vereadores nos distritos, acompanhada da disponibilização dos serviços administrativos – levou cerca de cinco mil pessoas à Escola Estadual Antônio

[tribuna-livre-discute-situacao-do-loteamento-novo-em-antonio-pereira&catid=61:reunioes](#)> Acesso em: 12 set. 2017.

⁷² O Liberal. “Ouro Preto investe em educação no distrito de Antônio Pereira”. 9 de Dezembro de 2011. Disponível em: <<http://www.jornaloliberal.net/noticia/ouro-preto-investe-em-educacao-no-distrito-de-antonio-pereira/>> Acesso em: 12 set. 2017.

⁷³ CMOP, Câmara de Vereadores de Ouro Preto. Assessoria de Comunicação e Eventos, 6 de outubro de 2010. Disponível em: <http://www.cmop.mg.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1342:vereadores-fiscalizam-obras-do-loteamento-novo-em-antonio-pereira&catid=62:outros> Acesso em: 12 set. 2017.

Pereira, segundo matéria da Assessoria de Comunicação e Eventos da Câmara de Vereadores⁷⁴. Conforme um dos trechos da notícia, a partir da reunião dos vereadores com a população de Antônio Pereira, “os problemas mais citados pela população se referem ao saneamento básico, calçamento, limpeza pública, à falta de médico no posto de saúde e áreas de lazer para crianças e idosos” (CMOP, 2010b).

Figura 10 – Residencial Dom Luciano e área conhecida como Loteamento Novo



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2017.

⁷⁴ CMOP, Câmara de Vereadores de Ouro Preto. Assessoria de Comunicação e Eventos, abril de 2011. Disponível em: <http://www.cmop.mg.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1442:vereadores-de-ouro-preto-e-comunidade-se-unem-em-prol-de-melhorias-para-antonio-pereira-&catid=1:itinerante> Acesso em: 12 set. 2017.

Figura 11 – Escola Estadual Profª Daura de Carvalho à esquerda e Residencial Dom Luciano à direita com destaque para a condição das ruas de acesso



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2017.

Figura 12 – Acesso à Escola Estadual Profª Daura de Carvalho



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2017.

Logo ao início do ano de 2013, em 1º de março de 2013, a população de Antônio Pereira voltou a apresentar à Câmara de Vereadores de Ouro Preto e à Prefeitura Municipal suas reivindicações, conforme se verifica a partir do texto da Portaria nº 21A, de 1º de março de 2013,

O Vereador Leonardo Edson Barbosa, Presidente da Câmara Municipal de Ouro Preto, no exercício do seu cargo e no uso de suas atribuições legais, RESOLVE: Nomear uma Comissão Especial composta dos Vereadores Nicodemos Martins, Maurício Moreira e Roberto Leandro, com o objetivo de acompanhar os moradores de Antônio Pereira em suas reivindicações apresentadas em reunião desta Casa, buscando soluções concretas junto ao Executivo Municipal (OURO PRETO, 2013).

A partir da pesquisa realizada nos documentos disponíveis via internet, não foi possível precisar qual o conteúdo das reivindicações dos moradores. Contudo, ao analisarmos os projetos de lei apresentados pelos vereadores no ano anterior (2012), que mencionam o distrito de Antônio Pereira, foi possível perceber que do total de 51⁷⁵ projetos de lei apresentados ao longo do ano, um total de 45 desses projetos de lei (88%) tratavam da solicitação de serviços referentes à infraestrutura tal como limpeza, iluminação, obras de calçamento, pavimentação e saneamento, abastecimento de água e construção de equipamentos comunitários. Vale ressaltar, ainda, que 48 projetos (ou seja, 94%) foram apresentados por um mesmo vereador, morador do distrito à época, o que demonstra o papel simbólico da representação legislativa local (uma vez que os projetos propostos em grande medida não se efetivam).

Em 21 de junho de 2013, os moradores de Antônio Pereira fecharam a rodovia MG-129 (conhecida como Rodovia Samarco) impedindo o acesso dos ônibus às mineradoras e impedindo, também, a passagem dos caminhões. Conhecia-se uma nova forma de reivindicação e luta popular e Antônio Pereira caminhava para um novo ciclo de vida. Os moradores tomaram a dianteira na mudança do seu espaço.

4.3 Indicadores sociais e mineração no distrito: panorama geral

Antes de dar sequência à análise das mobilizações e dos eventos e desdobramentos pós-2013, apresentaremos, a seguir, alguns dados compilados a partir do Censo Demográfico⁷⁶ de 2010, produzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A análise dos dados do Censo nos auxiliou no mapeamento das condições de vida em Antônio Pereira e nos demais distritos de Ouro Preto.

Os dados compilados, somados às informações sobre a arrecadação do município e do distrito em termos de receita bruta, Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) e Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM)⁷⁷ – dados obtidos diretamente com a Secretaria de Planejamento de Ouro Preto para os anos de 2013, 2014, 2015 e 2016 –

⁷⁵ Levantamento realizado pela autora.

⁷⁶ O Censo Demográfico é uma operação estatística que, a partir da aplicação de questionário, busca investigar as características da população e dos domicílios das diversas regiões do país sistematizando os dados obtidos para que sirvam de referência para “o conhecimento das condições de vida da população em todos os municípios em seus recortes territoriais internos – distritos, subdistritos, bairros e classificação de acordo com a localização dos domicílios em áreas urbanas ou rurais” (IBGE, 2011).

⁷⁷ Serão devidamente apresentados e abordados *a posteriori*.

possibilitaram avaliar o atual quadro econômico da região, com especial atenção à participação da mineração presente desde os primórdios da ocupação da região e que afeta direta ou indiretamente a vida e as atividades de todos os moradores do distrito.

Em relação aos dados do IBGE, optamos por uma análise comparativa entre os distritos de Ouro Preto – com exceção do distrito sede – ao invés de uma análise entre os oito setores censitários de Antônio Pereira (sete em área urbana e um em área rural). O setor censitário “é a menor unidade territorial, formada por área contínua, integralmente contida em área urbana ou rural, com dimensão adequada à operação de pesquisas e cujo conjunto esgota a totalidade do Território Nacional [...]” (IBGE, 2011).

O tratamento dos distritos como um todo, a partir do somatório dos dados dos setores censitários, nos afasta de uma avaliação mais aprofundada dos níveis de desigualdade internos aos distritos. Contudo, a análise comparativa entre distritos nos permite avaliar em que grau a periferização pode ocorrer em outras escalas, afetando diretamente os distritos, invisibilizando e segregando territórios, seja pela distância em relação ao distrito sede, pela dificuldade de acesso, por questões econômicas, culturais, pela ausência de infraestrutura, equipamentos públicos e comunitários essenciais.

Antes de avançarmos na comparação entre os doze distritos de Ouro Preto (não abordaremos o distrito sede), faremos uma apresentação do quadro geral dos indicadores de Antônio Pereira. Vale ressaltar que os dados disponíveis são do ano de 2010, último ano de realização do Censo Demográfico pelo IBGE e, decorridos sete anos, os dados podem ter sofrido alterações.

Em termos de população, a coleta de dados em 2010 indicou um total de 4.480 moradores, com uma distribuição equilibrada entre mulheres e homens, conforme podemos verificar na Tabela 1 apresentada abaixo.

Tabela 1 – População de Antônio Pereira por Sexo

População	Total	%
Homens	2258	50,4%
Mulheres	2222	49,6%
Total	4480	100%

Fonte: Dados IBGE, 2010. Tabela elaborada pela autora.

Quanto à faixa etária da população, optamos por isolar o intervalo compreendido entre 15 e 24 anos, a fim de avaliar o peso dos jovens (em idade escolar referente ao ensino médio e graduação) na configuração etária da população do distrito. Como resultado, verificamos que predominam os adultos de 25 a 59 anos (41% da população) e as crianças de 0 a 14 anos (29%

do total), conforme podemos observar na Tabela 2 e no Gráfico 1. Aferimos que o total de crianças e adultos corresponde, portanto, a 70% da população de Antônio Pereira. O baixo percentual de jovens entre 15 e 24 anos (19%) decorre, provavelmente, da migração desses jovens para as sedes municipais de Ouro Preto e Mariana, em virtude da ampliação das oportunidades escolares (ensino médio, técnico e universitário).

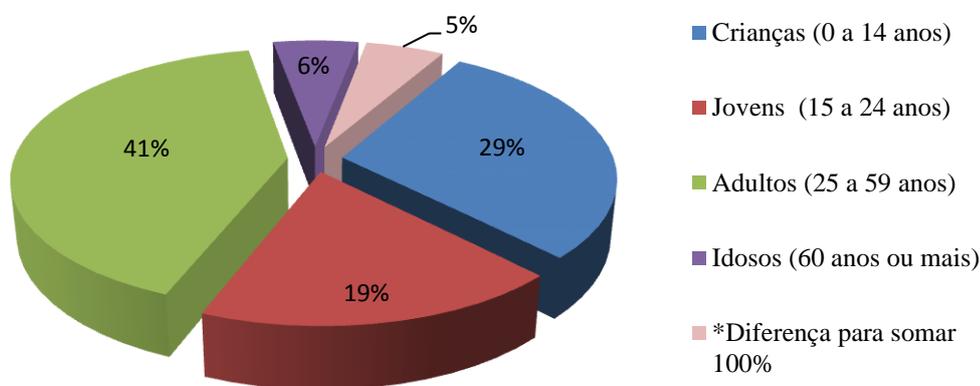
Tabela 2 - População de Antônio Pereira por Faixa Etária

Faixa Etária	Total
Crianças (0 a 14 anos)	1311
Jovens (15 a 24 anos)	824
Adultos (25 a 59 anos)	1843
Idosos (60 anos ou mais)	261
* Diferença para totalizar 100%	241

Nota: *O total de habitantes por idade não coincidiu com o total da população. Foi extraída a diferença para fins de esclarecimento.

Fonte: Dados IBGE, 2010. Tabela elaborada pela autora.

Gráfico 1 – Proporção da população de Antônio Pereira por faixa etária

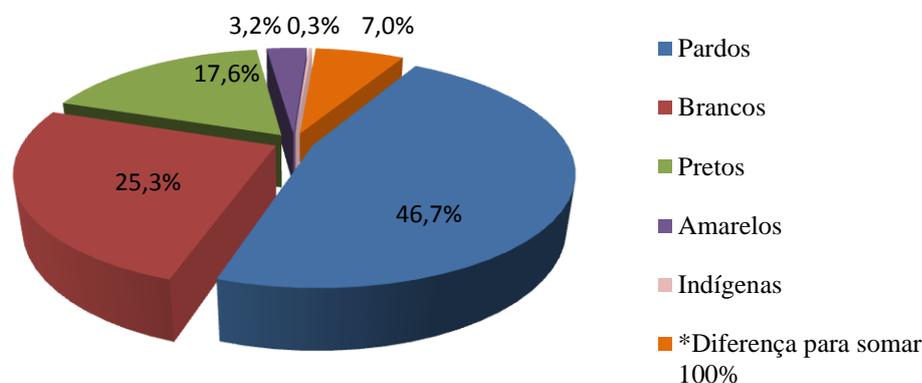


Fonte: Dados IBGE, 2010. Gráfico elaborado pela autora.

Quanto à distribuição da população por cor ou raça, observou-se que a população autodeclarada parda corresponde ao total de 2.092 habitantes, o que se aproxima da metade da população do distrito (46,7%) como se pode verificar no Gráfico 2. O somatório da população parda e preta corresponde a um total de 64,3%, ultrapassando significativamente o percentual de autodeclarados brancos (25,3%). O aumento do total de pardos e pretos quantificados no Censo de 2010 ocorreu em escala nacional e possivelmente foi resultado das políticas

afirmativas (ainda muito marginais no que diz respeito à igualdade racial) que promoveram um maior reconhecimento racial.

Gráfico 2 - Proporção da população de Antônio Pereira por Cor ou Raça



Fonte: Dados IBGE, 2010. Gráfico elaborado pela autora.

Avançando para uma análise da infraestrutura do distrito, tomou-se como referência o total de domicílios, quantificados em 1.195. Ao avaliarmos as condições e o atendimento por serviços públicos básicos, tais como abastecimento de água, rede de esgoto, coleta de lixo e acesso à energia elétrica, foi possível identificar que aproximadamente 20% dos domicílios não são atendidos pela rede geral de esgoto, problema que é recorrentemente citado pelos moradores. Há ainda um total de 15% de domicílios que não são abastecidos pela rede geral de água. Dentre os domicílios que não são abastecidos pela rede geral, acrescenta-se que 6,4% são abastecidos por nascente, poço, cisterna ou outra forma, restando 8,7% sem nenhum abastecimento. O número de domicílios atendidos e a devida proporção em relação ao total de domicílios (1.195) são apresentados a seguir, na Tabela 3.

Tabela 3 – Número de Domicílios atendidos pelos Serviços Públicos Básicos

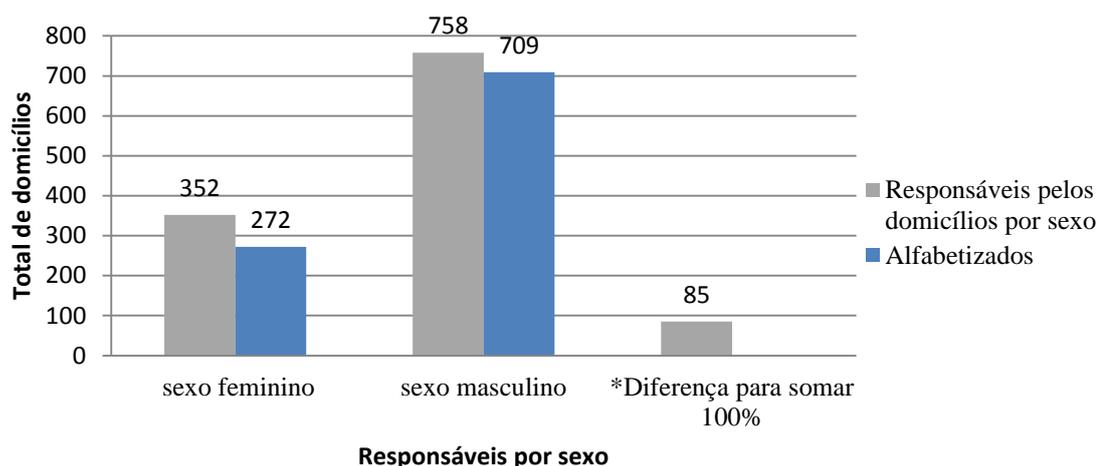
Serviço	Total	%
Energia elétrica	1080	90,4%
Coleta de lixo	1062	88,9%
Abastecimento de água da rede geral	1015	84,9%
Rede geral de esgoto	952	79,7%

Fonte: Dados IBGE, 2010. Tabela elaborada pela autora.

Um dado relevante em relação aos responsáveis por domicílio foi averiguado quando estes foram divididos por sexo. Os homens responsáveis pelos domicílios ainda configuram uma maioria considerável, total de 63%. Desse total de 758 homens responsáveis pelos

domicílios, 93,5% são alfabetizados em contraste aos dados relativos às mulheres que são significativamente menos alfabetizadas (77,3%), conforme se verifica no Gráfico 3, apresentado a seguir.

Gráfico 3 – Responsáveis pelos Domicílios por Sexo e Alfabetização

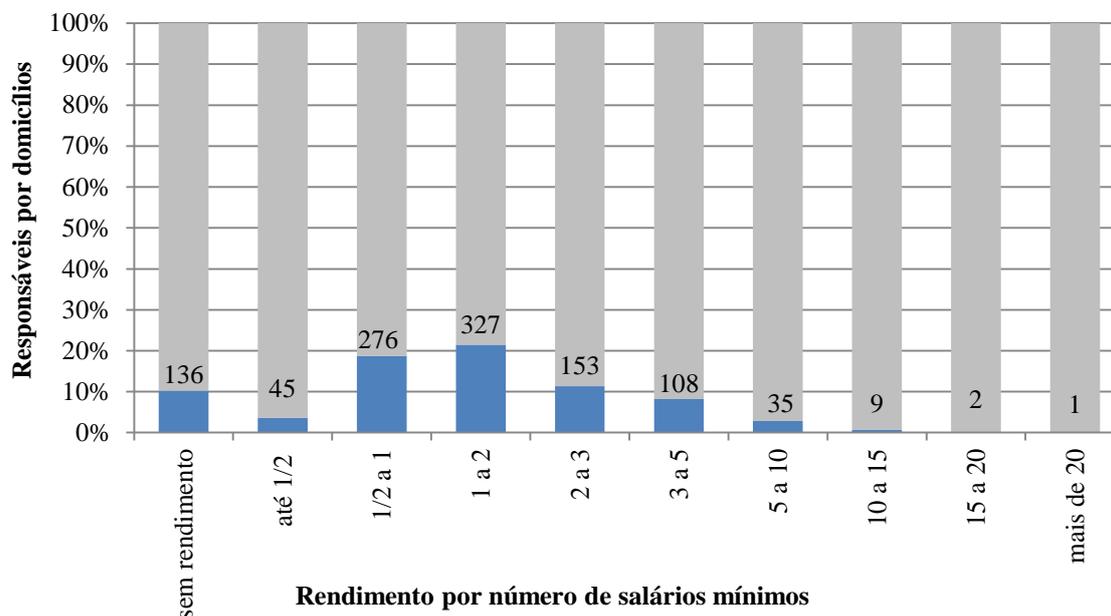


Fonte: Dados IBGE, 2010. Gráfico elaborado pela autora.

Para fecharmos um primeiro quadro de análise da população de Antônio Pereira, tomemos os dados sobre o rendimento dos responsáveis pelos domicílios. Ao analisarmos a faixa de rendimento de 0 a 3 salários mínimos, considerada baixa renda quando se trata da renda familiar (Decreto nº 6.135 de 26 de junho de 2007, Art. 4º, inciso II, alínea b)⁷⁸, verificamos que essa é a faixa notoriamente predominante entre a população de Antônio Pereira, abarcando 78,4% dos chefes de família. Na faixa de rendimento entre 3 e 5 salários mínimos estão somente 9% dos responsáveis, sendo que na faixa acima de 5 salários constam apenas 2,9% do total. A distribuição dos responsáveis pelos domicílios segundo a faixa de renda pode ser conferida no Gráfico 4 a seguir.

⁷⁸ BRASIL, 2007. Decreto Nº 6.135 de 26 de junho de 2007. Dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6135.htm#art14> Acesso em: 6 jun. 2017.

Gráfico 4 – Número de Responsáveis pelos Domicílios Segundo a Faixa de Renda



Fonte: Dados IBGE, 2010. Gráfico elaborado pela autora.

Para avançarmos na avaliação das condições de vida em Antônio Pereira tomaremos as comparações entre os distritos que compõe o município de Ouro Preto. Como já foi devidamente apresentado no subtítulo que trata da apresentação do município, são distritos de Ouro Preto: Amarantina, Cachoeira do Campo, Engenheiro Correia, Glaura, Lavras Novas, Miguel Burnier, Santa Rita, Santo Antônio do Leite, Santo Antônio do Salto, São Bartolomeu, Rodrigo Silva e Antônio Pereira⁷⁹. A distribuição geográfica segue apresentada na Figura 13.

⁷⁹ IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais – “Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2014 publicado no Diário Oficial da União em 28/08/2014”. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=314610&search=||infoogr%E1ficos:informa%E7%F5es-completas>>. Acesso em: 6 jun. 2017.

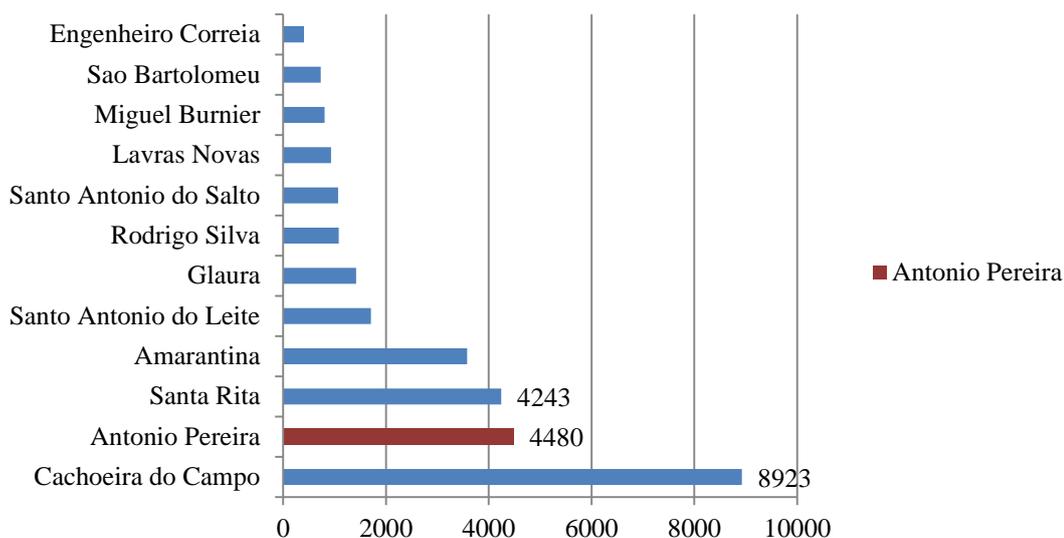
Figura 13 – Distritos do Município de Ouro Preto



Fonte: Mapa do Município, Prefeitura Municipal de Ouro Preto – PMOP. Adaptado pela autora.

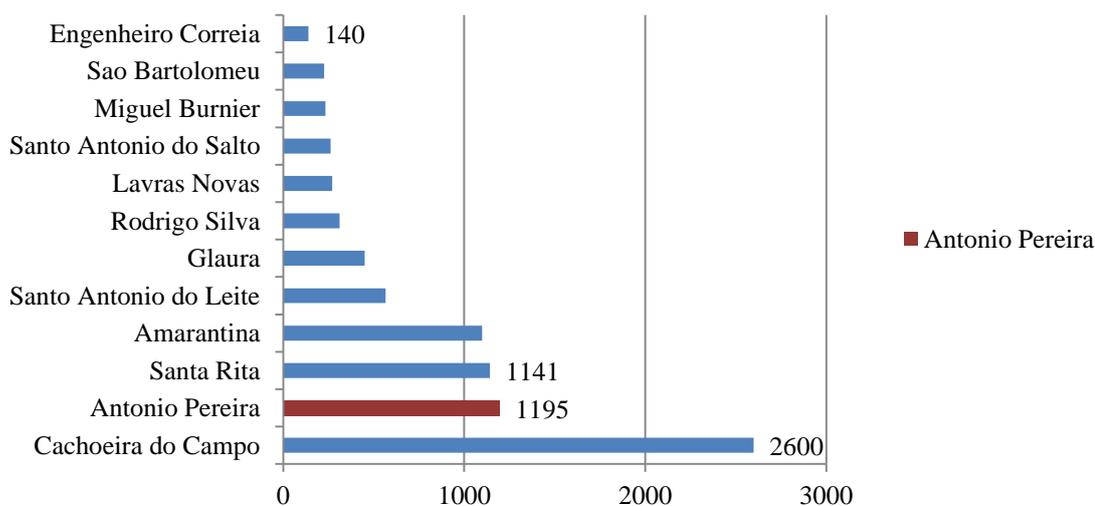
A primeira informação que servirá de subsídio às nossas análises diz respeito ao total de habitantes e de domicílios dos distritos, o que nos permite comparar o porte de cada um. De acordo com os dados do Censo Demográfico de 2010, Antônio Pereira é o segundo maior distrito em número de habitantes (4.480), sendo Cachoeira do Campo o distrito mais populoso (8.923). A relação do número total de domicílios segue a mesma classificação, estando Cachoeira do Campo em primeiro lugar e Antônio Pereira em segundo. A comparação entre todos os distritos, em termos do número total de habitantes e domicílios, pode ser conferida no Gráfico 5 e no Gráfico 6.

Gráfico 5 – Número Total de Habitantes dos Distritos de Ouro Preto



Fonte: Dados IBGE, 2010. Gráfico elaborado pela autora.

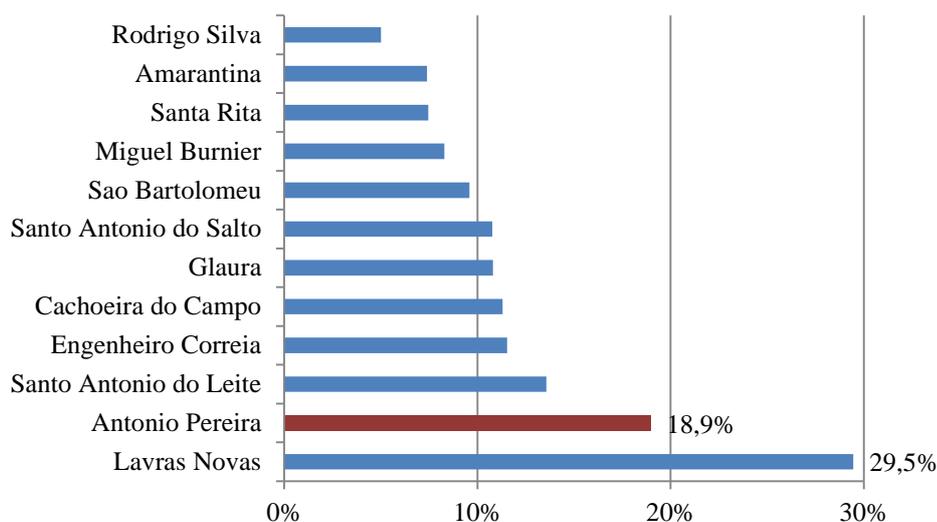
Gráfico 6 – Número Total de Domicílios (particulares e coletivos) dos Distritos de Ouro Preto



Fonte: Dados IBGE, 2010. Gráfico elaborado pela autora.

Em relação ao número total de habitantes, destaca-se o dado relativo à população por raça ou cor. Novamente, Antônio Pereira aparece em segundo lugar na classificação dos distritos a partir da proporção da população autodeclarada de raça ou cor preta. Com um total de 18,9% da população (788 pessoas), Antônio Pereira fica atrás somente de Lavras Novas, que possui 29,5% (268 pessoas), conforme se observa no Gráfico 7 a seguir.

Gráfico 7 – Proporção da População Autodeclarada de Raça ou Cor Preta

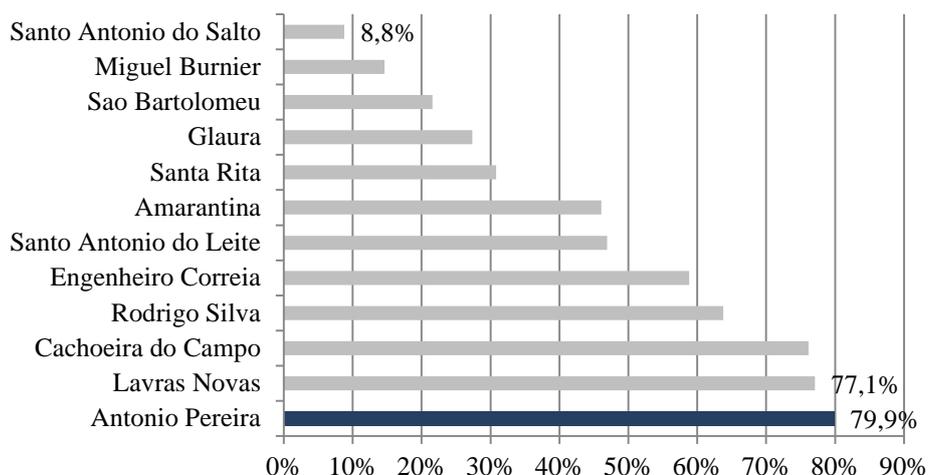


Fonte: Dados IBGE, 2010. Gráfico elaborado pela autora.

Em sequência apresentam-se os comparativos que permitem avaliar o atendimento dos distritos em relação aos serviços públicos básicos e também em relação às condições da infraestrutura local. Os dados dos gráficos ressaltam a posição de Antônio Pereira na classificação e indicam o valor equivalente ao primeiro e ao último colocado para fins de comparação e esclarecimento. Vale ressaltar que a barra referente ao distrito de Antônio Pereira apresenta uma variação de cor ao longo da apresentação dos gráficos; aparece em azul quando o dado demonstra que o distrito se destaca positivamente em relação aos outros e aparece em vermelho quando o distrito aparece em piores condições quando comparado aos demais.

É interessante observar que, embora o acesso dos domicílios à rede de esgoto seja um problema recorrentemente citado pelos moradores (menos de 20% dos domicílios são atendidos pela rede pública de esgoto, conforme foi verificado na Tabela 3), na comparação entre os distritos Antônio Pereira se sobressai como distrito com melhor proporção em relação ao número de domicílios atendidos pela rede geral de esgoto, com 79,9% (952 domicílios), conforme o Gráfico 8. Isso demonstra que há um problema efetivo e generalizado em relação ao esgotamento sanitário nos distritos de Ouro Preto.

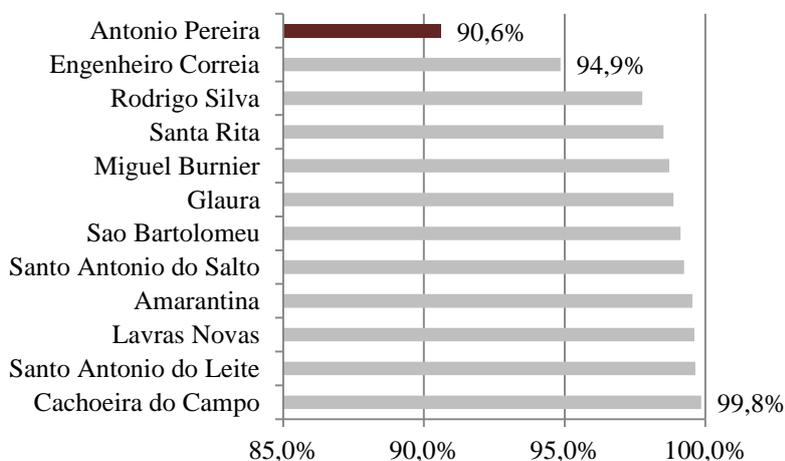
Gráfico 8 – Domicílios atendidos pela rede geral de esgoto ou rede pluvial



Fonte: Dados IBGE, 2010. Gráfico elaborado pela autora.

Isso não ocorre com o acesso à energia elétrica. Antônio Pereira aparece em último lugar, com 90,6% dos domicílios atendidos, enquanto todos os demais distritos estão praticamente acima dos 95%. Vale destacar o dado referente à Cachoeira do Campo, que aparece em primeiro lugar, com 99,8% dos domicílios atendidos (Ver Gráfico 9).

Gráfico 9 – Domicílios com energia elétrica

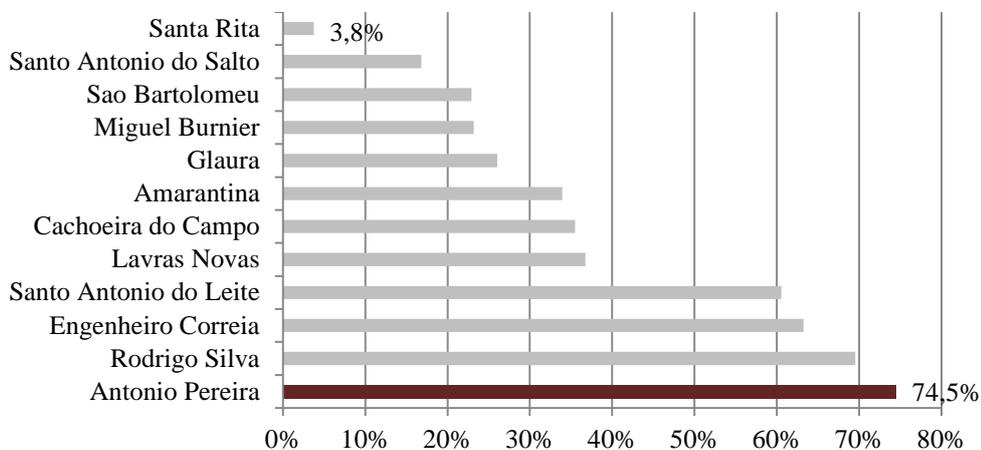


Fonte: Dados IBGE, 2010. Gráfico elaborado pela autora.

Abaixo serão apresentados os resultados em relação à infraestrutura urbana. Ressalta-se que os comparativos se referem ao total de domicílios que não tem acesso aos indicadores citados tal como identificação dos logradouros, iluminação pública, pavimentação, boca-de-lobo e arborização. Nesse sentido, as porcentagens mais altas apontam para os distritos com piores condições urbanas. Antônio Pereira é o menos atendido quanto à identificação dos logradouros e aparece em penúltimo lugar quanto à existência de bueiros e bocas-de-lobo. É o terceiro entre os distritos com maior número de domicílios situados em logradouros sem

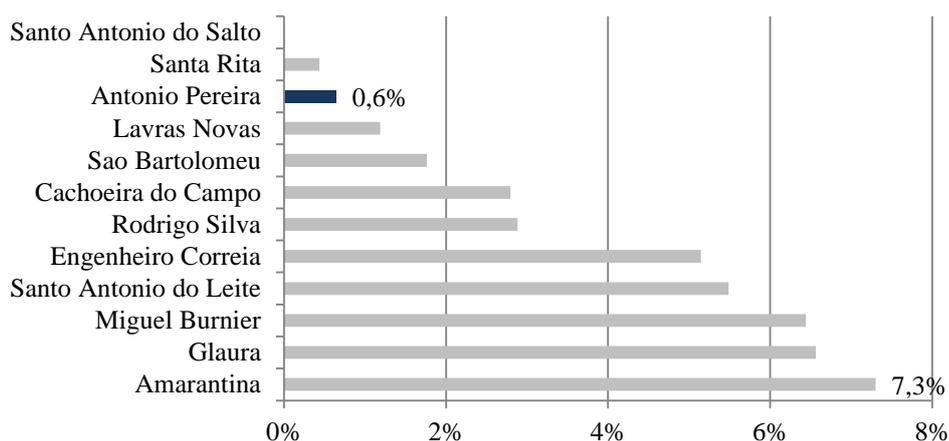
arborização (64,6%). Destaca-se a boa classificação em relação à iluminação pública, sendo que menos de 1% (exatos 0,6%) dos domicílios situam-se em logradouros sem iluminação.

Gráfico 10 – Domicílios em Logradouro sem Identificação



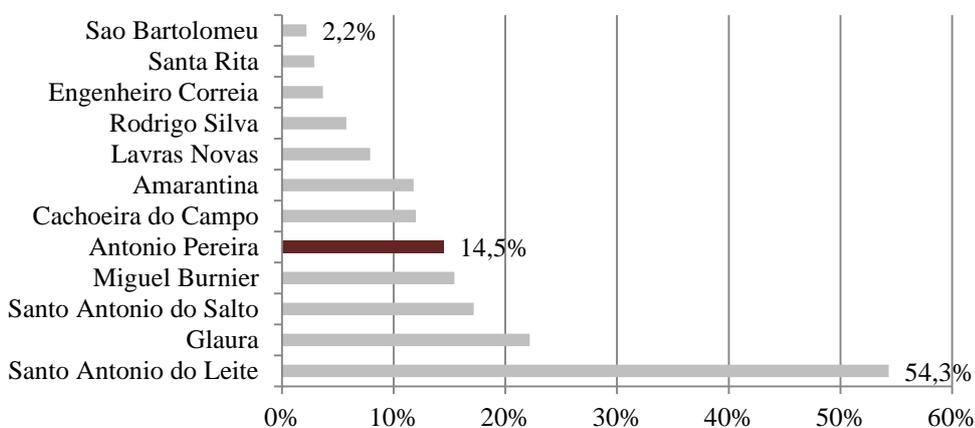
Fonte: Dados IBGE, 2010. Gráfico elaborado pela autora.

Gráfico 11 – Domicílios em Logradouros sem Iluminação Pública



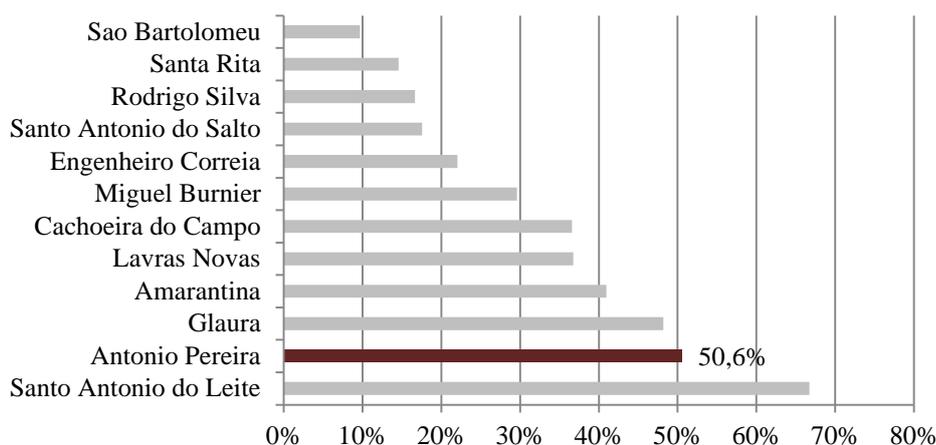
Fonte: Dados IBGE, 2010. Gráfico elaborado pela autora.

Gráfico 12 – Domicílios em Logradouro sem Pavimentação



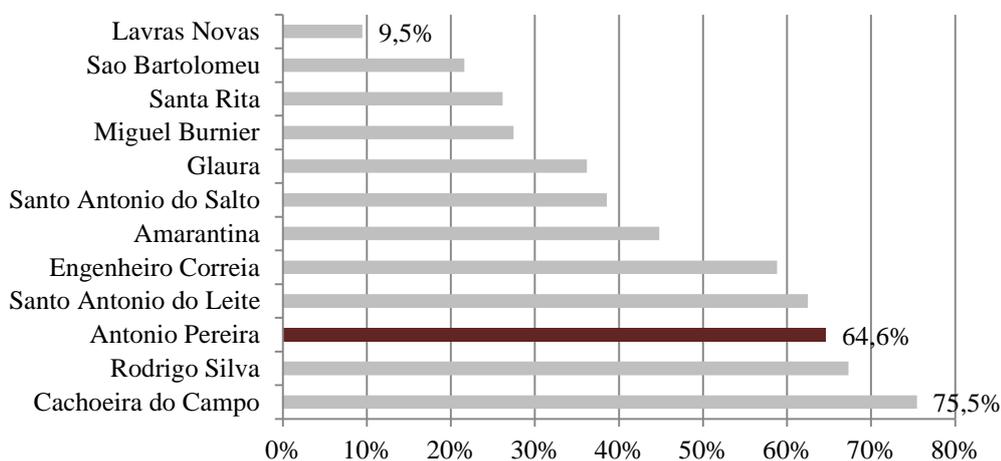
Fonte: Dados IBGE, 2010. Gráfico elaborado pela autora.

Gráfico 13 – Domicílios em Logradouro sem Bueiro/ Boca-de-lobo



Fonte: Dados IBGE, 2010. Gráfico elaborado pela autora.

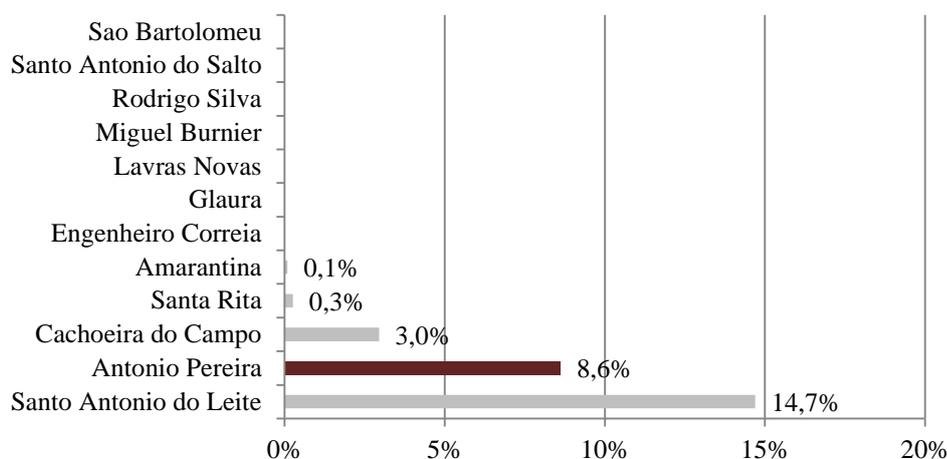
Gráfico 14 – Domicílios em Logradouro sem Arborização



Fonte: Dados IBGE, 2010. Gráfico elaborado pela autora.

Para finalizar, destacamos o Gráfico 15 – Domicílios em Logradouro com Esgoto a Céu Aberto. Interessante observar que apenas cinco dos doze distritos tiveram resultados quantificados em relação a essa questão. Dentre os distritos que apresentam situações de esgoto a céu aberto, Antônio Pereira aparece como segundo distrito com maior proporção: são 94 domicílios, que representam 8,6% do total, expostos à circulação irregular de esgoto. Em primeiro lugar na classificação, aparece Santo Antônio do Leite, com 83 domicílios, o que representa 14,7% do total.

Gráfico 15 – Domicílios em Logradouro com Esgoto a Céu Aberto



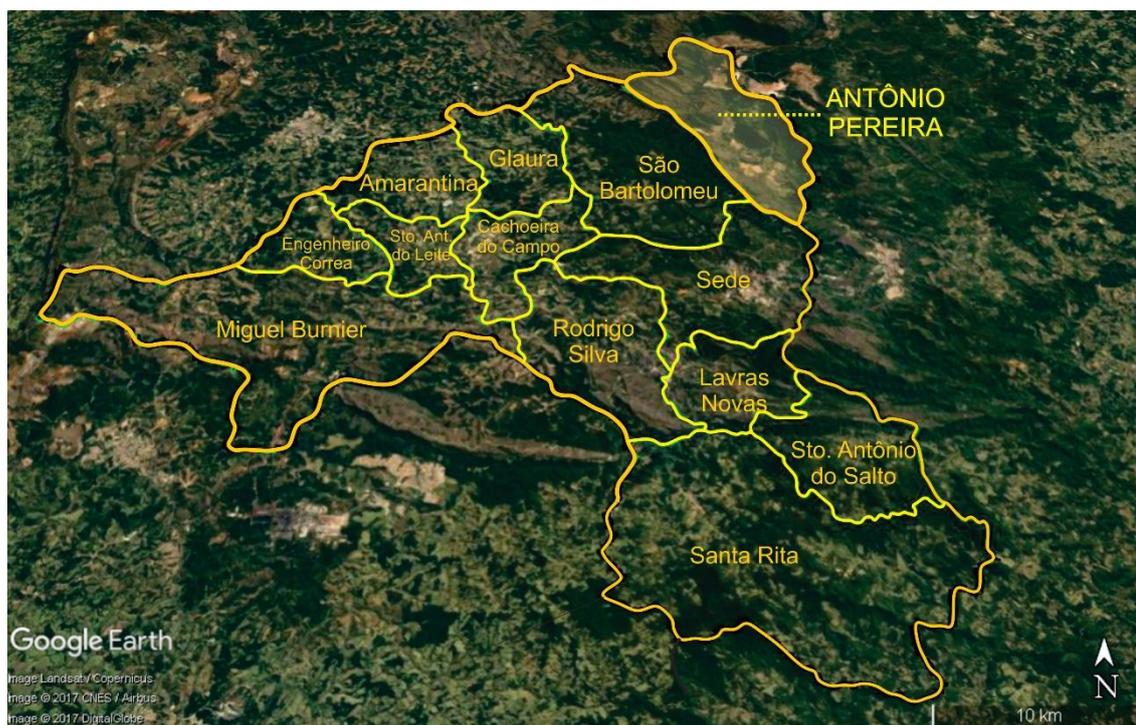
Fonte: Dados IBGE, 2010. Gráfico elaborado pela autora.

Essa avaliação dos indicadores relativos à infraestrutura nos permitiu identificar que o distrito carece de investimento em políticas urbanas e sociais tendo em vista os resultados observados em ao menos cinco dos oito gráficos comparativos, nos quais Antônio Pereira aparece entre os três distritos com maior número de domicílios desatendidos ou submetidos a condições urbanas desfavoráveis e precárias.

Apresentados os principais dados e indicadores obtidos por meio do Censo Demográfico de 2010 (IBGE), passemos a uma análise mais pormenorizada do quadro atual da mineração no distrito. Em abril de 2017, foram solicitadas à Secretaria da Fazenda do município de Ouro Preto informações sobre a arrecadação de impostos pelo município relativos à mineração nos anos de 2013, 2014, 2015 e 2016 (CFEM, ICMS, dentre outros), número de servidores municipais em atividade no distrito de Antônio Pereira, e projetos municipais em desenvolvimento. Recebemos as informações sobre a arrecadação, no dia 26 de julho de 2017, conforme veremos a seguir. Outra solicitação de teor semelhante foi enviada à Vale, no dia 3 de abril de 2017, mas, infelizmente, não obtivemos resposta. Os formulários seguem ao final da pesquisa para fins de consulta (APÊNDICE E). Os dados apresentados a seguir são resultado de uma associação entre os dados disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Ouro Preto e os dados obtidos a partir de pesquisas e documentos digitalmente disponíveis.

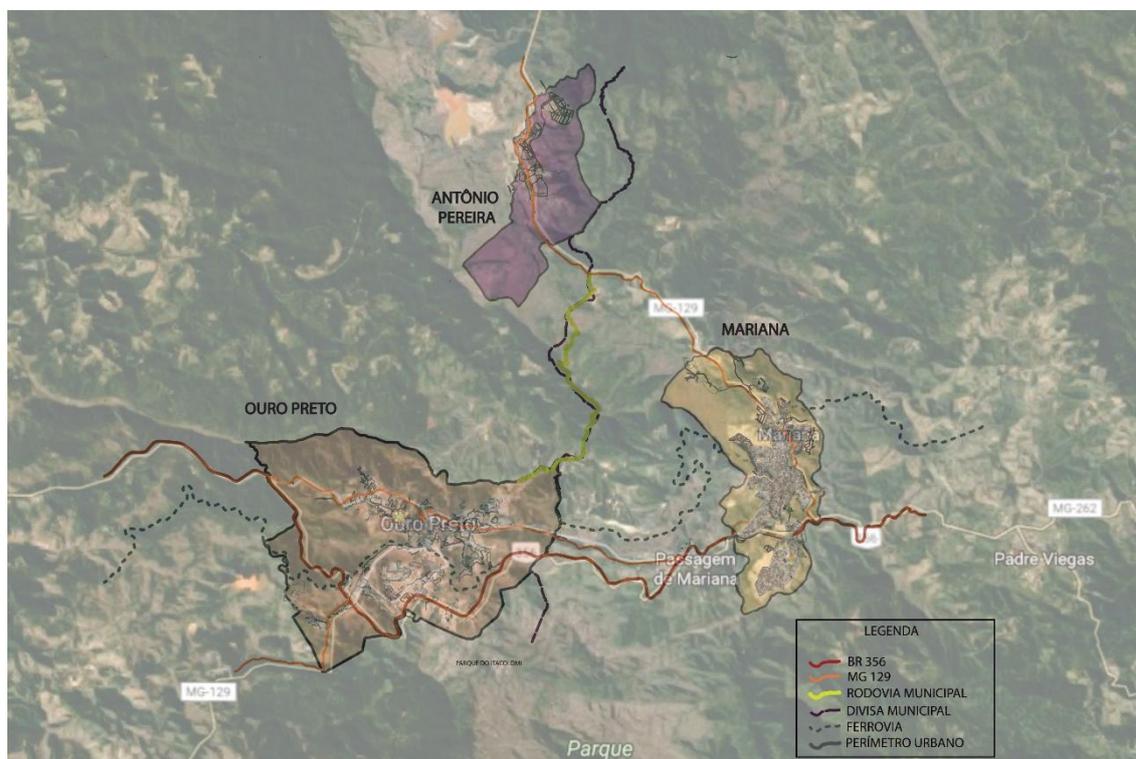
Para uma primeira aproximação, retomaremos a dimensão territorial de Antônio Pereira, sua proximidade com o núcleo urbano do distrito sede de Ouro Preto e núcleo urbano do município de Mariana, conforme demonstra a Figura 15.

Figura 14 – Município de Ouro Preto e Distritos – Destaque para o Distrito de Antônio Pereira



Fonte: Imagem de Satélite do Google Earth; Figura elaborada pela autora.

Figura 15 – Perímetros Urbanos de Ouro Preto, Antônio Pereira e Mariana



Fonte: Mapa dos perímetros urbanos elaborado por Karla Sabino (2017). Sobreposição de imagem do Google Earth conforme adaptação da autora.

As figuras apresentadas acima nos permitem observar que Antônio Pereira é um dos distritos com maior relação de proximidade territorial com o distrito sede de Ouro Preto. São aproximadamente dezesseis quilômetros (16 km), distância também encontrada entre o

Conta História e Morro da Mina, possuindo ainda processos de concessão de direitos minerários, em diferentes níveis, nas serras do Batatal, Antônio Pereira e Ouro Preto” (CROSSETTI, 2009). Para mais detalhes sobre a mineração nessa região, ver APÊNDICE A.

No Complexo Mineral de Alegria, a Vale opera as minas de Alegria (Corpo Alegria Este-Oeste), Fazendão, Fábrica Nova – todas no território de Mariana – e Timbopeba – em Antônio Pereira, Ouro Preto (CROSSETTI, 2009). O Projeto Timbopeba, sob o controle da Vale, incluía lavra e beneficiamento da produção da jazida de Timbopeba e tratamento do minério da Mina de Capanema, projeto que foi desenvolvido em 1977 e teve início em 1984 (VALE, 2012). A barragem de Timbopeba, receptora dos rejeitos do beneficiamento de minério, foi desativada quando chegou ao limite e os rejeitos foram então redirecionados para a Barragem do córrego do Doutor, que entrou em atividade no ano 2000, recebendo os rejeitos das Minas de Timbopeba e Capanema.

A Samarco opera na Mina Germano – Antônio Pereira – e no Corpo Alegria Centro da Mina de Alegria – Mariana (CROSSETTI, 2009). A Mina de Germano teve sua lavra iniciada em 1977 e chegou à exaustão em 1992 (COSTA et. al., 2001⁸¹). Sua cava foi reabilitada entre 2001 e 2006, quando obteve nova licença ambiental para a exploração mineral (SAMARCO, 2006). Até o final do ano de 2015 (quando houve o rompimento da barragem de Fundão⁸²) a Samarco realizou extração e beneficiamento de minério de ferro na unidade de Germano (SAMARCO, 2014).

A Barragem de Doutor, atualmente receptora dos rejeitos da Mina Timbopeba, encontra-se extremamente próxima da área de expansão do distrito, onde está o Loteamento Novo (Residencial Dom Luciano), a nova Escola Estadual Daura de Carvalho e a Vila Residencial Antônio Pereira, como se pode observar a seguir, na Figura 17 o Complexo de Alegria se alargou substancialmente no território de Ouro Preto e Mariana nos últimos 20 anos e após o rompimento das barragens, busca expandir-se no território de Antônio Pereira⁸³.

As questões que se apresentam ao distrito, no futuro próximo, são bastante desafiadoras e controversas: a expansão da atividade mineral está colocada na ordem do dia e aguarda as negociações; como consequências têm-se não só a expansão dos empregos e da

⁸¹ Disponível em: <http://www.brasilminingsite.com.br/anexos/artigos/52_0.pdf>. Acesso em: 17 set. 2017.

⁸² Para mais detalhes ver: ZONTA, Marcio; TROCATE, Charles (Orgs.). Antes Fosse Mais Leve a Carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton. 1.ed. Marabá: Editorial iGuana, 2016.

⁸³ “A Vale S.A. (Vale) informa que celebrou, em documento não vinculante, acordo com a BHP Billiton Brasil Ltda. (BHP) e a Samarco Mineração S/A (Samarco) sobre os termos e condições gerais para o uso da cava de Timbopeba da Vale para depósito de rejeitos pela Samarco, uma vez que ela volte a operar” Disponível em: <<http://www.vale.com/brasil/PT/investors/information-market/press-releases/Paginas/vale-sobre-acordo-com-bhp-e-samarco-em-relacao-ao-uso-da-cava-de-timbopeba-pela-samarco.aspx>> Acesso em: 17 set. 2017.

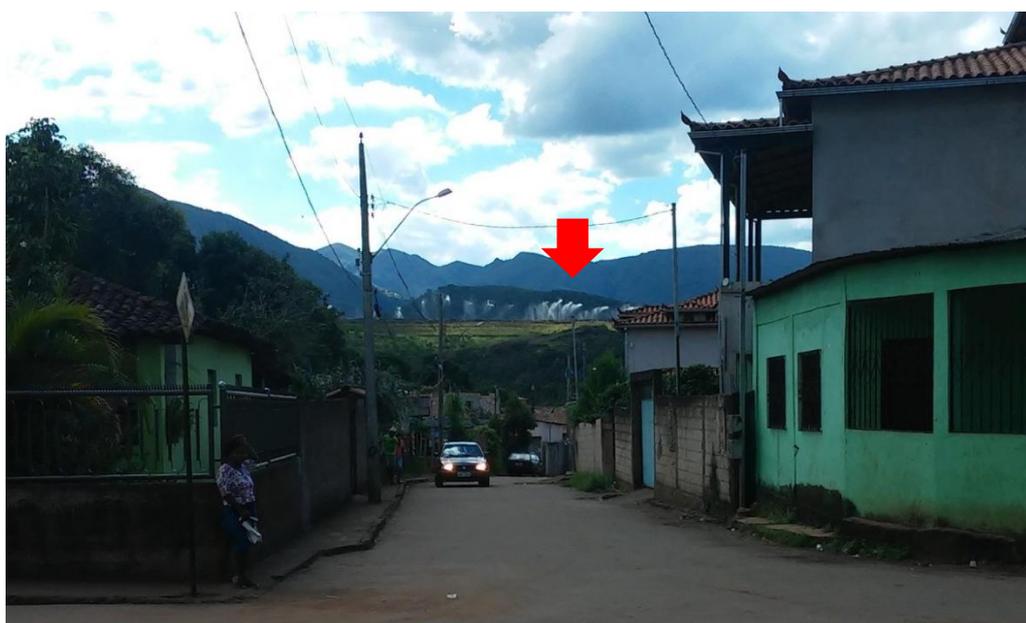
arrecadação como também a expansão dos riscos socioambientais e da destruição da paisagem natural.

Figura 17 – Barragem de Doutor e o núcleo urbano de Antônio Pereira



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2017.

Figura 18 – Barragem de Doutor ao fundo (destaque para a cortina d'água utilizada para diminuir o impacto da poeira sobre o distrito)



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2017.

Esse é, portanto, o panorama geral da mineração no distrito de Antônio Pereira, baseado nas operações das unidades Timbopeba e Germano, com suas diversas atividades em torno à exploração mineral. A seguir, analisaremos os impactos dessa atividade no orçamento do município para o período entre 2013 e 2016.

É necessário observar a variação dos dados levando em consideração a mudança no cenário da produção mineral de 2016, após o rompimento da barragem da Samarco (Fundão), ocorrido em 5 de novembro de 2015. Embora haja uma corrida jurídica e burocrática em torno à questão da punição, das multas e das compensações a serem impostas aos responsáveis pelo desastre que causou um impacto socioambiental incalculável e irreversível, ainda estamos

muito longe de alguma medida concreta que, de fato, interfira na forma predatória da exploração mineral no Brasil, alterando diretamente o modelo atual de licenciamento, concessão e fiscalização das atividades da mineração.

Ainda que a Samarco tenha paralisado compulsoriamente suas atividades (o que também tem um impacto social enorme na vida e na renda dos moradores de Antônio Pereira e região, como veremos no próximo capítulo) a discussão e a tomada de decisões em relação às atividades do Complexo Mineral de Alegria permanecem na ordem do dia das gestões públicas de Ouro Preto e Mariana e seguem na mesa de negociação. Há muitos interesses em jogo e qualquer decisão afeta diretamente e substancialmente a arrecadação municipal, a vida e a renda dos moradores da região do entorno das áreas de mineração.

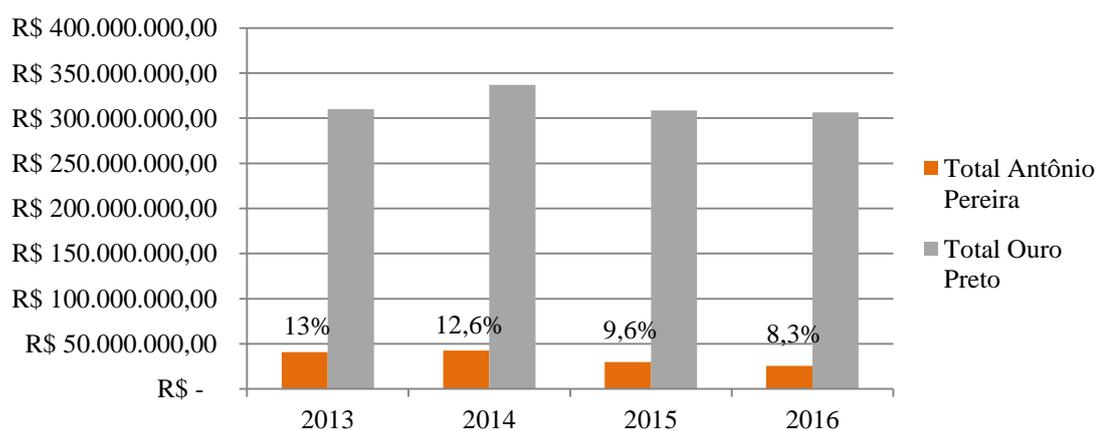
Primeiramente, vejamos a participação de Antônio Pereira na Renda Bruta do Município, apresentada na Tabela 4 e no Gráfico 16.

Tabela 4 – Receita Bruta do Município de Ouro Preto – Participação de Antônio Pereira entre 2013 e 2016

Ano	Total Ouro Preto	Total Antônio Pereira	Participação de Antônio Pereira
2013	R\$ 310.072.362,12	R\$ 40.588.472,20	13,09%
2014	R\$ 336.859.958,19	R\$ 42.545.412,72	12,63%
2015	R\$ 308.553.122,28	R\$ 29.867.942,24	9,68%
2016	R\$ 306.378.755,99	R\$ 25.490.712,50	8,32%

Fonte: Dados Prefeitura Municipal de Ouro Preto – PMOP. Tabela elaborada pela autora.

Gráfico 16 – Participação de Antônio Pereira na Receita Bruta de Ouro Preto



Fonte: Dados Prefeitura Municipal de Ouro Preto – PMOP. Gráfico elaborado pela autora.

É possível perceber que do ano de 2013 ao ano de 2016, a participação de Antônio Pereira na renda bruta do município decaiu. A arrecadação relativa a Antônio Pereira teve uma queda abrupta entre 2014 e 2015 (aproximadamente 12 milhões), e voltou a cair em 2016. Esse movimento não foi o mesmo para a renda bruta do município, que apresentou um

crescimento considerável em 2014 (aproximadamente 26 milhões) e nos anos seguintes apresentou queda. É importante destacar que em 2013 e 2014 a participação do distrito na arrecadação municipal foi superior a 10%, o que demonstra sua relevância no quadro econômico municipal.

Vejam agora o que ocorre com o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN). O imposto é regulamentado pela Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003. A lista de serviços sujeitos à aplicação da cobrança do ISSQN é anexada ao corpo da Lei e apresenta no item 7.21 os serviços de “Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretagem, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais”⁸⁴. O movimento financeiro acompanhou exatamente o exposto anteriormente em relação à renda bruta: queda sequencial da arrecadação em Antônio Pereira ao longo dos anos; na arrecadação municipal um crescimento em 2014 seguido de queda nos dois anos seguintes. O que nos chama a atenção em relação ao ISSQN é a proporção da participação de Antônio Pereira nos anos de 2013 e 2014, que superou o total correspondente a um terço do total arrecadado pelo município para o mesmo imposto, conforme apontam a Tabela 5 e o Gráfico 17.

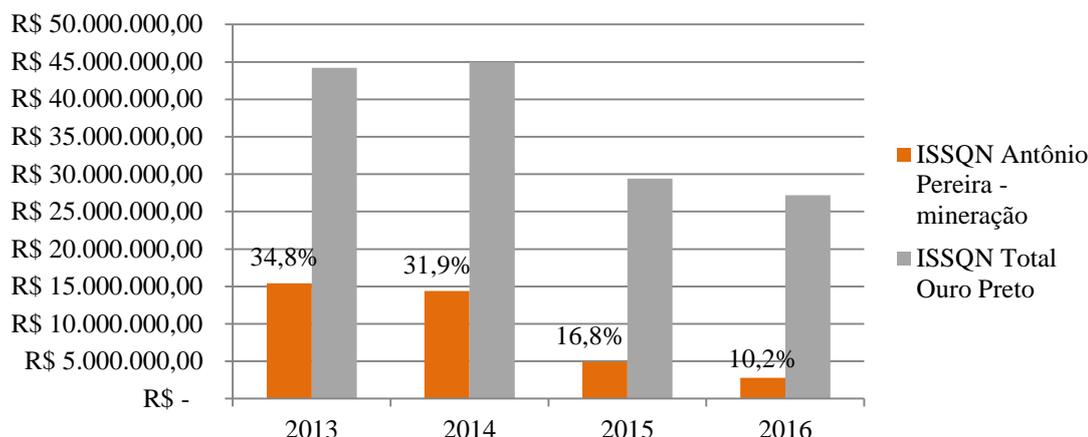
Tabela 5 – Arrecadação de ISSQN do Município de Ouro Preto – Participação de Antônio Pereira entre 2013 e 2016

Ano	Total Ouro Preto	Total Antônio Pereira (Mineração)	Participação de Antônio Pereira
2013	R\$ 44.237.687,72	R\$ 15.416.834,17	34,85%
2014	R\$ 44.998.390,24	R\$ 14.381.485,52	31,96%
2015	R\$ 29.416.932,62	R\$ 4.942.044,68	16,80%
2016	R\$ 27.196.674,90	R\$ 2.795.818,18	10,28%

Fonte: Dados Prefeitura Municipal de Ouro Preto – PMOP. Tabela elaborada pela autora.

⁸⁴ Para mais detalhes ver BRASIL, Lei Complementar Nº 116, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp116.htm> Acesso em: 12 set. 2017.

Gráfico 17 – Participação de Antônio Pereira na Arrecadação de ISSQN



Fonte: Dados Prefeitura Municipal de Ouro Preto – PMOP. Gráfico elaborado pela autora.

A arrecadação de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) é substancialmente maior do que a arrecadação com ISSQN, ultrapassando a casa dos 20 milhões de reais (relativo ao distrito). Nesse sentido, o ICMS é um importante elemento no quadro econômico de Ouro Preto. O ICMS seguiu o mesmo movimento do ISSQN, conforme podemos observar na Tabela 6 e no Gráfico 18. O ICMS é regulamentado pela Lei Complementar Nº 87, de 13 de setembro de 1996⁸⁵.

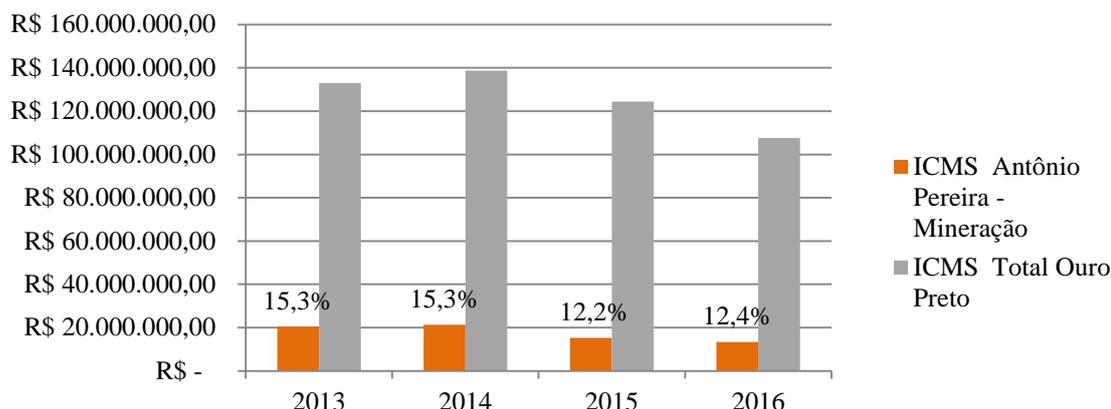
Tabela 6 – Arrecadação de ICMS do Município de Ouro Preto – Participação de Antônio Pereira entre 2013 e 2016

Ano	Total Ouro Preto	Total Antônio Pereira (Mineração)	Participação de Antônio Pereira
2013	R\$ 133.003.734,00	R\$ 20.429.373,54	15,36%
2014	R\$ 138.792.975,03	R\$ 21.318.600,96	15,36%
2015	R\$ 124.453.477,24	R\$ 15.282.887,01	12,28%
2016	R\$ 107.681.498,48	R\$ 13.427.882,86	12,47%

Fonte: Dados Prefeitura Municipal de Ouro Preto – PMOP. Tabela elaborada pela autora.

⁸⁵ Para mais informações ver BRASIL, Lei Complementar Nº 87, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp87.htm> Acesso em: 12 set. 2017.

Gráfico 18 – Participação de Antônio Pereira na Arrecadação de ICMS



Fonte: Dados Prefeitura Municipal de Ouro Preto – PMOP. Gráfico elaborado pela autora.

Curiosamente, o mesmo movimento de queda na arrecadação relativa a Antônio Pereira não ocorre com relação à Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM). Regulamentada pela Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, que “Institui, para os Estados, Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração [...] de recursos minerais em seus respectivos territórios, plataformas continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, e dá outras providências”⁸⁶, a CFEM referente à exploração mineral em Antônio Pereira cresceu entre os anos de 2013 e 2015. Há que se considerar que os valores arrecadados também são relativamente inferiores ao total arrecadado com ICMS, ficando entre quatro e nove milhões de reais. Contudo, o crescimento da arrecadação pode ter resultado da implementação de medidas para a superação da crise no setor mineral tais como intensificação da exploração das jazidas, ampliação na exploração do trabalhador (terceirização) e aproveitamento de material menos qualificado, medidas que reduzem o valor da mercadoria, aumentam a atratividade no mercado externo e ampliam a arrecadação das empresas.

Nota-se, portanto, que a arrecadação relativa ao distrito para o ano de 2016, ano seguinte ao rompimento da barragem, apresentou uma queda relativamente pequena em relação ao ano anterior. Ainda mais emblemáticos são os números relativos à arrecadação municipal da CFEM, que apresentou em 2016 o maior montante em relação ao intervalo 2013 – 2016, conforme apresentado na Tabela 7 e no Gráfico 19.

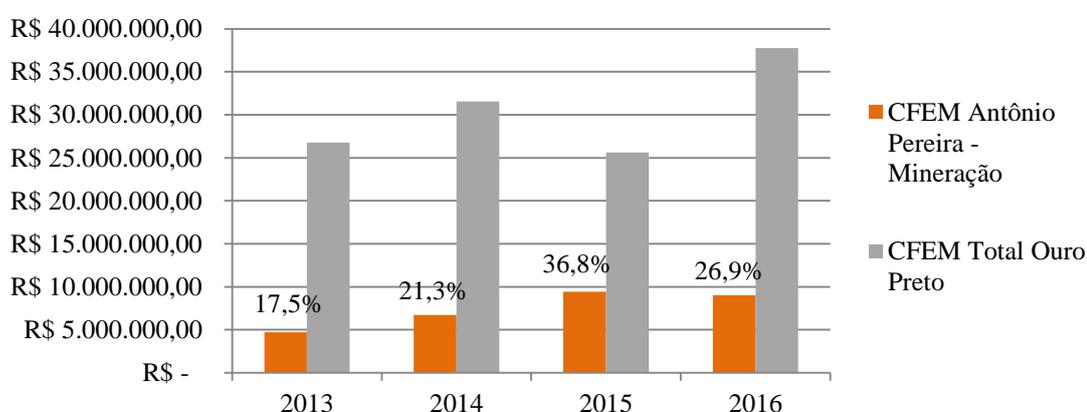
⁸⁶ Para mais informações ver BRASIL, Lei Nº 7.990, 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7990.htm> Acesso em: 12 set. 2017.

Tabela 7 – Arrecadação de CFEM do Município de Ouro Preto – Participação de Antônio Pereira entre 2013 e 2016

Ano	Total Ouro Preto	Total Antônio Pereira (Mineração)	Participação de Antônio Pereira
2013	R\$ 26.768.064,22	R\$ 4.705.825,69	17,58%
2014	R\$ 31.549.182,86	R\$ 6.729.440,71	21,33%
2015	R\$ 25.607.405,85	R\$ 9.423.525,35	36,80%
2016	R\$ 37.755.046,90	R\$ 9.023.456,21	23,90%

Fonte: Dados Prefeitura Municipal de Ouro Preto – PMOP. Tabela elaborada pela autora.

Gráfico 19 – Participação de Antônio Pereira na Arrecadação da CFEM



Fonte: Dados Prefeitura Municipal de Ouro Preto – PMOP. Gráfico elaborado pela autora.

Podemos concluir, a partir dos dados apresentados anteriormente, que há uma significativa participação de Antônio Pereira na arrecadação municipal, participação que se amplia quando tomamos a arrecadação dos impostos relativos à atividade mineral. Verificou-se também que Antônio Pereira concentra, atualmente, as principais atividades de exploração mineral do município, tendo em vista que parte do Complexo de Alegria – um dos maiores complexos de produção de minério de ferro do estado de Minas Gerais – está situado no seu território. Não há, portanto, como negar a relevância econômica do distrito.

Contudo, esse diagnóstico não condiz com a realidade socioeconômica dos moradores de Antônio Pereira, que aparece entre os distritos com mais debilidades em termos de infraestrutura, equipamentos urbanos e comunitários como se verificou anteriormente. A realidade dos moradores se aproxima, e muito, da realidade da grande maioria das periferias urbanas brasileiras que sofrem com a falta de acesso a serviços e equipamentos públicos, com a falta de empregos formais, com altos índices de violência, com o tráfico de drogas e com todos os demais problemas sociais que decorrem da segregação e da ausência de políticas públicas coerentes com as demandas e com a realidade socioespacial de cada agrupamento humano, seja ele urbano ou rural. Trata-se de uma total falta de direitos, inclusive em relação

ao direito à cidade, seja ele tomado em qualquer das suas dimensões – acesso, criação, modificação e gestão.

Até aqui, trabalhamos apenas com os aspectos objetivos de Antônio Pereira: dados, números, documentos, história oficial, leis e decretos. Passaremos, agora, ao centro da pesquisa: os aspectos subjetivos. Desvendar como essa realidade dos gráficos e tabelas se desenha, a partir das vozes e das narrativas dos moradores e dos indivíduos que interagem diretamente com o local, será o foco do próximo capítulo.

5. AS MOBILIZAÇÕES EM ANTÔNIO PEREIRA: O GERME DA INSURREIÇÃO PARA ALÉM DA METRÓPOLE

Neste último capítulo, buscaremos correlacionar os temas desenvolvidos anteriormente com as manifestações e mobilizações que ocorreram recentemente em Antônio Pereira, abordando, principalmente, os desdobramentos iniciais desse movimento. Trata-se de analisar como o ciclo de lutas aberto no Brasil, em junho de 2013, estimulou a ação dos sujeitos políticos de Antônio Pereira que vivenciam uma realidade de exclusão socioespacial e de subordinação à exploração mineral desde o século XVIII.

Primeiramente, apresentamos um breve resumo das mobilizações às quais nos referimos. Em paralelo, seguindo a ordem cronológica, concatenamos os acontecimentos relevantes ocorridos entre 2013 e 2016, no sentido de nos aproximarmos da realidade atual. Em seguida apresentamos a pesquisa de campo realizada entre novembro de 2016 e maio de 2017.

Fundamentada na abordagem qualitativa, a pesquisa utilizou o método da história oral na tentativa de reconstruir os momentos das mobilizações, os cenários, as motivações e os primeiros resultados, tendo em vista as subjetividades e as narrativas locais. Buscamos recompor esse cenário da articulação e da auto-organização popular local por meio das experiências narradas. Para tal intento, foram entrevistadas vinte e uma pessoas que, a partir dos seus diferentes vínculos com as mobilizações, deram voz aos momentos e temas. Esse material fundamentou todo o quadro de análise apresentado pela pesquisa.

É importante ressaltar que os trechos de fala selecionados para o presente texto são recortes que restringem os temas e os agentes sociais que têm muito mais a oferecer além do que está aqui representado. Nesse sentido, é necessário apontar que, por mais que tenhamos nos esforçado em trabalhar a fluidez da oralidade e da narrativa dos atores elencados, essa representação será sempre parcial, uma vez que os recortes aqui apresentados foram escolhidos pelo pesquisador e não pelo entrevistado. Os atores também foram escolhidos pelo pesquisador, o que supõe um determinado resultado, ao contrário do que poderia ter ocorrido caso tivéssemos realizado um amplo e irrestrito convite aos moradores para contribuir com a pesquisa apresentando suas posições, opiniões etc..

Em relação aos desdobramentos das experiências de ação direta empreendidas no distrito, buscaremos analisar em que medida os atores nela envolvidos se relacionam com os espaços institucionalizados de participação popular, avançando, inclusive, para uma leitura dos obstáculos e sobre as possibilidades de articulação dessas duas esferas de pressão e luta.

Este estudo de caso voltado para Antônio Pereira é, portanto, uma oportunidade de avaliarmos se a participação popular institucionalizada alcança os distritos e as territorialidades segregadas. O olhar deslocado da metrópole nos distancia da efervescência política (em alguns momentos efervescência a-política) e nos recoloca diante de uma realidade impregnada de amarras na qual as leis do coronelismo e do patrimonialismo vigoram sem sutilezas e disfarces.

Nesse sentido, abordar a realidade dos municípios de pequeno e médio porte, que geralmente contam com poucos movimentos sociais organizados, pressupõe tratar de territorialidades nas quais os organismos de luta da classe trabalhadora se apresentam nas suas formas mais embrionárias, enquanto os “aparelhos privados de hegemonia” a serviço do capital exercem uma dominação quase que irrestrita. Busca-se, a partir desse estudo de caso, entender em que medida a ação direta poderá despertar a classe trabalhadora para a necessidade de se auto-organizar e, assim, ocupar os espaços institucionalizados de participação popular para pressionar o Estado e suas instituições, associando sempre e permanentemente a pressão coletiva nas ruas como espaço de voz e vez da classe trabalhadora, preparando o terreno para aspirações mais ambiciosas que pautem a transformação social e a superação da exploração e da opressão.

5.1 Breve análise do ciclo de lutas em Antônio Pereira – desdobramentos pós 2013

Diferentemente do quadro historicamente consolidado no distrito⁸⁷, o que se viu em Antônio Pereira em 2013 foi uma efervescência de mobilizações auto-organizadas que apostaram na rua como espaço privilegiado de expressão da indignação popular frente à ausência de direitos sociais basilares tais como saneamento e infraestrutura urbana.

Em se tratando de uma população sem histórico de luta e sem organizações sociais sólidas e atuantes, as mobilizações que ocorreram no distrito, acompanhando o ciclo de lutas aberto no Brasil em junho de 2013, chamaram a atenção não só por terem abraçado a ação direta enquanto tática sistemática de reivindicação e pressão, mas também por terem permanecido em cena durante os anos seguintes com a mesma conotação de instrumento de resistência e luta por direitos, ao contrário do que ocorreu em escala nacional com a

⁸⁷ A pesquisa em questão não teve como pressuposto um aprofundamento nas bases documentadas e nas fontes primárias sobre o desenvolvimento histórico do distrito para analisar a relação deste para outras possíveis manifestações e mobilizações populares que possam ter ocorrido no passado. O objetivo aqui é garantir que os elementos da narrativa popular, da memória individual e coletiva possam ser partes constitutivas da história local tal como os documentos oficiais. Nesse sentido, a afirmação de que não se tem histórico de mobilizações no distrito fez parte da narrativa de alguns dos atores sociais com os quais conversamos e simboliza o quão ausente está (no imaginário e na realidade) a perspectiva de lutas e de mobilizações sociais.

polarização política capitaneada pelas eleições para a presidência em 2014 e com a capitalização do movimento pelos setores conservadores ancorados na bandeira anticorrupção. Conforme aponta Tarrow (2009) em relação à disseminação de ciclos de confronto,

À medida que se ampliam as oportunidades e se espalham informações sobre a suscetibilidade de um sistema político ser desafiado, não apenas os ativistas mas as pessoas comuns começam a testar os limites do controle social. Os choques entre os desafiantes iniciais e as autoridades revelam os pontos fracos dos últimos e as forças dos primeiros, convidando até atores sociais mais tímidos a se alinhar de um lado ou de outro (TARROW, 2009, p.44).

As mobilizações em Antônio Pereira se encaixam no ciclo de confronto exposto por Tarrow (2009). Acompanhando a abertura do ciclo nacional de lutas, em 21 de junho de 2013, os moradores de Antônio Pereira, pela primeira vez, fecharam a rodovia MG-129 (conhecida como Rodovia Samarco) impedindo o acesso dos ônibus às mineradoras e impedindo, também, a passagem dos caminhões. As reivindicações abarcavam saúde, educação, transporte e saneamento básico. Dois dias antes, um grande ato em Ouro Preto, seguindo as manifestações metropolitanas, havia reunido cerca de 4 mil pessoas, segundo o jornal local⁸⁸.

Em 23 de julho de 2013, aproximadamente um mês depois, ocorreu uma nova manifestação que, segundo outra fonte jornalística, durou 29 horas. Segundo os jornais locais, aproximadamente 100 manifestantes cobravam da prefeitura que as promessas fossem atendidas.

“Nós esperamos que as nossas reivindicações sejam atendidas. A rodovia foi interditada, porque a prefeitura não nos deu nenhum retorno, ficando só na promessa”, explicou um dos moradores que participou do protesto, José Eustáquio de Oliveira e Silva. De acordo com a PMR [Polícia Militar Rodoviária], os manifestantes estavam permitindo a passagem de carros de passeio com idosos e crianças, além da liberação do caminho para ambulâncias. Caminhões com carga perecível também conseguiram passar, no entanto, os veículos de carga que trabalham para as mineradoras Samarco e Vale estavam sendo impedidos de transitar. Filas de caminhões se formaram no local⁸⁹.

Em 7 de janeiro de 2014, os manifestantes retornaram à rodovia e fecharam o trânsito por mais de 9 horas, sinal de que as demandas não tinham sido atendidas. O jornal Estado de Minas afirmou que somavam aproximadamente 100 manifestantes⁹⁰.

⁸⁸ Disponível em: <<http://www.jornalvozativa.com/manifestacao-pacifica-bloqueia-pista-no-distrito-de-antonio-pereira-ouro-preto-mg-desde-de-4-da-madrugada-movimento-so-terminara-com-a-chegada-do-prefeito-municipal/>>. Acesso em: 25 jul. 2016

⁸⁹ Disponível em: <<http://minutomais.com/ouro-preto/manifestacao-em-antonio-pereira-termina-depois-de-29-horas-de-duracao.html>>. Acesso em: 25 jul. 2016

⁹⁰ Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2014/01/07/interna_gerais,485443/moradores-fecham-mg-129-ha-mais-de-nove-horas.shtml>. Acesso em: 25 jul. 2016

Ocorreram desde então outras manifestações: 16 de junho de 2014, 6 de janeiro de 2015, 28 de abril de 2015 e 20 de agosto de 2015, com destaque para a manifestação de 28 de abril, que ocorreu na Praça Tiradentes, em frente à Câmara de Vereadores. A precariedade da infraestrutura urbana, a falta de saneamento básico, as demandas em relação ao transporte coletivo, o atraso e o abandono das obras iniciadas e a falta de iluminação nos postes foram demandas constantemente levantadas.

Figura 19 – Manifestação do dia 21 de junho de 2013



Fonte: Jornal Voz Ativa, foto de Suuh Hellen.

Figura 20 – Manifestação do dia 16 de junho de 2014



Fonte: Vídeo do Jornal Top Cultura disponível no youtube.

Figura 21 – Manifestação dos moradores de Antônio Pereira na Praça Tiradentes, dia 30 de abril de 2015



Fonte: Jornal Voz Ativa.

No ano de 2016, novas manifestações ocorreram para abordar novos problemas. Em 13 de setembro, pais, professores e alunos da Escola Municipal de Educação Infantil Bernardina de Queiroz, mobilizados em frente à escola, chamavam a atenção do Secretário da Educação (presente no local) para o descaso do poder público para com a educação no distrito. O prédio que atendia o ensino infantil vinha apresentando vários problemas e no dia 9 de setembro, após fortes chuvas que destelharam parte do prédio, este foi interditado pela Defesa Civil e desde então nenhuma outra providência tinha sido tomada e os alunos estavam sem aulas.

Em notícia, o jornal local apontou que a última reforma do prédio havia ocorrido em 2006, com os recursos da SAMARCO, e até aquele momento a manutenção do prédio vinha sendo realizada voluntariamente por um morador do distrito⁹¹. Cabe salientar os desdobramentos desse episódio. Tendo em vista que o município alugou um imóvel sem as condições apropriadas para a instalação das crianças, os moradores organizados em conjunto com a Associação de Moradores intervieram no espaço por meio de mutirão para garantir as grades necessárias à segurança, a pintura e a limpeza do espaço.

⁹¹ Disponível em: <<http://www.jornalvozativa.com/alunos-da-escola-municipal-em-antonio-pereira-ouro-preto-mg-estao-ha-tres-dias-sem-aula/>> Acesso em: 25 jul. 2016.

Figura 22 – Edificação da Escola Municipal de Educação Infantil



Fonte: Acervo da autora, 2017.

Figura 23 – Manifestação na porta da Escola Infantil no dia 16 de setembro de 2016



Fonte: Jornal Voz Ativa.

Em 25 de outubro de 2016, nova manifestação ocorreu por conta de um novo grave fato⁹². Em menos de quinze dias duas moradoras do distrito desapareceram. As duas mulheres, de 34 e 47 anos, desaparecidas nos dias 16 e 23 de outubro, respectivamente, foram encontradas mortas caracterizando casos de feminicídio com indícios de violência sexual. Mulheres, em sua maioria, realizaram uma manifestação na rodovia clamando por justiça, socorro e investigação dos fatos. A prisão dos possíveis criminosos foi noticiada três meses depois das ocorrências, no dia 12 de janeiro de 2017.

⁹² Disponível em: <<http://www.jornalvozativa.com/assista-aqui-manifestacao-contramorte-de-mulheres-em-antonio-pereira-ouro-preto-mg/>> Acesso em: 25 jul. 2016

Figura 24 – Manifestação das mulheres ocorrida em 03 de novembro de 2016



Fonte: Jornal Voz Ativa.

É extremamente significativo o quanto a autonomia do sujeito político morador do distrito de Antônio Pereira tem avançado por meio da ação direta. Enquanto se configura como um dos distritos mais abandonado pelo Poder Público, Antônio Pereira, ao contrário das demais áreas precarizadas do município, acompanhou o ciclo aberto das ocupações e das insurreições que despontam nas macro e microsferas do território nacional e se instrumentalizou a partir das manifestações.

Em 3 de setembro de 2015 foi criada uma página denominada “Pereira Poeirento” numa rede social, que se configura a partir de um “Coletivo de produção de conteúdo colaborativo e independente”⁹³ e que busca dar visibilidade ao abandono e às necessidades do distrito. Em 22 de outubro de 2015 foi veiculado um importante vídeo, “produzido pelo núcleo de comunicação ‘A Nova Imagem do Pereira’, resultado do Workshop de Midiativismo, oferecido pela ONG Oficina de Imagens”⁹⁴, que mostra a manifestação do dia 20 de agosto de 2015 e a insatisfação popular com o descaso dos governantes. Desde então a página veicula informações, fotos e vídeos de diversas iniciativas que ocorrem no distrito.

Na Figura 25 a seguir, apresentamos uma síntese da cronologia das manifestações em Antônio Pereira e, em paralelo, o momento inicial do ciclo de lutas no Brasil.

⁹³ Disponível em: <https://www.facebook.com/pereirapoerento/info/?entry_point=about_section_header&tab=page_info> Acesso em: 25 jul. 2016.

⁹⁴ Disponível em: <<https://www.facebook.com/pereirapoerento/?fref=nf.>> Acesso em: 25 jul. 2016

Figura 25 – Cronologia das manifestações em Antônio Pereira



Fonte: Informações coletadas pela autora.

Para além das manifestações e das iniciativas de luta de Antônio Pereira entre os anos de 2013 e 2016, destacamos, a seguir, alguns dados relevantes para a composição do histórico do distrito para esse mesmo período. Por se tratar de um período extremamente recente, pode ocorrer que elementos e momentos fundamentais dessa história, que ainda não apareceram nas fontes oficiais, sejam aqui preteridos. Contudo, o esforço de elencar as principais informações sobre o desenvolvimento do distrito nesse período nos aproxima dos agentes sociais e dos cenários por eles compostos (que serão apresentados *a posteriori*).

Vejamos o que ocorreu no ano de 2013 em termos institucionais. Ao analisarmos os projetos de lei enviados pela Câmara de Vereadores, pudemos contabilizar um total de 32 projetos de lei, encaminhados por oito diferentes vereadores, associados em grande parte às questões de infraestrutura, tais como trevos viários, placas de trânsito, linha de ônibus ligando Antônio Pereira e Ouro Preto, iluminação pública e iluminação de equipamentos comunitários, abastecimento de água, informações sobre obras em andamento (E. E. Daura de

Carvalho Neto), passarelas, asfaltamento da estrada entre Antônio Pereira e Ouro Preto, limpeza e capina, saneamento básico, calçamento, ambulância e demanda de profissionais.

Esse quadro se diferencia do ocorrido em 2012, em que foram formulados 51 projetos de lei, encaminhados por apenas dois diferentes vereadores (quadro semelhante para os anos de 2010 e 2011). Em 2013, embora tenha ocorrido uma considerável redução dos projetos de lei voltados para o distrito, o número de vereadores preocupados em legislar para Antônio Pereira é significativamente maior, provavelmente como um reflexo da visibilidade e importância política que Antônio Pereira adquire a partir das manifestações.

Contudo, ao longo de 2013, só foram consolidados uma Portaria (nº 21/2013) e um Decreto (nº 3.750/2013), que trataram respectivamente da constituição de uma comissão especial para acompanhar os moradores de Antônio Pereira em suas reivindicações e da regulamentação da Festa de Nossa Senhora da Lapa. A partir de uma pesquisa no Diário Oficial de Ouro Preto para o ano de 2013, encontramos apenas a referência a um contrato de obra para a Unidade Básica de Saúde (UBS) do distrito, um edital de seleção de projetos voltados à promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente (promovido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA) e uma licitação para a aquisição de dispositivos de tratamento do efluente sanitário para a ETA do distrito que foi suspensa logo em seguida.

Em termos de projetos sociais, foi no ano de 2013 que se desenvolveu o projeto “Proteger é Preciso” que atua no distrito e em mais seis municípios do quadrilátero ferrífero⁹⁵. O projeto, de iniciativa da Fundação Vale, é coordenado pela ONG Oficina de Imagens e busca “contribuir para a prevenção às ocorrências e situações de violência sexual contra crianças e adolescentes por meio de ações de comunicação e mobilização social”⁹⁶. A UFOP participou com a comunidade por meio de representantes do Núcleo de Inovação Tecnológica e Empreendedorismo da UFOP e do Centro de Referência em Incubação de Empresas e Projetos de Ouro Preto (Incultec), no sentido de auxiliar os jovens em sua formação profissional.⁹⁷ Foi também no ano de 2013 que o projeto de capacitação em fabricação de sabão artesanal, desenvolvido pela UFOP por meio do programa “Cátedra UNESCO: água, mulheres e desenvolvimento”, impulsionado por outro projeto da UFOP, “Desenvolvimento

⁹⁵ “Ouro Preto/distrito Antônio Pereira; Mariana/ distrito Santa Rita Durão; Barão de Cocais/ bairro Dois Irmãos e distrito Cocais; Itabirito; Catas Altas/ distrito Morro da Água Quente e Nova Lima/ bairro Jardim Canadá” Disponível em: <<http://oficinadeimagens.org.br/projetos/proteger-e-preciso/>> Acesso em: 26 set. 2017.

⁹⁶ Disponível em: <<http://oficinadeimagens.org.br/projetos/proteger-e-preciso/>> Acesso em: 26 set. 2017.

⁹⁷ Disponível em: <<http://www.ufop.br/noticias/projeto-visa-despertar-processos-de-mobilizacao-comunitria-no-distrito-de-antnio-pereira>> Acesso em: 26 set. 2017.

socioeconômico das mulheres de Antônio Pereira e educação ambiental – a organização da produção de sabão artesanal à base de óleo de cozinha usado” conquistou o Prêmio Santander Universidade Solidária, ajudando na consolidação da Associação Mãos que Brilham (formalizada no ano seguinte, em 14/8/2014, com CNPJ 22.043.451/0001-49).

Em 2014, foram 20 projetos de lei, enviados por sete diferentes vereadores. Dentre as demandas levantadas destacam-se: solicitação de informações sobre o Bairro Dom Luciano, melhorias na iluminação pública, calçamento, obras viárias na rodovia MG-129, ambulâncias, informações sobre projetos apoiados por recursos municipais, informações sobre obras e solicitação de audiência pública.

Em termos concretos, alcançou-se poucos resultados. Foram promulgadas as seguintes leis: Lei nº902, que deu nome à UBS; Lei nº904, que repassou contribuição de R\$60.000 para o Projeto Casa Escola de Educação Ambiental (via Associação de Moradores da Vila Residencial de Antônio Pereira) e a Lei nº 909, que “Declara de Utilidade Pública a Associação das Artesãs Arte, Mãos e Flores do distrito de Antônio Pereira”. No Diário Oficial, Antônio Pereira aparece apenas duas vezes: na revogação de uma tomada de preços para contratação de empresa na área ambiental e num contrato para aquisição de equipamento para a UBS.

Em termos sociais, 2014 chega acompanhado de novos projetos. O “Projeto Antônio Pereira” criado na UFOP como uma vertente do Grupo de Pesquisa “Estado Plurinacional, Integração Latino-Americana e Direito à Diversidade” buscou “potencializar a construção de soluções para os problemas coletivos expostos nas manifestações sociais de 2013 feitas pelos moradores do distrito, além de organizar um fórum de discussão acerca da situação jurídica do seu território”⁹⁸. O projeto trabalhou com quatro grupos temáticos: Meio Ambiente; Memória; Cidade e Apoio Jurídico.

Em 2015 e 2016, o quadro das iniciativas do legislativo apresentou significativo esvaziamento. Foram apenas 14 projetos de lei em 2015 e 13 em 2016, interpostos por diversos vereadores. Em termos de consolidação de propostas, também não houve nenhum grande feito, com exceção da Lei nº 940/15, que autorizou a doação de parcela de imóvel à Associação Mãos que Brilham e da Lei nº 947/15, que (conforme repasse já realizado no ano de 2014) autorizou nova contribuição de R\$ 60.000 para o projeto Casa Escola de Educação Ambiental. As duas outras publicações para o período foram a Lei nº939/15 e a Resolução Nº47/16, de caráter bastante formal (declaração de utilidade pública da Associação de

⁹⁸ Disponível em: <http://www.encontrodesaberes.ufop.br/gerar_pdf.php?id=5685>. Acesso em: 10 set. 2017.

Moradores da Vila Residencial e Diploma de Honra ao Mérito ao Grupo de Desenvolvimento de Antônio Pereira – GDAP respectivamente).

Caso diferente se deu com as disposições do Diário Oficial: em 2015 ocorreram 48 menções ao distrito, dentre elas a aprovação de recurso para a reforma do CRAS, a doação do terreno para as três associações de mulheres (“Arte, Mãos e Flores”, “Costureiras Vale da Benção” e “Mãos que Brilham”), o tombamento do Conjunto Arqueológico e Arquitetônico das Ruínas da Antiga Matriz de Nossa Senhora da Conceição (Igreja Queimada), a realização de convênio entre a Prefeitura e a Associação Musical Nossa Senhora da Lapa, licitação para a contratação de empresa de engenharia para finalizar a obra da UBS, além das atas do Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental (CODEMA) e do Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural de Ouro Preto (COMPATRI), nas quais o distrito de Antônio Pereira aparece entre as discussões.

Para além das citações referentes aos conselhos municipais, percebe-se que muitas das menções do Diário Oficial para o ano de 2015 relacionam-se aos trâmites administrativos das contratações e licitações de serviços ligados à UBS e ao CRAS, que emanam diretamente do executivo. Em 2016, para além da liberação de recurso para as obras do CRAS, aparecem no Diário Oficial a nomeação dos membros do Conselho Consultivo do Monumento Natural Municipal Nossa Senhora da Lapa, o convênio que rege o repasse do valor de R\$ 60.000 do município para o projeto Casa Escola via Associação de Moradores da Vila Residencial Antônio Pereira, e surpreendentemente, uma resolução que aprovou a aquisição de dez notebooks para atender às equipes do Programa Bolsa Família, notebooks de valor unitário muito elevado, igual a R\$ 4.360,00, sendo um deles direcionado para o CRAS de Antônio Pereira.

Em 19 de julho de 2016, é publicado edital relativo às obras de finalização do Conjunto Habitacional Residencial Dom Luciano como parte do “Programa de Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários” do Ministério das Cidades, com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento – Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (PAC – FNHIS/2007). Como veremos no próximo tópico, o mote central das mobilizações, desde o seu início em 2013, foi o Residencial Dom Luciano.

Ainda em 2016, em novembro, o município publica no Diário Oficial a dispensa de licitação para a locação de imóvel para abrigar a Escola Municipal Bernardina de Queiroz (escola primária e creche abalada pelas chuvas, conforme já foi apontado).

Em termos de ações institucionais pelo legislativo, é possível traçar o seguinte panorama:

Tabela 8 – Interposição de projetos de lei pelo legislativo de Ouro Preto entre 2010 e 2016

Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Iniciativas do legislativo (projetos de lei)	56	49	51	32	20	14	13
Vereadores responsáveis	5	4	2	8	8	6	6
Leis, Decretos e Portarias	5	7	2	2	3	3	0

Fonte: Dados disponíveis no Portal da Câmara de Vereadores. Tabela elaborada pela autora

Diante do exposto acima, foi possível constatar que nos anos de 2015 e 2016 houve uma queda significativa na interposição de projetos de lei pelo legislativo de Ouro Preto. Levando em consideração que no modelo democrático representativo o legislativo é o principal canal de mediação da população com o poder público (modelo que retroalimenta o clientelismo a partir da heteronomia da população em relação à sua participação), verificou-se que, à medida que a população passou a exercer pressão sobre o poder público de forma autônoma, a mediação diminuiu (seja por desinteresse dos manifestantes nessa via representativa ou até mesmo desinteresse dos vereadores na mediação de indivíduos não mais submissos). Mesmo nos momentos em que essa mediação do legislativo em relação às demandas da população se fazia mais visível (2010 – 2012), ela não se materializou, uma vez que pouquíssimos projetos de lei vieram a se concretizar em Leis, Decretos ou Portarias.

Contudo, conforme o panorama apresentado pela Tabela 8, em detrimento da quantidade de iniciativas do legislativo, o ano de 2015 foi recheado de ações emanadas diretamente do poder executivo, por meio de publicação no Diário Oficial, como foi apresentado anteriormente. Foram 48 menções ao distrito, dentre as quais se destacam as ações referentes à saúde, educação, moradia e infraestrutura, principais pautas das mobilizações dos moradores. Nesse sentido, acreditamos que a pressão exercida por meio da ação direta encurtou significativamente a distância entre a população e o poder público, entre problema e a solução.

Até aqui, nós abordamos as informações oficiais que constam nos canais de divulgação do poder público. Passemos, agora, ao processo vivo de composição desse cenário de luta a partir das experiências dos moradores e trabalhadores locais.

5.2 A pesquisa de campo: projeto, processo e prática

A pesquisa que aqui se apresenta pautou-se predominantemente na abordagem qualitativa⁹⁹, a partir de entrevistas e observação, uma vez que a questão central da pesquisa foi construída em torno às descrições das experiências de luta e das condições de vida em Antônio Pereira.

A partir do contexto anteriormente apresentado, tendo em vista que a necessidade da mobilização da classe trabalhadora foi debatida nos capítulos anteriores e identificando que a experiência de Antônio Pereira nos fornece alguns elementos em relação à auto-organização da população, foi realizada uma pesquisa de campo que buscou acumular sobre a necessidade da luta urbana enquanto prática cotidiana e desafio constante. Buscamos nos aproximar da auto-organização popular em Antônio Pereira numa tentativa embrionária de tratá-la por suas próprias vozes, ou seja, de apresentar a compreensão da auto-organização e da lua popular a partir das narrativas dos indivíduos que participaram ou estiveram próximos da ação coletiva.

As vozes, sistematizadas nas entrevistas, são o alicerce da pesquisa; a partir de vinte e uma entrevistas, captamos um pouco da história do lugar, da história das pessoas, compreendemos melhor as múltiplas estruturas sociais e suas interconexões e percebemos as relações sociais e territoriais estabelecidas. Somada às entrevistas, fizemos uma observação no Curso de Formação para Conselheiros Municipais, realizado pela Escola de Fé e Política Dom Luciano¹⁰⁰, no dia 8 de abril de 2017, a fim de correlacionar a discussão da luta institucional (principalmente por meio dos conselhos, conferências, audiências e espaços de participação popular) com a ação direta (mobilizações, ações de desobediência civil e enfrentamentos contra a ação estatal – ou a falta dela – e contra a iniciativa privada). Nesse novo momento foram realizadas mais duas entrevistas.

Ainda em relação aos elementos que compuseram essa pesquisa, para além das entrevistas e da observação, vale destacar a pesquisa apresentada anteriormente, a partir das

⁹⁹ Conforme Anselm Strauss e Juliet Corbain (2008), “Com o termo ‘pesquisa qualitativa’ queremos dizer qualquer tipo de pesquisa que produza resultados não alcançados através de procedimentos estatísticos ou de outros meios de quantificação. Pode se referir à pesquisa sobre a vida das pessoas, experiências vividas, comportamentos, emoções e sentimentos, e também à pesquisa sobre funcionamento organizacional, movimentos sociais, fenômenos culturais e interação entre nações. Alguns dados podem ser quantificados, como no caso do censo ou de informações históricas sobre pessoas ou objetos estudados, mas o grosso da análise é interpretativa” (STRAUSS; CORBAIN, 2008, p.23).

¹⁰⁰ A Escola de Fé e Política Dom Luciano foi criada em 2009. Dom Luciano foi um bispo auxiliar da Arquidiocese de São Paulo e foi transferido para a Arquidiocese de Mariana no ano da constituinte, 1988. Acredita-se que a transferência teria ocorrido como castigo pelas expressões de Dom Luciano contra a ditadura. Ficou conhecido como “Bispo dos Pobres”. Faleceu em 27 de agosto de 2006. A Escola surgiu a partir da formação de uma coordenação arquidiocesana e dos esforços dos grupos de fé e política existentes na região.

informações disponíveis na página da Prefeitura Municipal de Ouro Preto e no site da Câmara de Vereadores (Diário Oficial, dos projetos de Lei, das Leis, Atas e Reuniões), que sistematizou as menções ao distrito Antônio Pereira traçando uma caracterização resumida da atuação institucional em relação ao distrito.

Para nos auxiliar na composição do quadro de análise, utilizamos também os dados quantitativos, a exemplo da apreciação dos microdados do IBGE e dos dados da mineração apresentados anteriormente. A análise e interpretação dos dados da pesquisa serão apresentadas posteriormente. Neste subtítulo, nos centraremos na apresentação do caminho percorrido para a construção da pesquisa qualitativa, assim como na apresentação parcial dos dados e na descrição das categorias estabelecidas.

Os pilares da pesquisa – as entrevistas – foram construídos a partir do método da História Oral, que foi utilizado como máximo expoente da pesquisa de campo. Tal escolha se deve ao fato de que a partir da História Oral é possível “reconstruir a história através de suas múltiplas versões; captar a lógica e o resultado da ação através do seu significado expresso na linguagem do ator [...]” (ALBERTI, 2013, p.20). Em uma rápida definição, Alberti (2013) observa que a História Oral é um “método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo [...]” (ALBERTI, 2013, p.24).

Em relação à pesquisa que aqui se apresenta, tivemos como objetivo recuperar um passado extremamente recente – as lutas pós-junho de 2013 em Antônio Pereira – e, sobretudo, recuperá-lo a partir de quem o viveu, testemunhou e participou. Nesse sentido, a relevância do método da História Oral decorre da necessidade de priorizar a linguagem dos atores, dando voz às narrativas individuais e locais, no sentido de construir uma abordagem que tem no saber popular e local a sua base fundamental. Voltando a Alberti (2013),

[...] acreditamos que a principal característica do documento de história oral não consiste no ineditismo de alguma informação, tampouco no preenchimento de lacunas de que se revestem os arquivos de documentos escritos ou iconográficos, por exemplo. Sua peculiaridade, - e da história oral como um todo – decorre de toda uma postura com relação à história e suas configurações socioculturais, que privilegia a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu. [...] Assim, as duas partes (entrevistado e entrevistadores) constroem, num momento sincrônico de suas vidas, uma abordagem sobre o passado condicionada pela relação de entrevista, que se estabelece em função das peculiaridades de cada uma delas (ALBERTI, 2013, p.31).

A entrevista é a base metodológica da construção teórico-analítica que se faz possível a partir da História Oral. As entrevistas geram os dados e, sobretudo, constituem os principais objetos de análise sobre os quais o pesquisador deverá se debruçar. Na pesquisa em questão

utilizamos um mesmo roteiro geral temático para todas as entrevistas semiestruturadas. Contudo, longe de ser um roteiro rígido, as questões propostas serviram para impulsionar o diálogo garantindo um espaço bastante flexível e aberto às narrativas e à história de vida dos entrevistados, narrativas estas que compõe nosso próximo subtítulo e que nortearam nossas principais análises e considerações.

O roteiro das entrevistas foi estruturado a partir de um núcleo central – as manifestações em Antônio Pereira – e se desdobrou por dois fios condutores: o primeiro deles focado nos indivíduos diretamente envolvidos nas mobilizações (promoção da ação direta) e o segundo focado nos indivíduos indiretamente envolvidos (impressões e repercussão). A partir do mote central do significado das mobilizações, avançamos para a abordagem de temas que se correlacionam com a luta urbana, com as reivindicações dos atores sociais em luta, com a realidade do distrito e com participação popular institucionalizada.

A fim de conferir unidade à linguagem da pesquisa, chamaremos de agentes sociais todas as pessoas com as quais compartilhamos as questões da pesquisa, uma vez que todos os indivíduos estão, de certa forma, em movimento, exercendo alguma ação que, em maior ou menor grau, produz algum efeito. Os agentes sociais que aqui emprestam sua narrativa para ilustrar, a partir das experiências e impressões individuais, as temáticas e as questões urbanas em debate não foram determinados pela pesquisa preliminarmente. Conforme apontam Anselm Strauss e Juliet Corbain (2008) em relação ao processo de pesquisa,

[...] o projeto, como os conceitos, deve ter permissão para emergir durante o processo de pesquisa. À medida que conceitos e relações emergem dos dados por meio de análise qualitativa, o pesquisador pode usar essas informações para decidir onde e como conseguir dados adicionais que ajudem na evolução adicional da teoria (STRAUSS; CORBAIN, 2008, p.45).

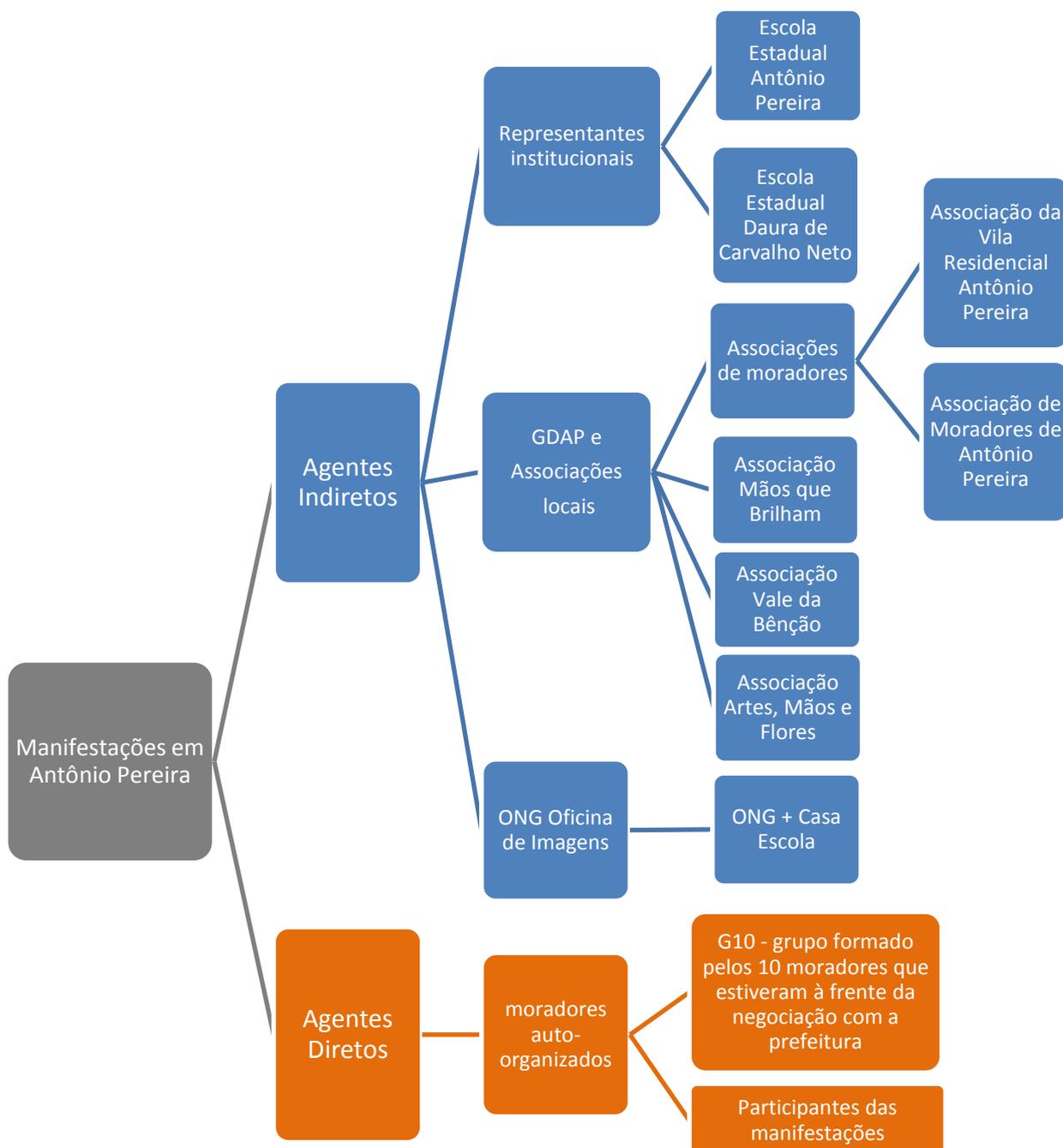
Sendo assim, a partir da necessidade inicial de aproximação ao campo de pesquisa, fizemos um primeiro contato exploratório e o grupo de participantes foi se consolidando a partir das indicações de quatro principais agentes sociais¹⁰¹ que estiveram na ponta dos fios

¹⁰¹ Vale ressaltar que o primeiro contato foi realizado com os diretores das duas escolas estaduais, Rita de Cássia e Fabrício Nepomuceno. O professor Homero Gomes, amigo da autora, lecionava à época nas duas escolas e mediou o contato da pesquisadora com os diretores. Quanto ao presidente da associação de moradores, Alexander Oliveira, a partir de uma primeira pesquisa na internet sobre Antônio Pereira vimos o seu nome citado em noticiários locais e redes sociais. Assim, buscamos já de início estabelecer contato via rede social e a partir de então marcamos uma primeira conversa para a qual o agente prontamente se disponibilizou. Vale ressaltar que, posteriormente, o presidente foi recorrentemente citado nas narrativas, comprovando sua efetiva relevância para a construção dessa investigação. O presidente cedeu o contato da moradora Marlete Deusdeth, membro do grupo de lideranças que estiveram à frente das mobilizações – parte do grupo que nomeamos de agentes diretos – e que também prontamente nos recebeu. Tais agentes sociais colaboraram em diversos momentos da pesquisa, sempre muito solícitos e disponíveis, com atenção e dedicação, o que foi deveras importante para a criação da rede de entrevistas e para a realização da pesquisa.

condutores aos quais nos referimos acima: enquanto agentes indiretos, contamos inicialmente com a diretora da Escola Estadual Antônio Pereira – Rita de Cássia Cerceaux –, com o diretor da Escola Daura de Carvalho Neto – Fabrício Nepomuceno – e com o presidente da Associação de Moradores de Antônio Pereira – Alexander de Oliveira.

Quanto ao grupo dos agentes diretos fizemos o nosso primeiro contato com a moradora Marlete Deusdeth. A partir desses primeiros contatos, a rede ilustrada pelo fluxograma abaixo foi sendo construída. À medida que as narrativas indicavam novos interlocutores de relevância para a pesquisa, estes iam sendo incorporados ao grupo participante sendo que ao final efetivamos um conjunto de vinte e um agentes sociais entrevistados. O nosso quadro de narrativas é composto, portanto, da seguinte estrutura:

Figura 26 – Diagrama dos participantes da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora.

As questões que subsidiaram a conversa com os agentes sociais destacados podem ser conferidas no APÊNDICE B – Roteiro Geral. A metodologia foi construída no sentido de encontrar os elementos para a compreensão dos seguintes aspectos: 1 – Quem eram os manifestantes e o que os levou à ação direta? 2 – Quais os resultados dessa ação? 3 – Qual a repercussão para os diferentes agentes sociais? 4 – Qual o nível de aprovação/reprovação da tática para os diferentes grupos? 5 – Qual a relação entre a ação direta e a ação institucional

para os grupos em questão? 6 – qual a relação desses agentes sociais com os espaços de participação popular sobre a política urbana e sobre a política de habitação do Município de Ouro Preto? 7 – Quais os desdobramentos desse ciclo de lutas?

A partir das narrativas obtidas buscamos estruturar uma descrição da realidade do lugar fundamentada na combinação das diversas abordagens com as quais tivemos contato. A articulação das diferentes narrativas em um texto único e a supressão das interferências da voz do pesquisador (tanto a voz do diálogo presente na entrevista quanto uma possível interlocução para o direcionamento do texto) foram recursos utilizados no sentido de permitir que as vozes sejam, de fato, apreciadas pelo leitor, para que se possa, a partir do acesso ao texto, ter uma maior aproximação com as narrativas e não apenas com os resultados analíticos da pesquisa.

Esse esforço foi fundamental para o resultado da pesquisa, uma vez que, nos capítulos anteriores, tratamos conceitualmente da desconstrução das ideologias hegemônicas e da supremacia do saber técnico. Nesse sentido, na tentativa de buscar uma participação popular mais ativa na pesquisa, deixaremos que a história e que os acontecimentos sejam narrados por suas próprias vozes. Uma tentativa muito limitada, de fato, uma vez que tratamos de recortes e seleções determinadas pelo pesquisador, mas ainda assim, uma tentativa de preservar, ao máximo, os elementos narrados, sem direcionar a leitura e adicionar julgamentos e, assim, influenciar o mínimo possível na interpretação do leitor.

5.3 As vozes do lugar: contadores de sua própria história

Nesta parte estaremos tratando do cerne do trabalho com a história oral – ali onde a investigação e a prática científicas se aliam e produzem resultados. É na realização de entrevistas que se situa efetivamente o fazer a história oral [...] (ALBERTI, 2013, p.157)

Para uma melhor compreensão das narrativas, vale ressaltar os elementos gráficos e linguísticos que foram utilizados no tratamento dos depoimentos e das fontes orais. Em primeiro lugar, é necessário justificar que os depoimentos não estão disponíveis na íntegra, pois as entrevistas foram longas e não puderam ser reproduzidas em sua totalidade. Quanto aos elementos de tratamento da narrativa, utilizamos os parênteses e as reticências (...) toda vez que: o entrevistado fez uma pausa mais longa; iniciou uma construção verbal/ frasal e não deu seguimento; utilizou uma expressão típica da oralidade; iniciou uma ideia e mudou para outra ideia ou para outra construção frasal logo em seguida. Para as expressões incompreendidas a partir do áudio, utilizou-se o parêntese e a interrogação (?).

Quanto aos recortes feitos pela entrevistadora no ato da transcrição foram utilizados os colchetes e as reticências [...], servindo tanto para a exclusão de palavras, frases ou até mesmo parágrafos inteiros. Tal recurso também foi utilizado para inserir palavras de auxílio à compreensão do texto, palavras que não foram pronunciadas pelo entrevistado e também para inserir elementos da discussão, uma vez que as perguntas foram totalmente suprimidas.

A ideia de transformar as entrevistas em narrativas contínuas, com a sua incorporação ao longo do corpo do texto da pesquisa, demandou que a transcrição fosse, em grande parte, realizada com a correção da concordância verbal e nominal. Ressalta-se, ainda, que para as expressões inadequadas para a norma culta, utilizou-se as aspas; por exemplo, “todo mundo”. Para um destaque feito pelo entrevistado em relação à fala de outra pessoa, ou a de sua própria fala em um determinado momento do passado, utilizamos as aspas e o travessão “_”.

Por último, a separação dos trechos de fala por temas auxiliou na junção das diversas vozes, dissonantes ou não, na perspectiva de salientar o quanto o conflito e a diversidade (de posturas e opiniões) são parte indissociável da construção coletiva. Participaram gentilmente da pesquisa, contribuindo para a formação dos cenários de narrativas apresentado, em ordem alfabética: Agnaldo José Borges, Alexander de Oliveira, Célia Antunes dos Passos, Claudemir Pereira, Dulce da Silva, Fabrício Nepomuceno Bicalho Santos, Geralda Alves dos Santos, Gilberto Junio das Graças, Maria das Dores Queiroz, Maria do Carmo Sobreira Ribeiro, Maria Geralda Simão, Maria Maura Diogo, Marlete Deusdeth Barros, Renata Aparecida dos Reis, Rita de Cássia Cerceaux, Rosemeire Aparecida de Paula, Vander Luís, Vilma Lúcia Rodrigues, Webert da Silva Pereira, Wenderson dos Santos e Zélia Morais.

HISTÓRIAS DE VIDA

I.

Eu vim de Fonseca. Nós fomos criados com muita dificuldade. [...] Minha mãe tinha onze filhos [...] ela nos criou com muita dificuldade. Meu pai trabalhava numa fazenda, não tinha salário [...]. E nós éramos onze irmãos. Não passávamos fome porque o terreno que a gente morava era nosso mesmo. Tinha muita mandioca, muita batata, muito inhame (...). Antigamente [essa] era a merenda que tinha. [...] E eu tinha uma irmã, que faleceu há dois anos, ela era deficiente, minha mãe e meu pai eram primos primeiro [de primeiro grau]. De uns anos [pra cá] ela parou de andar. Quando ela andava, [era] ela que tomava conta dos mais novos [...]. Nossa, a vida foi muito sofrida. Aí meu pai acompanhou [uma companhia] para plantar eucalipto. Aí nós viemos para cá. A gente trabalhava no eucalipto, sabe? Aí que a situação foi melhorando, a maiorzinha casou, eu casei, minhas irmãs casaram, e eu fui

melhorando um pouquinho de situação porque aí a gente já [se] alimentava melhor porque tinha a cooperativa que vendia os mantimentos. A gente tinha que trabalhar durante os trinta dias [capinando]. Quanto mais a gente capinasse as mudas de eucalipto mais a gente ganhava. Se capinasse menos, ganhava menos [e] no fim do mês não tinha dinheiro para pagar as comidas que comprou. [...] Depois nós mudamos também, meu marido foi acompanhando companhia de eucalipto. Depois a gente deu aquela reviravolta assim, e ele foi para a mineração, lá no morro da água quente. Depois o serviço acabou e aí já veio os filhos. Eu sou mãe de seis. Quando a [minha menina] mais velha completou dez anos o pai morreu. [...] Eu ralei muito. Nós ficamos morando aqui, mas num barraquinho de quatro cômodos, barreado, pau-a-pique, o chão de terra. Hoje eu agradeço a Deus de ter a minha casa, não está toda acabada, mas a gente tem que agradecer a Deus o que tem, né? Aí eu fiquei viúva uns anos e depois conheci aquele ali [mostrou foto], que veio lá do nordeste. A gente juntou os panos e veio mais um casal de filhos. Em dezembro agora, dia 4, fez 15 anos que Deus levou ele, o segundo [marido]. Aí a gente está naquela luta, como sempre ainda, né? [...] Manifestação? Foi quase todo mundo aqui da rua! [...] Ficamos o dia inteirinho naquele sol, abrindo sombrinha, tampando o sol. Quando foi de tarde nós viemos buscar lanche. [...] Todas [as manifestações] que tiveram eu fui. (Vale destacar que esse depoimento é de uma moradora de Antônio Pereira que participou ativamente das mobilizações e tem 73 anos de idade. Daqui em diante os depoimentos não serão acompanhados de referências como nome e idade).

II.

Eu nasci aqui, nasci em casa, praticamente, então sou de Antônio Pereira de sangue e coração, não tem jeito. [...] Eu já nasci aqui, conheço os problemas desde sempre, da situação que nós vivemos desde sempre, e eu sempre fui muito ligada à comunidade. Quando eu completei meus 15 para 16 anos, que já poderia tirar o título [eleitoral] eu comecei a me interessar por questões de movimentos (...) tanto os políticos quanto os comunitários. A falecida D. Andira, não sei se vocês já ouviram falar dela, que é um marco aqui na nossa comunidade, foi uma das pessoas que nos instruiu [...] em relação à associação de moradores, esportes comunitários (...). Então assim, ela sempre dava um jeito de nos engajar. Ela era professora (...) lá na UFOP, (...) muito influente mesmo. [...] Assim que ela faleceu a D. Dunga assumiu esse papel de líder dentro da comunidade. [Dona Dunga] também foi uma pessoa que nos transcreveu muita sabedoria. Então, a partir do momento que ela me convidou para a associação de moradores pela primeira vez, eu tinha meus dezesseis anos, [eu] já comecei a me interessar. Mas nunca nós conseguimos um grupo assim, que pudesse abraçar essa causa, sabe, de ir pra guerra, num bom sentido, contra os prefeitos. Porque Ouro Preto

(...) tem um modo de governo [...] mais rígido. [...] se você era de um partido, de um prefeito, não digo nem partido, se você era de um prefeito você jamais poderia votar em outro; assim como acontece em Mariana também. [...] Aí, passou muito tempo, sempre tinham as reuniões. A gente ia, a gente batia, a gente criticava. [...] eu ia às rádios e sempre sendo criticada: “_nossa, porque você é muito polêmica, (...) você bate demais, (...) você fala demais; você tem que deixar de perseguir as pessoas”. (...) Gente! Não é uma questão de perseguir, é uma questão de democracia, é uma questão de liberdade de expressão. Se você não está satisfeito com uma coisa, você tem que procurar melhorar para a comunidade. [...] Meu pai foi um dos primeiros funcionários da Samarco. Meu pai é de Rio Piracicaba, mas já estava morando aqui, entendeu? [...] A mineradora, [começou] a contratar o pessoal: meu irmão, meus irmãos, meu pai, todos trabalharam lá. Na verdade nós somos frutos da Samarco, né? Nós somos educados, criados, pelo menos eu, a minha irmã mais nova, a caçula, nós somos fruto dessa empresa. Por isso que nós queremos que ela volte o mais rápido possível.

A VILA SAMARCO

I.

Eu trabalhei lá no começo [da Vila Samarco], foi em 1976. Eu trabalhei na Samarco de 1976 a 1978. Quer dizer, (...) em 1976 as casas já estavam prontas, né? A construção gerou muitos empregos. Aí começaram a vir as famílias, quase todas as famílias tinham empregada doméstica, aí já melhorou também.

II.

Trabalhei nela [Vila Samarco]. Meu pai trabalhava lá, mexia com construção civil e eu o ajudava, batendo prego nos tacos, porque nas casas da Vila o piso era de taco. Eu era molequinho, mas ainda me lembro disso. Depois eu trabalhei muitos anos lá mexendo com jardinagem, eu e meu pai. Olha, a diferença [da Vila Samarco para os outros lugares do distrito] é que na Vila a Samarco dava manutenção, tanto que lá ninguém pagava água, não pagava luz, [...] tinha portaria, a empresa fazia coleta de lixo, bem diferente daqui por causa disso. A Samarco dava assistência total pra lá. Ainda é muito diferente, até hoje. Mesmo agora, que a prefeitura que como responsável pela manutenção, a Samarco não deixa de ajudar.

EMPREGOS

I.

As oportunidades de emprego estão todas em torno da mineração. A gente não consegue ver horizontes para outras áreas. Hoje temos aqui pessoas formadas em engenharia

civil, enfermagem (...) porque às vezes necessita [desses profissionais] na área da mineração. Mas tudo é voltado para a mineração. Você tem que se preparar para atender à mineração. Muitas vezes a pessoa não vai conseguir se profissionalizar na área que quer, porque tem que atuar [nas oportunidades] que o local oferece. [...] Eu sou operador de equipamentos e instalações, trabalho na Vale. Comecei no processo [seletivo] da Vale. Tivemos uma prova em Mariana, em dezembro de 2006, e dentre 35.000 inscritos foram selecionados 1.500. Eu tive o êxito de passar nessa prova e começar as minhas atividades profissionais lá dentro.

O LOTEAMENTO NOVO

I.

[Eu] nasci em João Monlevade, vim de lá para cá com 10 anos, e sou moradora de Antônio Pereira desde os 10 anos. (...) Aqui dentro do loteamento eu fui a terceira moradora. Não tinha água, não tinha luz, não tinha nada. E (...) vai fazer 15 anos que eu estou dentro do loteamento. Quando eu vim pra cá ele já existia, mas era só rua, lote, só divisão. Morador mesmo só eu e mais duas vizinhas. [...] Aqui é um lugar bom de viver (...) mas eu acho que a dificuldade é muito grande (...). O poder público podia estar olhando mais pela comunidade (...). A gente tem, assim, uma riqueza muito grande em volta da gente, mas nós mesmos do lugar não (...) temos mérito nenhum, entendeu? Vai para Ouro Preto, para outros distritos, mas assim, nós que somos vizinhos das empresas [...] nós (...) ficamos assim, encurralados, sem nada.

II.

Depois que fez esse loteamento, a gente percebeu o [tamanho do] descaso. [Se] você [for] lá agora [...] você vai ver esgoto a céu aberto, criança transitando para lá e para cá. Gente, isso é sub-humano, não existe, nós estamos no século XXI, 2016, é o mínimo que a gente [tinha que ter: saneamento básico]. Então, é uma cidade histórica, uma cidade que (...) [é] mundialmente conhecida.

INVISIBILIDADES

I.

[A “Vila Samarco”] Foi projetada, né? As ruas certinhas, todas as ruas com nomes. Não sei se você percebeu, aqui tem poucas ruas com nomes [...] A maioria das ruas aqui não tem placa [...]. Quem vem de Mariana para cá, muita gente erra porque chega naquele trevo que vai para Bento Rodrigues a pessoa segue direto, porque não tem placa indicando. Lá em Mariana tem uma placa escrita “mineradoras”. Não tem placa indicando Antônio Pereira.

II.

E aqui já tem uma divisão social, até infelizmente, [que] a própria Samarco provocou, da “Vila Samarco” e Antônio Pereira, que até hoje tem. Tá certo que é uma discrepância. Você chega lá é tudo arborizado, condomínio fechado, ruas todas asfaltadas, tudo, com toda a infraestrutura que todo local tem que ter. Aqui não tem. Aí você pega, tá certo, Canga, o Loteamento, que é tão perto de lá, que não chega a 1 km, que não tem nada, é esgoto a céu aberto, é casa de dois cômodos que assim (...) coisas assim que não dá pra acreditar. Então, assim, é muito sério. E isso acaba causando um problema social muito grande.

PRIORIDADES

I.

[...] Hoje em dia a prioridade para mim aqui, até mesmo antes da segurança – porque, igual eu te falei, violência tem em todo lugar – é saneamento básico lá no loteamento novo. O restante ainda dá para segurar, está caminhando.

II.

É claro que tem uma esperança de que as coisas aconteçam, mas do jeito que nós encontramos as coisas [na prefeitura] foi de assustar. O governo passado deixou a prefeitura toda em dívida. E uma das coisas que nós brigamos muito nas nossas paralizações foi uma das obras lá em Antônio Pereira, a do loteamento.

III.

[Pergunto: quais são as demandas mais urgentes?] Infraestrutura, esgoto (...) saneamento básico pra mim, hoje, aqui, é o de mais urgência. [...] A nossa água é de péssima qualidade, [tem] esgoto a céu aberto, e isso afeta toda a comunidade, porque vem problema de saúde, questão social, então tudo influencia. Então, assim, saneamento básico para mim hoje é o mais urgente dentro da comunidade.

OPORTUNIDADES

I.

Eu, por exemplo, estudei numa casa de família. Aqui não tinha escola mesmo não. Era uma casa (...) a pessoa que dava aula não era formada professora, então podia dar aula até a terceira série. Quando construiu a escola aqui eu já tinha passado da idade de estudar, quer dizer, passar da idade de estudar ninguém passa, né? Mas eu já estava grande [...] Eu tenho um filho [...] ele fez até o fundamental aqui porque quando ele foi para o ensino médio não tinha aqui também não. Ele fez o ensino médio em Mariana. [Ele] trabalha na Samarco, na mineração. [...] O meu [filho] fez [curso técnico] particular, só que, quem trabalha na Samarco e na Vale [...] a firma paga a maior parte do curso.

II.

Eu fiquei muitos anos sem estudar, pra trabalhar. Então, quando eu voltei a estudar, eu já estava com trinta e cinco anos de idade. Eu “fichei” na Vale eu não tinha nem o primeiro grau. E lá [na Vale] exigia o segundo grau. Deus abençoou e eu consegui, eu “fichei” e fui estudar. Eu fiz o primeiro grau no Telecurso, o segundo grau no Telecurso também e o curso técnico lá em Contagem. Eu ia todo sábado pra lá. Graças a Deus eu consegui. Mas tem muitos que desanimam, né? Nunca é tarde né, pra estudo. Mas têm pessoas que acham que não vai dar, desistem mesmo.

III.

Quando abriu aquela quadra ali (...) reuniu todo mundo. Eu mesma (...) fiz o curso (...). [Todas] as mulheres que estavam na manifestação se envolveram no curso [de eletricitista] [...]. [Nós] mesmas fomos lá [na quadra] e fizemos as instalações. A prática [do curso] foi toda lá naquela quadra. Foi uma melhoria muito grande, plantou, pôs grama, fez tudo. Foi a Vale [que promoveu o curso], tem o certificado [...]. A gente pediu: “_dá o curso, a gente precisa de curso”. Mas é para colocar em desenvolvimento, porque curso para guardar nós não queremos. Então, foi muito bom, a gente sabe que aquilo ali está pronto. Mas a gente souu mesmo. Não veio empresa nenhuma para fazer, foram os moradores do Pereira [que fizeram]. Homem, mulher, jovem, todos [nós] que concluímos o curso, todos [fomos] para a prática. Na quadra, a única coisa que não [...] foi [feita pela] população, [foi o] relógio [de luz], mas o resto, tudo o povo [que fez]. O gerente da Vale falou: “_ quem vai fazer a quadra é o povo”. Então, deram o curso; o curso que a gente pediu nas manifestações. Tudo o que pedimos, [eles] deram. [...] A gente fica feliz de saber que o povo cresce [...].

AS ESCOLAS

I.

Tem 24 anos que eu trabalho nessa escola. Eu fiquei 7 anos como professora da educação básica, fiquei 4 anos como vice-diretora e os outros 13 estou como diretora. É o meu 4º mandato consecutivo [...] Mudou [a juventude], e mudou para melhor. Há uns anos atrás a comunidade, a população de Antônio Pereira, os adolescentes não tinham sonhos; eles não tinham um objetivo de vida. Hoje não, eles já enxergam que são capazes de ir muito mais além, então hoje eles sonham com uma universidade, melhorar de situação, coisa que antes não existia, eles só enxergavam Vale e Samarco, todo mundo estudava para trabalhar na mineração. Não existia um (...) eles não tinham uma visão e uma outra forma de trabalho, uma outra forma de viver. Eles não conseguiam enxergar outra comunidade, então isso melhorou

demais. Hoje, não, eles já vão para IFMG, tá certo, já vai para Belo Horizonte (...) hoje eles já tem outra visão de vida, objetivo e sonho, que é uma grande preocupação que eu tinha aqui, que os adolescentes não tinham sonho [...]. Eu ainda acredito, eu não perdi a esperança não, não perdi e não perco, se não eu já tinha largado. [...] São vinte e quatro anos de educação. Vou falar, oportunidade de sair tive? Tive, e muito. Agradei e falei: “_ (...) Meu lugar é Antônio Pereira, ninguém me tira de lá não”. [Pergunto: Houve redução da violência?] Em 2014 eu tive 110, 112, essa média, de ocorrências policiais [dentro da escola]. Ano passado [2015] eu tive uma média de 80 a 90, ocorrências policiais, eu estou falando da escola. Este ano [2016] eu tive 9 ou 10, e mesmo assim, de problemas, assim, de violência, de briga foram duas, [...] eu tive uma briga séria este ano. [...] Tem violência, tem. Mas reduziu assim, muito [...].

II.

Inclusive a Escola [primária] está passando por um momento disso. [...] Eu represento a escola, o órgão mais importante da comunidade, mas ele [o representante da associação de moradores] representa todos os órgãos. Eu fiz um ofício e entreguei várias cópias para ele pra chegar à mão de várias pessoas. Ele já pegou esse ofício, gostou, já divulgou no grupo, já gerou uma manifestação, já foram lá tirar foto, divulgar, já foram cobrar lá em Ouro Preto. Então, o grupo é organizado, sabe? [...] Lendo você vai entender do que se trata [...] Tem um prédio [escola] que nos aguarda desde 2008 (...) estamos de aluguel aqui. Aí eles se mobilizaram. O prédio da escola é um prédio maravilhoso [...] [mas] o entorno é roça [...]. O prédio tem tudo, fora da escola eu não posso garantir a segurança das crianças. Não é minha responsabilidade, mas eu estou preocupado com isso. Dentro da escola, que é responsabilidade do estado, está perfeito, eu vou atender todas as crianças lá com segurança e com acessibilidade, mas o entorno da escola está muito prejudicado, [é responsabilidade] do município. Eu não tenho mais como adiar a minha mudança para lá. A comunidade não quer [a mudança da escola para o prédio novo], mas eu não tenho como [adiar], porque eu estou de aluguel aqui, o dono daqui está há quatro meses sem receber e a instituição está sendo acusada de uso indevido de dinheiro público, né? Porque eu tenho um prédio pronto, eu estou alugando um aqui, [de] valor alto e não estou usando o que está pronto lá. Então eu sou obrigado a ir para lá, se não há penalidades etc.

O PODER PÚBLICO

I.

A prefeitura (...), Deus abençoe que melhore agora, mas até então sempre esteve com as costas viradas para Antônio Pereira, independente de que prefeito entrou lá, porque nós sempre fomos muito escravizados. Eu sempre coloco a situação Portugal e Vila Rica, né? Que Ouro Preto era escravo de Portugal. Eu coloco hoje como Antônio Pereira [sendo] Vila Rica e Portugal [sendo] Ouro Preto, porque eles nos escravizam muito, eles levam tudo, e não deixam nada aqui. Antônio Pereira poderia ser um lugar melhor, se não fosse a ganância. Existe uma ganância muito grande por parte de Ouro Preto com Antônio Pereira.

II.

[Não pode ser que] uma área que exporta milhões e milhões de dólares para fora fique nessa situação que está. Então, eu acho que mesmo com a prefeitura trabalhando, com o poder público trabalhando, com o vereador junto e o prefeito junto (...) eu acho que tem que cobrar mais das empresas. Eu tenho certeza que, se cobrar mais, nessa área social, eles vão ajudar. [E] vai facilitar um pouco pra prefeitura.

III.

O Estado deu duas escolas, deu não, cumpriu o seu dever de ter duas escolas aqui maravilhosas. O que depende da prefeitura é que não acontece aqui. [...] A escola municipal daqui é quebrada, do primeiro a quinto ano, que é responsabilidade da prefeitura, é o estado que banca (...). Então a educação inteira de Antônio Pereira praticamente é o estado que banca. Só o infantil que é a prefeitura e que não atende bem ainda (...). Então eu acho que a prefeitura [jogou] nas costas da empresa, sabe? Porque elas já fazem a [parte] que é pagar, né? Por exemplo, as outras escolas que têm aqui são da Samarco: [tem] a creche da Samarco e o Arquidiocesano que é da Samarco, parceria privada. Então o que depende do estado funciona aqui, que são as escolas. O que depende da prefeitura não funciona aqui não. Serviço municipal aqui é precário.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE ANTÔNIO PEREIRA

I.

[...] Quando (...) eu fui convidado para fazer parte da associação, como presidente, [eu sou] o tipo de pessoa que (...) sou mais do diálogo. Eu não gosto de confusão, eu não gosto de brigar com ninguém. Eu acho que se a situação já está ruim, se você brigar a tendência é piorar. Então a gente senta, a gente conversa, a gente pede. Só que o pessoal do Pereira acordou. Não fazem manifestação na porta da prefeitura, não vão a Ouro Preto brigar, porque a Associação hoje, graças a Deus, tem uma diretoria muito competente, a gente conversa demais com o povo do Pereira. [...] Essa escolinha aqui tem 16 anos, nós cobramos essa

escolinha, nós fomos eleitos no dia 29 de maio, dia 5 de junho eu tive aqui na escolinha para ver a situação [...]. Começamos a cobrar a reforma da escolinha, fomos cobrando, cobrando, cobrando até que (...) não matou uma criança aqui porque Deus é que estendeu a mão nela, porque caiu telha perto das crianças, podia ter matado uma criança. E a responsabilidade da prefeitura em cima disso? Era necessário acontecer o que aconteceu? Uma chuva vir a quase derrubar o prédio no chão? Estamos falando de criança, de três, quatro e cinco anos de idade. Um absurdo uma coisa dessas. E a prefeitura tinha ciência disso.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA VILA RESIDENCIAL ANTÔNIO PEREIRA

I.

Minha relação [com as outras associações e organizações] hoje é até muito boa. Quando comecei [eu] não era muito aceita. Porque eu estava junto com eles reivindicando coisas pra nós e eles achavam assim: "_Pra que, né? Ela é lá da Vila, lá não precisa de nada" [...]. Mas, aos poucos, eles foram vendo, foram entendendo que não é nada disso. A gente (...) não quer essa separação, (...) esse preconceito. [...]Então, (...) foi através da associação de moradores da Vila [Residencial Antônio Pereira] que a Vale investiu esse recurso [relativo à quadra e aos equipamentos] na comunidade de Antônio Pereira, porque até então a Associação de [moradores de] Antônio Pereira estava com problemas com a Receita (?). Então não podia receber esse recurso.

ASSOCIAÇÃO ARTE, MÃOS E FLORES

I. Duas representantes da Associação, C. e G. respondem:

C. A associação surgiu com um grupo trabalhando [...] O pároco, padre Julião (...), e um funcionário da Samarco [responsável pela relação da empresa com a comunidade] (...) se interessaram, viram nosso esforço e marcaram uma reunião. A Samarco fez uma consultoria, um ano e dois meses, com vinte e duas mulheres na época (...) e formou a associação em 20 de outubro de 2006.

G. Só que tem uma parte aí que você esqueceu. A parte que a Dulce veio e deu a oficina de patchwork. Ela deu um pequeno quadradinho de patchwork (...) dali nós começamos a fazer o curso (...)

C. Dona Dunga pegou esse pedacinho de pano e levou para a reunião da Vale e falou assim: "_quatro dias? Isso é enganar bobo! Com quatro dias não tem como aprender. As meninas querem isso [o curso] de novo! E pra longo tempo, não é curto prazo não". Aí a Vale trouxe, [o projeto] "Cultura e Rede" (?). A Dulce voltou de novo, com seis meses de prazo, e nos formou pra fazer trabalho em patchwork. Aí sim, ficou um trabalho perfeito. A gente

aprendeu, todas aprenderam, aprendemos a costurar, aprendemos a fazer, a Vale deu todo o suporte. O [projeto] “Cultura e Rede” (?) ia para Belo Horizonte (...), vendia e trazia o dinheiro pra gente repor matéria prima, sabe? O padre Julião emprestava a kombi, a gente só colocava a gasolina. [O padre] emprestava o cheque pra fazer as compras em Belo horizonte [...].

G. 2005 foi o ano que nós começamos sem a formação [em costura e bordado] mesmo. Nós começamos na Dona Dunga. Quando foi em 2006 nós tivemos essa consultoria. Depois dessa consultoria é que formou a associação em 2006. Aí ela foi juridicamente constituída. Que tem a ata de fundação.

C. A primeira tesoureira, J., fez um projeto pra Samarco, em 2008. [Foi quando] ganhamos aquele projeto ali, "Artesanato Sustentável". Nós ganhamos R\$58.000 na época, pra trabalharmos até 2013 com ele. Teve uma demora (...). Foi quando conseguimos comprar as máquinas, fazer mesa e cadeira que não tínhamos, conseguimos mobiliar um pouco. Aí pagamos Dulce de novo (...) pra capacitar mais gente, e estamos aí até hoje. [...] Em janeiro que nós compramos essas máquinas novas que você está vendo aí. A Samarco tinha R\$10.000 para cada associação, de uma multa do Ministério do Trabalho, que reverteu para o local aqui, de Antônio Pereira. Foi dez mil pra [cada associação]. Aí nós compramos cinco máquinas: dois overloques, duas [máquinas] industriais e tem uma que está na caixa porque não tem espaço [...].

ASSOCIAÇÃO MÃOS QUE BRILHAM

I.

Nós estávamos lá na C., na Arte, Mãos e Flores. Nós trabalhávamos lá com ela, no artesanato. Aí chegou a menina de Ouro Preto (...) e ofereceu para nós essa fábrica [o curso de sabão]; e tinha o curso de camareira também. Então nós escolhemos esse aqui [sabão] e elas foram ajudando a gente. Aí entrou o banco Santander (...) depois a Vale entrou no meio, a Samarco. O Santander nos deu um dinheiro e nós compramos vasilhames, compramos fogão, compramos aquela máquina que está ali, ajeitou tudo para nós. Aí nós fomos juntando as mulheres. Éramos mais de 20 mulheres, mas agora somos só 8, porque não dá renda pra gente. Porque a gente trabalha aqui como voluntária mesmo. Como não dá dinheiro, as moças saíram. Foram procurar emprego. E ficam só as aposentadas mesmo que não precisam de dinheiro [fixo]. [...] [Os produtos] nós [vendemos] de casa em casa [...]. Nós temos uns fregueses muito bons aqui. Não conseguimos vender em outros lugares por causa dos documentos. (...) A Vale e a Samarco querem comprar [os produtos] na nossa mão, e os

grupos também, mas os documentos estão muito atrasados. O contador é em Mariana e o menino que está mexendo com isso não ganha quase nada também, né? Então vamos ver se nesses dias agora eles resolvem. Porque é importante.

ASSOCIAÇÃO DAS COSTUREIRAS VALE DA BÊNÇÃO

I.

Eu sou vice-presidente. A associação foi fundada a partir (...) de mim e de uma colega minha. A gente fez o curso. Era uma carreta que estava passando fazendo [o curso] nas cidades da estrada real, uma carreta de malharia que foi enviada pela prefeitura de Ouro Preto (...). [Um total de] trinta mulheres. Nós fizemos esse curso e saímos, eu e a minha amiga, (...) com essa ideia. Depois nós encontramos uma pessoa que tinha [...] um sonho em comum, então a gente começou a mobilizar a comunidade. Hoje, das que fizeram o curso, só [ficou] eu. [...] Depois disso a gente fez três cursos de costura. A gente trabalha com uniformes escolares. [Para] todas as escolas de Antônio Pereira. São cinco escolas. Também pretendemos trabalhar com uniforme operacional e administrativo, mas ainda temos uma dificuldade para chegar nesses clientes. As empresas, quando vêm pra Antônio Pereira, geralmente já vêm com fornecedor. Então a gente tem certa dificuldade. [...] Tem empresas aqui dentro mesmo, [...] que tem já algo montado aqui dentro de Antônio Pereira, no polo industrial [que] poderiam dar oportunidade pra nós, mas eles preferem comprar fora. É ruim e injusto, porque tudo que eles têm eles estão tirando de Antônio Pereira, e não deixam nada em troca pra gente. [...] Hoje são sete mulheres. Trabalhar com associação é toda uma dificuldade porque as pessoas precisam trabalhar, precisam ganhar dinheiro, e se chega numa situação, num período em que as coisas não vão bem, as pessoas têm que sair para procurar outras coisas pra fazer, e nós já tivemos lá vinte mulheres, caiu pra quinze, foi caindo e estamos em sete. [...] Não tem rendimento fixo, é por temporada. [No] nosso caso, [por exemplo], tem temporada que o pedido [de uniforme] é muito grande e a gente fica muito apertada, mas depois vai caindo a demanda.

NOVAS LIDERANÇAS

I.

Na hora que ela explicou assim [o motivo da manifestação], automaticamente acendeu aquela chama que estava apagada: "_Então agora é a nossa hora também. Vamos aproveitar. [Eu] vou falar". Eu pensei comigo, vou aproveitar e vou falar.

II.

[...] Através de nós [moradores] acho que teve uma diferença muito grande no lugar. [...] Não terminaram [as obras], mas, né? Não está hotel cinco estrelas, mas está bom. Está melhor do que estava (...) a UBS, a reforma do CRAS, a quadra [...] não surtiu todo o efeito que nós queríamos, mas surtiu efeito.

III.

[Manifestações antes de 2013?] Não, antes era só mesmo os grupos, o GDAP formado por membros de outras organizações e associações que faziam qualquer outra coisa aqui, né? Foi muito bom ver isso por parte de outras pessoas.

INSTRUMENTOS DE LUTA DA CLASSE

I.

[...] Antes desses negócios da manifestação eu acompanhava muito os meninos do sindicato Metabase [Inconfidentes] (...) a CONLUTAS. [...] [influenciam] demais, ajudam! [Nós] já ajudamos muito [a eles] também. Eu já acompanhei eles para São Paulo, já manifestei com eles em São Paulo, em Congonhas, já andei muito com eles.

II.

Minha participação [nas manifestações] surgiu através do sindicato. Eu sou diretor do sindicato Metabase Inconfidentes, e nós já fazíamos essas manifestações, sempre lutando em defesa dos trabalhadores, dos direitos dos trabalhadores. Eu sou nascido e criado em Antônio Pereira, e conversando com essas meninas, mulheres guerreiras ali da nossa comunidade de Antônio Pereira, surgiu a oportunidade de estar fazendo isso [manifestação]. Nós víamos na televisão o pessoal lutando pelo direito deles, por que não fazer o mesmo? Nós temos que lutar pelos nossos direitos [...]

O GDAP

I.

Nós formamos um grupo aqui que chama GDAP [Grupo de Desenvolvimento de Antônio Pereira] (...) que foi justamente a gente se reunindo na comunidade, as lideranças e tudo. A gente fez um fórum e depois disso [...] várias lideranças (...) formaram esse grupo justamente para lutar pelo bem comum de todos. A Associação de Moradores tanto daqui quanto de lá, a “Associação Arte, Mãos e Flores”, “Associação das Costureiras do Vale da Bênção”, “Associação Mãos que Brilham”, tem pessoas que pertencem às igrejas evangélicas, à Igreja católica também, são os líderes que sempre participavam mais [...]. Tinham muitos mais membros, hoje tem menos. Muitas pessoas ou mudaram, foram embora, ou se distanciaram mesmo. Hoje não [nos reunimos] muito. Formaram-se também outros grupos e

tal, mas, assim, quando a gente vê a necessidade de alguma coisa, que a gente precisa reunir pra buscar, a gente faz. Semana passada mesmo nós tivemos uma reunião.

O G10

I.

[Por causa das manifestações o prefeito chamou os manifestantes para uma reunião] [Depois que] a reunião [com o prefeito] acabou, [...] ele mandou que fizéssemos uma comissão aqui em Antônio Pereira. Aí nós fizemos essa comissão, nós fizemos não, as meninas, por elas serem um pouco mais leigas, elas lembraram das pessoas que falaram nessa reunião e vieram me convidar; convidaram a mim, o V., o G. e a M. (...). Eram 10 pessoas, intitulado de grupo G10. A partir desse momento, nós fomos a uma reunião com ele em Ouro Preto e começamos a cobrar melhorias para Antônio Pereira, [...] e assim foi.

AS MOBILIZAÇÕES

I.

[...] Um dia, de tanto eu ficar vendo aquele negócio de manifestação na televisão, eu levantei de manhã e falei com a minha vizinha: "_ Nós podíamos fazer uma manifestação lá naquela BR". Aí ela ficava assim: "_ A polícia vai é bater em nós lá". Eu falei com ela: "_ Vai nada!". Aí, nós pegamos e tomamos a iniciativa. Eu tinha cinco reais, meu vizinho tinha dois, aquele dali tinha três, o [vizinho] de lá tinha dez, e nós começamos a juntar. De cinco em cinco, de dois em dois (...) tinha menino que chegava com 50 centavos. Aí nós começamos a fazer cartolina. Olha o muro como é. Nós escrevíamos era nesse muro aí. Nós [compramos] cartolina, faixa, tinta (...). Eu sempre falei assim: "_ Ó, gente, o Pereira precisa de muita coisa. Mas infelizmente, nós estamos precisando acordar o poder público para o loteamento". Se chover ali onde estão aqueles dois carros, ninguém passa, nem o morador da casa fica dentro da casa, de tanta água e fezes que ficava dentro da casa dele, porque era tudo a céu aberto. Quando chovia, para sair de casa nós tínhamos que fazer a volta lá em cima, pegar a BR, andar mais de meia hora para pegar a BR para chegar lá na praça. A minha vizinha estava grávida da menina dela não podia ir comigo. Eu e ela que começamos o negócio, mas ela não podia [ir comigo]. Aí juntamos eu, C., a M. (...) e nós começamos. Juntamos panelas, aquele negócio todo. Aí nós falamos assim: "_ ô, gente, será que vai alguém?". Começamos a comprar foguete (...). Quatro horas da manhã nós começamos a soltar foguete. Aí nós andávamos batendo lata, menina, andamos o Pereira todo! Até chegar cinco horas da manhã, batendo lata. Nós olhávamos para trás e só [tinha] menino do tamanho dos meus meninos andando atrás de nós. Ninguém acompanhava. Quando nós chegamos na BR eram cinco

horas. Quando deu nove horas, nove e pouca, começou a chegar gente. Aí começou. A principal prioridade que pedíamos aqui era saneamento básico, era rede de esgoto, água, o asfalto aqui, a escola, que é estadual mas que (...) a prefeitura podia dar uma adiantada (...) e assim foi. Nós fomos pedindo mais para o lado de cá. Aí assim, obra não ficou em bom estado, mas para nós melhorou numa questão, pelo menos não tem rede de esgoto na rua mais, (...) aquilo ali é água, não é esgoto. Mas, por causa da empresa ficou tudo para trás, não teve o término das obras, a rua continua com os buracos do mesmo jeito, tem bueiro a céu aberto.

A MANIFESTAÇÃO NA PRAÇA TIRADENTES

I.

[...] Uma vez nós até manifestamos lá em Ouro Preto também, você ficou sabendo? [...] Essa de Ouro Preto nós (...) levantamos cedo, falamos que nós íamos manifestar lá porque aqui já não estava surtindo mais efeito. Aí nós conseguimos dois ônibus, foi até particular [...]. Conseguimos dois ônibus e, assim, o que faz efeito mesmo no Pereira, [pra] manifestar, é criança, [são] os adolescentes. Adulto mesmo num anda muito não. Eles é que fazem o papel dos grandes. Então assim, de dois ônibus foi um ônibus de adolescente, de menino, e o outro foi adulto, nem encheu muito não. Mas fomos, paramos lá na praça, gritamos palavras de ordem, montamos uma comissão para ser atendida lá na prefeitura e depois nós participamos lá da reunião da Câmara. Na Câmara nós tivemos voz, muitos falaram. Mas, assim, surtiu muito efeito essa não. Porque o que já estava em andamento continuou. Mas pelo menos nós chamamos a atenção. Chegamos lá, entramos e paramos!

DIÁLOGOS

I. Um casal debatendo sobre os assuntos, ela G. e ele C.

C. Eu na verdade eu evito [ir às manifestações]. Evito porque eu não gosto de tumulto. Mas, ela [esposa] participa.

G. Eu participei de várias manifestações aqui. Mas eu agora não mexo com isso mais, porque não deu resultado nenhum. Das manifestações que nós fizemos na época do governo do Zé Leandro não deu resultado nenhum aqui não. (...) Eu creio que o governo que entrou agora talvez faça alguma coisa pra nós.

C. Eu acho que essas manifestações, essas reuniões, que essas idas e vindas do secretário, do prefeito, eu acho que intimidou um pouquinho [o governo]. Porque eles achavam que o povo do Pereira era calado, do jeito que estava, estava bom.

G. Intimidou, mas não fez nada, o que adianta?

C. Eu concordo que não fez nada, mas que balançou e sacudiu, balançou e sacudiu! Mesmo que não tenha resultado...

G. Mas tinha que ter, uai.

C. Mas não é tudo que você faz que [gera] resultado positivo, mas que deu uma chacoalhada boa deu; eu acredito.

G. Pra você deu, para mim não deu. Eu é que sei, eu que acompanhava. Você não acompanhava não!

C. Mas cada um tem um pensamento.

G. Nós reunimos, eu, V., M., R., V., M., G.. Aí eles chamaram o sindicato para nos apoiar e aí nós subimos para a BR de madrugada. (...) Reivindicando. Tiveram umas três manifestações ou mais [...].

G. [Das manifestações eu fico sabendo] pelos foguetes. Foguetes, [barulho] de panela.

C. O pessoal gosta de foguete, minha filha! Agora que tem esse tal de WhatsApp aí que eu não entendo muito não; agora tudo é nesse telefone aí (...). [Mas o que faz efeito é] o boca a boca mesmo, os foguetes e as panelas (...).

G. Passa de vez em quando um carro falando esse negócio de audiência pública aí, reunião (...). [...]

G. [O atual vereador] é gente boa. Ele é uma pessoa muito simples. Ele é simples, conversa com a gente.

C. Ele vem numa humildade danada, com respeito. Quer dizer, um vereador não move montanhas, né? Vamos falar a verdade? Um vereador depende de muita gente (...). Um vereador pede. Pra fazer, precisa saber se vai ser aprovado, vários processos, né? Mas com o Júlio [prefeito] lá, e ele [vereador], que são do mesmo partido, acho que vai dar um sambinha!

C. Tem que cobrar, né? Porque são quatro anos de gestão, acho que quatro anos “é muita raça de tempo”! Dá pra fazer alguma coisa.

G. Agora não tem como nós cobrarmos muito. Porque eles entraram, mas Zé Leandro deixou uma dívida muito grande e tem que esperar pra ver, né?

C. [Pergunto: E se não mudar, o que tem que fazer?] Manifestação, né? É a única forma de chamar atenção, parando BR. Infelizmente atrapalha outras empresas, mas a forma de chamar atenção qual é? Manifestação organizada.

G. Eu não mexo mais com subir pra BR (...).

C. Não estou dizendo você (...). [falaram dos desentendimentos que ocorreram no grupo]

G. [Pergunto: E se for muita gente pra manifestação, todo mundo?] Aí, se for, dá pra ir!

VISIBILIDADES

I.

E conseguimos também ser reconhecidos, em algum ponto. Hoje em dia, quando a gente chega na Câmara de Ouro Preto, quando a gente chega em algum órgão de Ouro Preto, eles falam: "_ O pessoal do Pereira está chegando aí. Vamos dar mais atenção". Ontem mesmo na Câmara, Antônio Pereira foi citado várias vezes. Por quê? Por causa desses movimentos. Hoje, se nós temos lá um vereador, eu agradeço a esse movimento, porque nós não teríamos acordado para essa situação. Sessenta por cento da população aprovou essas manifestações (...). Os outros não. Porque muitos acharam que a gente estava prejudicando as empresas. Em nenhum momento nós paralisamos a BR em protesto às empresas. Nunca. Lógico que também era pra chamar a atenção [das mineradoras] para nos ajudar a cobrar do poder público melhorias para a nossa comunidade. Porque, querendo ou não, elas é que geram os altos ciclos de imposto para Ouro Preto e para Mariana. Então assim, [...] a única solução que a gente tinha, o único caminho viável para sermos ouvido ou sermos vistos era a BR; mesmo sabendo que a gente estava prejudicando a produção ou talvez algumas outras pessoas.

II.

Eu acredito que, depois de tudo isso que aconteceu, a nossa história ficou mais "vista". Eu acredito que vai ter um pouco mais de humanidade. Tem que ter um pouco mais de humanidade. Estamos dispostos a cobrar [por] isso.

III.

[Pergunto: Novas mobilizações podem ocorrer?] Com esse problema da Samarco acho que não vai acontecer. Nesse momento não. [Mas] a comunidade entendeu que aquela é uma forma de ser ouvido, de ser enxergado. [...] Foi uma forma que a comunidade encontrou de ser ouvida: "_não vira as costas não! Não joga pra baixo do tapete não!".

IV.

Antônio Pereira está famoso por isso, por manifestação, por reivindicação, por cobrança (...). Eles cobram, mas eles têm que cobrar. É um distrito esquecido de Ouro Preto e é a galinha dos ovos de ouro, é daqui que sai grande parte da verba, grande parte do território da Vale e da Samarco passa por Antônio Pereira, está dentro de Antônio Pereira, e não volta nada para cá. Eles sempre lutaram, mas nunca adiantou muito não, nunca foram ouvidos.

V.

Então o povo, depois que fez o loteamento, começou a perceber o descaso, porque, assim, eu sou contra as manifestações. A Samarco e Vale eu acho que elas fazem a parte delas, elas pagam os seus impostos em dia; então eu sou contra manifestação de parar a BR, mas por um outro lado eu entendo a população. Qual a única forma de chamar a atenção? Parar a BR, porque se parar a BR vai afetar diretamente a produção da Vale e a produção da Samarco. Afetando a produção da Vale afetando a produção da Samarco eu entendo que eles estão buscando mais um aliado, mais duas aliadas para cobrar da prefeitura, porque a Vale e a Samarco pagam os impostos; impostos que não são revestidos para cá para Antônio Pereira. Como eu te falei, passa na porta da nossa cozinha. Então, Vale e Samarco tem culpa? Não tem. Mas qual é a única forma que eles têm de conquistar aliados e chamar a atenção da mídia? Parando BR. Não tem outra explicação. Agora, poderia evitar? Claro que poderia, óbvio que poderia. Porque se você parar a BR quatro horas aí aparece representante da prefeitura e te promete até o foguete para te levar para Marte. Depois cai tudo no esquecimento.

A POLÍCIA NAS MANIFESTAÇÕES

I.

[...] Eu não tenho que reclamar [da polícia nas manifestações], porque (...) eu era inexperiente, as meninas também eram. Hoje nós entendemos como que se faz [...]. No primeiro dia nós ficamos todos meio perdidos e fomos nos ajeitando lá na hora. Nós não sabíamos que tinha que escrever tudo no papel para entregar para a polícia (...). Mas deu certo. (...) Qual que foi a nossa ideia? Nós passamos o dia inteiro fazendo cartazes e colocamos os meninos para caçar pneu, esse tipo de coisa, plástico para queimar na BR. Aí, (...) têm um lava-jato aqui em cima e os meninos foram lá, mas juntou muito pneu mesmo. E deixaram atrás da casa escondido. Aí o comandante lá de Ouro Preto (...) veio aqui em casa e falou para mim: "_ Mas o que vocês estão pretendendo fazer? Porque eu estou ouvindo na rádio, que vocês vão manifestar. Como é essa manifestação para vocês?". Aí eu fiquei meio cabreira e falei assim: "_Nós vamos manifestar, nós vamos pedir pelo lugar. Você conseguiu chegar aqui?". Aí ele [respondeu]: "_ É, está muito difícil (...) difícil até de passar com o carro". Eu falei assim: "_ Então, nós já estamos enjoados, tem muitos anos que nós moramos aqui, nós não vamos continuar nessa, (...) menino indo para a escola tendo que pisar em fezes e se chover ninguém sai de casa. Então nós não vamos continuar nessa situação que nós estamos". Aí ele [falou]: "_ Eu concordo, a manifestação é legítima, vocês têm o direito de

manifestar" [e continuou] "_ Mas como é que vocês estão querendo parar a BR?". Aí eu virei e falei assim com eles: "_Exatamente! Eu fui atrás do sargento, e eu queria que você me explicasse: como é que para a BR?". [Eu] perguntei para ele. Ele virou e falou assim: "_ Nós não apoiamos queimar pneu". E nós tínhamos um monte de pneu, nós custamos a dispensar os pneus depois. [Ele continuou] "_nós não apoiamos queimar pneu e esse tipo de coisa porque se tem uma mulher grávida, se tem uma idosa, uma criança, como é que nós vamos tirar o fogo da BR para passar um carro? [...] Eu sei que vocês estão certos, que são só pessoas de bem. Vocês podem ir para lá que às quatro horas da manhã a polícia rodoviária vai estar lá e nós vamos chegar para dar apoio também. Você pode deixar, só vai passar o que vocês quiserem, e nós, a polícia militar, vamos dar apoio, o que vocês falarem que não vai passar, não vai passar!". Aí eu, assim, aderi a prática deles. E foi bom e deu certo. Toda vez que tem que fazer [manifestação] nós chegamos neles, conversamos e vamos.

II.

Num primeiro instante, nas primeiras manifestações nossas, nós tivemos sim o apoio da polícia. Mas depois, eu acho que o prefeito começou a agir de má fé com a população, jogando a polícia contra nós. Só que [...] o promotor de justiça Dr. Domingos nos apoiou muito, ele falou assim: "_Antônio Pereira está no caminho certo". Aí nós conseguimos a força do promotor. Mas a polícia sempre [esteve] contra nós, a [polícia] militar [porque] a rodoviária não, ela vinha e nos atendia direitinho. Não tinha nada de chegar querendo bater, jogar spray de pimenta, nada. A [polícia] rodoviária sempre tratou a gente com mais educação. Porque nós rodávamos com eles aqui dentro do loteamento sempre reivindicando as mesmas coisas. Eles diziam assim: "_mas ainda não mexeu em nada?" e eu dizia [que] não.

PARTICIPAÇÃO POPULAR – CREDIBILIDADE

I.

[...] Aqui tem agora a associação de moradores [...] Sempre tem [reunião] (...) eu já fui. Agora não estou indo não. É boa [a reunião]. Faz [diferença], sempre.

II.

[...] Eu não sou representante de prefeitura nenhuma, não sou vereadora nenhuma, mas eu sou comunitária do bairro que eu moro. Se tiver um “trem” lá eu gosto de estar envolvida, porque (...), na minha opinião [...] quando a gente quer uma melhoria, tem que juntar, unir.

III.

[...] Quando tem reunião [da associação de moradores] a gente participa. Faz bastante [diferença]. Ajuda bem.

IV.

Na comunidade teve debate [entre candidatos a vereador]. (...) Já é a segunda eleição que tem debate. Muito interessante. É um debate aberto a toda a comunidade. Tem a pessoa que vai conduzir o debate e outra pessoa recolhendo perguntas; [tem também] uma pessoa pra filtrar, pra não ter alguma coisa ofensiva. Aí a própria comunidade vai fazendo as perguntas para os candidatos. Geralmente [quem organiza] é a comunidade mesmo, o GDAP (...). Partiu da comunidade. Foi feito debate lá na Vila e debate no "Pereira". [Em Antônio Pereira] aconteceu na quadra e na vila foi no clube. Nós [candidatos a vereador] fizemos um resumo dos principais problemas e a comunidade foi fazendo as perguntas.

V.

[...] Assim, eu até gosto de participar desse tipo de coisa [conselhos, audiências], eu gosto de ouvir a opinião das pessoas. Tem muitas coisas que às vezes não serve para você, mas serve para mim. E a gente ouvindo um, ouvindo outro, tem muita coisa [...] [que] serve para ajudar a gente mesmo no lugar, entendeu? Às vezes é uma coisa até interessante e a gente perde muito por não ir.

POTÊNCIA DA AÇÃO DIRETA – A FORÇA POPULAR

I.

[...] Nós tínhamos força, sabe? Nós pedíamos [e a] polícia dava apoio. Tudo o que nós queríamos a polícia estava junto, apoiava, a comunidade reunia. Uma vez [pensamos em] fazer uma reunião para o povo, aberta, [pra] pedir umas ideias [ao povo] pra gente crescer mais ainda. [...] Quando era dia de manifestação a gente comunicava, soltava foguetes, já [ocupava?] a BR (...). [...] Ainda falei, se tivéssemos pensado [nas manifestações] desde quando eu mudei para cá, né? A minha menina (...) mais nova tem oito anos, eu nem tinha ela ainda! [...] Se fosse daí pra frente, nosso Deus do céu! A melhoria era "mais"!

II.

[É como] eu estou te falando. Nós não conseguimos muitas coisas, mas pelo menos nós balançamos e algumas frutas caíram, entendeu? Que foi o início das casinhas (...), a Vale que também deu uma acordada e cobriu o ginásio pra gente, fez a praça que tem (...) os negócios de esporte, academia ao ar livre. A Samarco também, [...] eu te falo que eu acho que ela mais participa da comunidade do que a própria Vale porque tem várias entidades aqui que ela ajuda. Nós temos aqui várias associações que produzem coisas lindas. Agora que está inserindo nos mercados, mas também está muito devagar, porque nós não tivemos um apoio grande de divulgação.

III.

Eu acredito muito na mobilização popular. Porque há muitos anos um ou outro se destaca e vai tentando ajudar, mas chega uma hora em que ele cansa, ou muitas vezes não é ouvido. Aí como todo mundo está no mesmo propósito, aí parece que os líderes temem o povo mesmo, de verdade.

IV.

[...] Eu acho que tudo isso [manifestações] se encaixa numa coisa chamada política. Acho que quando o povo começou a tomar consciência do que é política e o que a política está fazendo com o nosso país, o povo resolveu acordar.

LIMITES DA AÇÃO DIRETA – TÁTICAS E RESULTADOS

I.

Eu participei [das manifestações], fui a algumas. Sei lá, parece que fica só naquilo. Depois eu pensei mesmo assim, eu não participo mais de manifestação em estrada não, porque prejudica muito quem não tem nada a ver com isso. Eu ficava com pena vendo aqueles carreteiros parados ali, o dia todo, parado ali no sol, às vezes com fome (...). [Surte] pouco [efeito], deu pouco [resultado]. Agora com o WhatsApp todo mundo fica sabendo de tudo, né? Mas antes não, era um falando para o outro. Um falava pro outro, ligava pra gente, passava avisando com o carro de som, sabe? Quando era de madrugada eles começavam a soltar uns foguetes lá e a gente sabia que estava começando. Mas eu não ia de madrugada não. Mas teve gente aí que ficou muitas horas na estrada (...). Mais de 24 horas na estrada aí, parado. Então eu acho assim, igual greve de professores. Prejudica quem? Os alunos, os meninos. São os maiores prejudicados, não são? Eu acho que são os maiores prejudicados, porque eu nunca vi greve nenhuma surtir efeito. Infelizmente. Porque quem está lá em cima não esta nem aí para quem não está indo na escola não, né? Sabe, não é que não possa fazer, mas eu não acho vantagem nenhuma não. A única coisa que acontece é a pressão que faz nos políticos lá. Mas eles não estão se incomodando muito com o povo não.

II.

Não participei das manifestações, (...) mas concordei em partes. Não participei porque eu não achei correto as pessoas fecharem a BR atrapalhando os serviços das empresas, sendo que nós tínhamos era que cobrar da prefeitura. Eu entendi que era uma forma de chamar a atenção, mas porque não foi todo mundo pra porta da prefeitura de Ouro Preto? Que é quem nos deve muito aqui [...]. Então eu não participei das manifestações. Mas, eu acompanhei, e nesse período das manifestações as organizações estavam trabalhando num projeto junto com

a Vale, né? Que foi onde conseguimos a construção da cobertura da quadra e fez aquela praça lá. Então nesse período a gente estava fazendo isso.

III.

Eu nunca participei [das manifestações]. Porque o meu pensamento não é esse [de] parar a BR. [...] Eles paravam e as pessoas não podiam nem ir e nem vir, isso impedia muita gente tanto de trabalhar como de estudar; e [tinham as] pessoas que (...) trabalhavam fora [daqui]; pessoas que estavam com horário marcado de alguma coisa, perderam. Eu pensei que a gente podia fazer uma manifestação lá, na sede, lá na prefeitura. Sempre pensei desse jeito. Por isso que eu não entrei. [...] Mas, [se] teve o aspecto negativo, (...) teve o aspecto positivo também. De repente os empregados pararam de trabalhar [parando] os serviços das empresas. E ninguém quer parar, né? A empresa quer produzir. Ela tem uma meta. Então (...) eles já bateram direto lá na prefeitura também, porque uma coisa movimenta a outra. Teve esse aspecto positivo, porque preocupou. [...] O prefeito veio aqui (...) eu acho que (...) deu um alerta sim, mas não foi uma coisa que eu achei que adiantou muito pra nós aqui não. Principalmente nessa administração [passada].

IV.

Assim, (...) a manifestação que eu achei bem bacana foi a [manifestação que ocorreu] quando as mulheres foram assassinadas. Então, teve a passeata na rua, não foi uma Paralisação. Houve ali uma reunião em frente ao posto de combustível, uma manifestação junto com a polícia e tal (...). [...] Houve uma mobilização e através disso tudo foi que conseguiram pegar o rapaz. Então houve essa manifestação das mulheres em torno dessa situação que eu acho que foi muito válida, porque se não tivesse ocorrido essa manifestação, não tinha resposta, não tinha resolvido parte do problema das mulheres. Então essa manifestação eu achei muito interessante, eu acho que podia ter mais. Porque quando o povo se une tem um poder que a gente nem imagina. Quanto a parar a BR eu acho que foi a que mais marcou, mas eu não sou muito a favor também, não só aqui como em qualquer outra parte do país que pare BR. Não sou contra greve, não sou contra nada (...). Mas, parar a BR eu acho meio desagradável sim, porque eu não tenho nada a ver com aquela Paralisação local [...].

DESAFIOS DA AUTO-ORGANIZAÇÃO POPULAR

I.

Quando tinha esses [grupo G10], toda semana tinha reunião. Aí tudo o que um falava o outro conformava, mas assim, desde que não fosse para voltar para trás, né? Então, às vezes

tinha alguma coisa que não batia e a gente tentava renovar [refazer] a reunião em outro dia, para entender, levar. [...] Estava indo muito bem. Aí depois começou a dar para trás [...] [Houve desavenças no grupo]. Mas a tendência é continuar. [...] Eu ainda aguardo a volta, né? Se tiver eu estou dentro, né?

II.

No princípio teve muita organização, muito compartilhamento de ideias. Hoje as coisas estão começando a caminhar, engatinhar na verdade. Mas estão [ocorrendo] algumas divisões (...) dentro de Antônio Pereira. Está atrapalhando, mas também motiva. Mas no começo teve muita união.

III.

Ainda hoje eu estava conversando com o vereador e falei assim: “_quando eu colocar alguma coisa no grupo, não entenda que eu estou mandando te criticar não, eu estou é reivindicando as coisas para o lugar”. Isso eu sempre fiz. Eu nunca gostei de participar de associação (...) porque eu não gosto de reunião, a verdade é essa. Eu não tenho paciência de ficar ali, porque (...) tem gente que vai lá para fazer discurso, é ou não é? Eu não tenho paciência de ficar parada no mesmo lugar. Toda vez que vai eleger uma associação eles me convidam para entrar, eu não entro. Mas quando tem que cobrar, reivindicar, eu cobro sim.

IV.

[...] Geralmente são os trabalhadores [que participam das manifestações]. Os trabalhadores que se sentem mais lesados é que vão e fazem esse protesto. Como [em] todo lugar, tem aquelas pessoas que só ficam na aba. Gostam de falar em grupo, mas na hora de agir, não agem. O povo tem que entender, a gente está tentando fazer o povo entender que o que eu vou conquistar de bom para mim também vai ser bom para ele. Então acho que o povo tem que ser mais participativo nesses aspectos aí também. Saiu pouco do comodismo. Falta mais um pouquinho de iniciativa de algumas pessoas. Mas, tem pessoas aqui que realmente levantam a bandeira, que querem mudança para o lugar mesmo. Mas eu acho que o povo tem que mudar um pouquinho a cultura dele. Eu acho que, se a gente já tem uma negatividade, a gente tem que começar a mudar isso dentro de nós [...].

CONSELHOS MUNICIPAIS

I.

A falecida Dona Andira, foi ela que trouxe para junto da comunidade essa informação que nós deveríamos participar dos conselhos, para estarmos inteirados dos assuntos, do que anda acontecendo dentro da secretaria, dentro de todo o município. Nós também não temos o

que reclamar dos conselhos [...] Os únicos conselhos que estão presentes aqui hoje são o da assistência social, o da saúde e o da criança e adolescente. [...] E as reuniões são avisadas pelos próprios conselheiros que temos aqui, pregadas no posto de saúde e nos lugares mais frequentados pelo público: no CRAS, na porta da[s] igreja[s]. Então assim, na medida do possível, a população está tentando acompanhar. [...] Precisa assim que outros conselhos venham a integrar conselheiros da comunidade. Mas também (...) existe aquela grande dificuldade de achar quem queira participar, entendeu? Porque, por exemplo, eu poderia participar, mas chegaria dia que eu não poderia ir por causa do meu trabalho. As pessoas que têm essa disponibilidade de frequentar os conselhos não querem. Essa é a tecla que a gente bate muito, participação da população também nesses conselhos.

II.

[O problema dos conselhos é que] com o tempo as pessoas oscilam, elas se vendem. Um exemplo: [representação] do usuário do SUS [...] quando o usuário precisa [do representante] ele está do lado (...) do pessoal da saúde, que trabalha, que tá ganhando dinheiro. Eles oscilam mesmo. Eu acho que teria que ser uma pessoa bem do povo mesmo para estar representando, sabe?

III.

Eu participo [do COMPATRI]. Pois é, outro problema também. É ótimo, faz um trabalho bacana, só que [deixaram] uma pauta só pra gente falar da Igreja queimada mesmo, que é patrimônio (...). E já vai pra dois anos que eu estou correndo atrás (...) ficou uma pauta só pra falar da igreja queimada e até hoje não vieram nem ver, sequer ver. O mato está acabando com a ruína. Falaram que iam passar um dossiê pra mim e até hoje não passaram e o que acontece [é que] a ruína vai caindo. A gente não pode limpar, a comunidade não pode por a mão, mas eles também não zelam e não cuidam. A gente fica muito indignado. [...]

APOIO INSTITUCIONAL

I.

[Tem que] tirar o lixo (...) porque está tendo muitos casos de bicho aí, esses casos de dengue. Não adianta eu limpar o meu terreiro e caixa d'água. (...) O pessoal da prefeitura veio e falou: " _ Você está de parabéns, seu terreiro está todo limpo, caixa [d'água] toda limpinha". Mas, e a rua? Então não adianta.

II.

Tiveram muitos cursos com o pessoal da UFOP. Depois veio o [professor] para nos ensinar a fazer os produtos. Eles vinham toda semana, os meninos da UFOP.

III.

Nós mobilizamos parceria o tempo todo. Da prefeitura o que a gente conseguiu foi o terreno, que a gente estava com dificuldade de conseguir [...] Mas também tem a Vale e a Samarco [...] o empurrão inicial foi com as empresas aqui. Quando começou a associação de costureiras o nosso primeiro investidor foi a Samarco, [que] acreditou no trabalho. Depois veio a Vale (...). A Samarco depois continuou dando assistência pra gente. [E] a UFOP, a gente tem contado mesmo com eles. [...] A UFOP tem o grupo NUCAT que trabalhava com as associações aqui. Estava dando suporte em gestão de negócio, marketing, eles ajudaram muito as associações. Tem muita [participação da UFOP], foi muito bom. Também com o apoio financeiro da Samarco. O professor Clécio [Arquitetura – UFOP] que fez a planta da nossa construção com os alunos dele de arquitetura. [Para a] construção (...) [nós ainda estamos] captando recurso. A [Associação] “Mãos que Brilham” já tinha o recurso, não tinha o terreno; agora eles estão ok, já está quase acabando a construção [...]

SOMANDO FORÇAS

I.

[Teve resultado?] Claro! A população amadureceu muito; antes aqui a liderança era um (...) era jogada nas costas de um e dois, um exemplo, Dona Andira e Dona Dunga. (...) Eu vi um amadurecimento da comunidade, a partir de um tempo. E, comunidade, como em qualquer outro lugar é formada por líderes mesmo. Tem que ter isso, as pessoas tem que se posicionar, tem que descer do muro. [Diversificou] muito! São várias pessoas lutando por várias causas, e tem que ser justo, bem dividido. [...] [Tem que ser resultado de manifestações] diversas, um exemplo: as associações usaram muito o poder da palavra, de sentar e dialogar, e eles o jeito deles lá, que foi fechar a BR, foi se manifestar. Claro que somou, claro!

II.

A comunidade aqui é muito unida. [Pra conquistar alguma coisa] é a comunidade que se vira, junta uma galera, pega e faz. Porque se depender lá de fora não chega nada aqui.

III.

Eu participei [das mobilizações] da seguinte forma: eles me chamaram pra participar porque eu sou fotógrafo, faço filmagem. [Eles] me chamaram pra cobrir esse protesto. (...) Porque querendo ou não, se tiver alguma mídia [para registrar é melhor]. Eles estavam preocupados (...) de as autoridades chegarem e começarem a agredir [...].

IV.

Eu também cheguei a participar, porque aqui pode não parecer, mas é uma comunidade muito unida. Então, quando eles iam fechar a BR, [eles] colocavam no grupo, um ia falando para o outro, soltavam foguete para sinalizar e todos iam.

EQUIPAMENTOS PÚBLICOS E COMUNITÁRIOS

I.

O dia inteiro ali [na quadra] os meninos jogam. Foi uma excelente coisa. Na praça tem gente o dia inteiro, porque depois a gente comprou a academia ao ar livre. Depois a gente viu que os meninos ficaram loucos com a academia, as crianças (...). [Pensamos] “_Bom, já que ainda tem recurso, vamos comprar um parquinho, porque as crianças vão para o parquinho”. [Hoje] tem a pista de caminhada, tem os aparelhos e tem o parquinho.

II.

Não tem um lugar de lazer legal mesmo para os jovens, não tem algo atraente para poder ocupar a mente do jovem. Acho que, assim, 50% dos jovens que estão em situação de tráfico e outras coisas (...) um dos fatores é esse. Eles não têm um espaço onde eles se identificam. Tem essa quadra agora, que foi uma luta (...) teve um retorno muito grande. [...] Hoje nós podemos sair daqui agora e eu te garanto que vamos encontrar no mínimo quinze, trinta lá nesse espaço. Então, se tivesse mais espaço, mais coisas que o jovem gosta (...) isso iria ajudar bastante.

MINERAÇÃO – ASPECTOS NEGATIVOS

I.

O [aspecto] negativo [da mineração] é que hoje eu me sinto cercado. Eu vivo em Antônio Pereira desde a minha infância e conheci várias cachoeiras. Algumas foram destruídas pela atividade mineradora, uma das mais bonitas, que era a Cachoeira da Lagoa Azul, hoje é barragem de rejeitos. A gente não tem lazer, entendeu? Ficamos o tempo todo cercado por isso, aprisionado, você não tem para onde sair mais e o lugar não tem para onde crescer.

II.

Aspecto negativo [da mineração] a gente está vendo aí, na nossa cara. Acabando com o que temos de precioso, né? Cachoeiras, espaço, por exemplo, até mesmo saúde [porque tem] a barragem bem aqui em cima de nós (...) [que gera muita] poeira em Antônio Pereira. (...) Tanto é que o nome da página [da rede social] que os meninos [jovens] sugeriram é que fosse "Pereira Poeirento". Nós perguntamos o porquê de “Pereira Poeirento” e o que mais foi

levantado foi [o problema do] bairro “loteamento novo”, que não tem asfalto, e por causa das mineradoras.

A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

I.

E agora com a eleição de um vereador nosso, lá dentro da prefeitura (...) da Câmara, eu acho que as coisas tendem a melhorar. [...] A comunidade está apostando muito [na nova gestão] [...] Eu acho que, enquanto houver um diálogo aberto, houver resultados satisfatórios, [a manifestação] ficará em segundo plano. Eu espero nunca ter que usá-la, né? Nós não teremos que parar a BR, nós não teremos que ir à Câmara, mas as cobranças e vigilâncias serão constantes, independente de quem seja. [...] O que nós esperamos nessa nova jornada é que nós não tenhamos que recorrer a nenhum tipo de manifestação, nenhum tipo de protesto.

II.

[...] Eu já falei hoje aqui [...] se não tiver cobrança fica do mesmo tamanho. Quem entrou vai ter que aguentar as coisas agora, porque aperto (...) eles vão passar um tiquinho, né? [...] Pra ser sincera pra você, toda vida teve dez, quinze vereadores. O pessoal esse ano não queria votar era pra ninguém. Eles falaram: “_Nós não vamos eleger vereador, porque sem vereador a gente conseguiu fazer o que tinha de fazer. Se tem um vereador para não fazer é melhor ficar sem”. Aí depois o pessoal reviu: “_ vamos fazer uma coisa: [votar em] um novo! Vamos eleger aquele, se não fizer também (...)”. Se fizer, bem; se não fizer, a gente vai cobrar.

III.

É bom saber que a gente tem um representante lá [...]. De uma certa forma ele é um vínculo entre Antônio Pereira e a Câmara; eu acho que ele está começando bem, é novo, tem tudo para dar certo. Já vi também que ele é bem independente de (...) se a pessoa esteve do lado dele ou não na campanha; se ele continuar do jeito que ele está eu acredito que ele vai ser nosso vereador por mais um mandato. [...] Eu acredito! A gente tem que acreditar (...) se não fica difícil viver!

IV.

Eu procuro estar no dia-a-dia da comunidade. Esse é o jeito de eu estar ouvindo a comunidade. [...] Eu sei da maioria dos problemas porque eu vivo lá, né? Então eu procuro estar presente o máximo possível na comunidade. Converso com um, converso com outro, ando nas ruas todas (...). Eu venho mais a Ouro Preto para as reuniões [da Câmara de Vereadores]. Tem um escritório parlamentar lá [em Antônio Pereira] também. Antônio

Pereira nunca teve um escritório parlamentar. Quando eu não estou lá tem o assessor anotando as demandas da comunidade.

A SAMARCO

I.

[Audiência pública sobre a Samarco] A questão (...) da sobrevivência mesmo do distrito. (...) Acho que se houve um erro, se houve uma falha, que ela seja corrigida e que os erros sejam pagos. Não tem como você pagar por uma vida, e acho que tem que ser esclarecido sim. Mas por outro lado, infelizmente nós não vamos sobreviver sem ela. Nós temos aqui a parte que abrange desde Barão de Cocais até ouro Preto, nós não vivemos sem a mineradora. Ouro Preto ainda consegue sobreviver um pouco, porque tem turismo. Mas e nós? Aqui, sempre foi exploração de minério. Na época, quando não era ouro ou pedras, passou a ser o minério. Então, se Antônio Pereira hoje continua sobrevivendo é questão de minério, exploração mineral. Nós não temos outra cultura. Quando não tem emprego, para você ter ideia, as pessoas vão para o garimpo, porque ainda extrai esse ouro aqui no manual. Mas são perseguidas, são presas. Tem aí a exploração de topázio, de pedras preciosas, ainda se encontra (...) mas também se é pego, é preso. Então assim, Antônio Pereira não tem outra fonte de renda. Então nós pedimos (...) que ela retorne. Que fosse apurado, que ela retornasse com segurança, mais atenção às vidas, mas que retornasse. Porque [...] o desemprego aqui é muito grande.

II.

Então a gente vai ter que entender que [com] a volta da Samarco (...) vai ter mais recursos lá para dar continuidade nos negócios, né? Então, a gente está entendendo que a Samarco deu uma falida, a gente não vai lá e vai subir na BR pra pedir melhoria. A gente está entendendo (...) que [a Samarco] voltando, as coisas têm que melhorar, né? A gente pretende ver o bairro arrumado, [ver a] comunidade ser bem atendida pelos vereadores, prefeito [...]. Nós tomamos o nome de “índio” lá na BR: “_Os índios estão todos lá na BR”. Mas [foi] uma coisa que a gente buscou para o bem da gente.

A JUVENTUDE E A ONG “OFICINA DE IMAGENS”

I. Dialogam sobre o assunto o coordenador W. e a coordenadora R.

W. Nas nossas oficinas [...] a primeira coisa que [os jovens] falaram é fechar a BR.

R. Eles já sabem dos direitos deles, eles já sabem que estão sendo violados.

W. Agora eles estão em outra pegada. Eles estão cientes de que tem a forma de protestar fechando a BR, mas tem um jeito de denunciar recorrendo aos nossos direitos sem precisar brigar (...) que é utilizar as redes sociais, a internet. Então hoje eles estão mais nisso.

R. Eu comecei a trabalhar na Casa Escola há oito anos, bem no comecinho. Esse projeto foi idealizado pelo Marcos Luceno, e durante um ano foi custeado pela Samarco [...]. Nós tínhamos uma infraestrutura boa, tinha como trabalhar adequadamente, tinha uma brinquedoteca bem montada, a videoteca (...). Depois que o dinheiro acabou a gente mudou de sede; essa aqui já é a terceira e a gente vem trabalhando da forma que dá, sabe? A comunidade de vez em quando ajuda, doa material de limpeza, os livros também, são maioria doação da comunidade, sabe? [...] Em 2013 veio o [projeto] Mobilização da Juventude [Mobilização das Juventudes de Antônio Pereira]. [veio] a [ONG] Oficina de Imagens pra cá pra fazer um levantamento do que os jovens necessitavam aqui. Eles vieram para esse espaço, pra trabalhar com os jovens [...] Depois entrou esse projeto “Proteger é preciso” [...] que é financiado pela Vale e pela Fundação Vale.

W. Houve várias reuniões com a Vale e [a população sempre] pressionando. Então a Vale veio com esse projeto que é a “Mobilização da Juventude”. Qual era a intenção? Mobilizar a juventude e escutar: o que a juventude quer? Então surgiram várias coisas, e nesse processo houve muito essa demanda (...) de lazer. Foi percebido que aqui tem um índice muito grande de violência e exploração sexual e até mesmo trabalho infantil. Esse diagnóstico [foi passado] para a Vale. [...]

W. Então esse [projeto] “Proteger é preciso”, que é uma ampliação da Oficina de Imagens, veio com (...) o intuito de trabalhar nessa pauta que foi levantada: lazer para os jovens, cultura (...) [além de] tentar diminuir um pouquinho (...) a violência sexual contra crianças e adolescentes. Então em 2014 [nós] trabalhamos mais isso. Com temática, oficinas que abordam isso, trabalhando o gancho de direitos (...) porque não tem como discutir enfrentamento sem antes discutir os direitos. Em 2015 nós viemos com outra pegada. Aí começamos a perguntar pra eles o que eles queriam trabalhar (...) mas no mesmo gancho (...) de 2014. Aí fizemos oficina de fotografia, rádio, grafite, teatro (...). Eles se identificaram mais com a fotografia e o vídeo. [...] Em 2016 começamos a trabalhar com eles de uma forma diferente. Eles já estavam dominando as técnicas (...) então começamos a trabalhar com eles em cima de projetos: “_Se a oficina sair, vocês tem que continuar tocando pra poder oferecer algo pra comunidade”. Então começamos a ensiná-los a criar projetos, correr atrás de recursos, e pedimos a eles para escolherem um tema. [...] Eles resolveram falar da questão da violência policial, [que] aqui é muito forte. Ou seja, trabalhamos dois anos no gancho dos

direitos e quando fizemos uma pergunta pra eles e eles responderam da forma que aprenderam [então] começamos a perceber um resultado real.

R. Eles conseguiram perceber que o jeito que os policiais tratavam eles não estava certo. Eles eram discriminados pelas roupas, sabe? [Eram] abordados na rua com violência (...) sem necessidade. Isso já estava incomodando (...), e eles queriam falar, de uma forma mais leve, mas chamando a atenção pra esse lado.

W. E agora, em 2017, já que eles trabalharam nessa linha, nós fizemos uma pergunta: “_O que vocês querem fazer daqui pra frente?” [...]. [Eles responderam] “_Vamos ser uma agência de comunicação. Vamos começar a produzir as notícias, vamos começar a denunciar através das redes sociais (...), trazer coisas diferentes, divulgar artistas locais de Antônio Pereira, dar visibilidade pra Antônio Pereira”.

R. Agora eles têm uma página, “Pereira Poeirento” e estamos trabalhando com eles pra movimentar essa página, sabe? [...]

W. Estamos trabalhando até o fim de abril com cinco quadros: (...) “#quem sou eu”[...] “Antônio Pereira uma fotografia por semana”, [...] “#levanta a poeira”, [...]”Arte local” [...] e o outro “uma matéria ou entrevista da vez”. Uma vez por mês nós estamos fazendo reunião com a comunidade, levantando pautas. [...] Pra estar sempre publicando coisas que são do interesse comum. [...]

DIREITO À CIDADE

I.

Para mim [o direito à cidade] é qualidade de vida saudável, espaços urbanizados, espaços de recreação para crianças (...) porque nós temos poucos aqui dentro de Antônio Pereira. É uma saúde completa, atendimento odontológico, que aqui é escasso [...]. É uma participação maior do poder público aqui dentro. Acho que é o principal. E, acima de tudo, o respeito das grandes empresas e parceria com o poder público [para] estar sanando algumas dificuldades que são muitas aqui dentro.

II.

Direito à cidade para mim, que moro aqui no distrito, é o acesso que a gente não tem. [...] Direito à cidade eu posso entender, na forma popular, como o direito de conhecer a cidade, de ser um cidadão.

III.

Direito à cidade? Eu acredito que seria uma cidade melhor, um lugar melhor (...) e o tomar posse, né? Você se empoderar do que é seu. Acredito que seria isso! Viver bem!

IV.

Então, diante de todas as perguntas que você fez, eu acho que o direito à cidade seria eu ter um representante do meu distrito em cada conselho. Porque se eu tenho um representante meu, ativo dentro da minha comunidade dentro do conselho de saúde, [por exemplo], eu vou ter uma boa saúde onde eu moro, porque ele vai buscar, ele vai gritar, ele vai pedir. Então assim, diante de tudo aí exposto, para nós termos direito à cidade seria [necessário] participar um membro da comunidade em cada conselho.

TROCA DE SABERES

I.

[...] Se precisar voltar, as portas estão abertas! É bom porque (...) às vezes a pessoa vê assim o lugar, mas não sabe o que acontece e o que está por trás. Não sei se eu dei a minha entrevista direitinho, mas a minha intenção é essa aí! Ajudar a crescer e deixar para os filhos, porque os filhos estão crescendo (...) não passaram pelo que a gente já passou.

5.4 Reflexões para uma prática local participativa e reivindicativa*5.4.1 Perspectivas da ação direta no contexto local*

Diante do conteúdo apresentado, faremos algumas observações no sentido de responder às perguntas que tomamos como norteadoras dessa pesquisa de campo. Para além desses apontamentos, ainda preliminares, abordaremos, em seguida, os desafios da participação institucionalizada, tomando como referência principal a observação que realizamos no primeiro módulo do Curso de Conselheiros Municipais realizado em Ouro Preto, no dia 8 de abril de 2017.

A primeira questão que levantamos no projeto de pesquisa diz respeito à composição do grupo que chamamos de agentes diretos: quem eram os manifestantes e o que os levou à ação direta? A partir da investigação do contexto local e a partir das entrevistas realizadas com os agentes diretos, dentre lideranças e participantes, pudemos perceber que os manifestantes eram, em sua maioria, moradores do Loteamento Novo, trabalhadores da mineração com alguma referência na luta sindical e moradores dos bairros de ocupação e desenvolvimento recente (a partir da década de 1990).

Notamos que os agentes diretos – como convenciamos chamar àqueles e àquelas que estiveram, em algum momento, envolvidos nas manifestações – não estavam vinculados às outras formas de organização já estabelecidas no lugar tais como as associações de moradores e as associações produtivas os quais se organizam em torno do Grupo de

Desenvolvimento de Antônio Pereira – GDAP. Em termos de organização, vale destacar a referência do sindicato dos trabalhadores da Vale, “Metabase Inconfidentes” ao qual estavam vinculados ao menos dois agentes diretos. Esse movimento dos agentes diretos foi bastante significativo, pois apontou para o surgimento de novas lideranças, até então pouco envolvidas com a participação nos espaços comunitários, o que gerou certo conflito com os grupos já existentes. Embora seja de difícil assimilação, os conflitos entre ideais e táticas de luta são uma grande potência e precisam ser vistos como elementos positivos, necessários ao amadurecimento da organização popular uma vez que possibilitam experimentar novas práticas permitindo assim a anunciação de novas conclusões.

Em relação à ação direta e à desobediência civil dos atos pautados na interrupção do trânsito da MG-129, conhecida como “rodovia Samarco”, concluimos que, à luz dos problemas históricos – como o abandono do poder público – e da falta de direitos essenciais – como ao saneamento básico –, a apropriação da ação direta como um instrumento de luta se deu a partir da onda nacional de mobilizações, aberta em junho de 2013. A população tomou conhecimento das mobilizações e das possibilidades abertas por essas a partir da mídia, principalmente a partir das redes de telecomunicação.

Esse elemento nos faz retomar o assunto do capítulo 2, no qual tratamos da importância da superestrutura (e das formas ideológicas de dominação) na formação da consciência social e o seu precioso papel na luta de classes. Podemos dizer que a utilização da ação direta pela comunidade de Antônio Pereira no intervalo de 2013 a 2016 demonstra que o consenso necessário à legitimação e garantia da hegemonia da classe dominante pode ficar estremecido a partir da luta da classe trabalhadora.

Os moradores que foram às manifestações tinham como alvo o poder público, tomado pela grande maioria dos moradores como o responsável pelas más condições de vida no distrito. As mineradoras, mesmo sendo eximidas pelos manifestantes da responsabilidade em relação aos problemas mais urgentes da comunidade, foram propositalmente afetadas como parte da tática para alcançar visibilidade. Podemos perceber a relevância desse enfrentamento tendo em vista que as empresas adotam claras táticas de convencimento e controle social como observam Zonta e Trocate,

A contestação social ante a degradação promovida pelas mineradoras nos territórios vem sendo compreendida enquanto um risco para o mundo empresarial e, para gerenciar este risco, as empresas buscam realizar uma série de ações nomeadas de sustentabilidade e responsabilidade social. Acreditam que, ao promover uma aproximação com as comunidades, através de ações filantrópicas, investimentos em projetos sociais, relacionamentos institucionais etc., podem fazer cessar ou mesmo antecipar-se aos conflitos ambientais. As modificações nas formas de

relacionamento da empresa para com as comunidades teriam o objetivo de neutralizar a crítica social e garantir o que, no léxico corporativo, vem sendo denominado de licença social para operar (ZONTA e TROCATE, 2016, p.190).

Grande parte do consenso necessário à manutenção da hegemonia da classe dominante se estrutura nesse grande obscurantismo em relação aos responsáveis pela degradação ambiental, pela concentração de renda, pela desigualdade social, seja no distrito ou em qualquer outra parte do país e do mundo. Exime-se da responsabilidade as grandes empresas que representam o que chamamos no capítulo 2 de classe capitalista e postula-se o Estado como principal – e às vezes único – inimigo, o que acaba por encobrir os interesses privados que movem esse estado capitalista, ocultando as tarefas da classe trabalhadora para a superação da sua condição de classe explorada e oprimida, relegada a um espaço excludente, desigual e desestruturado.

A partir das narrativas, pudemos verificar o quanto está presente no imaginário coletivo uma imagem positiva e humanizada das mineradoras que “se preocupam” com o lugar, “acreditam” nos projetos, “investem” nos jovens e na população em geral. Com a total ausência do poder público na promoção de melhores condições de vida para os moradores de Antônio Pereira, de fato as mineradoras acabaram por consolidar investimentos sociais, equipamentos urbanos e comunitários que chamaram a atenção da comunidade e melhoraram as condições de vida. Podemos argumentar que tais investimentos apenas correspondem à responsabilidade social das empresas, tendo em vista a magnitude da exploração mineral na região de Antônio Pereira.

Contudo, a regulamentação dos impostos que devem ser repassados ao município, com destaque para o CFEM – Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais –, fortalece a visão de que o pagamento dos impostos já abrange todas as dívidas da mineração para com o lugar. Diante disso, as empresas acabam por ocupar o lugar do paternalismo político tão conhecido no Brasil garantindo, direta ou indiretamente, a gratidão e a fidelidade de um povo heterônomo, condicionado a viver da exploração mineral. Conforme argumenta Sidney Tarrow (2009) em relação aos entendimentos e identidades compartilhadas pelos participantes da ação coletiva, que vão definir quem são os inimigos na estrutura de conflito de um movimento,

Utilizando identidades coletivas e moldando novas, os desafiantes estabelecem os limites de seus adeptos futuros e definem seus inimigos através de tributos e maldades reais ou imaginários [...]. Fazem isso através do conteúdo de suas mensagens ideológicas e, da mesma forma, através das imagens que projetam de seus inimigos e aliados (TARROW, 2009, p.41).

Diante desse cenário, foi altamente significativa a pressão exercida sobre as empresas no momento das mobilizações. No entanto, a resposta sobre a repercussão das mobilizações para os diferentes agentes sociais se encaixa nesse mesmo contexto de análise. Em nível nacional, cabe salientar que a reorganização dos aparelhos privados de hegemonia diante da crise de governança aberta no Brasil em 2013 foi clara e inequívoca: houve uma rápida reestruturação do discurso e da narrativa midiática contra a desobediência civil; era preciso reestabelecer o controle por parte da elite dominante. Conforme afirma Tarrow (2009) em relação à disputa de significados,

Na luta pelos significados, em que os movimentos estão sempre engajados, é raro não ficarem em desvantagem quando competem com os estados, que não apenas controlam os meios de repressão mas têm à sua disposição instrumentos importantes para a construção de significados. A luta entre os estados e movimentos ocorre não apenas nas ruas, mas nas disputas pela significação (TARROW, 2009, p.41).

Sendo assim, a reestruturação do discurso da classe hegemônica alcançou seu objetivo imediato e ecoou na sociedade civil, que a partir das suas diversas organizações passou a refutar a ação direta como possibilidade real de organização popular. Essa reorientação ideológica, associada à relação paternalista das mineradoras, nos ajuda a compreender melhor a repercussão das manifestações para os agentes sociais indiretos.

Em primeiro lugar, foi claramente observado que as organizações pré-existentes, que constituíam o GDAP, tenderam a rejeitar as ações que causassem prejuízo às mineradoras. Um dos motivos foi apontado acima: as associações nutrem uma relação de parceria permanente com as mineradoras Vale e Samarco. São os projetos, as ações e os recursos compartilhados pelas mineradoras que possibilitam, em grande medida, a sobrevivência das associações. Conforme apontam Zonta e Trocate,

[...] a legitimação social da atividade [minério-exportadora] passa pela formação de um hábil discurso pró-mineração, muitas vezes amparado por empresas especializadas na comunicação com as comunidades [...].
A Samarco, através destas agências, mantém a avaliação e o monitoramento das comunidades. Esse monitoramento tem como objetivo identificar possíveis pontos de tensão que coloquem em risco a imagem pública da empresa e, no limite, suas atividades operacionais. No mapeamento de possíveis conflitos sociais, importa saber o poder de influência e os interesses dos diversos grupos frente aos projetos mineradores. Dessa forma, a empresa realiza encontros com lideranças comunitárias, programas de visita às operações e fóruns públicos, buscando se antecipar a mobilizações sociais e outras 'ameaças' potenciais (ZONTA e TROCATE, 2016, p.196).

Um segundo motivo apresentado para a rejeição das manifestações foi que estas teriam restringido um direito elementar: o direito de ir e vir. Esse segundo motivo está bastante alinhado com a reorientação da narrativa televisiva (principalmente) para a manutenção da

hegemonia da classe dominante e demonstra que houve uma ampla absorção por parte da sociedade.

Por último, podemos destacar que a adequação das associações a um formato pré-estabelecido – reconhecimento jurídico, regimento, funções definidas, representantes oficiais – permitem que elas adentrem mais facilmente os espaços institucionais, referente ao poder público ou até mesmo referente ao poder privado. Nesse sentido depositam suas expectativas no diálogo e na mesa de negociações, possibilidade que não existe para a população em geral e para os grupos auto-organizados, sem consolidação jurídica e sem clara representação (alguém que fale em nome do grupo).

Quanto aos resultados, não é possível precisar todas as ações concretas tomadas pelo poder público a partir das manifestações. Contudo, associando as narrativas com a pesquisa nos dados oficiais do município identificamos que no intervalo de 2014 a 2016 ocorreram, por parte do executivo, iniciativas concretas em relação à reforma do CRAS e à obra do Residencial Dom Luciano (Loteamento Novo), além da doação de terreno às três associações produtivas e duas subvenções de R\$60.000 repassadas em 2014 e 2015 à Associação de Moradores da Vila Residencial Antônio Pereira para aplicação no Projeto Casa Escola. Nesse sentido, se compararmos as demandas levantadas pela comunidade com as ações governamentais tomadas principalmente nos anos de 2015 e 2016, dois últimos anos do mandato, podemos afirmar que os resultados da organização popular foram concretos, embora ainda se tenha muito a conquistar, como foi amplamente observado pelos diversos agentes sociais.

Outro questionamento que levantamos no projeto de pesquisa foi: qual a repercussão da auto-organização para os diferentes agentes sociais? A repercussão das mobilizações foi positiva na grande maioria das entrevistas; mesmo em desacordo com a tática, muitos agentes sociais indiretos apontaram que a mobilização popular gerou modificações positivas na relação do poder público e na relação das mineradoras com os moradores do distrito. Contudo, a organização e a participação, sejam elas pelas vias institucionais ou não, dependem de resultados concretos para motivarem os grupos a permanecerem envolvidos com a luta popular.

Dentre os entrevistados houve muita discordância em relação aos resultados concretos, para além da positiva mudança nas relações com o distrito. Há aqueles que apontam que houve resultados concretos e estão em maior número; mas há também aqueles que acham que nada foi feito e que toda a energia usada nas mobilizações foi em vão. Contudo, a organização popular deve caminhar no sentido de extrapolar para pautas cada vez menos

concretas, de direitos mais amplos e emancipadores. Nesse sentido, o avanço da consciência dos moradores para a necessidade de luta e organização permanente é um dos maiores desafios da organização popular que se esbarra diretamente com a cultura da representação, que retira do indivíduo a sua autonomia para planejar, decidir, fiscalizar etc. Os desentendimentos dentro do grupo também foram elementos de desestímulo e descrédito da luta popular, principalmente dentre os agentes diretos.

Em relação aos vínculos entre a ação direta e a participação institucional, percebemos que há uma enorme distância entre essas duas formas de ação e participação, sendo que uma está onde a outra não está. Ou seja, o cruzamento dessas duas esferas é pouco cogitado e as pessoas que tem alguma participação em fóruns municipais e espaços de participação institucional – como nos conselhos, por exemplo – apareceram poucas vezes nas narrativas e praticamente não foram citadas como lideranças locais. Para o conjunto da população a esfera institucional se restringe às reuniões da Câmara de Vereadores e, muito recentemente, em decorrência inclusive da pressão popular, entraram em cena as audiências públicas, como espaços institucionais nos quais a comunidade como um todo tem direito à voz.

Vale ressaltar que os conselhos municipais são pouco conhecidos e há muita confusão em relação ao que são e para que servem. Dentre os conselhos mencionados estão o Conselho Municipal da Saúde (CMS), Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA) e o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS). Ao serem indagados sobre o Conselho Municipal de Políticas Urbanas (COMPURB), à exceção de uma única entrevista, os demais agentes diretos e indiretos responderam que desconheciam. O Conselho Municipal de Habitação não foi sequer mencionado. Levando em consideração que as demandas mais urgentes no distrito giram em torno da infraestrutura urbana e da questão habitacional (no loteamento novo), é extremamente relevante observarmos que em nenhum momento esses conselhos aparecem no conjunto das narrativas, nem mesmo nas narrativas dos atores indiretos.

Há outro elemento a ser destacado: houve apenas uma menção à possibilidade de cooptação nos conselhos. Isso nos leva a tirar a seguinte conclusão: a participação institucionalizada, para além dos problemas mencionados nos capítulos anteriores (simbólica, não efetiva, cooptada etc.), não existe no imaginário da população de maneira geral. Há mais desconhecimento do que desapontamento, principalmente nas áreas periféricas. A burocracia dos conselhos em relação às entidades, o formato, a questão do deslocamento e do horário das reuniões são obstáculos à participação daqueles que estão minimamente organizados em alguma entidade, associação etc.. A regularização jurídica e financeira das entidades é um

segundo grande obstáculo. Mas para os que não estão organizados, os limites são ainda maiores e mais difíceis de ultrapassar. A organização permanente, por meio de reuniões, o necessário embate de ideias e a necessária consciência de uma responsabilidade conjunta são elementos decisivos da auto-organização popular.

Por fim, em relação aos desdobramentos desse ciclo de lutas, retomemos às reflexões de Tarrow (2009) sobre os resultados de movimentos:

Em relação aos resultados dos movimentos sociais, o ponto importante é que, embora usualmente esses movimentos se considerem fora e em oposição às instituições, o agir coletivamente os coloca em redes políticas complexas, e, assim, ao alcance do Estado. Em última instância, os movimentos tentam enunciar reivindicações em termos de quadros de significados compreensíveis para uma sociedade mais ampla; usam formas de ação coletiva extraídas de um repertório existente e desenvolvem tipos de organização que frequentemente imitam as organizações às quais se opõe (TARROW, 2009, p.45).

A partir do exposto, verificamos que ação direta tem uma inequívoca relação com a luta institucional, uma vez que os ciclos de confronto “criam oportunidades para as elites e contraelites e as ações que começam nas ruas são resolvidas nos salões do governo ou pelas baionetas do exército” (TARROW, 2009, p.45). Em Antônio Pereira, pudemos observar que a comunidade buscou consolidar as mudanças vividas nesse último período, 2013 a 2016, pela via institucional (eleições).

O candidato “Vander Leitoa” (como é chamado), que participou ativamente das manifestações, foi eleito a vereador com aproximadamente 26% do total de votos do distrito. Pertencente ao quadro de funcionários da Vale e membro da direção do sindicato “Metabase Inconfidentes”, Vander foi um dos nomes escolhidos pelo grupo (G10) para ser lançado nas eleições como um representante da luta do distrito, e teve um resultado surpreendente, ficando em 12º dentre os 15 vereadores eleitos no município de Ouro Preto.

Longe de ser uma contradição em relação ao avanço da autonomia dos sujeitos políticos de Antônio Pereira, a expectativa no parlamento e na representação política afirmada com a eleição de Vander demonstrou uma positiva influência dos instrumentos de organização da classe, tal como os sindicatos, na construção de alternativas políticas. Vander é um trabalhador que esteve diretamente envolvido nas manifestações e, mesmo concorrendo com outros nove candidatos (do distrito) com influência e carreira política progressiva, obteve um resultado que simboliza o apoio da população às iniciativas de luta e resistência.

Todavia, a aposta na representação institucional e parlamentar pode, na prática, não se concretizar em avanços. É provável que ocorra o total esvaziamento desse espaço de auto-organização, público e coletivo, aberto a partir de 2013, e que os moradores retornem aos

respectivos espaços individuais e privados aguardando que as demandas sejam atendidas por meio de ação e pressão parlamentar. Mas também é possível que essa comunidade tome para si a tarefa de pressionar o poder público nos momentos em que as barreiras políticas impedirem mudanças reais.

Ainda há muita indefinição em relação aos caminhos da auto-organização em Antônio Pereira. A comunidade está, neste ano de 2017, empenhada em reivindicar o retorno das atividades da Samarco, e tem utilizado os aprendizados do ciclo de lutas para pressionar o poder público na aprovação e autorização das atividades minerais. Agentes diretos e indiretos estão articulados nessa pauta do retorno da Samarco comparecendo às audiências públicas, reuniões e aos demais espaços nos quais a discussão esteja pautada. Todas as entrevistas realizadas trataram do retorno da Samarco como algo urgente e necessário. Conforme Zonta e Trocate,

Assim, o contexto de relação comunitária da Samarco se mostra complexo e contraditório. Seu papel de “provedora” para Mariana e seu entorno se deve, em grande parte, pela forma como a presença da atividade mineradora inviabiliza a diversificação de atividades econômicas e se calca na terceirização precarizada do trabalho. Em tal contexto, ações de filantropia e de “responsabilidade social” são vistas como benesses por parte da população. Esta relação de dependência é ainda fortalecida por programas de “gestão de risco social”, que se propõem a ganhar “corações e mentes”, bem como enfraquecer e desorganizar tentativas locais de organização e contestação social. Assim, a busca pela chamada licença social para operar, presente no discurso da Vale, da BHP Billiton e da Samarco, não se traduz em procedimentos operacionais mais seguros ou maior transparência nas atividades da empresa, mas refere-se a mecanismos de proteção quanto aos riscos e custos que a própria empresa enfrenta ante a crítica pública (ZONTA e TROCATE, 2016, p.198).

Figura 27 – Comunidade clama pela volta das atividades da Samarco



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2017.

Figura 28 - Comunidade clama pela volta das atividades da Samarco



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2017.

Sem a devida ruptura do círculo vicioso destrutivo da mineração, por uma política efetiva de diversificação de renda e superação da desigualdade social, será difícil vislumbrar um cenário diferente. Há uma dependência generalizada do distrito e do entorno à mineração há pelo menos três séculos e não há nenhuma iniciativa de reversão desse quadro. Nesse sentido, é bastante compreensível que o movimento da comunidade seja exatamente oposto ao movimento que as universidades (professores, alunos), que parte dos técnicos, dos movimentos ambientais e dos movimentos sociais organizados vem fazendo no sentido de questionar a exploração mineral e seu modelo insustentável, principalmente em relação às barragens.

A indústria de exploração mineral, que se apresenta como uma peça fundamental à engrenagem do capital produtivo brasileiro esconde a sua verdadeira face:

Nesse sentido, a pobreza e a desigualdade das regiões mineradas e sua dependência a IEM [Indústria Extrativa Mineral] se retroalimentam e asseguram a sobrevivência de ambas. De um lado, a pobreza facilita a instalação das atividades extrativas e a aceitação de seus impactos; enquanto, de outro, as operações da IEM dificultam a instalação de outras atividades econômicas, contribuindo para a redução da diversidade da estrutura econômica, sendo a dependência da atividade criada e reforçada por investimentos públicos e privados (ZONTA e TROCATE, 2016, p. 27).

À comunidade resta, portanto, uma forte dependência econômica cada vez mais refletida em dependência sociocultural, que permanecerá enquanto a mineração for uma atividade competitiva e lucrativa ou enquanto durarem as reservas de minério. “Após qualquer

um destes dois momentos, termina a dependência, mas resta a pobreza” (ZONTA e TROCATE, 2016, p. 194).

5.4.2 Os desafios da luta institucional no município de Ouro Preto

Passaremos agora às considerações sobre a observação realizada no primeiro módulo do Curso de Conselheiros Municipais, realizado em 8 de abril de 2017. Buscamos fazer essa observação a fim de nos aproximarmos do cenário da luta institucional no município de Ouro Preto. Trata-se de compreender, na prática, quais são os desafios da participação popular nas políticas públicas em escala local e de considerar as dificuldades dos conselheiros municipais em relação à respectiva atuação nas entidades de base, associações comunitárias, organizações locais e nos conselhos, a partir das intervenções e depoimentos.

Participaram gentilmente desta segunda etapa da pesquisa, por meio de depoimentos livres, sem roteiro pré-estabelecido, Flávio Marcio Alves de Brito Andrade e Whelton Pimentel de Freitas (Leleco)¹⁰². Vale salientar que também contribuíram com a pesquisa, cedendo depoimentos livres, Clécio Magalhães e Sandra Nogueira¹⁰³.

O Curso de Conselheiros Municipais é uma iniciativa da Escola de Fé e Política Dom Luciano criada em 2009. A temática da formação dos conselheiros é resultado do segundo “Fórum Social pela Vida”, realizado em 2003, fórum este que vem ocorrendo a cada dois anos, desde 2001, inspirado na experiência participativa do Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre/RS. Além da formação dos conselheiros municipais, inúmeras outras pautas foram levantadas pelos agentes sociais reunidos no fórum a exemplo da economia popular solidária, da moradia, reforma urbana e regularização fundiária.

Com a criação da Escola, foi possível construir um projeto de formação para os conselheiros que contemplasse um conjunto de elementos, incorporando desde o conhecimento da legislação municipal até a espiritualidade e a mística, sendo esses dois últimos muito presentes nos movimentos sociais de luta pela terra e nas ações das pastorais da Igreja Católica. O curso já teve outros formatos, mas agora segue aplicado a nível municipal com a perspectiva de realização de três módulos.

¹⁰² Flávio Marcio Alves de Brito Andrade é servidor da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP – e tem longa trajetória no movimento comunitário e político de Ouro Preto. Foi vereador em diversos momentos e desempenhou atividades diretamente vinculadas ao executivo em diferentes mandatos. Whelton Pimentel de Freitas (Leleco) também possui longa trajetória no movimento comunitário e político de Ouro Preto, é membro do Partido dos Trabalhadores, conselheiro no Conselho Nacional das Cidades e atua junto à Arquidiocese de Mariana, através da Escola de Fé e Política Dom Luciano.

¹⁰³ Clécio Magalhães e Sandra Nogueira são docentes do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFOP.

A proposta do curso é fomentar e fortalecer a participação da sociedade civil na gestão da cidade e na gestão das políticas públicas incentivando tanto a participação nos conselhos quanto em outros fóruns institucionais, alinhando-se com a perspectiva participativa que se desenvolveu após a redemocratização brasileira ao final da década de 1980. O curso também tem como objetivo fortalecer as entidades locais, associações comunitárias e organizações populares, assim como instrumentos de participação direta, conforme depoimento de Whelton Pimentel de Freitas, principal responsável pela organização do curso:

A participação é importante, sim: o fortalecimento das entidades, das associações comunitárias, de entidades de proteção do patrimônio, de proteção ambiental, mas se a gente não formular a participação a partir de fóruns importantes, permanentes, a gente vai ter um conselho casca de ovo, é só aquela armadura, institucional, e que você tem pouca participação e muitas vezes as decisões que saem dali não são reflexo nem da prioridade nem [...] de um melhor caminho. Avanços importantes da participação não podem estar reduzidos apenas à participação nos conselhos. É necessária uma revisão, uma ampliação, criação de fóruns adequados, a realização de plebiscitos [...]. Os instrumentos precisam ser ampliados, amplificados e precisam ser uma constante (FREITAS, 2017).

Cabe salientar que o curso é amparado pelos materiais do “Programa Democracia Participativa” (PRODEP), da UFMG, que são distribuídos aos conselheiros gratuitamente. O primeiro módulo ocorreu no Centro Social da Família Ourepretana (CESFO) que pertence à Basílica do Pilar e teve o café e almoço providenciados pelos próprios participantes do curso, dentre conselheiros e observadores, e também pela equipe do CESFO, a partir de doação de alimentos e de contribuição solidária.

Alguns elementos são importantes para iniciar a nossa análise: primeiramente, vale destacar que antes do dia 8 de abril de 2017 ocorreu uma primeira tentativa de realização do curso no dia 18 de março. Nessa primeira tentativa estavam presentes aproximadamente dez pessoas, dentre organizadores, observadores, conselheiros e suplentes. A baixa adesão foi resultado de dois fatores: em primeiro lugar, houve uma falha na convocação que estava a cargo da Prefeitura e que somente foi realizada na véspera do curso; em segundo lugar, diante da informação de que seria necessário o pagamento de uma taxa de R\$25,00, algumas pessoas deixaram de participar.

Foi então realizada uma conversa informal com os presentes, as falhas foram abordadas (a questão da taxa foi totalmente eliminada) e foram feitos alguns encaminhamentos no sentido de fortalecer o curso, a exemplo da divulgação e da organização de um almoço gratuito. No segundo encontro, o curso foi devidamente iniciado e estiveram presentes aproximadamente 35 pessoas, sendo que dentro desse grupo havia representantes do

conselho tutelar, representantes das pastorais, estudantes, servidores municipais e outros observadores que não são necessariamente conselheiros municipais.

A partir dessa observação é possível tecer algumas considerações sobre a participação popular nas instâncias institucionais locais. Primeiramente é necessário apontar que há, de fato, pouco envolvimento da população com a participação. Os números são muitíssimo acanhados contrariando a expectativa das propagandas do governo federal em relação aos conselhos,

O controle social pode ser feito individualmente, por qualquer cidadão, ou por um grupo de pessoas. Os conselhos gestores de políticas públicas são canais efetivos de participação, que permitem estabelecer uma sociedade na qual a cidadania deixe de ser apenas um direito, mas uma realidade. A importância dos conselhos está no seu papel de fortalecimento da participação democrática da população na formulação e implementação de políticas públicas. Os conselhos são espaços públicos de composição plural e paritária entre Estado e sociedade civil, de natureza deliberativa e consultiva, cuja função é formular e controlar a execução das políticas públicas setoriais. Os conselhos são o principal canal de participação popular encontrada nas três instâncias de governo (federal, estadual e municipal) (GOVERNO FEDERAL, 2017¹⁰⁴).

Outro aspecto relevante diz respeito à falta de renovação das lideranças comunitárias, o que é reflexo do esvaziamento e recrudescimento do movimento e da luta comunitária nacional e local (conforme foi discutido no capítulo 2). A consequência dessa falta de renovação é a repetição de um mesmo representante em diversos conselhos, e também a longa permanência de um mesmo representante no pleito.

Ouro aspecto importante a ser observado é que a participação popular é mais efetiva nos conselhos instituídos pelo governo federal, a exemplo do Conselho Municipal da Saúde, Conselho de Controle Social do Bolsa Família e Conselho de Assistência Social, que tiveram maior representação no curso. Esses também são os conselhos mais conhecidos e citados pela população de um modo geral – como foi observado na pesquisa de campo realizada em Antônio Pereira – pois tratam de questões determinantes em relação à população em condição de vulnerabilidade. Os demais conselhos, inclusive o Conselho Municipal de Habitação e o Conselho Municipal de Políticas Urbanas, em geral são desconhecidos e contam com baixa participação comunitária.

Em relação a isso, podemos acrescentar que a burocracia existente em torno às condições que uma entidade deve atender para fazer parte do conselho elimina desse cenário participativo todo um conjunto de atores vivos e dinâmicos, auto-organizados, que não

¹⁰⁴ GOVERNO FEDERAL. “Conselhos municipais e controle social”. Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/controlSocial/ConselhosMunicipaiseControleSocial.asp>> Acesso em: 5 out. 2017.

atendem às prerrogativas solicitadas – algumas inclusive não são regulamentadas por uma decisão política – a exemplo da organização dos moradores sem-teto, organização popular das ocupações e bairros informais, a exemplo do próprio G10 em Antônio Pereira. A título de exemplo, vejamos o que determina a Lei de criação do COMPURB de Ouro Preto em relação às entidades da sociedade civil:

[Art. 5º] II - Representantes da Sociedade Civil:

- a) dois representantes da DAMOP – Federação das Associações de Moradores de Ouro Preto, sendo um da sede e outro dos distritos;
- b) um representante da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Ouro Preto;
- c) um representante do CREA/MG;
- d) um representante de associação (ões) habitacional (is) regularmente instituída no Município de Ouro Preto;
- e) um representante de entidades regularmente instituídas em Ouro Preto há pelo menos três anos, cujos estatutos prevejam o trato da questão urbanística (OURO PRETO, LEI Nº 451/2008¹⁰⁵, grifo nosso).

Em relação ao poder público observamos que é mínimo o envolvimento deste com a temática e com a promoção da participação. As intervenções institucionais são, na maioria das vezes, resultado do esforço individual de servidores públicos comprometidos com a luta pela democratização da gestão e do poder público. Essa também é a realidade dos conselhos que são, hoje, totalmente atrelados aos interesses do poder público e do poder privado, o que desestimula ainda mais qualquer esforço da população pelas vias participativas. Retomando o depoimento de Whelton Pimentel de Freitas,

Há certo desânimo, do ponto de vista da participação. Os conselhos acabaram ficando à mercê dos horários estipulados pelos funcionários públicos que acabam tendo que quase carregar os conselhos nas costas e que dedicam o seu tempo, a gente reconhece, porém só determinam o horário para o funcionamento dos conselhos [...] dentro da sua jornada e trabalho, não tendo muita disposição, porque também não há flexibilidade do poder público pra a troca de horário, ou até para possíveis argumentações entre trabalhadores e seus chefes imediatos (FREITAS, 2017).

Há, portanto, inúmeros desafios. A luta em prol de uma ampla e efetiva participação popular, ainda que limitada às amarras do Estado capitalista, está longe ser vitoriosa. É necessário retomar o argumento de que há mais desconhecimento do que descrédito. A população não chegou, de fato, a ser incorporada nos espaços participativos de decisão; a participação popular que existe atualmente em Ouro Preto é marginal e inexpressiva, subsidiada pelos esforços dos agentes sociais que viveram o auge do movimento popular da

¹⁰⁵ OURO PRETO. Lei nº 451 de 15 de outubro de 2008. Institui o COMPURB – Conselho Municipal de Política Urbana e dá outras providências. Disponível em: <[http://200.97.17.194/arquivos/sisnorm/NJ_img\(4683\).pdf](http://200.97.17.194/arquivos/sisnorm/NJ_img(4683).pdf)> Acesso em: 5 out. 2017.

redemocratização. Não houve uma transição geracional e uma assimilação dos instrumentos criados pelo modelo democrático-participativo. Somado à falta da experiência participativa, também há pouco reconhecimento da ação direta como forma de luta, enfrentamento e protagonismo popular.

Nesse sentido, embora reconheçamos os limites do modelo democrático-participativo para a promoção da emancipação e autonomia da população enquanto sujeito político, faz-se necessário fortalecer as iniciativas de recomposição da luta popular, seja por meio da auto-organização ou da disputa dos espaços institucionais participativos, como uma forma de reafirmar a força do poder coletivo direto ou indireto, político ou simbólico, sobre as decisões e ações políticas e econômicas que afetam a população com um todo, e a classe trabalhadora em especial.

Nesse sentido, afirmou Whelton Pimentel de Freitas em entrevista,

O enfrentamento é importante porque o conflito é que gera pensamento e sabedoria [...], a gente vai notando que os conselhos são coordenados pela institucionalidade, as suas decisões só entram na pauta quando a institucionalidade quer, e a forma como essa decisão é feita é precária. Então eu vejo que nós temos que disputar. E assim como nós disputamos na sociedade o pensamento, nós temos que disputar dentro do conselho os espaços, a presidência, disputar recursos, porque a participação exige que se tenha recursos, recursos financeiros, físicos. Então temos que disputar esses ambientes com a clara intenção de disputar o estado, e disputar as relações de estado implica numa formação. É por isso que a formação foi colocada, pra que tivéssemos uma qualidade maior de intervenção e também o fortalecimento da ação dos conselhos como uma das ferramentas da participação (FREITAS, 2017).

Vale ressaltar que embora o quadro participativo se apresente profundamente debilitado, as iniciativas dos atores envolvidos num projeto de ampliação dessa experiência são bastante ricas e promissoras. Para além da participação convencional, a organização do curso tem como proposta avançar na construção de um fórum interconselhos que possibilite aos diversos conselheiros trabalharem conjuntamente as demandas e pautas levantadas pelas comunidades, assim como as decisões e os assuntos comuns entre os conselhos. Avançar para um maior entendimento das contas públicas, conhecer o orçamento para fiscalizar os gastos e acompanhar o plano plurianual do governo também estão dentre as expectativas do curso.

Concluimos, portanto, que o Curso de Conselheiros Municipais, assim como outras tentativas de popularização dos conselhos municipais e demais instrumentos de controle social são iniciativas importantes que devem ser fortalecidas e apoiadas como parte do processo de desconstrução da heteronomia do povo enquanto sujeito político historicamente subalternizado e politicamente cerceado. A importância da participação nos espaços institucionalizados reside na possibilidade e necessidade de despertar os sujeitos políticos para

a necessidade da sua organização, de forma permanente e cotidiana, para a solução dos problemas ainda que de forma pontual e corporativa.

É fundamental que a experiência participativa se amplie para que os seus limites possam vir a ser apontados e, assim, uma ampla discussão sobre os limites da “democracia blindada” poderá ser pautada. Não se trata, contudo, de defender uma visão “etapista” (revolução por etapas) que estabeleça pré-requisitos democráticos para a transformação dessa ordem social velha, como foi abordado no capítulo 3. Trata-se, no entanto, de perceber os limites de organização e ação coletiva que estão colocados objetivamente e subjetivamente para a classe trabalhadora no contexto nacional e internacional. Ou seja, diante do total desconhecimento e afastamento dos indivíduos da classe trabalhadora dos espaços de decisão e da ação direta, pautar a organização desses sujeitos políticos em qualquer uma dessas duas esferas é fundamental para o avanço de sua autonomia, caminhando para o entrelaçamento destas duas formas de pressão e luta.

Em resumo, a participação institucionalizada é profundamente limitada, mas somente poderemos construir novas formas de luta para a emancipação a partir da experimentação concreta das formas de organização e luta popular existentes. É nesse sentido que concluímos: há que se avançar na participação popular institucionalizada para poder superá-la!

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do caminho percorrido ao longo dessa investigação, buscou-se analisar em que medida as lutas institucionais e as experiências contemporâneas de ação coletiva contribuem para o surgimento de projetos contra-hegemônicos e iniciativas de auto-organização popular. A seguir, apresentaremos, a título de considerações finais, os pontos mais relevantes da pesquisa.

Primeiramente, em relação à retrospectiva histórica que abre a pesquisa e que trata da trajetória dos sujeitos políticos brasileiros em busca de autonomia e afirmação política, podemos apontar que, embora necessário, o caminho da ampliação dos direitos políticos, sociais e civis via Estado, tendo em vista a cidadania plena, se contrapõe às prerrogativas do desenvolvimento capitalista, confirmando-se como um ideal inatingível nos marcos da ordem hegemônica estabelecida. A realidade brasileira, desde o período da colonização até os dias atuais, permanece marcada pelas práticas patrimonialistas e coronelistas de uma pequena oligarquia que governa em causa própria e que, de forma mais ou menos visível, subalterniza, explora e oprime a classe trabalhadora, extraíndo-lhe a autonomia e o poder de decisão.

Os obscuros 20 anos de ditadura militar, vividos num Brasil ainda recém-republicano, fizeram com que grande parte dos ativistas, das organizações e dos movimentos sociais (há pouco tempo saídos da clandestinidade) depositasse as expectativas de superação dessa ordem social desigual e opressora em um projeto de Estado democrático ancorado na participação. Contudo, o projeto democrático-participativo se vinculou à ordem burguesa, abandonando a estratégia revolucionária e a perspectiva da emancipação. Entraram em cena alianças decisivas que garantiram a vitória eleitoral do projeto democrático-participativo corroendo as expectativas de transformação política da base social que o tinha construído. O signo da participação se dissociou do modelo de conselhos populares autônomos, abandonou a lógica da inversão de prioridades e foi se acomodando ao modelo mecânico e formal de uma participação popular consultiva e simbólica.

No âmbito da democracia representativa, os instrumentos de controle ideopolítico da classe dominante, que se expressam no âmbito da sociedade civil, quais sejam, a mídia, as organizações sociais, as igrejas, escolas e associações, se articulam em torno de uma falsa ideia de emancipação, reforçando as iniciativas de solidariedade, filantropia e voluntariado como canalizadoras do bem-estar social. Esse direcionamento ideológico da opinião pública afasta a população de uma efetiva atividade política, reduzindo a participação e a expressividade dos seus instrumentos de luta (tais como os sindicatos, partidos e movimentos

sociais), tornando-se um obstáculo ao reconhecimento dos trabalhadores enquanto classe, à auto-organização para a resistência e a superação dessa ordem social hegemônica.

Diante do exposto acima, é preciso resgatar os pontos principais da discussão sobre Estado, planejamento urbano e democracia. O Estado é um “poder colocado aparentemente por cima da sociedade” (ENGELS, 2010, p.213) para dispersar as contradições e manter as lutas sociais em níveis tensionais funcionalmente compatíveis com os limites estruturais do processo de acumulação, confirmando-se, assim, como um poder a serviço do capital, comprometido com a sobreposição dos interesses particulares aos interesses coletivos.

Nos marcos do Estado capitalista, o planejamento urbano, enquanto prática institucional que lhe é subordinada, domina e direciona a produção do espaço para a acumulação de capitais, ocultando a interferência da esfera econômica. O planejamento desumaniza o território; mascara os conflitos sociais derivados da luta de classes invisibilizando as particularidades territoriais da desigualdade social. A democracia, por sua vez, não possui configuração única e imutável; é produzida e ajustada às necessidades de determinada formação social. A democracia em seu formato liberal, forjada pelo capitalismo e ajustada a ele, tem como escopo contornar as contradições do sistema sem superá-las. Para isso, a democracia liberal se utiliza de um sistema eleitoral viciado, que apenas dissimula um governo de todos, mas se ancora numa restrita rotatividade de mandatos escondendo a real invariabilidade representativa.

Há, portanto, um inegável fortalecimento da classe dominante que expressa sua hegemonia pelo controle político, por meio do Estado e pela ampliação do controle ideológico no âmbito da sociedade civil. Os trabalhadores, entendidos em sua heterogeneidade contemporânea, estão cada vez mais distantes de um projeto de unidade e de organização coletiva enquanto classe. Há, de fato, pouco envolvimento da população com a participação (ainda que simbólica) resultante, em primeiro lugar, de um total desconhecimento em relação aos espaços participativos (principalmente em territórios periféricos) e, em segundo lugar, de uma apatia política caracterizada pelo desinteresse ou pelo descrédito.

Com o esvaziamento e o recrudescimento da luta política, não houve uma transição geracional que possibilitasse a renovação no quadro das lideranças (sindicais, populares e comunitárias) envolvidas com os movimentos da década de 1980, com a redemocratização e com a origem das instâncias participativas, dificultando o reconhecimento e a intervenção dos novos atores sociais, despontados da ação direta, no espaço institucional.

Nesse sentido, entendendo que essa correlação de forças estabelecida favorece a vitória da economia política do capital sobre a economia política do trabalho, a luta por

direitos e reformas deve permanecer nas pautas dos movimentos sociais e das organizações da classe trabalhadora, sempre associada a aspirações mais ambiciosas que pautem a decisão direta da população sobre os rumos da organização social do cotidiano, da riqueza socialmente produzida e do território. Permanecer na luta institucional significa, portanto, tomar a participação e as reformas como um elemento do processo de instrumentalização dos sujeitos políticos para a transformação dessa ordem social desigual e não como etapa para a sua superação; significa, ainda, apostar na possibilidade de despertar os sujeitos políticos para a necessidade da organização permanente e cotidiana como caminho para a solução dos problemas sociais ainda que tomados de forma pontual e corporativa.

Consideramos, portanto, que “a luta da democracia para além do Estado é a luta contra o Estado” e que “toda luta é uma luta ‘dentro e contra o Estado’” (MELO, 2014, p.107 e p.167). Nesse sentido, os espaços institucionalizados de participação popular, principalmente no âmbito do planejamento e da gestão urbanos, devem se expressar enquanto espaço de resistência e pressão às imposições dos interesses capitalistas e devem ser pautados, inclusive, pela ocupação popular (radical e literal), substituindo a atual participação destrutiva e simbólica por uma perspectiva construtiva e deliberativa, embora sabidamente não revolucionária.

Assim, as alternativas no âmbito do planejamento e da gestão urbanos devem se dar, concomitantemente, no plano tático, a partir dos “[...] meios gerais atualmente disponíveis (planos diretores, processo orçamentário, legislação urbanística e tributária, políticas públicas em geral), tentando subverter-lhes a ‘lógica’ original e habitual por meio de novas interpretações” e no plano estratégico, a partir de experiências insurgentes e projetos contra-hegemônicos que apontem “para uma organização espacial e para um tipo de planejamento e gestão completamente diferentes daquilo que hoje é conhecido e praticado” (SOUZA, 2006, p.157).

Somado à falta da experiência participativa, observamos, também, que há pouco reconhecimento da ação direta como forma de luta, enfrentamento e protagonismo popular. Nesse sentido, as experiências de ação coletiva são iniciativas importantes no que diz respeito à recomposição da luta popular e à desconstrução da heteronomia dos trabalhadores enquanto sujeitos historicamente subalternizados e politicamente cerceados. A ação coletiva em Antônio Pereira, Ouro Preto, MG, apontou que, ainda que a correlação de forças não abra possibilidades para a estruturação de organismos de luta da classe, é possível despertar a autonomia da população por meio da ação direta, da ocupação do espaço e da desobediência civil.

Levando em consideração que há uma significativa vantagem da classe capitalista sobre a classe trabalhadora, verificamos o quão potente pode ser a reverberação da ação coletiva a partir do ciclo de confrontos, a exemplo da onda de mobilizações que, iniciadas no norte da África, em 2011, disseminaram-se pelo mundo chegando ao contexto nacional brasileiro em 2013, irradiando-se quase que imediatamente para o contexto microlocal de Antônio Pereira. Contudo, quando se exaurem as possibilidades de insurgência e confronto, abre-se o desafio da permanência da auto-organização associada a outras formas de pressão e protagonismo que possibilitem retomar a unidade da classe fazendo-a avançar subjetivamente para a necessidade da afirmação do direito à diferença, à liberdade, à subjetividade, ao direito à voz e à decisão.

Os movimentos recentes no Brasil urbano demonstraram que é necessário avançar no exercício de resistência e ocupação radical do espaço público e do espaço institucional, criando uma rede insurgente que desperte os subalternizados do assujeitamento imposto pela dominação política e ideológica do capital. A organização popular deve ser capaz de engendrar não só grandes lutas corporativas e reformistas, mas deve, também, extrapolar para pautas cada vez menos concretas, de direitos mais amplos e emancipadores, engendrando as lutas anticapitalistas necessárias à superação desta nossa velha ordem social.

A partir do exposto, verificamos que ação direta tem uma inequívoca relação com a luta institucional. Os ciclos de confronto “criam oportunidades para as elites e contraelites e as ações que começam nas ruas são resolvidas nos salões do governo ou pelas baionetas do exército” (TARROW, 2009, p.45). Embora reconheçamos os limites do modelo democrático-participativo para a promoção da emancipação e autonomia da população enquanto sujeito político, faz-se necessário fortalecer as iniciativas de recomposição da organização popular, seja por meio da auto-organização ou da disputa dos espaços institucionais participativos, como uma forma de reafirmar a força do poder coletivo direto ou indireto, político ou simbólico, sobre as decisões e ações políticas e econômicas que afetam a população com um todo, e a classe trabalhadora em especial.

Por fim, faz-se necessário perceber os limites de organização e ação coletiva que estão colocados objetivamente e subjetivamente para a classe trabalhadora no contexto nacional e internacional. Isso significa tomar como realidade o fato de que a despolitização alcançou irrestritamente tanto o espaço institucional quanto o espaço público. Assim, é fundamental pautar a organização desses sujeitos políticos em qualquer uma dessas duas esferas, caminhando para o entrelaçamento dessas duas formas de pressão e luta na perspectiva de avançar na construção da autonomia e do protagonismo popular. Nesse sentido, a criação e o

fortalecimento de experiências organizativas e participativas pautadas no livre debate, na construção coletiva e na ação conjunta, seja no âmbito da ação direta ou da luta institucional, poderão contribuir para o êxito da auto-organização popular.

As ações coletivas e a ação direta podem ser consideradas experimentações de espaços de representação que seguem mostrando seu potencial de transformação. A ocupação dos espaços de decisão, as ocupações por moradia, a retomada dos espaços públicos para manifestação política e cultural e outros exemplos dessas iniciativas de ação direta devem ecoar no espaço institucional e desestabilizar as bases do Estado capitalista suscitando o surgimento de uma nova ordem social calcada na justiça social e na garantia dos direitos coletivos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

ANDRADE, Bernardo Alves de Brito, et al. **Inventário do Distrito de Antônio Pereira Ouro Preto, MG**. Ouro Preto, MG: Prefeitura Municipal de Ouro Preto, 2007.

ANDRADE, Flávio Marcio Alves de Brito. **A Participação Popular na Gestão Municipal em Ouro Preto/MG - Melhorou, mas ainda tem muito caminho pela frente**. Monografia (Especialização). Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2013.

ANTUNES, Ricardo Luis Coltro. **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2. ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

ARANTES, Pedro Fiori. Da (Anti)Reforma Urbana brasileira a um novo ciclo de lutas nas cidades. **Correio da Cidadania**, São Caetano do Sul, SP, 8 nov. 2013. Disponível em: <http://www.correiodacidade.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=9047%3Asubmanchete091113&catid=72%3Aimagens-rolantes>. Acesso em: 05 jul. 2016.

BALDEZ, Miguel Lanzellotti. A luta pela terra urbana. In: **ENCONTRO NACIONAL DO SOLO URBANO - ANSUR**, 1998, São Paulo. São Paulo: ANSUR, 1998, páginas 152-170. Disponível em: <<https://www.pge.rj.gov.br/comum/code/MostrarArquivo.php?C=MTkyNQ%2C%2C>>. Acesso em: 10 mai. 2016.

BRASIL. **Lei Complementar nº 87**, de 13 de setembro de 1996. Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências (LEI KANDIR). Lei Complementar, Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 set. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp87.htm> Acesso em: 12 set. 2017.

_____. Congresso Nacional, **Lei Complementar nº 116**, de 31 de julho de 2003. Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências. Lei Complementar, Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 1º ago. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp116.htm> Acesso em: 12 set. 2017.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Constituição Federal, Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em: 05 jul. 2016.

_____. Lei nº 10.257, **Estatuto da Cidade**, de 10 de julho 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Lei Ordinária, Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 jul. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm> Acesso em: 05 jul. 2016.

_____. **Lei nº 7.990**, de 28 de dezembro de 1989. Institui, para os Estados, Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural,

de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de recursos minerais em seus respectivos territórios, plataformas continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, e dá outras providências. Lei Ordinária, Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 29 dez. 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7990.htm> Acesso em: 12 set. 2017.

_____. Congresso. Senado. **Decreto nº 26.830**, de 29 de junho de 1949. Autoriza a Empresa Eletro-Química Brasileira S. A. a lavrar manganês no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais. Decreto, Brasília, DF, 29 jun. 1949. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=449494&id=14277548&idBinario=15697389>> Acesso em: 8 set. 2017.

_____. Congresso. Senado. **Decreto nº 27.378**, de 28 de outubro de 1949. Autoriza Eletro Química Brasileira S.A. a pesquisar minério de manganês no município de Ouro Preto, Minas Gerais. Decreto, Brasília, DF, 28 out. 1949 Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=450033&id=14278045&idBinario=15762043>> Acesso em: 8 set. 2017.

_____. Congresso. Senado. **Decreto nº 41.177**, de 19 de março de 1957. Autoriza S.A. Mineração da Trindade a pesquisar minério de manganês, ferro e associados no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais. Decreto, Brasília, DF, 19 mar. 1957. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=463759&id=14290759&idBinario=15791789>> Acesso em: 8 set. 2017.

_____. Congresso. Senado. **Decreto nº 45.906**, de 28 de abril de 1959. Autoriza a S.A. Mineração da Trindade a pesquisar calcário no Município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais. Decreto, Brasília, DF, 28 abr. 1959. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=468474&id=14295118&idBinario=15761131>> Acesso em: 8 set. 2017.

_____. Congresso. Senado. **Decreto nº 47.156**, de 29 de outubro de 1959. Autoriza a Companhia Industrial e Comercial de Minérios Cicomine a lavrar calcário e dolomita, no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais. Decreto, Brasília, DF, 29 out. 1959 Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=469726&id=14233641&idBinario=15700598>> Acesso em: 8 set. 2017.

_____. Congresso. Senado. **Decreto nº 48.337**, de 21 de junho de 1960. Autoriza a S.A. Mineração da Trindade a lavrar minério de ferro e minério de ferro-manganês, no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais. Decreto, Brasília, DF, 21 jun. 1960. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=470911&id=14297375&idBinario=15806923>> Acesso em: 8 set. 2017.

_____. Congresso. Senado. **Decreto nº 6.808**, de 5 de fevereiro de 1941. Autoriza o cidadão brasileiro Agenor de Alvarenga Mafra a pesquisar minérios de manganês, no Município e Comarca de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais. Decreto, Brasília, DF, 5 fev. 1941. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/busca/?portal=Atividade+Legislativa&q=%22distrito+de+Ant%C3%B4nio+Pereira%22>> Acesso em: 8 set. 2017.

_____. Congresso. Senado. **Decreto nº 14.573**, de 9 de janeiro de 1944. Autoriza o cidadão brasileiro Américo René Giannetti a pesquisar minério de manganês no município de Ouro Preto, do Estado de Minas Gerais. Decreto, Brasília, DF, 9 jan. 1944. Disponível em:

<<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=427430&id=14271199&idBinario=15652872>> Acesso em: 8 set. 2017.

BRAZ, Mariana Diniz et. al. **Processo de Tombamento do Conjunto Arqueológico e Arquitetônico das Ruínas da Antiga Matriz De Nossa Senhora da Conceição**. Belo Horizonte, MG: Grupo Memória Arquitetura Ltda, 2013.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

COUTINHO, Carlos Nelson (org.). **O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916 – 1935**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cidadania e modernidade**. Perspectivas, São Paulo, v.22, p.41-59, 1999.

CROSSETTI, Paola Siciliano. Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Zona da Mata. Parecer Único nº 716753/2009, Licenciamento Ambiental, Companhia Vale do Rio Doce –VALE, 2009.

CRUZ, Luana et al. Moradores fecham MG-129 há mais de nove horas. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 7 jan. 2014. Gerais. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2014/01/07/interna_gerais,485443/moradores-fecham-mg-129-ha-mais-de-nove-horas.shtml>. Acesso em: 25 jul. 2016.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: _____. (Org.) **Os anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994, p.103-115. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/files.do?evento=download&urlArqPlc=os_movimentos_sociais_e_a_emergencia_de_uma_nova_nocao_de_ci.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2016.

DEMIER, Felipe. **Depois do golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Sociedade civil e democracia: um debate necessário**. São Paulo: Cortez, 2007.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução: de Leandro Konder. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FACEBOOK. **Pereira Poerento**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/pereira-poerento/?fref=nf>>. Acesso em: 25 jul. 2016

_____. **Passé Livre São Paulo**. Disponível em: <https://www.facebook.com/passelivresp/about/?entry_point=page_nav_about_item&tab=page_info>. Acesso em: 31 ago. 2016.

FERNANDES, Edésio. Reforma urbana e reforma jurídica no Brasil: duas questões para reflexão. In: COSTA, G.M.; MENDONÇA, J. **Planejamento urbano no Brasil: trajetória e perspectivas**. Belo Horizonte: C/Arte, 2008. p.123-135.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Verbetes temáticos**. Rio de Janeiro. 2009. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/companhia-vale-do-rio-doce-cvrd>>. Acesso em: 11 set.2017.

GALVÃO, A. Marxismo e movimentos sociais. **Crítica Marxista**, São Paulo, v. 32, p. 107-126, 2011.

HARVEY, David et al. **Ocuppy**. Tradução de João Alexandre Peschansky et al. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 2.ed. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. Tradução de Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Base de informações do Censo Demográfico 2010: Resultados do Universo por setor censitário**. Rio de Janeiro, 2011.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Brasil em síntese**. Educação: taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais. Disponível em: <<https://brasilemsintese.ibge.gov.br/educacao/taxa-de-analfabetismo-das-pessoas-de-15-anos-ou-mais.html>>. Acesso em: 27 jul. 2016.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Cidades, Minas Gerais, Ouro Preto**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=314610&search=||info%20gr%20E1%20ficos:informa%20E7%20F5es-completas>>. Acesso em: 6 jun. 2015.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Perfil dos municípios brasileiros 2013**. Brasília, 2014.

IBRAM. Instituto Brasileiro de Mineração. **Informações sobre a Economia Mineral do Estado de Minas Gerais**. Disponível em: <<http://www.ibram.org.br/sites/1300/1382/00005483.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2016

JUNIOR, José Geraldo Simões. O ideário dos engenheiros e os planos realizados para as capitais brasileiras ao longo da primeira república. **Vitruvius** – Arqutextos, ano 8, n. 90, nov. 2007. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.090/190>>. Acesso em: 25 jul. 2016.

JUSTIÇA ELEITORAL. **O voto feminino no Brasil**. Disponível em: <<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-sp-o-voto-feminino-pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2016.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto. O município e o regime representativo no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Orgs). **Dicionário Gramsciano (1926-1937)**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

LIMONAD, Ester.; CASTRO, Edna Ramos. (Org.). **Um novo planejamento para um novo Brasil?**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.

MARICATO, Ermínia et. al. **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias – Planejamento Urbano no Brasil. In: ARANTES, O., VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000. p.121-192.

_____. **Para entender a crise urbana**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

_____. **O impasse da política urbana no Brasil**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MELO, Marcos Gustavo Pires de. **Democracia, Estado e espaço: elementos para uma crítica materialista do planejamento urbano**. 2014. 215 f. Dissertação (Mestrado em Geociências). Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SUPRAM, Parecer Único: 147/2008, Licenciamento Ambiental do empreendimento Companhia Vale do Rio Doce – Mina Timbopeba, 2008

_____. Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Zona da Mata. Parecer Único Nº 716753/2009, Licenciamento Ambiental Companhia Vale do Rio Doce –VALE, 2009.

MINUTO MAIS. Manifestação em Antônio Pereira termina depois de 29 horas de duração. 23 jul. 2013. Disponível em: <<http://minutomais.com/ouro-preto/manifestacao-em-antonio-pereira-termina-depois-de-29-horas-de-duracao.html>>. Acesso em 25 jul. 2016.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele Saliba. Cidade e conflito: Cidades e conflito: o urbano na produção do Brasil Contemporâneo. In: BARROS, Joana; da SILVA Evanildo Barros; DUARTE Livia (Orgs.). **Caderno de Debates 2**. Rio de Janeiro: FASE – Solidariedade e Educação, 2013. Disponível em: <<https://fase.org.br/pt/acervo/biblioteca/caderno-de-debates-2-cidades-e-conflito-o-urbano-na-producao-do-brasil-contemporaneo/>>. Acesso em: 05 jul. 2016.

OURO PRETO. **Inventário do distrito de Antônio Pereira**. Secretaria Municipal de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano, 2007.

_____. Lei nº 75, de 31 de agosto de 1993. Dispõe sobre a criação do Parque Municipal “Nossa Senhora da Lapa”, no Distrito de Antônio Pereira, no Município de Ouro Preto/MG. **Lei Ordinária**, Ouro Preto, MG, 1933. Disponível em: <[http://200.97.17.194/arquivos/sisnorm/NJ_img\(1701\).pdf](http://200.97.17.194/arquivos/sisnorm/NJ_img(1701).pdf)>. Acesso em: 8 set. 2017

_____. **Portaria nº 21A**, 2013. **Câmara de Vereadores**, Ouro Preto, 2013. Disponível em: <[http://200.97.17.194/arquivos/sisnorm/NJ_img\(14028\).pdf](http://200.97.17.194/arquivos/sisnorm/NJ_img(14028).pdf)> Acesso em: 8 set. 2017.

_____. **Portaria nº 82**, 2003. **Câmara de Vereadores**, Ouro Preto, 2003. Disponível em: <[http://200.97.17.194/arquivos/sisnorm/NJ_img\(1963\).pdf](http://200.97.17.194/arquivos/sisnorm/NJ_img(1963).pdf)> Acesso em: 8 set. 2017.

_____. **Lei Complementar nº 93/2011**, de 20 de janeiro de 2011. Estabelece Normas e Condições para o parcelamento, a ocupação e o uso do solo urbano no município de Ouro Preto. Lei Complementar, Ouro Preto, 2011.

_____. **Lei Complementar nº 29/2006**, de 28 de dezembro de 2006. Estabelece o Plano Diretor do Município de Ouro Preto. Lei Complementar, Ouro Preto, 2006.

PAIVA, Grazielle de Albuquerque Moura; FROTA, Henrique Botelho; OLIVEIRA, Thiago Mendes (Org.). **Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico, 10 anos: uma nova agenda para o Direito**. São Paulo: IBDU, 2015.

ROLNIK, Raquel. Dez anos do Estatuto da Cidade: das lutas pela reforma urbana às cidades da copa do mundo. In: RIBEIRO, Ana Clara T.; VAZ, Lilian V.; SILVA, Maria Lais P. (Org.). **Leituras da Cidade**. Rio de Janeiro: ANPUR; Letra Capital, 2012. p. 87-104.

SABINO, Karla D. **Caminhos para Antônio Pereira. Territorialidades e os atores sociais**. Monografia (Graduação). Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2017.

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem pelas províncias de Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Tomo I. p. 143-144. Disponível em: <<http://www.brasiliana.com.br/obras/viagem-pelas-provincias-do-rio-de-janeiro-e-minas-gerais-t-1/pagina/144/texto>>. Acesso em: 8 set. 2017.

SAMARCO. **Relatório Anual de Sustentabilidade**. Anos 2006 – 2014. BH Press Comunicação, Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <<http://www.samarco.com/relatorios/>> Acesso em: 11 jul. 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa et al. Para ampliar o cânone da ciência: A diversidade epistemológica do mundo. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. O Estado, o Direito e a Questão Urbana. In: Falcão, Joaquim de Arruda (org.), **Conflito de Direito de Propriedade: Invasões Urbanas**. Rio de Janeiro: Comp. Editora Forense, p.1-78, 1984.

SAULE JÚNIOR, Nelson. Marco Legal do Direito à Cidade - A Trajetória da Reforma Urbana no Brasil. In: Ana Sugranyes, Charlotte Mathivel. (Org.). **Cidades para Todos: Propostas e Experiências pelo Direito à Cidade**. 1. ed. Santiago, Chile: Habitat International Coalition, v. 1, p. 257-271, 2010.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Ação direta e luta institucional: complementaridade ou antítese? (1ª e 2ª partes) **Passa Palavra**, 2012. Ideias & Debates. Disponível em: <<http://www.passapalavra.info/2012/05/56903>>. Acesso em: 30 maio 2016.

SOUZA, Marcelo Lopes. Com o Estado apesar do Estado, contra o Estado: os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta. **Revista Cidades**, São Paulo, v. 7, n. 11, p. 13-47, 2010.

STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. **Pesquisa qualitativa**: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada. Tradução de Luciane de Oliveira da Rocha. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento**: movimentos sociais e confronto político. Tradução de Ana Maria Sallum. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. **Para além do voto**: uma narrativa sobre a democracia participativa no Brasil (1975-2010). 2013. 160 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, São Paulo, 2013.

TSE. Tribunal Superior Eleitoral. **Série Inclusão**: a luta dos analfabetos para garantir seu direito ao voto na República. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2013/Abril/serie-inclusao-a-luta-dos-analfabetos-para-garantir-seu-direito-ao-voto-na-republica>>. Acesso em: 27 jul. 2016.

VALE S.A. **Nossa História, 2012**. Rio de Janeiro: Verso Brasil Editora, 2012.

YOUTUBE. **Mel da Mocidade** – Chico César. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XV_cKCvf4sc>. Acesso: 7 jul. 2016.

ZONTA, Marcio; TROCATE, Charles (Orgs.). **Antes Fosse Mais Leve a Carga**: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton. 1 .ed. Marabá: Editorial iGuana, 2016.

DOCUMENTOS SONOROS

ANDRADE, Flávio Marcio Alves de Brito. Entrevista XX [ago. 2017]. Entrevistadora: Polyana Pereira Coelho. Ouro Preto, 2017. 1 arquivo.mp3 (1 hora, 22 min e 26 seg).

BARROS, Marlete Deusdeth. Entrevista IV [fev. 2017]. Entrevistadora: Polyana Pereira Coelho. Antônio Pereira, Ouro Preto, 2017. 1 arquivo.mp3 (1 hora, 17 min e 58 seg).

BORGES, Agnaldo José. Entrevista XIV [mar. 2017]. Entrevistadora: Polyana Pereira Coelho. Antônio Pereira, Ouro Preto, 2017. 1 arquivo.mp3 (39 min e 30 seg).

DIOGO, Maria Maura. Entrevista VI [fev. 2017]. Entrevistadora: Polyana Pereira Coelho. Antônio Pereira, Ouro Preto, 2017. 2 arquivos .mp3 (35 min e 07 seg/ 14 min e 14 seg).

FREITAS, Whelton Pimentel de. Entrevista XVIII [ago. 2017]. Entrevistadora: Polyana Pereira Coelho. Ouro Preto, 2017. 1 arquivo.mp3 (26 min e 26 seg).

GRAÇAS, Gilberto Junio. Entrevista VIII [mar. 2017]. Entrevistadora: Polyana Pereira Coelho. Antônio Pereira, Ouro Preto, 2017. 1 arquivo.mp3 (59 min e 34 seg).

LUÍS, Vander. Entrevista XIX [ago. 2017]. Entrevistadora: Polyana Pereira Coelho. Ouro Preto, 2017. 1 arquivo.mp3 (33 min e 51 seg).

MORAIS, Zélia. Entrevista XV [mar. 2017]. Entrevistadora: Polyana Pereira Coelho. Antônio Pereira, Ouro Preto, 2017. 1 arquivo.mp3 (1 hora, 17 min e 18 seg).

OLIVEIRA, Alexander. Entrevista II [fev. 2017]. Entrevistadora: Polyana Pereira Coelho. Antônio Pereira, Ouro Preto, 2017. 1 arquivo.mp3 (39 min e 30 seg).

PASSOS, Célia Antunes. Entrevista XVII [mar. 2017]. Entrevistadora: Polyana Pereira Coelho. Antônio Pereira, Ouro Preto, 2017. 1 arquivo.mp3 (1 hora, 19 min e 18 seg).

PAULA, Rosemeire Aparecida de. Entrevista XII [mar. 2017]. Entrevistadora: Polyana Pereira Coelho. Antônio Pereira, Ouro Preto, 2017. 1 arquivo.mp3 (32 min e 28 seg).

PEREIRA, Claudemir. Entrevista XIII [mar. 2017]. Entrevistadora: Polyana Pereira Coelho. Antônio Pereira, Ouro Preto, 2017. 1 arquivo.mp3 (32 min e 29 seg).

PEREIRA, Webert da Silva Pereira. Entrevista XVI [mar. 2017]. Entrevistadora: Polyana Pereira Coelho. Antônio Pereira, Ouro Preto, 2017. 1 arquivo.mp3 (1 hora, 6 min e 20 seg).

QUEIROZ, Maria das Dores. Entrevista XI [mar. 2017]. Entrevistadora: Polyana Pereira Coelho. Antônio Pereira, Ouro Preto, 2017. 1 arquivo.mp3 (47 min e 37 seg).

REIS, Renata Aparecida dos Reis. Entrevista XVI [mar. 2017]. Entrevistadora: Polyana Pereira Coelho. Antônio Pereira, Ouro Preto, 2017. 1 arquivo.mp3 (1 hora, 6 min e 20 seg).

RIBEIRO, Maria do Carmo Sobreira. Entrevista IX [mar. 2017]. Entrevistadora: Polyana Pereira Coelho. Antônio Pereira, Ouro Preto, 2017. 1 arquivo.mp3 (18 min e 48 seg).

RODRIGUES, Vilma Lúcia. Entrevista V [fev. 2017]. Entrevistadora: Polyana Pereira Coelho. Antônio Pereira, Ouro Preto, 2017. 1 arquivo.mp3 (39 min e 47 seg).

RÔLA, Rita de Cássia Cerceaux e. Entrevista III [nov. 2016]. Entrevistadora: Polyana Pereira Coelho. Antônio Pereira, Ouro Preto, 2017. 1 arquivo.mp3 (48 min e 46 seg).

SANTOS, Fabrício Nepomuceno Bicalho. Entrevista I [nov. 2016]. Entrevistadora: Polyana Pereira Coelho. Antônio Pereira, Ouro Preto, 2017. 1 arquivo.mp3 (34 min e 47 seg).

SANTOS, Geralda Alves dos. Entrevista XIII [mar. 2017]. Entrevistadora: Polyana Pereira Coelho. Antônio Pereira, Ouro Preto, 2017. 1 arquivo.mp3 (32 min e 29 seg).

SANTOS, Wenderson dos. Entrevista VII [fev. 2017]. Entrevistadora: Polyana Pereira Coelho. Antônio Pereira, Ouro Preto, 2017. 1 arquivo.mp3 (12 min e 40 seg).

SILVA, Dulce da. Entrevista X [mar. 2017]. Entrevistadora: Polyana Pereira Coelho. Antônio Pereira, Ouro Preto, 2017. 1 arquivo.mp3 (1 hora, 1min e 47 seg).

SIMÃO, Maria Geralda. Entrevista XVII [mar. 2017]. Entrevistadora: Polyana Pereira Coelho. Antônio Pereira, Ouro Preto, 2017. 1 arquivo.mp3 (1 hora, 19min e 19 seg).

APÊNDICE A – CONSIDERAÇÕES SOBRE AS MINERADORAS E O DISTRITO ANTÔNIO PEREIRA

Esse apêndice tem como objetivo tecer algumas considerações sobre a relação entre as principais empresas que atuam em Antônio Pereira, Vale e Samarco, correlacionando com as atividades desenvolvidas no território do distrito. O envolvimento e a relação jurídica entre as empresas Vale, Samarco e BHP se tornou assunto de maior relevância no Brasil nesses dois últimos anos tendo em vista o desastre ambiental causado pelo rompimento da barragem de Fundão (de responsabilidade da Samarco) que destruiu totalmente Bento Rodrigues, subdistrito vinculado ao distrito Santa Rita Durão, município de Mariana¹⁰⁶.

A Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) foi criada em 1942 (Decreto-Lei n.º 4.352) e permaneceu como empresa estatal até 6 de maio de 1997. Atualmente é denominada Vale, nomenclatura que adotou a partir de 2007. Após a privatização, a CVRD adquiriu várias empresas mineradoras concorrentes no Brasil dentre elas a SAMITRI, passando a predominar no ramo da mineração nacional. A SAMITRI controlava a Samarco, criada em 1973 (CPDOC, s.d.). No mesmo ano da compra da SAMITRI, em 2000, a CVRD tornou pública a aliança com a australiana *The Broken Hill Proprietary Company Limited* (BHP), buscando racionalizar a exploração do Complexo Mineral de Alegria. Com a compra da SAMITRI, a CVRD tornou-se proprietária de 51% da Samarco¹⁰⁷. Por meio de um acordo entre a CVRD e a BHP, a participação acionária da Samarco foi distribuída igualmente entre as duas acionistas (50% das ações). Atualmente, a composição acionária da Vale, considerando o capital total, é composta por¹⁰⁸: 48,06% de investidores estrangeiros, 33,70% da Valepar, 12,95% de investidores brasileiros e 5,29% do Governo Federal Brasileiro.

No Complexo Mineral de Alegria a Vale opera as minas de Alegria (Corpo Alegria Este-Oeste), Fazendão, Fábrica Nova – todas no território de Mariana – e Timbopeba – em Antônio Pereira, Ouro Preto (CROSSETTI, 2009). Destaca-se que a Mina de Alegria, em operação desde 1969, destinava o rejeito fino para as barragens da Samarco (Germano e Fundão) desde 1991 conforme acordo comercial estabelecido entre as duas empresas¹⁰⁹.

¹⁰⁶ Para mais detalhes ver: ZONTA, Marcio; TROCATE, Charles (Orgs.). *Antes Fosse Mais Leve a Carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton*. 1.ed. Marabá: Editorial iGuana, 2016.

¹⁰⁷ Disponível em: <<http://www.vale.com/brasil/PT/old-investors/information-market/press-releases/Paginas/fato-relevante-aquisicao-da-samitri.aspx>>. Acesso em: 11 set. 2017.

¹⁰⁸ Disponível em: <http://www.vale.com/PT/investors/company/Documents/assets/composicao_acionaria_jul-17.pdf> Acesso em: 17 set. 2017.

¹⁰⁹ Disponível em: <<http://www.vale.com/samarco/PT/Paginas/total-rejeitos-depositados-samarco-fundao-ultimos-3-anos-vale-responsavel-apenas-5-porcento.aspx>> Acesso em: 17 set. 2017..

Vamos nos deter, contudo, às atividades desenvolvidas diretamente no território de Antônio Pereira. A exploração da área da Mina de Timbopeba ocorre desde aproximadamente 1944 quando os decretos de autorização da exploração mineral mencionavam a então “Fazenda Timbopeba”¹¹⁰. A exploração sob o controle da Vale se inicia com o Projeto Timbopeba, que incluía lavra e beneficiamento da produção da jazida de Timbopeba e tratamento do minério da Mina de Capanema, projeto que foi desenvolvido em 1977 tendo início em 1984 (VALE, 2012). A barragem de Timbopeba, receptora dos rejeitos do beneficiamento de minério, foi desativada quando chegou ao limite e os rejeitos foram então redirecionados para a Barragem do córrego do Doutor, que entrou em atividade no ano 2000, recebendo os rejeitos das Minas de Timbopeba e Capanema. A barragem Natividade – também desativada – diferentemente das demais, foi construída para fornecer água à Usina de Beneficiamento de Timbopeba, mas com a possibilidade de utilização da água do lençol freático da cava de Timbopeba, a barragem Natividade passou a ser receptora tanto dos materiais das minas e quanto das águas pluviais (SUPRAM, 2008).

A Samarco opera na Mina Germano – Antônio Pereira – e no Corpo Alegria Centro da Mina de Alegria – Mariana (CROSSETTI, 2009). A Mina de Germano teve sua lavra iniciada em 1977 e chegou à exaustão em 1992. Sua cava foi reabilitada entre 2001 e 2006 quando obteve nova licença ambiental para a exploração mineral (SAMARCO, 2006). Reforços estruturais foram realizados na barragem de Germano em 2006 enquanto a Barragem de Fundão aguardava o licenciamento ambiental. A barragem de Fundão receberia os rejeitos das barragens de Germano e Santarém. Até o final do ano de 2015 (quando houve o rompimento da barragem) a Samarco realizou extração e beneficiamento de minério de ferro na unidade de Germano (SAMARCO, 2014).

¹¹⁰ Ver: BRASIL, 1944. Decreto Nº14.573.

APÊNDICE B – CESSÃO DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL

Prezado(a),

Essa pesquisa para a qual solicitamos a sua participação busca identificar como as pessoas vinculadas ao distrito de Antônio Pereira, principalmente os moradores, veem as lutas sociais e as manifestações que vem ocorrendo no distrito desde 2013. A pesquisa visa também resgatar aspectos da história e do desenvolvimento urbano local a partir do relato e da experiência das pessoas entrevistadas. As informações das entrevistas servirão à elaboração da dissertação de mestrado da aluna Polyana Pereira Coelho que será apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU) da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Prof^a Dr^a Raquel Garcia Gonçalves.

A utilização das entrevistas é de extrema importância para o desenvolvimento desse trabalho e a participação do entrevistado se dá sob as seguintes condições:

- 1 – A participação é voluntária e a desistência do entrevistado poderá se dar a qualquer momento sem que haja qualquer risco ou penalidade;
- 2 – Caso o entrevistado não queira divulgar seus dados este poderá solicitar que seja mantido o anonimato e o sigilo dos dados prestados;
- 3 – O entrevistado não receberá gratificação pela participação na pesquisa e também não terá nenhuma despesa;
- 4 – Fragmentos de suas respostas poderão ser reproduzidos nos trabalhos para publicação e/ou apresentação em reuniões científicas, como acontece com a utilização da metodologia qualitativa;
- 5 – Você poderá entrar em contato com a pesquisadora pelo e-mail polyanapcoelho@gmail.com e pelo telefone (31)9 9285 8196.

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO

Pelo presente documento, eu, _____,
nacionalidade: _____, estado civil: _____,
profissão: _____, portador do documento de Identidade nº:
_____, domiciliado e residente na cidade de
_____, endereço: _____,
nº: _____, bairro: _____, declaro ceder ao pesquisador
_____, portador do documento de
Identidade nº: _____, bem como ao Núcleo de Pós Graduação em
Arquitetura e Urbanismo (NPGAU) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sem
quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, de maneira total e
definitiva os direitos autorais do depoimento (áudio) e da transcrição do mesmo, de caráter
histórico e documental que prestei ao referido pesquisador em _____ de
_____ de 2017, num total de _____ horas gravadas.

_____/_____, _____ de _____ de 2017.

Assinatura do Entrevistado

Assinatura do Pesquisador

APÊNDICE D – ROTEIRO GERAL DAS ENTREVISTAS

- Qual o vínculo do (a) senhor (a) com o distrito de Antônio Pereira? Desde quando esse vínculo foi estabelecido?

- Como são as condições de vida em Antônio Pereira atualmente? E como eram antigamente?

- Como é a sua relação com as regiões próximas ao distrito e com a sede do município de Ouro Preto? Com que frequência o senhor se desloca para outras regiões? E para quais atividades?

- O senhor conhece outros distritos de Ouro Preto? Quais? Há diferenças em relação a Antônio Pereira?

- Há no distrito oportunidade de emprego? Quais são as ocupações predominantes? Quais são as ocupações com remuneração mais elevada? E quais as ocupações que tem a remuneração mais rebaixada? Qual é a situação do desemprego em Antônio Pereira?

- Saberá dizer se a população nascida em Antônio Pereira permanece no distrito até a vida adulta, ou seja, há muita emigração para outros lugares? Quais?

- O que o (a) senhor (a) acha da mineração? Tem relação direta ou indireta com essa atividade? Saberá dizer mais sobre os antecedentes da exploração mineral no distrito?

- Como são as condições de moradia no distrito? Há diferenças significativas entre as diferentes regiões de Antônio Pereira? Quais?

- O (a) senhor (a) já morava ou tinha algum vínculo com Antônio Pereira à época da implantação da Vila Samarco? Qual foi a repercussão, o (a) senhor (a) se lembra?

- Quais as condições de transporte, infraestrutura e serviços públicos atualmente em Antônio Pereira?

- O que o (a) senhor (a) considera mais problemático no distrito? Há quanto tempo esse problema faz parte do cotidiano da comunidade? O que o (a) senhor (a) acha que poderia ser feito para solucionar tal ou tais questões?

- Como a comunidade reage frente aos problemas de Antônio Pereira? Há alguma forma recorrente de organização?

- O (a) senhor (a) já participou de alguma manifestação? Qual a sua opinião em relação a essa forma de reivindicação?

- O (a) senhor (a) tem conhecimento das manifestações que ocorreram no distrito em junho e julho de 2013, janeiro e junho de 2014, janeiro e agosto de 2015? Saberá dizer quais foram as reivindicações dessas manifestações? Houve algum resultado?

- Desde quando as manifestações acontecem em Antônio Pereira? Quem participa das manifestações? Como são combinadas as manifestações? Há alguma liderança?

- Por que o (a) senhor (a) acha que a população está se manifestando através de atos como fechamento de rodovias e ocupação de espaços públicos? O que (qual tática) é mais recorrente nas manifestações de Antônio Pereira? O (a) senhor (a) saberia dizer qual é a reação das pessoas que não estão envolvidas na manifestação e qual é a reação da polícia?

- O (a) senhor (a) conhece algum movimento social? Existe algum movimento de grande influência aqui na região? Quem são as principais influências da comunidade?

- O (a) senhor (a) tem conhecimento de manifestações que tenham ocorrido em outros distritos de Ouro Preto ou no distrito sede?

- Como é a relação da prefeitura com o distrito de Antônio Pereira? Como o distrito se comunica com a prefeitura? E com a Câmara de Vereadores? Como a prefeitura se coloca frente às manifestações do distrito?

- O que o (a) senhor (a) sabe sobre os conselhos municipais? Já foi informado (a) sobre conferências, audiências ou outros espaços abertos à participação popular?

- Quais são as ações municipais que estão sendo desenvolvidas no distrito? Há algum programa de habitação ou de infraestrutura em andamento? Qual?

- Em relação ao espaço urbano, houve mudanças marcantes nos últimos anos? Quais foram essas mudanças?

- O senhor já ouviu falar da expressão “direito à cidade”? O que seria para o (a) senhor (a) o direito à cidade?

- Tendo em vista a recente modificação da gestão municipal, quais são as suas expectativas para o próximo período?

**APÊNDICE E – SOLICITAÇÃO OFICIAL DE INFORMAÇÕES PARA PESQUISA
DE MESTRADO – PREFEITURA**

Ao Sr. Huaman Xavier Pinto Coelho,

Secretário da Fazenda na Prefeitura Municipal de Ouro Preto

Prezado,

Essa pesquisa para a qual solicitamos informações busca identificar como se dá a organização comunitária e a participação popular no distrito de Antônio Pereira. A pesquisa visa também resgatar aspectos da história e do desenvolvimento urbano local a partir do relato e da experiência dos moradores. As informações e os dados solicitados servirão à elaboração da dissertação de mestrado da aluna Polyana Pereira Coelho que será apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU) da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Prof^a Dr^a Raquel Garcia Gonçalves.

Os dados solicitados por meio deste ofício são de extrema relevância na caracterização das relações estabelecidas no local tendo em vista a associação direta do distrito com a atividade de exploração mineral. Nesse sentido, para uma melhor caracterização das relações entre a comunidade, a mineração e o poder público solicito a apreciação dos itens que seguem abaixo:

- 1- Quais são os serviços públicos mantidos pelo município no Distrito?
- 2- Quantos são os servidores municipais que trabalham no local e em quais atividades?
- 3- Quanto o município de Ouro Preto arrecadou de impostos relativos à mineração nos anos de 2013, 2014, 2015 e 2016? Quanto de CFEM, ICMS, dentre outros?
- 4- Quais são os projetos em desenvolvimento no distrito? E quais são as prioridades de intervenção?
- 5- Há algum mapa ou imagem de satélite das minas ou da ocupação urbana em Antônio Pereira que possa ser disponibilizada para esta pesquisa?

Certa da sua compreensão quanto à necessidade de tais dados para alimentar e auxiliar à referida pesquisa, sendo esse assunto de extrema relevância no contexto atual, agradeço a sua atenção e a disposição em contribuir.

APÊNDICE F – SOLICITAÇÃO OFICIAL DE INFORMAÇÕES PARA PESQUISA DE MESTRADO

Ao Sr. Vagner Fernandes,

Representante da Vale Ouro Preto

Prezado,

Essa pesquisa para a qual solicitamos informações busca identificar como se dá a organização comunitária e a participação popular no distrito de Antônio Pereira. A pesquisa visa também resgatar aspectos da história e do desenvolvimento urbano local a partir do relato e da experiência dos moradores. As informações e os dados solicitados servirão à elaboração da dissertação de mestrado da aluna Polyana Pereira Coelho que será apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU) da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Prof^a Dr^a Raquel Garcia Gonçalves.

Os dados solicitados por meio deste ofício são de extrema relevância na caracterização das relações estabelecidas no local tendo em vista a associação direta do distrito com a atividade de exploração mineral. Nesse sentido, para uma melhor caracterização das relações entre a comunidade e as empresas, solicito a apreciação dos itens que seguem abaixo:

- 6- Quais são as minas da Vale em atividade na região de Antônio Pereira?
- 7- Quais atividades são desenvolvidas em cada complexo (como, por exemplo, extração, beneficiamento, etc.)?
- 8- Quantos são os funcionários em atividade nesses complexos?
- 9- Quantos funcionários são de Antônio Pereira?
- 10- Quais atividades são contratadas diretamente pela empresa e quais são terceirizadas?
Quais são as empresas terceirizadas que prestam serviço para a Vale?
- 11- Do total de funcionários da empresa na região, quantas são as funcionárias mulheres e quais são as atividades por elas desenvolvidas?
- 12- A empresa tem projetos sociais voltados para o distrito de Antônio Pereira? Quais são? Desde quando estão em atividade?
- 13- Quais foram os últimos investimentos realizados pela empresa em benefício do Distrito?

- 14- Como é chamada oficialmente a barragem de Doutor? Quando ela foi construída? Qual o volume estimado de rejeitos na barragem? De quais minas a barragem recebe rejeitos?
- 15- Quanto foi repassado de impostos ao município de Ouro Preto nos anos de 2013 e 2016? Quanto de CFEM, ICMS, dentre outros?
- 16- Em quais reuniões comunitárias a empresa esteve presente? Com quais lideranças ou associações a empresa tem contato direto?
- 17- Há algum mapa ou imagem de satélite das áreas de trabalho da Vale em Antônio Pereira que possam ser disponibilizadas para esta pesquisa?

Certa da sua compreensão quanto à necessidade de tais dados para alimentar e auxiliar à referida pesquisa, sendo esse assunto de extrema relevância no contexto atual, agradeço a sua atenção e a disposição em contribuir.

Polyana Pereira Coelho

Arquiteta e Urbanista

Mestranda do NPGAU | UFMG

polyanapcoelho@gmail.com | (31) 99285-8196